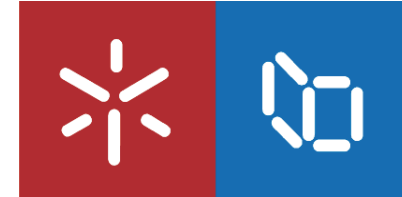


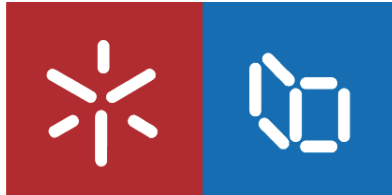


PAPA INOCÊNCIO III
Contribuição para o estudo do seu
pensamento teológico-político

Tiago de Moura Leitão Cerejeira Fontes

Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas





Universidade do Minho

Instituto de Letras e Ciências Humanas

Tiago de Moura Leitão Cerejeira Fontes

PAPA INOCÊNCIO III

Contribuição para o estudo do seu pensamento teológico-político

Mestrado em Fenomenologia e Filosofia da Religião

Trabalho efectuado sob a orientação da
**Professora Doutora Maria Cândida
Gonçalves da Costa Reis Monteiro Pacheco**

Junho de 2007

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE, APENAS PARA
EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO
ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

AGRADECIMENTOS

O meu profundo agradecimento à minha orientadora, a Professora Doutora Maria Cândida Gonçalves da Costa Reis Monteiro Pacheco, por ter possibilitado a minha iniciação nos estudos medievais, e no pensamento do Papa Inocêncio III, pela sua ajuda, disponibilidade, apoio e pelos preciosos incentivos que foram de extrema importância para a concretização desta tese.

Ao doutor Manuel Gama, pela consideração e pela oportunidade que me foi dada e concedida ao longo da parte lectiva, bem como a disponibilidade, a ajuda e o incentivo ao longo do processo da concretização da tese.

Ao Doutor João Cardoso Rosas por toda a disponibilidade, toda a ajuda, incentivo, e por tudo quanto fez por mim ao longo do processo de concretização desta tese.

O meu profundo agradecimento ao Eduardo Cardoso, dos serviços de documentação da Universidade do Minho – Gabinete de difusão de Informação, sem a sua preciosa ajuda nunca teria conseguido concretizar esta tese.

A Paula Nunes gostaria de agradecer a sua preciosa e importantíssima ajuda, a sua inteira disponibilidade num momento particularmente difícil e complexo da minha tese.

Aos meus pais e aos meus irmãos pela paciência, apoio e pelos importantes incentivos.

Finalmente, um particular e especial agradecimento à Francisca, minha mulher, pelo apoio, incentivo e por tudo quanto foi e significou para mim ao longo desta difícil e complicada caminhada.

A todos aqueles que me apoiaram e ajudaram ao longos destes anos.

RESUMO

O pontificado do Papa Inocêncio III representa um dos mais importantes e significativos do período medieval. A sua personalidade e carácter, bem como as suas concepções e visões, lançaram definitivamente o tom do governo papal e da afirmação do poder do ofício papal.

Desde o movimento da reforma no século XI que o ofício papal se tinha vindo a tornar um elemento fundamental na sociedade cristã, tendo neste processo, Inocêncio III desempenhado um papel de capital importância.

Inocêncio III transformou e expandiu as concepções e as noções da monarquia papal, criou novas justificações para o exercício da autoridade papal e conduziu o poder e a dignidade do seu ofício para novos caminhos e novas direcções.

Este documento apresenta-se, de certo modo, como uma caminhada através de alguns dos pontos e dos problemas mais importantes das suas visões e concepções acerca do exercício da autoridade papal e da afirmação do poder do seu ofício, bem como uma análise e uma compreensão dos motivos e das “linhas de força” que nortearam a sua acção e a sua intervenção na complexa e problemática conjuntura histórico política que então se vivia, sob a pressão da realidade política.

Dentro da análise das concepções e das visões do papa em relação ao exercício da autoridade papal e acerca da afirmação do poder do ofício papal, existe neste documento uma particular atenção e um particular cuidado em distinguir a afirmação papal da noção de “Plenitudo Potestatis” (afirmação do poder absoluto do papa no seio do “Corpus ecclesiae”) da afirmação da superioridade do poder espiritual sobre o temporal, e do papel fundamental e especial do papa na Cristandade (“iudex superior”) como elemento base e fundamental para a compreensão do poder do papa de intervir necessariamente em assuntos de carácter eminentemente secular.

É importante salientar, que as concepções do papa Inocêncio III abriram o caminho e lançaram as bases e os argumentos da monarquia papal que conduziram às afirmações e excessos realizados e desenvolvidos pelos seus sucessores.

Palavras-chaves: Inocêncio III; Papado Medieval, *Negotio Imperii*, “Plenitudo Potestatis”, “Pars Sollicitudinis”, “Caput Ecclesiae”, Poder de intervenção na esfera temporal, “Iudex

superior”, Decretais, Per Venerabilem,”Certis Causis Inspectis” Novit, “Ratio Peccati”, Venerabilem, Império, Direito dos Príncipes, “Translatio Imperii”, “Direito de Examação”.

ABSTRACT

Pope's Innocent III pontificate represents one of the most important and significant of the medieval period. His personality and character, as well as his conceptions and visions, definitely changed the papal government's tone and established the power of the papal office.

Since the XI century reform movement that the papal office had become a fundamental element in the Christian society, having Innocent III carried out a role of capital importance in this process.

Innocent III transformed and expanded the concepts and notion of papal monarchy, he created new justifications for the exercise of the papal authority and lead the power and dignity of his office in new directions, and new ways

This document presents itself, in certain way, as a walk through some of the points and most important problems of his visions and concepts concerning the exercise of papal authority and of the statement of power of his office, as well as an analysis and an understanding of the reasons and of the “lines of force” that orientated his action and his intervention in the complex and problematic historical and political conjuncture that existed at the time, under the pressure of political reality.

In the analysis of the concepts and of the visions related to the exercise of the papal authority and concerning the statement of the power of the papal office, in this document there is a concern in distinguishing the papal statement of “Plenitudo Potestatis” (statement of the absolute power of the Pope in the “Corpus ecclesiae”) from the statement of the superiority of spiritual power on the secular, and the fundamental and special role of the Pope in the Christianity (“iudex superior”) as the base element and fundamental for the understanding of the power of the Pope in intervening necessarily in eminently secular cases.

It is important to point out, that the conceptions of the Pope Innocent III opened way and laid down the bases and arguments of the papal monarchy that led to the statements and excesses accomplished and developed by their successors.

Key Words: Innocent III; Medieval papacy, “Negotio Imperii”, “Plenitudo Potestatis”, “Pars Sollicitudinis”, “Caput Ecclesiae”, intervention Power in the temporary sphere, “Iudex superior”, Decretals, Per Venerabilem, “Certis Causis Inspectis” Novit, “Ratio Peccati”, Venerabilem, Empire, Right of the Princes, “Translatio Imperii”, “Right of Examinatio.”

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| AGRADECIMENTOS..... | ii |
| RESUMO | iii |
| ABSTRACT | v |
| INTRODUÇÃO | 7 |
| PÓRTICO..... | 13 |
| PARTE 1 | 21 |
| Capítulo I..... | 21 |
| Papa Inocêncio III e Roma | 21 |
| Capítulo II..... | 31 |
| O Papa Inocêncio III e a Sicília | 31 |
| Capítulo III | 46 |
| Papa Inocêncio III e o Império | 46 |
| PARTE 2 | 86 |
| A afirmação do poder espiritual no seio da igreja | 86 |
| A noção de ‘Plenitudo Potestatis’ no pensamento do papa Inocêncio III..... | 86 |
| PARTE 3 | 114 |
| Capítulo I..... | 114 |
| Per Venerabilem e a afirmação papal da intervenção em assuntos seculares | 114 |
| Capítulo II..... | 129 |
| A decretal Novit – “Non enim intendimus iudicare de feudo, sed decernere de peccato” | 129 |
| Capítulo III | 141 |
| A questão imperial e a “Venerabilem” | 141 |
| EM GUIA DE CONCLUSÃO | 178 |
| BIBLIOGRAFIA: | 187 |

INTRODUÇÃO

Os trabalhos e os estudos sobre a história do papado medieval, sobre as relações entre o estado e a igreja, sobre o pensamento e sobre a figura do papa Inocêncio III nos últimos cem anos têm demonstrado curiosas mudanças e transformações na forma de conceber os temas, os problemas e as questões fundamentais. Nos primeiros anos do século XX, as importantes obras dos historiadores alemães Friedrich Hurter e Albert Hauck¹ ilustram claramente os argumentos e as posições correntes nesse período entre os apologistas e os críticos das concepções e das visões do poder e da autoridade papal. As críticas de Hauck – que espelham posições hierocráticas, ou seja, as afirmações de que o papa Inocêncio III desejava governar o mundo – reflectem o desenvolvimento das investigações no princípio do século XX; no entanto, permanecem demasiadamente mergulhadas nas tradicionais visões protestantes e nacionalistas do pontificado de Inocêncio e do papado. O historiador francês Achille Luchaire², que apresenta uma visão e uma concepção mais «simpática» do pontificado de Inocêncio III, partilha a ênfase nos aspectos políticos característica da maior parte dos escritos da época.

Parece-nos importante referir que apesar de as concepções e visões de Luchaire acerca do papa Inocêncio III estarem profundamente marcadas pelo estudo dos aspectos políticos do seu pontificado – sobretudo a análise e o estudo das acções do papa nos grandes combates e frentes históricas do seu pontificado – captou o desejo do papa de entender e conceber as prioridades do seu papado de acordo com preocupações de carácter mais espiritual do que secular.

A primeira grande mudança em relação a estas visões e interpretações do pontificado do papa Inocêncio III – com esta antiga tradição da historiografia – surgiu no período que se seguiu à primeira guerra mundial com os trabalhos de A.J.Carlyle, R.W.Carlyle³ e C.H.McIlwain⁴. Na sua obra gigantesca sobre o pensamento político medieval os Carlyle lançaram novos caminhos na interpretação do pensamento do papa Inocêncio III dando particular importância ao aspecto do poder sacerdotal e do ofício papal como base para as suas acções tanto na esfera

¹ HAUCK, A. - *Kirchengeschichte Deutschland*. Leipzig. 1911. vol. IV.

² LUCHAIRE, A - *Innocent III. La Papauté e l'Empire*. Paris. 1906.

³ CARLYLE, R.W e A.J – *History of Medieval Political Theory in the West*. Edinburgh – London. 1909-1936.

⁴ MCILWAIN, C.H. – *Growth of Political Thought in the West*. New York. 1932.

espiritual como na sacerdotal. C.H. McIlwain interpretou as visões e as concepções papais demonstrando que Inocêncio reivindicava poderes quase ilimitados. É importante salientar que este autor desenvolveu a concepção de que a jurisdição papal era primariamente espiritual e apenas incidentalmente temporal. Nos anos que se seguiram e, especialmente a partir de finais dos anos trinta, a estreita interpretação política do pontificado de Inocêncio III começa a deixar de representar a interpretação fundamental e uniforme do pensamento e das concepções do papa Inocêncio III. As obras e as interpretações de Augustin Fliche⁵ e de Michele Maccarrone⁶, principalmente do último, são particularmente importantes neste desenvolvimento. Fliche, que focou o interesse da sua investigação na época da reforma e na figura de Gregório VII, concebeu o papa Inocêncio III como o “defensor” e o “advogado” da luta pela reforma da igreja e da sociedade, construindo sobre o trabalho desenvolvido pelo papa Gregório VII. De certa forma, este autor concebe as concepções e as visões do ofício papal em continuidade com aquelas desenvolvidas pelos papas reformadores. Maccarrone enfatizou de uma forma bastante clara o carácter eminentemente espiritual das concepções e das visões de Inocêncio III acerca da missão e do ofício papal. Não podemos deixar de apontar que este autor defende que o papa Inocêncio III reivindica o exercício de um poder indirecto em assuntos temporais, ou seja, que o exercício da jurisdição espiritual poderia por vezes, indirectamente, produzir efeitos e intervir em assuntos relacionados com a esfera temporal. A jurisdição papal não envolvia qualquer exercício directo do poder papal na esfera temporal.

Devemos mencionar ainda que esta obra de Maccarrone representa o primeiro trabalho a desenvolver uma análise séria e a enfatizar a relação entre as concepções do papa Inocêncio III e o pensamento canonístico e teológico que o precede. Estudiosos e historiadores importantíssimos como F. Kempf⁷, e Helene Tillmann⁸, entre outros, seguiram as pisadas iniciadas por esta obra fundamental.

O maior contributo para uma nova visão ou interpretação da relação do papa Inocêncio III com os poderes seculares surgiu com Brian Tierney⁹, cujos estudos providenciaram a base para uma re-avaliação da eclesiologia e das teorias políticas medievais. Desenvolvendo as

⁵ FLICHE, A. – *La Chrétienté Médiévale*, 395-1254. Paris. 1929.

⁶ MACCARRONE, M. - *Chiesa e Stato nella Dottrina di Papa Innocenzo III*. Roma: Lateranum, Facultas Theologica Pontificii Athenaei Lateranensis. 1940.

⁷ KEMPF, F. - *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954.

⁸ TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam. 1980.

⁹ TIERNEY, B. – ““Tria Quippe distinguit iudici...” A note on Innocent III’s Decretal *Per Venerabilem*”. In: *Speculum* 3., 1962;

suas concepções a partir e sobre as concepções e as posições de estudiosos como McIlwain, e os Carlyle, bem como a partir das posições de Walter Ullmann, Tierney insistiu que as reivindicações desenvolvidas por Inocêncio acerca do exercício de poder temporal devem ser interpretadas e confrontadas directamente dentro do contexto das concepções do pensamento político e canonista medieval. Tierney abriu caminho e lançou as bases para uma concepção e uma interpretação do pensamento do papa Inocêncio III que explorava tanto os aspectos espirituais como temporais da autoridade, do poder e do ofício papal. Abriu, simultaneamente, perspectivas para uma maior compreensão das influências que tiveram um impacto decisivo nas concepções e nas visões do papado, particularmente algumas concepções que tinham a sua origem na reforma e que se tornaram essenciais e paradigmáticas em importantes segmentos do laicado durante os últimos anos do século XII e princípio do século XIII.

Os aspectos políticos do pontificado de Inocêncio III continuaram a atrair e a interessar um grande número de estudiosos e de historiadores; no entanto, não podemos deixar de referir que tais concepções diferem por completo daquelas que encontramos nos primeiros anos do século XX. Os estudos de Elizabeth Kennan¹⁰, John C. Moore¹¹ e mesmo a obra de Christopher Cheney¹² revelam-se particularmente importantes para a compreensão desta nova forma de conceber os aspectos políticos do pontificado de Inocêncio III. Estes trabalhos demonstram e revelam não só a amplitude das preocupações políticas do papa Inocêncio III, mas mostram sobretudo o quanto estes assuntos estavam mergulhados nos seus objectivos religiosos e no empenho em defender os direitos do papado como ele os contemplava.

Além destes estudos claramente vocacionados para os aspectos políticos do pontificado de Inocêncio III não podemos deixar de referir uma imensidão de estudos e de trabalhos que procuram analisar e que se prendem no estudo das fontes e nas bases das visões e das concepções de Inocêncio, bem como na implementação dos aspectos e das preocupações pastorais e espirituais do seu ofício. Os estudos de Kenneth Pennington¹³ acerca dos conhecimentos e da possibilidade do papa ter estudado ou não direito canónico abriram o caminho e estimularam importantes pesquisas acerca das bases fundamentais do seu pensamento e das suas concepções. Parece-nos importante fazer referência a um conjunto de

¹⁰ KENNAN, E. – “Innocent III and the first Political Crusade: A Comment on the Limitations of Papal Power”. In: *Traditio* 27, 1971.

¹¹ MOORE, John C. – “Pope Innocent III, Sardinia, and the Papal State”. In: *Speculum* 62, N.º. 1, 1987.

¹² CHENEY, C. R. – *Pope Innocent III and England*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1976.

¹³ PENNINGTON, K. – „The Legal Education of Innocent III”. In: *Bulletin of Medieval Canon Law*, n. 4. Berkeley: Institute of Medieval Canon Law. 1974. pp. 70-77. Este artigo surge reimpresso em PENNINGTON, K. - *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550. The Legal Education of Innocent III*. Hampshire: Aldershot. 1993. “Further Thoughts on Pope Innocent’s Knowledge of Law”. *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550*. Hampshire: Aldershot. 1993.

estudos que começam a prestar uma maior atenção aos sermões e aos escritos desenvolvidos e realizados antes do seu pontificado. Neste sentido, são particularmente importantes os estudos de Wilhelm Imkamp¹⁴. Este autor utilizou estas fontes e esta informação para desenvolver uma análise teologicamente profunda do desenvolvimento das visões de Inocêncio III acerca da igreja. Não podemos deixar de referir, nesta mesma senda, os importantes estudos de Christopher Egger¹⁵. Finalmente, gostaria de fazer uma breve referência aos preciosos e interessantíssimos estudos de Brenda Bolton¹⁶ que lançam as bases para a análise das profundas preocupações pastorais do pensamento e das concepções do papa Inocêncio III. Igualmente importantes são os estudos desenvolvidos por esta mesma autora acerca do modo como o papa Inocêncio III lidou com grupos como os Humiliati, abrindo caminho para uma ampla e interessantíssima pesquisa acerca das relações entre o papado, os novos grupos laicais e as novas dimensões espirituais e religiosas que surgiram nos primeiros anos do século XIII.

As preocupações com os conflitos entre o papado e os poderes temporais que caracterizaram e marcaram as pesquisas e a maior parte dos escritos acerca de Inocêncio III no princípio do século deram lugar a uma investigação que coloca o papel político do papado num contexto que não pode ser separado e desligado das suas preocupações espirituais.

Cabe-nos dizer que o presente trabalho pretende desenvolver uma análise e um estudo acerca de algumas temáticas e de alguns assuntos fundamentais para a compreensão do pontificado e das visões e concepções do papa Inocêncio III. A complexidade, a amplitude das temáticas e de problemas que marcam e estão relacionadas com o pensamento e o pontificado do papa Inocêncio III implicariam necessariamente uma análise e um estudo que se expandiria muito para além do que era possível, sustentável e concebível para o âmbito de uma pesquisa deste teor. Deste modo, tornou-se necessário focalizar e balizar profundamente a nossa atenção, o âmbito e os objectivos do trabalho. No entanto, apesar deste esforço, sentiu-se a necessidade de trabalhar certas temáticas bastante amplas e complexas sem as quais a compreensão do pontificado e do pensamento papal ficariam completamente mutiladas. Deste modo, procurou-se desenvolver um estudo e uma análise de três temáticas fundamentais do pontificado e do pensamento do papa Inocêncio III. A primeira temática a tratar está profundamente relacionada e directamente ligada ao problema da compreensão e da interpretação das políticas e da acção desenvolvida pelo papa na sua intervenção nos grandes combates e nas

¹⁴ IMKAMP, W. – *Das Kirchenbild Innocenz III (1198-1216)*. Pápste und Papsttum 22. Stuttgart: Anton Hiesermann. 1983.

¹⁵ EGGER, C. – “Papst Innocenz III. Als Theologe. Beiträge zur Kenntnis seines Denkens im Rahmen der Früh scolastik“. In: *Archivum Historiae Pontificiae*. 30. 1992.

¹⁶ BOLTON, B. – *Innocent III: Studies on Papal Authority and Pastoral Care*. Aldershot – Brookfield. 1995.

grandes frentes históricas do seu pontificado. Na análise das relações do papa com os estados seculares e sobretudo com o problema das intervenções e das acções dos papas durante o seu longo pontificado, não podemos deixar de referir a amplitude de preocupações políticas, a enorme quantidade de intervenções e de acções do papa nas questões internas e de governo dos estados seculares. Perante esta imensidão e esta gigantesca teia de relações, tivemos necessariamente de nos centrar nas grandes problemáticas e, sobretudo, nos mais importantes palcos político-históricos e nos grandes combates do seu pontificado. Deste modo, procuramos analisar aqueles que nos parecem mais paradigmáticos e fundamentais para compreender os aspectos políticos do seu pontificado e aqueles em que o papa demonstra o quanto estes assuntos estavam mergulhados nos seus objectivos religiosos, bem como nos seus esforços em defender os direitos do papado. De facto, a compreensão desta união parece-nos fundamental para uma ampla compreensão das grandes linhas de força do seu pontificado e dos seus grandes ideais que marcam toda a sua acção. Não podemos deixar de referir que estes ideais e linhas de força do seu pontificado – a criação do estado papal, a cruzada e a reforma do clero – pelos quais lutou e desenvolveu grandes esforços, com uma persistência admirável, tem a sua base nos grandes ideais do movimento da reforma. Assim, na primeira parte do nosso trabalho procuramos desenvolver uma análise ampla e profunda dos três palcos paradigmáticos da sua acção: Roma e o património; a Sicília e o Império.

A segunda temática a tratar está claramente relacionada com o problema da análise das definições e das afirmações da autoridade e do poder papal no seio da igreja. O papa Inocêncio III, ao longo do seu pontificado, desenvolveu e expandiu consideravelmente as concepções e noções acerca do papado e criou novas justificações para o exercício da sua autoridade, denominando-a “Plenitudo Potestatis”. Nesta segunda parte, procurar-se-á realizar uma análise dos vários sentidos e significados – imagens, metáforas e símbolos – desta importante e fundamental noção, bem como procurar compreender e interpretar o valor e o alcance da afirmação e da reivindicação desta noção no seio das concepções e das visões do papa Inocêncio III.

A terceira temática está relacionada com o problema da análise das implicações, do valor e do alcance das afirmações e das reivindicações papais do poder e da possibilidade do pontífice intervir em assuntos de carácter eminentemente secular. O problema da interpretação e da compreensão das afirmações e das concepções papais em relação a este assunto representa uma das questões mais debatidas e controversas dos estudos sobre o papa Inocêncio III. Neste trabalho, o estudo e a compreensão dessas mesmas questões serão desenvolvidos através da

análise de alguns documentos – três decretais – que nos parecem paradigmáticos e de extrema importância para uma interpretação mais ampla e profunda das concepções e das reivindicações papais. Deste modo, a terceira parte será dividida em três capítulos cada um deles dedicado ao estudo de cada uma das decretais: “Per Venerabilem”, “Novit” e a “Venerabilem”. No primeiro capítulo pretende-se desenvolver uma análise desse “capitulum difficile et multum famosum” em que se coloca a questão se o papa tem o direito de legitimar filhos ilegítimos na esfera secular, ou seja, se o papa tem o direito de intervir e de exercer jurisdição em assuntos eminentemente seculares. No segundo capítulo – “Novit” – pretende-se analisar a reivindicação e defesa da intervenção realizada pelo papa numa disputa entre o rei de França e o rei de Inglaterra em 1204. Finalmente, num terceiro capítulo, desenvolver-se-á uma análise das doutrinas e das concepções do papa Inocêncio III na relação com o império e das reivindicações e justificações que Inocêncio desenvolve e utiliza para demonstrar não só a sua intervenção na questão da dupla coroação, mas também as suas reivindicações de uma voz poderosa e um papel fundamental na questão da coroação e confirmação do imperador.

PÓRTICO

A situação histórico-política antes do pontificado de Inocêncio III – A morte de Henrique VI –
Vazio de poder no Império – Morte de Celestino III – Conclave – Eleição de Inocêncio III –

A ascensão ao trono papal de Inocêncio III, em Janeiro de 1198, dá-se num momento de grande tensão histórico-política, que se torna de crucial importância para a evolução do futuro papado.

O jovem imperador da Alemanha, Henrique VI, filho de Frederico Barbarossa, que tinha tido pretensões ao domínio do «mundo inteiro», como referem os cronistas imperiais, tinha morrido, de repente, alguns meses antes.

Durante os poucos anos que esteve à frente dos destinos do império, e graças ao casamento com Constança, filha do rei Guilherme II da Sicília, conseguiu concretizar o sonho da «*unio regni ad imperium* – a união das duas coroas» – a coroa imperial alemã e a da Sicília – o domínio sobre toda a Itália. Esta união inquietava o papado, pois colocava em risco a sua liberdade e segurança.

A sua morte pôs em causa todos estes projectos e intenções. Como o seu herdeiro era uma criança de três anos¹⁷, deixou um vazio de poder que se iria estender por longos anos. Surgiram dois pretendentes ao trono imperial – Filipe de Suábia e Otto de Brunswick.

Esta situação foi alimentando uma profunda crise interna na Alemanha que se transformou numa guerra civil. O vazio de poder fez-se igualmente sentir na Itália central e no reino siciliano – terras em que o imperador dominara com extraordinária firmeza – e onde depois do colapso do domínio alemão se começou a sentir a ameaça de queda num estado de completa anarquia, com o repentino erguer de rebeliões contra a reduzida defesa alemã e com o erguer de forças que até então se encontravam oprimidas sob o pesado braço germânico.

¹⁷ Se o plano alimentado pelos imperadores Hohenstaufen e sobretudo imensamente desejado por Henrique VI de tornar o império uma monarquia hereditária na sua família, através do chamado “*Erbreichsplan*” – plano de sucessão se tivesse tornado realidade e se Henrique tivesse sido bem sucedido na concretização desse plano, naturalmente a realidade teria obviamente que ser outra, na medida em que não só iria dotar o império de um elemento de estabilidade e de força que, naturalmente, iria permitir manter a ordem e a estrutura da política territorial da dinastia Staufen, mas também iria permitir a manutenção do domínio, já concretizada em Henrique, da “*unio regni ad imperium*”. Para além disto, é preciso termos em conta, como referem alguns historiadores, que a realização deste plano poderia ter dado origem à criação de uma hegemonia destrutiva na Europa. Cfr. MITTEIS, H. – *De staat des hohen mittellalters*. Cologne 1980, p. 266 e também MORRIS, C. – *Papal Monarchy: The western church from 1050 to 1250*. Oxford: Clarendon Press. 1989, p. 198.

Todos estes acontecimentos e momentos de grande tensão, confusão e colapso do domínio imperial, foram de enorme importância e até extremamente favoráveis para o papado, que há longos anos se encontrava asfixiado e paralisado sob o peso do poder militar e político dos imperadores Hohenstaufen. A opressão que se tinha agudizado com a união das duas coroas deixara de ameaçar Roma e a segurança da igreja Romana. O reino da Sicília representava um elemento de garantia, apoio e segurança nos confrontos com o imperador, senhor da Itália

A igreja romana, tirando habilmente partido deste momento desastroso para as políticas territoriais do império, começou a desenvolver um processo de segurança e proeminência na península itálica. Este processo, rapidamente concretizado e defrontado pela cúria romana nos últimos momentos do pontificado de Celestino III, foi realizado com maior profundidade no pontificado do seu sucessor, o papa Inocêncio III, durante o qual o papado aparece como centro e guia do mundo cristão.

Em 8 de Janeiro de 1198, morre o velho papa Celestino III¹⁸. A situação na península itálica, apesar dos esforços iniciados e realizados pela cúria nos meses que se seguiram à morte do imperador, permanecia ainda demasiado caótica e crítica. Na Alemanha, a situação era ainda mais complexa: a questão da sucessão e da eleição do novo imperador permanecia ainda um problema a resolver, para além disso, ainda não se vislumbrava o alcance da morte do

¹⁸ O pontificado de Celestino III é muitas vezes visto por historiadores e por vários estudiosos como sendo um pontificado marcado pelo signo da passividade e da fraqueza, absolutamente incapaz de agir perante o império e de perseguir as suas visões e tentar realizar as suas intenções. Muitas destas concepções são fruto de um natural confronto entre este pontificado – e também alguns pontificados anteriores a este, especialmente o de Clemente III – e o pontificado de Inocêncio III. É, de certo modo, evidente que o pontificado de Inocêncio III em relação a estes tende, naturalmente, a surgir como uma realidade completamente diferente – com um muito esplendor e grandiosidade – em que realmente se procura e tenta realizar de modo fortíssimo a perseguição das visões, intenções e objectivos do papado. Parece-nos importante acentuar a completa diferença política e histórica entre os dois pontificados. A morte do Imperador Henrique VI foi um momento histórico e político fundamental. Durante a maior parte do longo pontificado de Inocêncio III, a Alemanha esteve num estado de vazio de poder devido ao cisma político provocado pela dupla eleição e esteve mergulhada numa longa guerra civil (guerra civil entre os dois candidatos ao trono imperial), de modo que, Inocêncio não teve que lidar directamente com um imperador e com uma força imperial. Certamente, poderemos questionar se o pontificado de Inocêncio III teria sido o mesmo se a sua visão política – sobretudo relacionada com a “recuperatio” das terras do património – teria sido a mesma, se tivesse que lidar com imperadores poderosíssimos e de enorme astúcia como Frederico Barbarossa e Henrique VI. Celestino III foi um papa de grande habilidade política que soube, de um modo paciente, cauto e com grande prudência tirar partido de um momento de extrema delicadeza em que qualquer confrontação, directa ou não, com o imperador seria de grande perigo para a segurança, para a liberdade da igreja e para a própria realidade do papado – nem Roma era um terreno seguro para o papa. Basta lembrar o que aconteceu pouco antes a Lúcio III, que foi expulso de Roma pela comuna. – Esta realidade do papado, depois da união das duas coroas, encontrava-se asfixiada entre os braços férreos do império, através de um plano de fazer emergir e unir um conjunto de forças de oposição no interior das terras dominadas pelo império e no próprio império. Para uma análise mais completa destes assuntos cfr., por exemplo, ZERBI, P. – *Papato, Império e ‘Respublica Christiana’ dal 1187 al 1198*. Milan: Pubblicazioni dell’Università Cattolica del S. Cuore. 1980 e PFAFF, V. – “Der Vorgänger: das Wirken Coelestins III. Aus der Sicht von Innozenz III”, in *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte*, Kan. 41. 1974, pp. 121-167.

imperador. Ainda as tristes notícias da morte do velho pontífice se espalhavam através da cúria romana, ainda muitos dos cardeais permaneciam reunidos em volta do leito do pontífice, quando com uma presteza inaudita se começou a dar início a todo o processo e a todos os preparativos para a realização de uma nova eleição. Esta prontidão, contrariando as disposições do «Ordo Romanus», deveu-se, por um lado, à especial e complexa situação histórica e política que então se vivia depois da morte do jovem imperador alemão, e por outro, a um certo temor que existia entre os cardeais de que eles pudessem sofrer qualquer tipo de interferência na sua liberdade de escolha, ou, mesmo, que a eleição pudesse sofrer alguma perturbação. Roma, nessa altura, como em muitos outros momentos da sua história, não estava nas mãos da cúria. O senador que então governava era apoiante das facções imperiais, e não estava submetido à igreja romana.

Nesse mesmo dia, a maior parte dos cardeais retiraram-se para o mosteiro fortificado de Septizonium, na colina palatina, onde era possível realizar um conclave e uma eleição mais segura. Alguns cardeais, como foi o caso de Lotário de Segni – futuro Inocêncio III – permaneceram em Latrão e em seguida dirigiram-se para a Basílica Nova no fórum, para assistirem às exéquias do pontífice. Somente depois destas cerimónias é que se reuniram aos restantes cardeais, e que se deu início ao processo do conclave.

Sobre os ombros do colégio dos cardeais, repousava a difícil tarefa da eleição de um novo papa, de um papa inteligente e astuto, que fosse capaz de utilizar de modo vantajoso a realidade histórica (que corria favorável) e que ao mesmo tempo afastasse os perigos que esta envolvia.

O processo do conclave iniciou-se com a celebração da missa do Espírito Santo. Logo após a celebração da eucaristia, os cardeais, num gesto de humildade profundamente ritualizada, cumprimentaram-se com vénia, dando em seguida o beijo da paz. Foram então nomeados examinadores pelos cardeais, com o objectivo de recolherem os votos redigidos por escrito, e enunciarem os resultados em voz alta.

Nenhum dos nomes mais proeminentes, nenhum dos candidatos mais prováveis foi escolhido. No grupo dos favoritos constavam nomes sonantes como: João de S. Paulo (o candidato de Celestino III¹⁹), João de S. Estêvão, Pedro de Gallocia, Cencius Savelli (o futuro papa Honório

¹⁹ De acordo com o relato de Roger de Hoveden – que relata os últimos meses do pontificado de Celestino III e os primeiros meses de 1198 – Celestino III no final de 1197 teria proposto aos cardeais a sua resignação de papa sob a condição da escolha de João de S. Paulo, cardeal-sacerdote de St. Prisca, como o seu sucessor. Hoveden refere que os cardeais recusaram por completo a proposta do papa. Estes relatos, apesar do seu grande interesse

III e chanceler dos dois papas anteriores) e, por fim, Octaviano de Óstia. A maioria dos votos dos cardeais recaiu sobre um jovem cardeal de apenas trinta e sete anos: Lotário de Segni, cardeal-diácono da igreja de S. Sérgio e Baco. Os resultados da eleição foram alvo de uma discussão. Nenhum dos cardeais colocava em causa a sua erudição, as suas virtudes morais ou mesmo o seu papel na cúria. O grande problema residia no facto de Lotário ser demasiado novo. Afinal tinha apenas trinta e sete anos, era o membro mais novo da cúria! O autor da «Gesta Inocentii III» refere que, logo após a eleição, enquanto os cardeais discutiam acerca da votação e da escolha de Lotário, três pombas voaram para o lugar onde os cardeais votaram e a mais branca das três pousou junto de Lotário. De acordo com a Gesta, isto teria impressionado vivamente os cardeais presentes, que viram esse acontecimento como premonitório. Seriam os cardeais da cúria homens para se deixarem impressionar ou influenciar por este tipo de situações? Certamente não. Facto é que Lotário no dia 8 de Janeiro de 1198 foi eleito papa pelos cardeais reunidos em conclave. Esta decisão aparentemente arriscada e fora do vulgar revela com uma clareza notável o quanto os cardeais estavam conscientes das necessidades e das exigências que a situação histórica e política implicava, e sabiam claramente qual o modo de a encarar. A eleição do jovem Lotário teria sido marcada pela necessidade da escolha de um homem dotado de grande inteligência, sagacidade, audacidade e vigor, em detrimento de experiência e idade, pois a situação da igreja no momento que então se vivia, exigia um chefe de espírito activo e vigoroso. Havia a necessidade de um homem que tivesse a força e a tenacidade necessárias para permanecer firme perante e contra o poder do império, e Lotário, sem dúvida, aparecia aos olhos dos cardeais como um bom exemplo disso, como um duro oponente do poder dos Hohenstaufen e do império.

Seguindo uma tradição de humildade eclesiástica, que representava um símbolo da angústia e da compreensão da inabilidade do eleito perante a tarefa gigantesca que lhe era colocada aos ombros, Lotário recusou imediatamente a honra que lhe tinha sido conferida, acabando por fim por ceder. Então, em seguida, o mais idoso dos cardeais diáconos da cúria – tal como prescreve a «Ordo Romanus» – que em 1198 era o cardeal diácono Graciano de S. Cosme e Damião, colocou-lhe sobre os ombros o manto púrpura, proclamando solenemente as

para a compreensão de um dos momentos mais fascinantes da história do papado, não é unanimemente aceite pelos críticos e, de certo modo, não existem certezas quanto à veracidade de tudo quanto ele refere, inclusive, este relato da resignação do papa.

seguintes palavras: «eu te invisto com o pontificado romano para que presidas sobre a cidade e todo o mundo» e profere o nome do «papa electus»: Inocêncio III²⁰.

Dois cardeais bispos conduziram-no ao altar, onde ele, com a cabeça colocada sobre o chão, realiza uma curta oração, enquanto os cantores e todo o colégio dos cardeais entoam o «Te Deum». Depois desta curta oração, Lotário, agora papa Inocêncio III, senta-se diante do altar, onde os cardeais, em mais um cerimonial de humildade lhe beijam os pés.

Fora do mosteiro fortificado do Septizonium e através das ruas de Roma, uma multidão saudava o novo papa e os cardeais que em procissão caminhavam em direcção à Basílica Nova, para depois, em seguida, se encaminharem para a Basílica de S. João do Latrão, que nos próximos dezoito anos do seu pontificado se iria tornar a sua igreja episcopal e onde seria entronizado. Uma vez em Latrão, à entrada da basílica, os cardeais colocaram aos ombros de Inocêncio III um manto púrpura, e instalaram-no num cadeirão de mármore esculpido, a «sedes stercoraria», para que fosse realizado o que diz o salmo 113: «fez erguer o necessitado e o pobre do pó e da miséria, para que ele se sentasse entre os príncipes sobre o trono da glória». Em seguida, o camareiro colocou nas mãos do papa algumas moedas de ouro que atirou para a multidão que se encontrava concentrada na praça, dizendo: «O ouro e a prata não são para meu prazer. O que eu tenho, eu vos dou». Este gesto, aparentemente simples, e que com facilidade poderia ser interpretado como uma demonstração do poder e da riqueza da igreja romana, representava o conceito de que a riqueza e o poder que a igreja controlava estavam essencialmente ao serviço dos outros. Uma vez dentro da Basílica do Latrão, o papa foi-se sentar, por detrás do altar, no trono pontifical, onde os cardeais se prostraram diante dele e deram o abraço da paz. Em seguida, subiu a grande escadaria que conduzia à capela de S. Silvestre, onde outras cerimónias o esperavam.

²⁰ O significado da escolha do nome do “papa electus”, seja pelo próprio Lotário, seja pelos cardeais reunidos em conclave, torna-se um problema complexo, pois não existem quaisquer indícios ou dados que nos possam ajudar a compreender qual o seu alcance e valor. Taylor, num artigo dedicado à eleição de Inocêncio III, refere que tal nome foi dado para indicar modelos papais anteriores que o novo papa deveria ter em mente. Cfr. TAYLOR, M. L. - “The election of Innocent III”. In *The church and sovereign. Essays in Honour of Michael Wilks*. Ca. 590 - 1918. Cambridge: Ed. Diana Wood. 1991, pp. 96 – 112. Alguns estudiosos vêem de um modo céptico este tipo de argumentos. Para eles, não é de modo nenhum evidente que a escolha dos nomes papais pretendia ecoar pontificados e políticas de papas anteriores com o mesmo nome. Se, certamente, existiram casos em que tal sucedeu – como por exemplo, com Gregório VII que parece ter escolhido o seu nome papal em memória de um dos seus predecessores, Gregório VI – não significava que tal processo fosse algo de sistemático, nem mesmo um gesto habitual. Cfr. MACCARRONE, M. - *Innocenzo III prima del pontificato*. Archivio della R. Deputazione romana di Storia Patria 66 (IX della Nuova Serie), pp. 59 – 134, 67, 83-4 e 131-132; ou PETERS, E. - “Lotario dei conti di segni becomes pope Innocent III”. In: *Pope Innocent III and his World*. Hofstra University. Ashgate. 1999, p. 14.

Na capela de S. Silvestre, em cada um dos lados, junto à entrada, encontrava-se um trono de mármore vermelho. Inocêncio, em primeiro lugar, sentou-se no que se encontrava à direita. O prior de S. Laureço colocou-lhe nas mãos o ceptro, bem como as chaves da igreja e do palácio. Em seguida, o papa sentou-se no trono que se encontrava à esquerda. O prior colocou-lhe então uma cintura de seda vermelha da qual pendia uma bolsa escarlate. Todos estes objectos representavam símbolos de autoridade. No decorrer de todo este cerimonial, apresentaram-se diante dele os oficiais do palácio, a quem foi concedida a graça de beijar o novo papa. Novamente foram lançadas algumas moedas de ouro para a assistência, dizendo: «Ele lançou os seus tesouros, e distribuiu-os aos pobres, a sua justiça irá permanecer para sempre.». Finalmente, os oficiais conduziram o papa ao oratório de S. Lourenço no «Sancta Sanctorum», onde Inocêncio orou perante um oratório especial.

Depois das cerimónias no Septizonium e em Latrão, já eleito e entronizado, Inocêncio detinha legalmente o poder. Porém, para que este poder fosse completo, ainda faltavam ser dados alguns passos. Lotário que tinha sido eleito e entronizado como papa Inocêncio III em 8 de Janeiro de 1198, era ainda um diácono. Era necessário que fosse ordenado sacerdote para poder ser consagrado papa. A ordenação teve lugar seis semanas depois da eleição, em 21 de Fevereiro do mesmo ano, e no dia seguinte, na importante festa da cadeira de S. Pedro, foi consagrado papa na velha basílica de S. Pedro.

O cerimonial da consagração²¹ iniciou-se com uma procissão, que partindo da sacristia, onde o papa com a ajuda dos cónegos da basílica tinha envergado os trajes papais, se dirigiu para o altar central. Através do corredor central, entre a multidão que a enchia por completo, avançava com lenta solenidade entre o fumo do incenso. À frente da procissão ia o portador da cruz, seguido pelos cantores e por portadores de velas e do incenso. Depois destes, surgia o corpo eclesiástico (composto por quatro arcebispos, vinte e oito bispos, seis cardeais sacerdotes, nove cardeais diáconos e finalmente dez abades²², à volta destes, vinham os sacerdotes). Na parte final da procissão surgia o papa rodeado pelos diáconos. Depois de todos passarem diante do altar, o papa sentou-se num trono colocado diante dos degraus que

²¹ Pode-se encontrar na *Gesta Innocentii III* uma narração mais detalhada e pormenorizada deste cerimonial da consagração. A *Gesta* é uma narração da vida de Inocêncio até ao ano de 1208 realizada por um contemporâneo. Existem duas edições da obra: a edição clássica e de pouca confiança que surge em *Patrologiae Latinae (PL)*, 214. Parisiis: Garnier fraters editores et J.-P. Migne successores. 1890, p. 17 AB e uma edição moderna fruto de um trabalho de dissertação de doutoramento realizado por David Gress-Wright: GRESS-WRIGHT, D. – *Gesta Innocentii III: Text, Introduction and Commentary*. Bryn Mawr College Dissertation. 1981, pp. 1, 11, 7-9, 17-19. Citaremos sempre as duas edições.

²² *PL*, 214, pp. 20-21; GRESS-WRIGHT, D. - *Gesta Innocentii III: Text, Introduction and Commentary*. Bryn Mawr College Dissertation. 1981, pp. 3-4.

conduziam ao trono de S. Pedro, onde recitou as orações iniciais da missa. Subiu os degraus, incensou o altar e, pedindo a misericórdia divina, sentou-se no trono do apóstolo. Em seguida, Octaviano, o bispo de Óstia, colocou os evangelhos sobre a cabeça de Inocêncio e todos, sem dizer uma única palavra, estenderam as suas mãos direitas em direcção ao papa. O consagrador, depois de uma breve oração pelo papa, ungiu-lhe a cabeça com os santos óleos.

Um arqui-diácono aproximou-se trazendo uma estola de linho denominada de «pallium» e disse: «Recebe o ‘pallium’, (ou seja, a plenitude do ofício papal) para a glória de Deus onipotente, da sempre gloriosa virgem Maria sua mãe, e dos bem aventurados apóstolos Pedro e Paulo e da santa igreja romana» e colocou-o sobre os ombros de Inocêncio. Então, procedeu-se a uma nova procissão, desta vez dirigida ao trono do apóstolo onde se encontrava sentado Inocêncio. Todos os clérigos, grandes ou pequenos, se prostravam diante do papa recebendo em seguida o abraço da paz. Ao fim disto, o papa ergueu-se, entoou o «Glória» e a cerimónia prosseguiu.

Lotário de Segni, agora Inocêncio III, foi elevado à plenitude do poder a partir do momento em que aceitou a eleição dos cardeais. Em 8 de Janeiro, quando os cardeais se encontravam reunidos em conclave, o mais velho dos cardeais diáconos, Graciano colocou-lhe nos ombros o manto púrpura, dizendo: «Eu te invisto com o pontificado romano para que presidas sobre a cidade e sobre todo o mundo» e, em 21 de Fevereiro na sua consagração, um dos arqui-diáconos lhe concedeu o «pallium», dizendo: «Recebe o ‘pallium’, (ou seja, a plenitude do ofício papal) para a glória de Deus onipotente, da sempre gloriosa virgem Maria sua mãe, e dos bem aventurados apóstolos Pedro e Paulo e da santa igreja romana».

As palavras proclamadas solenemente pelo mais idoso dos cardeais que apelavam para a noção da missão do papa tinham uma amplitude de tal maneira grande que permitiam um vasto número de interpretações. Poderiam conceder espaço a interpretações marcadamente de cariz mais espiritual, como também revelar posições que advogavam a ideia de carácter hierocrático de que o papa detinha um poder absoluto sobre o domínio temporal, detinha a espada espiritual bem como a temporal, os ofícios de sacerdote e de imperador. Como interpretou o papa Inocêncio III estas palavras? Que concepção tinha ele do seu ofício papal, da sua missão papal? Como compreendia ele os aspectos espirituais e temporais da autoridade papal? Como é que se devem compreender as relações do papa Inocêncio com os poderes seculares? Tudo isto são problemas que irão surgir na análise das grandes afirmações acerca da autoridade papal realizadas pelo papa Inocêncio III ao longo do seu pontificado, bem como no estudo acerca das acções do papa nos grandes combates e nas grandes frentes históricas do

seu pontificado. No entanto, é importante ter em mente, a ideia de que no momento em que escutava as palavras do cardeal, ele já tinha pensado bastante acerca do papado e acerca do papel e da função do papa, ideia que pode ser confirmada, não só com a referência à sua obra teológica realizada antes de ser eleito papa²³ – sobretudo na obra «De Sacro Altaris Misterium ou De Missarum Misteriis» – mas também, pela referência ao facto de que praticamente todas as grandes afirmações acerca da autoridade papal são realizadas nos primeiros anos do seu longo pontificado.

²³ Antes da sua ascensão ao papado, Inocêncio produziu três obras de carácter eminentemente teológico: «De Miseria Humanae Conditionis»; «De Quatripartita Specie Nuptiarum», e o «De Sacro Altaris Mysterio, ou De Missarium Misteriis». A mais completa reflexão acerca do papa surge no «De Sacro Altaris Mysterio». Nesta obra depois de ter descrito as seis ordens do clero, ele oferece então um capítulo acerca da «primazia do romano pontífice». Ele apresenta os textos bíblicos relacionados com Pedro para demonstrar que Cristo concedeu-lhe a ele o governo («principatum») de toda a igreja. Pedro pode ligar os outros, mas não pode ser ligado pelos outros. Pertence a Pedro, cuja fé nunca falha, fortalecer os outros. O sumo pontífice é chamado à plenitude do poder; os restantes sacerdotes são chamados para uma partilha da responsabilidade («pars solitudinem»), vd. *PL*, 217, pp. 774-779.

PARTE 1

Capítulo I

Papa Inocêncio III e Roma

Pretende-se neste capítulo desenvolver uma análise histórica de todo o processo realizado pelo papa para restaurar e estabelecer o domínio e a autoridade papal em Roma e nos estados papais.

Política de restauração do domínio papal em Roma – Processo de recuperação do estado papal – Contendas em Roma – Exílio papal – Transformação do sistema eleitoral – Regresso do Papa – Criação de um novo governo – Tumultos e conflitos em Roma – Intervenção do Papa – Controle papal sobre Roma

Roma, na altura da ascensão de Inocêncio III a papa, era completamente independente da administração papal. Tal como as cidades lombardas e muitas outras comunas italianas se tinham tornado senhoras nos distritos que governavam, assim a comuna romana, no tempo do senador Benedito Carushomo, se tinha apoderado de regiões vizinhas – a Sabina e a Marítima – que pertenciam ao património eclesiástico da Santa Sé.

Nos dias que se seguiram à sua coroação, Inocêncio preocupou-se logo em restaurar o domínio papal, tanto em Roma como nas regiões vizinhas, de modo a garantir uma base territorial segura e estável para iniciar o seu programa. Manter o controle sobre a cidade de Roma tinha sido uma das grandes aspirações de todos os papas – tão antiga como a história do papado. A residência do papa na antiga cidade imperial tinha sido frágil desde o princípio. Mas o papa não podia divorciar-se da sé de Pedro. Enquanto permanecesse bispo de Roma, o papa pertencia a Roma. Os papas podiam ser – e muitas vezes foram – expulsos de Roma, mas aspiravam sempre regressar à cidade à qual pertenciam.

Inocêncio conseguiu em grande parte realizar os seus intentos. Utilizou diplomaticamente uma tática conciliatória em detrimento da força. Habilmente obteve o juramento de fidelidade do governador Pedro dl Viço – o homem do imperador em Roma – concedendo-lhe a investidura do cargo «pear mantêm», ou seja, cobrindo-o com o manto púrpura. Contrariando os termos do acordo de paz de 1177 em que o governador tinha tomado o seu

ofício como feudo imperial, conseguiu afastar qualquer possibilidade de uma intervenção jurisdicional por parte do império e do imperador em Roma.

No entanto, o cargo de governador, que se tinha tornado hereditário na família dos «senhores de Vico», tinha perdido grande parte do seu poder e importância porque as funções judiciais que lhe pertenciam tinham passado quase todas para as mãos da comuna romana. Depois de eliminar a soberania imperial em Roma, Inocêncio dirige a sua atenção para outros campos. No início de 1198, existia apenas um senador, Scotto Papparone. Inocêncio, depois de obter um juramento de submissão da sua parte, acaba por o demitir, conseguindo, em seguida, fazer com que a população romana lhe reconhecesse o direito de nomeação dos senadores. Inocêncio passou a nomear um intermediário – o chamado «medianus» – que por sua vez deveria escolher o novo senador. Este acontecimento, na atmosfera complexa de Roma em que a estabilidade e a paz eram preservadas com enorme dificuldade²⁴, representava uma vitória notável para o pontificado. E essa vitória, é tanto mais notável quanto tivermos em mente que superava o poder de investidura de que falava a Paz de 1188 (vista então como uma grande vitória papal), dado que neste novo processo ele detinha o poder sobre a nomeação, em vez de uma mera influência numa eleição em que o povo deveria sempre aprovar a escolha. O Novo senador deveria prestar um juramento no qual reconhecia ser fiel e submisso ao papa. É importante termos a consciência de que esta submissão revela ser mais do que uma mera cerimónia formal ou simbólica na medida em que o senador assegurava que nada faria contra o romano pontífice, e, sobretudo, prometia ajuda para que o pontífice conservasse, defendesse e recuperasse as possessões e regalias papais.

Por volta da mesma altura, na prossecução da sua política de restauração do domínio papal em Roma e nos territórios que tinham pertencido ao domínio do património eclesiástico, Inocêncio consegue estender a sua soberania sobre duas regiões vizinhas de Roma – a Sabina e a Marítima – que se encontravam sob administração da cidade. Esta medida territorial do papado foi encarada como ofensiva por certos sectores da oposição. A história política do governo da cidade, com as suas querelas entre o governo dos cidadãos e o governo papal, tinha providenciado um enorme número de argumentos que sustentavam pretensões e

²⁴ Esta instabilidade e insegurança têm a sua origem no combate entre duas grandes visões acerca do governo de Roma que aglutinava o povo romano. Por um lado, existia a noção de que os ideais republicanos tinham tornado Roma uma cidade grandiosa na antiguidade. Dentro deste ideal, a cidade de Roma devia ser governada pelos próprios cidadãos e não pelo pontífice por mais poderoso que fosse. Por outro lado, existia a noção de que o papado era uma fonte de prestígio e de riqueza para a cidade. Deste modo, não era do seu interesse enfraquecer, humilhar o papa ou mesmo expulsá-lo da cidade. Assim, à volta destes ideais rivais reuniam-se grupos e facções procurando o apoio popular para os objectivos da sua facção ou da sua família.

reivindicações de ambas as partes pelo controle das terras vizinhas de Roma. Deste modo, João Pierleone e João Cappoccio – dois antigos senadores e representantes do movimento de oposição – baseados na ideia de que tais regiões pertenciam de direito à administração romana, afirmavam que Inocêncio tinha despojado violentamente a república romana “tal como um falcão arranca a sua presa”²⁵. Estes e outros, cujo poder tinha diminuído com a ascensão de Inocêncio procuravam o momento e a oportunidade que lhes permitisse mudar a balança.

Depois do primeiro acto, que foi a restauração do domínio papal em Roma, Inocêncio dá início ao segundo acto: Procura realizar o processo de recuperação e libertação do estado papal das tropas imperiais e restaurar as suas antigas fronteiras.

O estado papal consistia sobretudo em doações de terras da Itália central realizadas por vários imperadores ao longo dos tempos. As primeiras doações remontam aos tempos dos imperadores francos. As doações de Pepino e de Carlos Magno concederam aos papas reivindicação legal sobre grandes áreas da Itália central que tinham caído aos Lombardos juntamente com o exarcado de Ravena, as províncias de Veneza e da Ístria. As doações mais tardias de Luís o Pio em 817 (o chamado Ludovicianum) e de Otão I em 962 (a chamada Ottonianum) concediam aos papas a suserania sobre áreas muito vastas da Itália: o ducado de Roma, Toscana, a Campânia, o exarcado de Ravena, Pentápolis e a Sabina. O Ottonianum foi confirmado em 1020 pelo imperador Henrique II. No entanto, os imperadores posteriores não aceitaram a suserania papal sobre estas áreas da Itália central. A estes territórios bastantes grandes é necessário acrescentar ainda as terras matildinas doadas à igreja romana pela condessa Matilde da Toscana em 1102, que era a única herdeira de um enorme complexo de feudos imperiais e de terras na Toscana, Emília e na Lombardia. A pertença destas terras foi sempre objecto de disputas e tiveram um lugar essencial nos conflitos entre o papado e o império, pois os seus limites eram vagos e mal definidos. Porém, para além de todas estas terras doadas aos papas, existiam ainda outras, tais como o ducado de Espoleto, e a Marcha de Ancona que estavam na mira dos papas, sobretudo a partir do século XII. É importante salientar que a noção do estado papal se expande muito para além de um conjunto de doações que ao longo dos tempos foram concedidas pelos imperadores aos papas, e revela um papel verdadeiramente fundamental para a realidade e para a segurança e para liberdade do papado.

²⁵ PL, 214, CLXXVIII. GRESS-WRIGHT, D. - *Gesta Innocentii III: Text, Introduction and Commentary*. Bryn Mawr College Dissertation. 1981, p. 324.

A necessidade de assegurar o controlo do estado papal e do património de Pedro tinha sido uma preocupação central dos papas reformadores – desde 1059, e de modo especial desde o papa Gregório VII – e dos seus sucessores do século XII e XIII, pois viam no estado papal a principal garantia da independência da igreja. O estado simbolizava a «liberdade da igreja» – a «*libertas ecclesiae*» – pela qual os reformadores tinham tanto lutado e era para além disso uma “condição necessária para a sobrevivência de um papado livre e activo”²⁶. Sem uma base territorial o papado não podia ser independente do império e de outras influências. Por volta do final do século XI, os papas começaram a ver estas terras como as «terras de S. Pedro» («*Terri sancti Petri*»), enquanto os imperadores escreviam de modo mais vago «*regalia et possessiones*» papais. Estas terras eram o «*Latium*», ou seja, a Campânia, a Marítima, a Sabina e o condado de Tivoli. As pretensões territoriais do papa Adriano IV em 1159 eram extremamente modestas, se comparadas com as doações carolíngias. Mas estas pretensões territoriais eram muito mais realistas, pois existia claramente uma diferença notável entre o domínio nominal e a realidade. O papa Adriano IV confinou a sua ideia de estado papal a uma área relativamente pequena: a do antigo ducado bizantino de Roma com o ducado de Espoleto a oeste. Durante os anos que se seguiram a estas pretensões territoriais (do papa Adriano IV), a realidade política e histórica foi marcada por uma dura e agressiva dominação da Itália central por parte dos imperadores Hohenstaufen. Muitas partes do estado papal tinham sido governadas directamente pelo império durante os anos em que Henrique VI esteve no poder. Viterbo, desde os tempos de Christian de Metz, por volta de 1170, era uma cidade imperial. Filipe de Suábia, irmão do imperador Henrique, que se auto-intitulava «duque da Toscana e da Campânia» e reivindicava para si o governo de uma enorme quantidade de regiões até às portas de Roma, e mesmo até à região de Trastevere, a sul da cidade de Roma. O governador de Roma tinha prestado um juramento de submissão ao imperador. Para além disso, a taxa imperial ou o «*fodrum*» estava a ser colectado ao longo do estado papal.

Depois do desaparecimento do imperador Henrique VI, o papado pôe rapidamente em prática, com bastante empenho, o processo de recuperação dos territórios que durante as últimas décadas tinham sido ocupados e controlados pelas forças imperiais.

O papa Inocêncio III, profundamente preocupado com o problema da segurança e da liberdade da igreja romana²⁷, continua o processo de recuperação iniciado no pontificado

²⁶ TOUBERT, P. - *Les Structures du Latium Médiéval. Le Latium Méridional et la Sabine du IXe siècle à la fin du XIIe siècle*. Roma: Bibliothèque des Ecoles Françaises d'Athènes et de Rome 221. 1973, p. 1039.

²⁷ Para uma análise do aspecto decididamente espiritual do processo da “*recuperatio*” cfr. MACCARRONE, M. – *Studi su Innocenzo III*. Padua: Editrice Antenore. 1972, pp. 9-22.

anterior concedendo-lhe no entanto um carácter completamente novo e uma amplitude bastante grande. As reivindicações territoriais que o novo papa revela, estendem-se sobre uma área bastante grande, sobretudo quando comparadas com as pretensões de Adriano IV. Estas reivindicações papais incluíam áreas como: a Campânia, o sul da Toscana, a Umbria, a Marcha de Ancona, o execrado de Ravena, e as terras Matildinas. A base legal para esta política de recuperação encontra-a Inocêncio nos diplomas carolíngios, no dos papas posteriores, bem como na doação realizada pela Condessa Matilde, e não na «Doação de Constantino». Ele apenas reivindicava “terras nomeadas em muito privilégios imperiais desde o tempo de Luís, o Pio”²⁸. Regiões como a Campânia e o sul da Toscana há muito que se encontravam sob influencia do papado. Nas províncias mais distantes os direitos papais não tinham sido aplicados e, para além disso, não surgiam ou figuravam proeminentemente nas negociações com o império; no entanto, estavam a ser cuidadosamente documentadas pelos camareiros papais²⁹.

As condições na Itália central depois da morte de Henrique VI eram caóticas. Markward de Anweiler era um oponente terrível na Marcha de Ancona. Para além disso, as cidades e as suas comunas estavam relutantes em aceitar um ou outro lado. Na Emília-Romanha, para onde Inocêncio enviou legados com o objectivo de reivindicarem que essas terras eram propriedade da igreja romana, tal como tinha feito em relação à Marcha, as condições políticas eram complexas e desastrosas. Persistia uma guerra entre Ravena e Ferrara que iria terminar em 1200 e existia um estado de conflito latente entre as cidades de Bolonha, Ímola e Faenza. Em 1201, o estado de Emília-Romanha, bem como na Marcha, era ainda tumultuoso, ao ponto de Inocêncio se lamentar que nestas regiões a situação era muitíssimo pior agora que as comunas estão livres do que quando estavam sob domínio do império³⁰. No entanto, apesar das dificuldades em realizar o processo de recuperação em muitas áreas da Itália central, este processo foi bem sucedido noutras. O ducado de Espoleto e o condado de Assis representam um bom exemplo disso. Estes territórios da Itália central encontravam-se nas mãos de um dos oficiais de Henrique VI, Conrado de Urslingen. Depois da morte do imperador, este oficial

²⁸ TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam. 1980, p. 104-105.

²⁹ Temos um bom exemplo disso no «*Liber Censuum*» do camareiro papal Censius, em que os oficiais do papa compilavam as antigas doações imperiais e, apontavam que certas Marchas e Ducados pertenciam de direito ao património papal. Para maior informação acerca disto cfr. KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. *Miscellanea Historiae Pontificiae* 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, p. 3; *Liber Censum Romanae Ecclesiae*. Ed. P. Fabre e L. Duchesne. vol. I. Paris. 1880-1952, p. 349.

³⁰ *PL*, 214, p. 937; Cf. WALEY, D. - *The Papal State in the Thirteenth Century*. London: Macmillan. 1961, p.41; TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p. 99.

imperial tinha ficado com uma reduzida capacidade de defesa, de modo que aceitou uma submissão sem qualquer tipo de condição e partiu para a Alemanha. Este facto importante permitiu a Inocêncio tornar-se senhor de um vasto e importante território (Espoleto, Assis, Rieti, Foligno, Città di Castello, etc). Inocêncio nomeou Gregório, cardeal diácono de S.Maria in Aquiro, que iria agir como reitor e legado papal exercendo uma autoridade secular e espiritual completa nos territórios. Esta nomeação representou o primeiro passo para a criação de um sistema administrativo para o estado papal de acordo com o qual os príncipes seculares e os governos das cidades eram colocados sob a supervisão de um reitor eclesiástico³¹. Perugia foi submetida ao domínio papal conservando, no entanto, alguns privilégios. Entre os velhos limites do estado papal foram recuperadas as zonas de Radicofani, Montefiascone e Acquapendente, enquanto que a «Roca Cicerglie», na Marítima, foi comprada por Rolando e Guido de Letulo. Nesses primeiros meses do seu papado, Inocêncio esperava impor um governo semelhante mais a norte no Ducado de Ravena, na Marcha de Ancona e talvez mesmo na Toscana, mas os poderes locais nessas regiões de modo algum o permitiram³².

Estas explícitas afirmações da jurisdição eclesiástica sobre o estado papal começou a preocupar os romanos, ou pelo menos aqueles que estavam profundamente descontente por causa da diminuição dos direitos comunais realizada pelo papa – a atribuição a si da nomeação do senador e a abolição dos oficiais citadinos de distrito. Esta oposição murmurante, como vimos atrás, esperava ansiosamente o momento e a oportunidade para mudar a balança. Entre 1198 e 1202, a oposição nada tinha conseguido fazer apesar da tática «maquiavélica» realizada na guerra contra Viterbo. A ajuda de Inocêncio (e de seu irmão Ricardo de Segni) levou os romanos a derrotar uma força superior conduzida por Viterbo. Este acontecimento aumentou o prestígio do papa e permitiu-lhe colocar-se acima da oposição³³.

O momento surgiu em Setembro de 1202, durante a estadia do papa em Velletri, quando a inimizade entre os Scotti – os parentes maternos do papa – e os Boboni se transformou numa

³¹ PL, 214, XXV-XXVI; GRESS-WRIGHT, D. - *Gesta Innocentii III: Text, Introduction and Commentary*. Bryn Mawr College Dissertation. 1981, p. 9; *Die Register Innocenz III (Reg.)*, Pontifikatsjahr 1198/99, I, Ed. Othmar Hageneder e Anton Haidacher, Publikationen der Abteilung für Historische Studien des Österreichischen Kulturinstituts in Rom II/I/1, Graz/Köln, 1964, 356; WALEY, Daniel - *The Papal State in the Thirteenth Century*. Macmillan, London, 1961, p. 37.

³² Id., *ibid.*, pp. 33-38.

³³ PL, 214, CLXXVIII; GRESS-WRIGHT, D. - *Gesta Innocentii III: Text, Introduction and Commentary*. Bryn Mawr College Dissertation. 1981, p. 324.

guerra aberta³⁴. Inocêncio regressou imediatamente a Roma e procurou extinguir as chamas por meio de uma resolução pacífica. Mas a morte de um Boboni às mãos dos Scotti, deita por terras todos esforços de conciliação realizados pelo papa e reacende a disputa e agrava a violência. A fúria dos Boboni espalha-se por Roma, arrasando por completo as casas dos Scotti. Os Poli, uma família nobre cujas propriedades tinham caído nas mãos do irmão de Inocêncio Ricardo de Segni através de um acordo matrimonial, agravaram uma situação que por si já era extremamente complexa. Eles afirmaram que Ricardo os tinha defraudado da sua propriedade³⁵. Num acto teatral de implicações bastante amplas, os Poli encabeçados pelo conde Oddone de Poli, percorrem as ruas de Roma envergando trajos miseráveis, e entrando em todas as igrejas para apelar a cólera divina contra Ricardo de Segni, o seu espoliador. Com este gesto, o descontentamento da oposição assumiu um disfarce religioso, ligando a sua opressão com o sofrimento de Cristo. A agitação popular tornou-se tão grande que no dia 7 de Abril de 1203, na segunda-feira depois do domingo de Páscoa, a liturgia papal em S. Pedro foi interrompida por uma multidão e Inocêncio teve que atravessar a cidade desde S. Pedro até ao Latrão entre insultos e ameaças. Muitos dos que o acompanhavam foram maltratados na confusão que se seguiu.

Uma multidão furiosa atacou o palácio do senador Pandolfo – partidário de Inocêncio – no Capitólio, tendo este sido forçado a fugir de Roma. A cidade estava a tornar-se extremamente perigosa³⁶. Inocêncio, vendo a sua posição colocada em perigo, sai de Roma e transfere-se para Ferentino.

A partida do papa não pôs fim ao clima de intriga e de confusão que se vivia em Roma. Em Outono do mesmo ano, começou-se a realizar a renovação do cargo de Senador, mas como

³⁴ Para uma análise mais completa da narração destes factos cfr. *Gesta PL* 214. Parisiis: Garnier fraters editores et J. -P. Migne successores. 1890; Cfr. TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam. 1980, pp. 127-129. De qualquer modo, parece-me ser de interesse para uma compreensão mais ampla dos problemas apresentar numa breve pincelada os acontecimentos que motivaram a contenda entre as duas famílias. Os Boboni detinham terras que outrora tinham pertencido ao papado. Eles começaram a temer, à medida que o controlo do papa ia crescendo em Roma, que o papa iria certamente reivindicar essas terras. Deste modo, tornaram-se republicanos militantes. No Outono de 1202, tendo o papa partido de Subiaco para Velletri, eles roubaram as casas de um número de primos de Inocêncio.

³⁵ Os Poli, os senhores de Poli, eram uma família nobre arruinada, cujo domínio – uma antiga terra da igreja – cheio de hipotecas, praticamente não lhes dava sustento. Ricardo de Segni, que procurava se tornar um grande proprietário na Campânia Romana, comprou os feudos e as rendas comprometidas, tornando-se o senhor do domínio dos Poli e pediu ao chefe dessa família, Oddone, a mão da sua filha para o seu próprio filho. Oddone, num primeiro momento, aceitou, mas depois que o seu património foi reconstituído e livre de todos os seus encargos, ele quis voltar atrás. Rompendo as negociações, ele conduziu Ricardo à justiça, como culpado de o ter explorado e defraudado da sua propriedade.

³⁶ *PL*, 214, CLXXXVI-CLXXXVII; GRESS-WRIGHT, D. - *Gesta Innocentii III: Text, Introduction and Commentary*. Bryn Mawr College Dissertation. 1981, pp. 333-334.

facilmente se pode compreender não houve maneira de se chegar a um acordo entre as várias facções. Sentiu-se então necessidade de transformar o sistema eleitoral.

Em oposição ao sistema de apenas um senador, as forças republicanas conseguiram ganhar o apoio geral e foi aceite o tradicional sistema de cinquenta e seis senadores. Este modelo tinha a vantagem de permitir que as várias tendências e as ambições familiares se exprimissem melhor. Porém, este sistema rapidamente mostrou ser pouco apropriado para a situação complexa que se vivia então em Roma, dado que eram tantas as facções e tantas as querelas entre os senadores que era praticamente impossível tomar qualquer decisão consensual. Este clima começou a fazer brotar entre um grande número de cidadãos a vontade de que o papa retornasse. Deste modo, começaram a ser enviadas delegações com o objectivo de conseguir o retorno do papa a Roma. Estas delegações, ao princípio pequenas, começaram com o tempo a aumentar e a tornar-se cada vez mais importantes. Finalmente, em Março de 1204 – quase um ano depois de ter saído de Roma – o papa Inocêncio retorna à cidade.

O seu primeiro gesto, depois de entrar em Roma, foi o de restaurar o sistema de um senador. Nomeou João Pierleone como «medianus» para a escolha do novo senador. Este, que tinha sido uma das principais cabeças do movimento de oposição e um dos principais instigadores do movimento que levou ao exílio do papa. Pierleone nomeou como senador Gregório Perleoni di Rainerio – um parente afastado. Estas nomeações foram bem recebidas e aceites por parte da população. No entanto, o novo senador era um homem dotado de um temperamento pouco firme, de modo que rapidamente surgiram de novo discórdias entre os romanos. A facção contrária ao papa, apontando que Inocêncio tinha utilizado mal o seu direito sobre o senado e que com isso tinha violado o pacto de 1188, devia ser-lhe retirada a autoridade.

Eles criaram então um novo governo a que deram o nome de «boni homines de communi», reivindicando uma completa liberdade de acção. Esta situação gerou um estado de completa confusão e de conflito entre as facções. Em Roma, como noutras cidades italianas, estes conflitos entre nobres geralmente tinham um carácter muito especial.³⁷ João Cappoccio, o líder da facção contrária ao papa, começa a reforçar as defesas da sua casa e a reconstruir a sua torre. Pandolfo, antigo senador e líder da facção pró-papal, e outros tentaram-no impedir,

³⁷ Estes conflitos bastante singulares estavam ligados a um curioso esforço de defesa dos edifícios, em que se construía furiosamente, febrilmente, seja em tijolo, seja em madeira; mandavam-se vir arqueiros e máquinas para destruir muralhas. Tratava-se de impedir o adversário de construir a sua torre, de a cobrir de flechas e de pedras enquanto eles construía. E, mesmo, se sucedesse, de assaltar o seu forte, de o destruir a golpes de “ariés” e de lhes deitar fogo. Essas torres, feitas de materiais pouco resistentes, ruíam ou ardiam, mas erguiam-se com enorme velocidade e a luta, espalhada por todo o lado, eternizava-se.

mas quando João Cappoccio continuou, Pandolfo e os seus aliados prepararam-se para a guerra. Na segunda-feira de Páscoa, estourou um tumulto gravíssimo.

João Cappoccio e os seus partidários espalharam-se pelas ruas de Roma incitando a população romana a revoltar-se contra o papa; e no meio da confusão, é atacada violentamente a casa de Pandolfo. Por toda a parte começam então a acender-se e a espalhar combates e conflitos entre os partidários das facções. Inicia-se então uma corrida às armas à medida que ambas as partes começam a construir defesas e fortificações onde quer que calhasse. Por toda a parte, as famílias começaram rapidamente a erguer novas torres, fossos ou muralhas em lugares e posições estratégicas, e ao mesmo tempo, recrutam tropas para se defenderem dos ataques dos inimigos. Os tempos que se seguem são marcados pela violência e pela guerra entre as partes em conflito. Nas ruas de Roma, transformadas agora em autênticos campos de batalha, soam gritos de batalha, escuta-se o clamor e tinir de espadas; um mar de setas e de pedras enchem os céus de Roma escurecidos pelo fumo dos incêndios que se espalham por todo os lados. Os esforços de Pandolfo eram financiados por Ricardo e esta ajuda foi reforçada ainda pelo ímpeto construtivo de um cunhado de Inocêncio III, Pedro Annibaldi. Numa primeira fase, João Cappocci teve sucesso na sua luta, dado que conseguiu destruir, tomar e assenhorar-se muitas das torres, casas e defesas realizadas por Pandolfo. No entanto, com o evoluir dos acontecimentos, o líder do movimento anti-papal começou a perder o apoio dos seus apoiantes – devido a um temor que este se tornasse demasiadamente poderoso – e, rapidamente, o apoio da população romana.

Por esta altura, Inocêncio intervêm com uma proposta de um acordo entre os beligerantes. A proposta apresentava a nomeação de quatro «boni homines» para arbitrarem as divergências e as diferenças que dividiam e agitavam a cidade. Apesar de terem novamente surgido conflitos e combates entre as partes, esta proposta foi aceite, e então os cidadãos romanos elegeram quatro pessoas para resolverem os problemas. Estes quatro «boni homines» reconheceram que era impossível encontrar no momento que se vivia alguém que fosse capaz de agradar a todas as facções, e pediram ao papa que aceitasse provisoriamente a transformação do sistema eleitoral para a clássica forma de cinquenta e seis senadores.

Inocêncio, com grande relutância, aceitou a proposta. Os cinquenta e seis eleitos prestaram-lhe o juramento e a cidade entrou num momento de aparente sossego. Este clima de calma e de paz que se viveu depois da eleição dos novos senadores foi de curta duração, algumas semanas mais tarde surgiram e multiplicaram-se por toda a cidade conflitos e a desordem. Assim, na primavera de 1205, depois de soarem os protestos da população contra a situação

caótica que se viva na cidade, voltou-se de novo ao sistema de um senador nomeado directamente pelo pontífice.

O novo senador escolhido pelo papa, Pandolfo, governou Roma com braço de Ferro. Certamente, os descontentamentos e o espírito autonomista das facções republicanas não desapareceram, no entanto não tiveram qualquer possibilidade de reagir ou de se erguer contra o papa. Muitos dos mais importantes líderes e cabeças do movimento da oposição começam a deixar Roma. O prestígio de Inocêncio estava mais firmemente do que nunca estabelecido na cidade de Roma. Finalmente tinha conseguido estabelecer depois de tantas lutas o seu controle e o seu domínio sobre a cidade, tinha conseguido realizar a grande aspiração de todos os papas. Daqui em diante o papa poderia estabelecer e manter vigorosamente os seus direitos soberanos. Roma era agora uma base segura e estável para continuar a estabelecer o seu programa papal.

Tendo deste modo assegurado o seu poder em Roma, Inocêncio pode retomar com maior tranquilidade a sua política de recuperação dos estados papais, sentindo, no entanto, que era necessário manter uma acção vigilante, dado que como em Roma, também aqui tinha diante de si uma enorme variedade de inimigos: os nobres feudais e as comunidades citadinas ou rurais – pouco desejosos, depois de se libertarem do domínio e da pressão imperial, de sentirem uma nova autoridade e um novo controlo a domina-los. Inocêncio, com grande habilidade soube agir. Como sucedeu nos últimos meses do seu primeiro ano de pontificado e noutros momentos, calcorreava e dirigia-se pessoalmente às cidades papais e às terras papais para averiguar os seus problemas, para escutar reclamações, receber homenagens. Do mesmo modo, convocava senhores, chefes de comunas e cônsules para se dirigirem a Roma para receberem ordens directas. Com esta política, o papa Inocêncio III conseguiu estabelecer e manter um domínio sobre as comunas e sobre as terras que tinha recuperado. Na Itália central, apesar de não existir qualquer tipo de poder imperial capaz de fazer impor a sua autoridade, o papa Inocêncio, talvez devido à distância e ao desenvolvimento do poder das cidades, não conseguiu impor o seu poder como acontecera na Campânia e na Toscana. O mesmo não aconteceu nas regiões a sul de Roma e junto à fronteira do “Regno” graças à ajuda e controlo realizado pelo seu irmão Ricardo de Segni.

Capítulo II

O Papa Inocêncio III e a Sicília

Neste capítulo procura-se expor e analisar a política do papa Inocêncio III em relação à Sicília. Lutas e conflitos com as forças imperiais com a intenção de as impedir e afastar de utilizarem a Sicília como base para interferir no processo de recuperação dos territórios papais

A ameaça da “Unio regni ad imperium” – Coroação de Henrique VI – Morte de Henrique VI – Regência papal da Sicília – Markward de Anweiler – Esforços do papa contra as forças imperiais – Walter de Brienne – Conflitos na Sicília – Captura de Palermo – Morte de Markward de Anweiler – Estado de confusão e de anarquia na Sicília – Morte de Walter de Brienne – Assembleia de Monte – Cassino

O «regno» – nome que se dava aos territórios a sul dos estados papais e que se encontravam sob domínio dos reis normandos – no século XII (e mesmo no século XIII) era constituído por duas partes: a ilha da Sicília e as terras na parte sudoeste da península itálica. A parte sudoeste da península itálica englobava territórios e províncias modernas como: a Calábria, a Basilicata, a Apúlia, Campânia, Molise, Abruzzo, e a cidade de Gaeta.

Mergulhado no meio destas terras encontrava-se o pequeno enclave papal de Benevento.

Os governantes do «regno» assim como a sua realidade política, eram de extrema importância para a garantia da segurança e da liberdade da igreja romana nas suas lutas contra os imperadores.

Em 1184, o imperador Frederico Barbarossa casou o filho Henrique, duque da Suábia, com Constância da Sicília, sobrinha e herdeira do rei normando Guilherme II.

A igreja romana já há muito que se preocupava com a sucessão de Guilherme II – que não tinha filhos – e receava o casamento da sua herdeira com o herdeiro da coroa alemã. Em 1189, depois da morte de Guilherme II, a cúria romana pôs em prática uma estratégia já

anteriormente utilizada pelo papado. Utilizava a autoridade feudal do papa para prevenir a sucessão à coroa siciliana de candidatos indesejáveis³⁸. A cúria aproveitou a oportunidade oferecida pelos movimentos de oposição à sucessão de Constança. No início de 1189, estes movimentos procuraram organizar a eleição do Conde Tancredo de Lecce, sobrinho de Guilherme II, para rei da Sicília. (de acordo com os cronistas) Tancredo teria sido coroado rei da Sicília com o apoio e consentimento da igreja romana. Tal como Honório II (em 1127-28) e Inocêncio II (entre 1130-1139), Clemente III e Celestino III apoiaram a reivindicação de um candidato normando baseados na noção do direito hereditário com uma reivindicação a uma autoridade e domínio feudal do papa. Os argumentos utilizados pelo papado para rejeitar a reivindicação do conde Rogério vão ser reutilizados neste momento para recusar e rejeitar a pretensão de Constança à coroa real da Sicília. Como superior feudal da Sicília, o papa pode então rejeitar a eleição de Constança e aceitar a eleição de Tancredo, pois a eleição deste último era mais adequada para as posições do papado, bem como era considerado um vassalo mais «digno» para ser colocado à frente do reino da Sicília. Estamos perante uma forma hábil por parte do papado de afastar um acontecimento inconveniente que tinha surgido com o casamento entre Henrique e Constança: a «Unio regni ad imperium». Tancredo, graças a uma aliança com Ricardo de Inglaterra (cunhado de Guilherme II) consegue impor a sua autoridade sobre regiões, como a Apúlia, que estavam dominadas por forças que não apoiavam o domínio do novo rei. No verão de 1191 foi afastada a ameaça das forças imperiais de Henrique VI que tinham invadido e preparavam a conquista do «regno», pelo facto de terem sido atacadas por uma epidemia. Era uma ameaça latente, adiada por várias

³⁸ Temos dois exemplos deste tipo de estratégias utilizadas pelo papado: a primeira encontramos-a no ano de 1127, no problema da sucessão ao duque Guilherme da Apúlia, com a contensão entre o papa Honório II e Rogério II. Rogério II, reivindicando a Apúlia como sua herança, foi excomungado por Honório II. A teoria feudal arcaica do papado foi utilizada para se opor a uma reivindicação normanda baseada num direito hereditário. Os procedimentos do papa Honório II derivavam a sua justificação legal da formulação realizada por Gregório VII dos direitos papais no sudoeste da Itália: apenas a investidura papal poderia conferir a posse de um principado ou de um território e a investidura poderia ser recusada a um candidato considerado indigno. Tal foi o que sucedeu a Rogério, que foi considerado um inimigo do papado e portanto indigno da investidura. Honório realizou uma aliança entre os oponentes de Rogério para o afastar, no entanto, essa com o tempo acabou por se desintegrar. Depois de todos estes acontecimentos, Honório viu-se sem outra alternativa a não ser a da coroação e investidura do «inimigo do papado» com o ducado de Apúlia, em Agosto de 1128. O outro caso ocorreu entre 1130-1139, e tratou-se de uma contenda entre o papa seguinte – Inocêncio II – e o mesmo Rogério II. O papa Inocêncio II apontava que Rogério II tinha conseguido de modo ilegítimo o seu feudo, de modo que o papa tinha o direito de apontar um senhor digno de tal feudo. Deste modo, numa demonstração prática da teoria feudal do papado, em Agosto de 1137, foi conferido o ducado de Apúlia ao candidato escolhido e visto como digno, o conde Rainulf de Alife. Em 1139, no segundo concílio do Latrão, Rogério foi solenemente excomungado pelo concílio. Depois da morte do conde Rainulf de Alife, o papa pessoalmente conduziu a aliança dos inimigos de Rogério para o terreno, procurando deste modo conseguir uma resolução através do uso da força. As forças de Inocêncio foram derrotadas em Galluccio em 22 de Maio de 1133, e ele foi feito prisioneiro, juntamente com os seus companheiros. Cinco dias mais tarde, o papa lançou um privilégio contendo todas as concessões apontadas pelo decreto de Anacleto II em 1130, ou seja, a concessão da coroa real a Rogério e a herança aos seus descendentes.

circunstâncias, como constantes rebeliões em solo germânico, mas que se voltaria a fazert sentir.

Em Junho de 1192, Tancredo, após ter obtido o controle sobre todo o seu território, realiza uma concordata com a igreja romana:

Foi esta uma espécie de versão revista da concordata de Benevento em 1156. Porém, os privilégios concedidos à igreja não iriam durar muito, já que nos princípios do ano de 1194, o rei Tancredo e o seu filho mais velho, Rogério, morreram subitamente.

Estando a coroa siciliana vazia, o imperador Henrique VI não teve a menor dificuldade em derrubar os pequenos obstáculos que o impediam de realizar o passo para a concretização do grande sonho dos imperadores Hohenstaufen: a «*unio regni ad imperium*».

Henrique VI foi coroado rei da Sicília na noite de natal de 1194, e praticamente em seguida, num acaso de felicidade surpreendente, a sua mulher Constança deu à luz um filho, a quem foi dado o nome de Frederico. Um dos primeiros gestos de Henrique, foi acabar com as concessões realizadas por Tancredo à igreja romana na concordata de Gravina. Esta atitude não tinha importância, comparada com a da própria coroação. Isto sim, isto representava para o papado o fim, o corte de uma união extremamente importante para a segurança e liberdade da igreja romana.

Desde o pontificado de Gregório VII – desde os tempos da reforma – os papas procuraram garantir a sua segurança através de uma política de oposição ao império por parte dos príncipes normandos. Durante o período da contenda das investiduras e mesmo durante os tempos do cisma de 1159-1177 os papas procuraram o refúgio do sudoeste da Itália e utilizaram o apoio financeiro e militar dos príncipes normandos no seu conflito com os imperadores. Com a união do reino da Sicília com o império, o papado foi por completo privado desse apoio e garantia de segurança. O estado papal ficou assim um pequeno estado inseguro e indefeso, completamente esmagado e asfixiado entre os férreos braços do império.

A morte do imperador alemão Henrique VI, em 1198, representou a dissolução da união pessoal entre o reino da Sicília e o império e o fim de uma era profundamente desastrosa para o papado.

Constança passa para o papa a tutela do seu filho Frederico e considera-o regente da Sicília.

A política do novo papa em relação ao «regno» – reino siciliano – será marcada pela memória desse momento profundamente desastroso da história do papado e pelo «leitmotiv» de impedir que pudesse surgir novamente a união dos dois reinos. O facto de que o herdeiro de

Henrique era ainda uma criança de três anos e, para além disso, o facto de que Constança tinha e sentia uma profunda antipatia para com os alemães foi de grande importância e profundamente favorável para o desenvolvimento da política do papa Inocêncio III no «regno». Conseguiu realizar importantes acordos com a rainha Constança acerca do futuro da Sicília. Tanto o papa como a Rainha desejavam de vez pôr fim a qualquer tipo de ligações entre o império e o sul da Itália e a Sicília. A coroação de Frederico, em 17 de Maio de 1198, como rei da Sicília e não rei dos romanos – título preliminar de imperador dos romanos, ou seja, título preliminar à coroa imperial – representou uma importante concretização e um momento fundamental desse percurso, para além de, se revelar para o papado como um sinal da dissolução mais provável e pronta da união das duas coroas. Na sequência destes acontecimentos, a rainha Constança reafirmou que o filho detinha o seu reino como um feudo do papa, apontando e reforçando a noção tradicional da soberania feudal do papa sobre a Sicília. Para além disso, nesta sua vontade tenaz de destruir a relação entre o império e a Sicília partilhada pelo papa, Constança abandonou importantes privilégios pertencentes e zelosamente protegidos pela coroa siciliana que tinham circunscrito e limitado o poder e a autoridade dos papas na Sicília. Estes privilégios eram: o poder e o direito da coroa de intervir nas eleições episcopais, de excluir os legados papais, de impedir apelos ao papa, e controlar os concílios clericais dentro do «regno»³⁹. Pouco antes da morte da rainha Constança em 27 de Novembro de 1198, esta transferiu para o papa a tutela do seu filho, nomeando-o guardião da criança, concedendo-lhe ainda a regência do reino siciliano⁴⁰. O papa, com isto, conseguiu muito mais do que tinha procurado ou, certamente, do que teria imaginado. Com estas concessões o papa conseguiu estabelecer uma ligação mais estreita e poderosa entre a Sicília e a igreja romana. O papa Inocêncio III tinha nas suas mãos uma oportunidade que lhe permitia vantagens que tinham sido negadas aos seus antecessores. Tinha ainda a oportunidade de construir um estado papal forte. No entanto, nas primeiras semanas do ano de 1199, esta oportunidade única vai ser ameaçada e posta em risco pela chegada à Sicília de uma das figuras mais temidas por Inocêncio III: Markward de Anweiler.

Markward de Anweiler era um dos mais poderosos oficiais de Henrique VI, a quem tinha sido concedido o ducado de Ravena, a Emília-Romanha e a Marcha de Ancona. Depois da morte da rainha Constança, Markward, declarando-se como o defensor da causa Hohenstaufen,

³⁹ Gesta, PL, 214, XXXII; GRESS-WRIGHT, D. - *Gesta Innocentii III: Text, Introduction and Commentary*. Bryn Mawr College Dissertation. 1981, p. 16; LOUD, G. A. - “Royal Control of the Church in the Twelfth-Century Kingdom of Sicily.” In: *Studies in Church History* 18. 1982, pp. 147-159.

⁴⁰ VAN CLEVE, T. C. - *Emperor Frederick of Hohenstaufen*. Immutator Mundi. Oxford: Clarendon Press. 1972, pp.36-37.

deixou as suas vastas terras na Itália central – terras que se encontravam mergulhadas num estado de grande confusão – reuniu à sua volta todas as forças alemãs que permaneciam ainda na Itália e dirigiu-se para o sudoeste da Itália. O papa Inocêncio, tendo percebido de imediato o perigo e a ameaça que Markward representava para as suas aspirações no «regno» e mesmo na Itália, procurou através de todos os modos possíveis combater as forças alemãs e a todo o custo evitar a ascensão do poderio alemão no sul da Itália. É importante termos em mente que, para uma compreensão mais ampla e profunda das acções do nosso pontífice na questão siciliana, este movimento das forças alemãs chefiadas por Markward está intimamente relacionado com a questão da vassalagem feudal da Sicília. De facto, o problema das reivindicações papais e do partido Stauben na pessoa do irmão de Henrique – Filipe – era uma questão de particular importância nos últimos meses do ano de 1198 e mesmo nos primeiros meses de 1199. Como membro da família e como possível cabeça do império, Filipe contestou o direito do papa à regência e à tutela do reino siciliano⁴¹ e encarregou Markward de Anweiler de reforçar militarmente as suas reivindicações à regência do reino. Assim, nas primeiras semanas do ano de 1199, Markward através de um violento assalto ao Monte Cassino – considerado a porta de entrada do «regno» – pôs em pratica e em marcha o plano Hohenstaufen e invadiu o «regno». Inocêncio lança contra o guerreiro alemão a excomunhão e o interdito e imediatamente desenvolve esforços para organizar toda a Itália contra as forças germânicas. Convoca e procura reunir tropas na Toscana e noutras regiões e noutros lugares dos estados papais para combaterem as forças alemãs. O papa chega mesmo a oferecer a todos aqueles que se opõem e que pretendem ajudar na luta contra as forças de Markward os mesmo privilégios que eram dados aos cruzados, proclamando uma autêntica cruzada contra as forças alemãs e contra o terrível inimigo da igreja⁴². Esta noção não era propriamente uma novidade da parte do papado, dado que o papa Celestino já o tinha feito contra o rei de Leão. Não deixa de ser interessante apercebermo-nos como Inocêncio consegue esconder o aspecto político e temporal desta cruzada com uma subtil mudança no seu discurso. Revela em várias cartas do início do ano que a violenta invasão de Markward tinha posto por completo fim às tentativas e aos preparativos no «regno» de cavaleiros tomarem a cruz e partirem para a terra santa. Deste modo, já que Markward os tinha impedido de empreenderem uma cruzada contra os infiéis,

⁴¹ Para uma análise mais interessante e profunda sobre estas reivindicações e sobre a contestação de Filipe de Suábia aos direitos do papa cfr. TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam. 1980, p. 110. Existe também uma boa análise destes assuntos em BAETHGEN, F. - *Die Regentschaft Papst Innozenz III. Im Königreich Sizilien*. Heidelberger Abhandlungen zur mittleren und neueren Geschichte, 44, Heidelberg. 1914, pp. 131 e ss.

⁴² KENNAN, E. - “Innocent III and the first Political Crusade: A Comment on the Limitations of Papal Power”. In: *Traditio* 27, 1971, pp. 231-249.

eles agora poderia empreender essa cruzada na luta contra o inimigo da igreja romana⁴³. Por volta de Julho de 1199, Markward começa a dar início a um processo para a realização de um acordo de paz com o papa. O papa promete que removerá a excomunhão do alemão sob condições bastante duras para as pretensões e para as reivindicações dos Hohenstaufen: ele teria que desistir de toda a pretensão à tutela do jovem rei e ao domínio do reino, deixaria de ameaçar o «regno» e as terras do estado papal e teria de restituir todas as terras e territórios que tinha tomado, bem como prometer a restituição de territórios tomados por outros⁴⁴. Para além destas condições duras, Inocêncio obriga Markward a tomar a cruz e partir para a terra santa como penitência pelos seus imensos pecados contra a Santa Sé. O guerreiro alemão vê estas condições como uma capitulação demasiadamente humilhante. Assim, no Outono de 1199, Markward de Enweiler abandona por completo todas as pretensões a fazer um acordo de paz com o papa Inocêncio III.

Em Outubro, as forças alemãs chefiadas por Markward atravessam o estreito que separa o «regno» da ilha siciliana com o objectivo de tomar conta do jovem rei, Frederico e do governo da Sicília. Apoiado por uma aliança com os sarracenos, Markward, juntamente com os alemães que permaneciam na Sicília e com mercenários genoveses que tinham entrado ao seu serviço tornaram-se uma ameaça terrível para a Sicília e para o papado

Inocêncio, na urgência do momento, tenta unir as forças italianas e sicilianas contra o “novo Saladino” e contra os alemães⁴⁵. Os esforços do papa neste sentido são enormes, fazendo tudo o que podia, enviando cartas aos napolitanos, sicilianos e mesmo aos sarracenos, realizando empréstimos, procurando alistar tropas e até fazendo o seu dinheiro circular entre os seus adversários. No entanto, o resultado ao princípio é fraco e decepcionante. A resposta aos apelos e aos esforços de Inocêncio é praticamente nula. Deste modo, a tarefa de defesa e da luta contra o exército de Markward encontrava-se praticamente nas mãos do papa. Este, recruta uma nova armada que confia ao marechal Giacomo – um comandante eficiente – e a um nobre romano, Oddonne di Palombara. Em 21 de Julho de 1200, o exército papal consegue uma importante vitória sobre as forças alemãs. Apesar deste sucesso ser visto pelo

⁴³ *Reg* 1:554-59, *PL*, 214, pp. 510-521. *Die Register Innocenz III, Pontifikatsjahr 1199/1200*, II, Othmar Hageneder, Werner Maleczek e Alfred A. Strnad, Publikationen der Abteilung für Historische Studien des Österreichischen Kulturinstituts in Rom II/I/2, Rom/Wien, 1979, pp. 554-59; *PL*, 214, Garnier fraters editores et J.-P. Migne successores, Parisii, 1890, pp. 510-521.

⁴⁴ *Die Register Innocenz III, Pontifikatsjahr 1199/1200*, II, Othmar Hageneder, Werner Maleczek e Alfred A. Strnad, Publikationen der Abteilung für Historische Studien des Österreichischen Kulturinstituts in Rom II/I/2, Rom/Wien, 1979, pp. 158/59; *PL*, 214, pp. 716-719.

⁴⁵ *Die Register Innocenz III, Pontifikatsjahr 1199/1200*, II, Othmar Hageneder, Werner Maleczek e Alfred A. Strnad, Publikationen der Abteilung für Historische Studien des Österreichischen Kulturinstituts in Rom II/I/2, Rom/Wien, 1979, pp. 212, 217-268; *PL*, 214, pp. 782-784, 786-788, 848/849.

lado papal como um momento glorioso, a vitória não teve a eficácia desejada já que as forças alemãs continuaram a deter o controlo sobre toda a Sicília. Para além disso, começam a surgir conflitos entre o papa e o chanceler do reino Siciliano, Walter de Pelear, que vão dar origem a situações profundamente complexas para o papa e para a realidade papal na Sicília ⁴⁶.

O papa, pensando que as forças militares que detinha não eram suficientes para conduzir a uma luta vitoriosa contra as forças germânicas que detinham o controle praticamente de toda a Sicília, aceitou, em meados de 1199, a ajuda de um cavaleiro de origem francesa que procurava colocar-se à sua disposição no combate pela libertação das terras sicilianas das forças de Markwald de Enweiler. Este cavaleiro, Walter de Brienne, irmão de João de Brienne, que se tinha tornado rei de Jerusalém, tinha interesses e ambições perfeitamente claras e muitíssimo bem definidas quanto aos seus objectivos e quanto ao seu papel no combate siciliano. Walter era casado com a irmã mais velha do último rei normando, Guilherme III, filho de Tancredo, que tinha sido posto de lado pelo imperador alemão Henrique VI. A família deste rei derrotado – na altura da derrota em 1194 era ainda criança – conduzida sob prisão para a Alemanha, tinha concluído com o jovem imperador Hohenstaufen um tratado pelo qual renunciava aos direitos sobre o reino da Sicília, desde que lhe fosse assegurado o domínio sobre o condado de Lecce e o principado de Taranto. O papa tinha uma noção absolutamente clara e estava perfeitamente consciente das ambições e das reivindicações que estavam por detrás da oferta realizada pelo aristocrata francês. No entanto, não eram estas reivindicações a Lecce e a Taranto que o perturbavam e que o levaram a realizar uma longa deliberação sobre a aceitação da ajuda de Walter, mas o receio de que este pudesse reivindicar e reclamar através da ascendência da princesa, toda a herança dos reis normandos, ou seja, a coroa de Frederico. Apesar dos perigos que a oferta do cavaleiro

⁴⁶ O confronto tem o seu início no momento em que o arcebispado de Palermo fica vazio devido à morte do arcebispo Bartolomeu. Walter de Pelear procurou fazer os possíveis para ser reconhecido como arcebispo. Este conseguiu fazer com que os cónegos da catedral o propusessem e o legado papal, Cencio, reconheceu-o como arcebispo sem fazer qualquer referência ao papa. Inocêncio de modo algum aceitou que se tenha tomado uma tal decisão sem o seu consentimento, sobretudo quando se tratava de uma dignidade de tanta importância. Deste modo, repreende o seu legado e proíbe o chanceler de tomar um outro título senão o de bispo de Troja, autorizando-lhe apenas a gerir no espiritual e no temporal, como administrador provisório, enquanto a sé de Palermo estivesse vazia. O chanceler não vai perdoar ao papa o facto de ter proibido a sua hipótese de ascensão a arcebispo de Palermo. E isto irá se espalhar com uma clareza absoluta na união de Walter de Pelear, pouco tempo depois, com Markward de Enweiler. Para além deste ponto inicial, encontramos neste espaço intermédio outros sinais da hostilidade do chanceler ao papa. Em meados do ano de 1199, o papa colocou como defensor dos habitantes de Città, depois da morte do seu senhor, o conde de Chieti. Mas do governo de Palermo veio a ordem de os habitantes se submeterem ao governo de Pietro, cunhado de Pelear. O papa aponta que os habitantes lhe devem obedecer porque é ele quem detém legalmente a tutela do rei e o domínio sobre o reino. Assim, o papa ordena que apesar da ordem contrária de Palermo, eles devem reconhecer o conde de Chieti. Estes acontecimentos irritaram profundamente o chanceler Pelear que vê nisso uma ameaça e uma limitação ao poder que ele tinha apoderado no palácio e no estado.

francês poderia implicar, Inocêncio profundamente atormentado pelos sucessos das forças alemãs na Sicília, acabou por aceitar o risco e respondeu positivamente às propostas de ajuda de Walter. De certo modo, os grandes receios de Inocêncio foram afastados através da realização de um juramento⁴⁷.

Impelido pela resposta do papa, o aristocrata francês retornou às suas terras para recrutar tropas e para angariar dinheiro. Em Maio de 1201, depois de hipotecar todos os seus territórios ao seu familiar o conde de Champagne, encaminhou-se para a Sicília.

Entretanto, a corte siciliana dominada pelo chanceler Walter de Palear, que via e considerava a escolha de Walter Brienne como profundamente perigosa, chegou mesmo a insinuar que o papa desejava trair e destruir a causa do seu pupilo e recusou por completo todos os acordos com o cavaleiro francês e com o papado, dando início a um processo de aproximação e de realização de negociações com as forças alemãs. Aparentemente esta decisão tinha sido motivada pela ideia de que a corte siciliana tinha atingido uma posição bastante confortável durante o domínio imperial dos Hohenstaufen, posição que agora já não tinha. Mas na verdade, o motivo maior encontrava-se na fúria e rancor que o chanceler sentia pelo papa, sobretudo pelo facto de lhe ter retirado a hipótese de ser arcebispo de Palermo⁴⁸.

Por volta do Outono de 1201, começam a surgir em Roma notícias profundamente inquietantes relacionadas com o acordo entre a corte siciliana e os alemães. De facto, os dois lados tinham concluído um acordo em que se estipulava uma espécie de partilha do reino siciliano. O chanceler, Walter de Pelear, tinha ficado com domínio sobre o «regno», enquanto o guerreiro alemão detinha o controlo da ilha, com a excepção da cidade de Palermo – onde permanecia o jovem rei cuja guarda tinha sido confiada por Walter ao seu irmão Gentile.

Esta aliança profundamente perigosa para a política papal na Sicília, não durou muito tempo, pois entre os dois começaram a surgir conflitos e acusações mútuas: Pelear acusa o alemão de desejar controlar o reino, enquanto por sua vez este o acusa de ter colocado o seu irmão no trono da Sicília. Enquanto dura essa guerra de acusações, ambos os lados põem em andamento os seus projectos e ambições de conquista. O guerreiro alemão procura com a ajuda dos sarracenos e dos pisanos reformar as suas forças e a sua armada, para realizar a sua

⁴⁷ O papa forçou o conde, a sua mulher e a viúva de Tancredo a realizarem um juramento no qual se propunham a nada realizar para prejudicar a pessoa e a honra do rei Frederico ou do reino da Sicília. Ficou também estabelecido nesse juramento que qualquer infracção conduziria a uma imediata excomunhão, ao interdito bem como à perda de todos os direitos aos seus territórios. No mesmo juramento o conde prometeu que logo que recebesse o seu feudo iria prestar homenagem e serviço ao rei Frederico. Cfr. *PL*, 214, XXV; TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam. 1980, p. 130.

⁴⁸ *PL*, 214, LIII; GRESS-WRIGHT, D. - *Gesta Innocentii III: Text, Introduction and Commentary*. Bryn Mawr College Dissertation. 1981, p. 36.

investida e a sua marcha contra Palermo. O chanceler, por sua vez, procura a todo o custo na Sicília e, depois através da Calábria, nem que seja através de espoliação e de pilhagens de igrejas, ouro e dinheiro para conseguir recrutar e reunir forças. Em 1201, por todo o «regno» se espalha a dura lei da espada e o fogo dos combates entre as forças papais e os inimigos do papado por todo o sul da Itália. As forças papais chefiadas por Walter de Brienne conseguem alguns sucessos no sul da Itália, e preparam o assalto das regiões mais a sul: Taranto e Lecce. Estes sucessos e vitórias, não produzem um grande efeito em Inocêncio, que temia serem essas vitórias apenas a concretização dos interesses pessoais do cavaleiro francês e não daqueles assuntos e interesses que eram de suma importância para a igreja romana. O papa desejava, acima de tudo, que Walter de Brienne rapidamente atravessasse o estreito em direcção à Sicília, para que travasse e pusesse fim aos progressos das forças alemãs de Markwald. No entanto, o aristocrata francês continuou a realizar as suas conquistas no principado de Taranto, partindo depois para as regiões de Apúlia. Em 26 de Outubro, na planície de Cannes, onde normalmente se vêm a encontrar todas as forças que disputam o sul da Itália, defrontam-se as forças papais e as forças inimigas, conduzidas por Dipold de Acerra e o chanceler da Sicília. A vitória das forças papais foi celebrada pelo papa e pela cúria romana com grande entusiasmo⁴⁹. Porém, este entusiasmo e esta alegria foram rapidamente assombrados por um acontecimento terrível e profundamente ameaçador para o papado. No dia 1 de Novembro de 1201, as forças alemãs capturaram a cidade de Palermo e o jovem rei de sete anos⁵⁰. Neste momento profundamente crítico, Inocêncio multiplica as suas actividades. O papa escreve ao governo da cidade de Pisa encarregando-os de procurar fazer com que os pisanos estabelecidos na Sicília deixem de apoiar as forças alemãs; realiza um acordo com os sarracenos da ilha. Para além disso, o papa ordena a Walter de Brienne e também aos príncipes do sul da Itália para se dirigirem contra Markward de Enweiler, colocando à sua disposição todas as rendas que o papa detinha como guardião do jovem rei⁵¹. Nos últimos dias do mês de Setembro de 1202, as notícias da morte de Markward de Enweiler espalham-se pelo sul da Itália e chegam a Roma. Esta morte, saudada pela cúria romana e pelo próprio papa como sinal de que Deus não tinha abandonado a causa do papado⁵², não

⁴⁹ Veja-se a informação relatada pelo papa aos seus legados na Alemanha. RNI, nº 56.

⁵⁰ VAN CLEVE, T. C. - *Emperor Frederick of Hohenstaufen*. Immutator Mundi. Oxford: Clarendon Press. 1972, pp. 41-49.

⁵¹ *Die Register Innocenz III, Pontifikatsjahr 1202/1203*, V, Othmar Hageneder. Col. Christoph Egger, Karl Rudolf und Andrea Sommerlechner, Publikationen des Historischen Instituts beim Österreichischen Kulturinstitut in Rom II/I/5, Wien 1993, pp. 84-87; PL, 214, pp. 1070-1073.

⁵² *Die Register Innocenz III, Pontifikatsjahr 1202/1203*, V, Othmar Hageneder. Col. Christoph Egger, Karl Rudolf und Andrea Sommerlechner, Publikationen des Historischen Instituts beim Österreichischen Kulturinstitut in Rom II/I/5, Wien 1993, p. 88; PL, 214, pp. 1075-1076.

resolveu o problema, embora tivesse facilitado a situação do papa na Sicília e o tivesse libertado de um inimigo terrível que o atormentava profundamente.

Ainda as notícias da morte de Markwald se espalhavam pela Itália e através da Europa, quando um outro guerreiro alemão, Guilherme Capparone, assumia o controle da Sicília e da tutela do jovem rei. Os anos que se seguem são marcados por um clima de violência e de extrema confusão: o fogo das lutas e dos combates espalham-se sem cessar através de toda a ilha; as intrigas, os acordos e pactos – entre as facções em combates – fazem-se e desfazem-se com a mesma rapidez com que as chamas se movem⁵³. Capparone, apoiado por um partido do clero siciliano, especialmente pelos monges da importante abadia de Morreale, governa a Sicília em nome de Frederico. Inocêncio lançou o chanceler, Walter de Pelear, que entretanto se tinha reconciliado com o papa, para destruir o novo inimigo alemão e tomar conta do governo siciliano e do jovem rei. Emergindo nesse mar de chamas e aumentando ainda mais o estado de confusão que se vivia, surgiu uma facção formada por antigos apoiantes de Markward que se reuniram em volta de um toscano, Reinerio de Manente. Para além disso, tirando partido da situação confusa e anárquica que se vivia na ilha da Sicília, as grandes potências marítimas, genoveses, pisanos e venezianos, procuraram tomar os portos e costas da ilha. Na parte continental do «regno», o papa desenvolve esforços hercúleos no sentido de conduzir as populações do sul da Itália a reconhecerem e apoiarem Walter de Brienne, esforços que são absolutamente ineficazes como se pode depreender dos acontecimentos ocorridos em Brindisi em 1203. Entretanto, o aristocrata francês, contrariando por completo a vontade do papa, permaneceu na península e continuou a desenvolver as suas campanhas contra as forças do guerreiro alemão Dipoldo de Acerra. Em 1204, Walter de Brienne conseguiu realizar uma importante aliança com os condes Giacomo de Tricarico e com Rogério de Chieti, com a ajuda dos quais conseguiu manter a importante e estratégica fortaleza de Terracina em Salerno onde se encontrava sitiado e cercado pelas forças de Dipoldo e pelos habitantes de Salerno e onde foi gravemente ferido num olho⁵⁴. Depois de longos e contínuos combates, as forças papais comandadas pelo cavaleiro francês conseguem em Junho de 1205 cercar Dipoldo e as suas forças em Sarno – um dos castelos do guerreiro

⁵³ Encontramos uma descrição indirecta deste estado de anarquia e de profunda confusão numa carta dirigida pelo papa Inocêncio III aos monges da importante abadia de Morreale. Essa carta é datada de 11 de Julho de 1203 em que o papa fulmina com a excomunhão os monges desta abadia siciliana e apresenta uma longa descrição dos gestos revoltosos e indignos realizados pelos monges. A partir desta descrição e dos gestos praticados pelos monges podemos ter uma ideia do que seria o estado que se vivia na Sicília. *Patrologiae Latinae*, 215. Parisiis: Garnier fraters editores et J.-P. Migne successores. 1890.

⁵⁴ *Monumenta Germaniae Historica* (MGH). “Scriptorum” (SS). “Annales Casinensis”. Vol. XIX. Edit. Georg Heinrich Pertz. Hannover: Impensis Bibliopoli Avlici Hahniani. 1866, p. 318; “Ryccardi de Sancto Germano notarii chronica a. 1189 – 1243”. Ibid., p. 332.

alemão. Neste cerco, as forças papais sofreram uma grave perda, bem como uma forte derrota. Tirando partido de um erro de defesa das forças sitiadas, os alemães num ataque surpresa pela calada da noite, apesar da resistência, conseguem capturar e matar o cavaleiro francês. Com esta vitória Dipoldo de Acerra torna-se uma força independente espalhando pelo sul de Itália o seu poder e o seu domínio. O papa Inocêncio começou imediatamente a desenvolver grandes esforços para realizar alianças contra este inimigo do papado. No entanto, por volta de 1206 dá-se um acontecimento absolutamente surpreendente e cujo alcance se nos escapa por completo⁵⁵.

Dipoldo, o feroz inimigo da igreja romana, dirigindo-se a Roma para se fazer absolver a si e aos seus apoiantes do vínculo da excomunhão pelo papa Inocêncio III e também procurar obter a entrada nas graças do papa de outros alemães detentores de terras e de poder na Sicília. Nas primeiras semanas do ano de 1207, as forças de Dipoldo, transformadas aparentemente em autênticas forças apoiantes do papado, atravessaram o estreito que separa o «regno» da Sicília e dirigem-se para a cidade de Palermo. O guerreiro alemão, depois de um breve cerco, conseguiu capturar a cidade que se encontrava nas mãos de Guilherme Capparone e tomou posse do palácio e do jovem rei Frederico, colocando-as nas mãos do legado papal e do chanceler, Walter de Pelear. No entanto, o entendimento entre estes homens, especialmente entre Dipold e o chanceler, não teve grande sucesso, começando rapidamente a surgir intrigas e conflitos e mútuas acusações. Neste clima particularmente difícil que se sentia no palácio, o chanceler conseguiu tomar o guerreiro alemão e o encarcerou por suspeita de traição. Contudo, o alemão conseguindo escapar do castelo, retornou para as suas terras na península, onde retomou de novo as atitudes de outrora. Novamente, tal como tinha feito depois da morte do cavaleiro francês, o papa desenvolve novos esforços no sentido de realizar alianças e de unir forças contra o guerreiro alemão e contra as forças alemãs que continuavam a atormentar as regiões da península.

O ano de 1208 representou e marcou para o papa Inocêncio III o começo de um período de tranquilidade relativa em que a sua autoridade de suserano sobre a Sicília deixou de ser violentamente combatida, e em que ele conseguiu resolver as últimas reminiscências de

⁵⁵ Todos estes factos que refiro em seguida surgem narrados nessas duas importantes fontes narrativas para a história do sul de Itália que são os «Annales Cassinensis» e na «Chronica de Ryccardus de S.Germano». É importante referir que não encontrei qualquer referência a estes factos em mais nenhum historiador, nem em mais nenhum estudioso sobre o pontificado de Inocencio III – refiro-me sobretudo a Helena Tillmann, mas também J. Sayer e mesmo J.C.Moore –, de modo que, não é sem receio, que apresento e refiro estes acontecimentos. De qualquer modo, penso que é estranho dado que estas fontes são referidas e utilizadas nos seus trabalhos. No entanto, não encontro em lado algum qualquer referência, ou qualquer noção que me impeça de as utilizar para explicar a sucessão dos acontecimentos históricos e acção do papa Inocêncio III durante o seu pontificado.

discórdias e restabelecer a segurança e a ordem. Para além disso, as negociações que o papa realizava com Filipe em relação à questão imperial evoluíram de tal modo, e foram tão propícias para o papa, que os alemães no reino deixaram de ter esperanças de qualquer apoio do outro lado dos Alpes. Por volta de Fevereiro de 1208, as forças e os apoiantes papais conseguem realizar e alcançar uma grande vitória⁵⁶. Na península, os esforços combinados das forças militares do abade de Monte Cassino, do camareiro papal Estêvão, de Ricardo, irmão de Inocêncio e do cardeal Pedro de Sasso (reitor papal da Campânia e da Marítima) conduziu à captura da cidade de Sora e da importante fortaleza de Sorella, fortificações que controlavam a fronteira norte do «regno». Na primavera de 1208, o papa conseguiu por meio da força das armas e através de negociações e de acordos realizar a completa rendição das fortalezas e das forças alemãs que ainda permaneciam e lutavam na península. Tal como tinha feito em relação a certas regiões do estado papal, Inocêncio e a cúria romana partiu de Roma, a meio de Maio, dirigindo-se para próximo da fronteira com o «regno», para San Germano – nome que era dado então ao Monte Cassino. Ele aí presidiu a uma grande reunião de príncipes italianos, como tinha feito no ano anterior em Viterbo, agindo verdadeiramente como o senhor do reino da Sicília. Nesta assembleia o papa Inocêncio promulgou e confirmou por juramento a concretização de uma paz para as províncias do norte do reino, ou seja, para a península, e fixou regulamentação detalhada para o cumprimento dessa mesma paz. O papa conseguiu também que os príncipes e nobres reunidos em assembleia jurassem que iriam apoiar o rei e, procurar a segurança e a paz do reino, isto porque, o rei Frederico ainda tinha que combater na Sicília com as forças alemãs que ainda permaneciam e contra a rebelião dos muçulmanos sicilianos. Para além disso, o papa coloca à disposição do jovem rei uma força militar bastante considerável para o ajudar nos seus combates⁵⁷. Estes foram dias de grande sucesso, ou pelo menos de aparente sucesso, semelhante àqueles primeiros meses do seu pontificado em que ele viajou através das terras recuperadas, terras em que era reconhecido o seu poder e o seu domínio. Foram dias de grande sucesso em que os seus esforços e os seus planos se tornaram realidade e foram concretizados. O papa conseguiu impedir e afastar as forças Hohenstaufen

⁵⁶ Para o que se segue cfr.: MGH, SS, “Annales Casinensis”. Vol. XIX. Edit. Georg Heinrich Pertz. Hannover: Impensis Bibliopoli Avlici Hahniani. 1866, p. 319; MGH, SS, “Ryccardi de Sancto Germano notarii chronica a. 1189 – 1243”. Vol. XIX. Edit. Georg Heinrich Pertz. Hannover: Impensis Bibliopoli Avlici Hahniani., 1866, p. 333; PL, 214, XXXIX; WALEY, D. - *The Papal State in the Thirteenth Century*. London: Macmillan. 1961, p. 54-56; TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam. 1980, p. 136.

⁵⁷ PL, 214, LXXIV-LXXX; GRESS-WRIGHT, D. - *Gesta Innocentii III: Text, Introduction and Commentary*. Bryn Mawr College Dissertation. 1981, p. 58-59; *Die Register Innocenz III, Pontifikatsjahr 1202/1203*, V, Othmar Hageneder, Andrea Sommerlechner, Christoph Egger, Rainer Muraier e Herwig Weigl, Publikationen des Historischen Instituts beim Österreichischen Kulturinstitut in Rom II/I/8, Wien, 2001, p. 130-133; PL, 215, pp. 706-714.

de utilizarem a Sicília como base para interferir no processo de recuperação dos territórios papais – estado papal – e conseguiu afastar com algum sucesso – pelo menos durante alguns anos – o perigo e a ameaça da concretização da «*unio regni ad imperium*». No entanto, é preciso referir que estes sucessos fundamentais para a empresa papal foram realizados a um grande preço: despesas enormíssimas dos recursos papais, a utilização de sanções espirituais e de processos de carácter eminentemente espirituais para usos e fins seculares e, também, o colocar em perigo a posição real, pela qual como regente era directamente responsável. Para além disso, é preciso referir, como se pode ver pela longa descrição dos acontecimentos, que o sucesso das acções do papa na Sicília implicou o manter de um estado de confusão, de violência, não se vendo nas acções deste, qualquer esforço no sentido de pacificação. De facto, dificilmente se pode ver na empresa papal na Sicília qualquer esforço de pacificação ou qualquer tentativa de pôr fim ao estado de anarquia e de violência que aí se vivia, no entanto, é injusto afirmar e o acusar de ter sido o causador de tais situações. Como conceber então a empresa e a política do papa Inocêncio III em relação à Sicília? O pontificado do papa Inocêncio III está profundamente marcado pela absoluta necessidade de concretização de determinados ideais fundamentais para a realidade do papado.

Um desses ideais cuja importância e repercussão é fundamental para a compreensão da empresa e da acção papal na Sicília é o da criação e da recuperação dos estados papais. Como vimos atrás, o estado papal representava o grande símbolo da «liberdade da igreja» – a «*libertas ecclesiae*» – e era condição necessária para a sobrevivência de um papado livre, pois sem uma base territorial o papado não poderia persistir e viver livre de qualquer intervenção e liberto de qualquer interferência naquilo que via como sendo o seu papel. A Sicília estava intimamente ligada a este processo, não porque pertencesse ao conjunto dos territórios que o papa reivindicava como sendo parte dos estados papais, mas porque a sua influência era de extraordinária importância e decisiva para a concretização, e também para a própria sobrevivência e independência dos estados papais. O papa Inocêncio III tinha ainda a memória demasiadamente fresca sobre o que tinha representado e significado para a igreja romana e para o papado o longo domínio imperial Hohenstaufen na Itália, e também tinha a plena consciência do significado da ameaça terrível que «*unio regni ad imperium*» representou e representava para o papado. Deste modo, o seu pontificado e a sua acção vai estar profundamente marcado por um esforço e por uma necessidade absoluta de procurar e concretizar esse elemento fundamental para a «*libertas ecclesiae*» que é a recuperação dos estados papais e pela necessidade de afastar todos esses elementos que representam uma

ameaça para a concretização desse ideal. A acção do papa e da política papal na Sicília foi marcada por um duplo objectivo e por uma dupla necessidade: necessidade de afastar a ameaça da união entre as duas coroas – ameaça que se encontrava presente na pretensão imperial à regência pelo «regno» – e por uma necessidade de impedir e afastar as forças Hohenstaufen de utilizarem a Sicília como base para interferir no processo de recuperação dos territórios papais. Um domínio poderoso dos Hohenstaufen, e a existência de forças alemãs fiéis aos princípios e às políticas territoriais destes nas terras sicilianas representavam uma ameaça e um impedimento enorme para a concretização do processo de recuperação, e para a liberdade da igreja. Esta necessidade de diminuir o domínio e o poder do império e das forças Hohenstaufen na Itália e no sul da Itália não queria necessariamente dizer que o papa pretendia eliminar ou destruir o poder do império e, mesmo o poder do partido Hohenstaufen. É preciso ter em mente, e uma análise da relação entre o papado e o império – mesmo uma análise do século XII – ajuda-nos a compreender que o objectivo do papado é completamente outro. O papado para a sua própria segurança necessitava claramente da existência e do poder do império, e muitas vezes utilizou o poder do império como contrapeso em relação a outros poderes e a outras forças em solo italiano que pudessem se erguer contra Roma, ou que pudessem ceder à tentação de controlar a igreja Romana e o papa. A luta pela independência do papado implicava naturalmente a noção de que o império não representasse um poder tal que fosse capaz de se revelar uma ameaça para a realidade e para a segurança do papado, e pior ainda, se tornasse uma força que dominasse por completo o papado e o impedisse de realizar e executar devidamente o seu ofício eclesiástico e espiritual. Foi precisamente isto que aconteceu ao papado durante os anos do domínio imperial dos Hohenstaufen na Itália, com imperadores como Frederico Barbarossa e como Henrique VI. A política do papa Inocêncio de recuperação dos estados papais estava eminentemente ligada à questão da segurança da realidade do papado. No entanto, era necessário proteger o processo de recuperação e os sucessos obtidos nessa política de recuperação de todo o elemento e de toda a força que pudesse interferir e ameaçar a concretização plena e completa desse ideal, que pudesse destruir por completo o ideal da concretização da «libertas ecclesiae». É dentro deste panorama que se compreende a intervenção do papa Inocêncio na Sicília. Era necessário afastar a ameaça que persistia eminente na concretização da «unio regni ad império». Esta representava de certo modo a mais absoluta forma de ameaça à concretização do estado papal, pois para além de eliminar o apoio que o estado vassalo siciliano restabelecido representava para a segurança do estado papal, representava – dentro do panorama das políticas territoriais e das pretensões e da sede de domínio dos Hohenstaufen – acima de tudo a total

impossibilidade da concretização de qualquer recuperação bem como a impossibilidade de manter o controlo papal sobre as terras recuperadas na Itália central e no património. Para além disso, era necessário também pôr fim a qualquer tentativa por parte das forças alemãs que restavam na Sicília de conseguirem atingir um poder e uma força capaz de se tornar uma ameaça para a concretização da política e do ideal de recuperação dos territórios papais.

Capítulo III

Papa Inocêncio III e o Império

Neste terceiro capítulo desenvolve-se uma análise histórico-política da acção e da intervenção do papa Inocêncio III no problema e na questão da disputa pela coroa imperial.

A dupla coroação – Negociações com Filipe e Otto – Tensão epistolar entre o papa e os príncipes Hohenstaufen – O privilégio de Neuss – A decisão papal – Esforços pela causa de Otto – Desmoronar da causa de Otto – Novas negociações com Filipe – Acordo para a concretização da paz na Alemanha – O assassinato de Filipe de Suábia – Otto reconhecido como governante incontestado – As pretensões de Otto na Itália – O juramento de Speyer – A coroação imperial de Otto – A dieta de Nuremberga – Frederico eleito rei dos romanos – A bula dourada de Eger – Bouvines – A morte de Inocêncio III

Em Janeiro de 1198, no momento em que as notícias da ascensão do cardeal Lotário ao trono papal, sob o nome de Inocêncio III se espalhavam através da Itália e da Europa, a Alemanha – o império –, depois do súbito desaparecimento do imperador Henrique VI, encontrava-se numa situação bastante complexa, mergulhada num estado de vazio de poder.

Antes de morrer, o imperador tinha conseguido persuadir os príncipes alemães a aceitarem o seu filho Frederico como rei e imperador da Alemanha e a jurarem-lhe lealdade. No entanto, após a sua morte, a ideia de apoiar a eleição do infante Frederico da Sicília foi rapidamente posta de lado pelos príncipes Hohenstaufen. Frederico encontrava-se sob a tutela da mãe – profundamente adversa ao império – e do papa Inocêncio III. Toda esta situação se tornava pouco realista além de ser pouco vantajosa para os interesses políticos e territoriais dos Hohenstaufen. Impunha-se a necessidade da mão enérgica de um adulto que estivesse suficientemente livre do papado. A coroação do jovem Hohenstaufen implicava necessariamente a concretização da «*unio regni ad imperium*» – facto que levaria o papa a nunca aceitar a coroação – bem como conduziria à concretização e consagração das políticas hereditárias que Henrique procurou implementar durante o seu curto reinado.

A maioria da nobreza alemã não tinha a intenção de aceitar e promover a alteração da antiga constituição do império e de pôr fim ao seu direito de eleição⁵⁸. Deste modo, começaram a surgir movimentações entre as várias facções e os vários partidos do império no sentido de procurarem escolher e promover o seu candidato à coroa imperial. A luta pelo poder e pela direcção dos destinos do império, principalmente desde os princípios do século XII, estava nas mãos de dois partidos e duas facções que reuniam e englobavam em volta de si quase todas as forças da Alemanha: os Welf (Guelfos) e os Hohenstaufen. Os últimos imperadores a controlar e a tomar conta dos destinos do império – Frederico Barbarossa e Henrique VI – faziam parte da facção e do partido Hohenstaufen; no entanto, ao longo do século XII encontramos vários imperadores ligados às facções Welf.

O partido Hohenstaufen, apercebendo-se que os seus inimigos Welfs começavam a realizar os preparativos para a eleição do seu candidato ao trono, procederam imediatamente à coroação do seu candidato. Deste modo, em 8 de Março de 1198, o irmão de Henrique VI, Filipe de Suábia foi eleito rei dos alemães pela maioria dos eleitores e dos príncipes.

Os príncipes Welf do Reno inferior e o arcebispo de Colónia, Adolfo de Altena, juntamente com os representantes de Ricardo Coração de Leão, elegeram em Colónia, a 9 de Junho de 1198, Otto de Brunswick como rei dos romanos e entronizaram-no em Aix-la-Chapelle, a 12 de Junho.

Otto era filho do antigo líder da facção Welf, Henrique o Leão, duque da Saxónia e da Baviera, que tinha sido uma importante figura da luta e da oposição ao domínio do poderoso Frederico Barbarossa e ao domínio dos Hohenstaufen.

A eleição do candidato Hohenstaufen parecia mais válida, pois tinha do seu lado a maior parte das forças poderosas, os mais insígnies príncipes do império, o maior número de nobres e praticamente todos os funcionários do império. Para além disso, Filipe detinha um poder e um prestígio, a nível do império, consideravelmente superior ao de Otto, prestígio que advinha da força e do poder que os dois anteriores imperadores tinham tido, das grandes propriedades que a casa Hohenstaufen dispunha, e também da enorme quantidade de riquezas que estes tinham obtido. No entanto, a eleição do Hohenstaufen era menos legal na sua forma, dado que tinha

⁵⁸ Naturalmente, os príncipes do partido Welf não estavam propriamente dispostos a perder a possibilidade e o poder de colocar um dos seus candidatos à frente dos destinos do império. No entanto, este esteve longe de ser o único motivo que conduziu à recusa dos príncipes alemães de pôr fim ao seu direito à eleição. Muitos príncipes perdiam com isto um importante elemento lucrativo e de enriquecimento, dado que muitos destes procuravam explorar os candidatos ao império, realizar a sua escolha e dar a sua votação a alto preço.

sido sagrado por um prelado do reino de Arles, o arcebispo de Tarentaise, e não, de acordo com a tradição, por um arcebispo alemão.

Otto, por sua vez, tinha recebido a dignidade real no local tradicional, em Aix-la-Chapelle, e tomado coroa das mãos do arcebispo de Colónia, aquele que a tradição tinha investido com esse direito.

Verifica-se uma profunda desigualdade entre os dois candidatos em questões de apoio. As forças que apoiavam Otto eram de carácter eminentemente regional, enquanto, como refere o cronista Arnolde de Lübeck, «toda a força do império apoiava Filipe»⁵⁹.

Esta contenda entre estas facções inimigas tinha ramificações e ligações que se expandiam muito para além dos limites da Alemanha. Existiam fortes implicações internacionais.

O partido Welf era apoiado pelo poderoso rei de Inglaterra, Ricardo coração de Leão, tio de Otto de Brunswick, enquanto que Filipe, o candidato da facção Hohenstaufen era apoiado pelo rei Francês, Filipe Augusto.

Esta ligação entre as facções imperiais e as coroas europeias mais poderosas, revela claramente a complexidade do quadro político no final do século XII e princípios do século XIII. Duma forma simplista, poderíamos ceder à tentação de referenciar tais ligações a laços familiares ou dinásticas. Porém este tipo de explicações apenas nos concede uma análise demasiadamente superficial do problema, e para além disso, esconde o verdadeiro objectivo e significado de tais alianças.

Os monarcas mais poderosos da Europa ocidental, Ricardo e Filipe Augusto, já há algum tempo que estavam envolvidos em situações de conflito e guerra. Tudo tinha começado com a política expansionista de Filipe Augusto e, sobretudo, em consequência das conquistas realizadas pelo rei Capetino – nome da dinastia francesa – de territórios e de castelos pertencentes à coroa Angevina – nome da dinastia inglesa a que pertencia Ricardo – em terras de França⁶⁰. Para uma maior compreensão do que acabou de ser dito parece-nos que é de grande interesse apontar que em 1198 o mais poderoso príncipe e senhor da França não era o rei Filipe Augusto, mas Ricardo Coração de Leão, duque da Equitânia e da Normandia, e conde de Anjou.

⁵⁹ MGH, “SS”, “Arnoldi Chronica Slavorum” (Vol. VI, 2). Vol. XIV. Edit. Georg Heinrich Pertz. Hannover: Impensis Bibliopoli Avlici Hahniani. 1868, p. 219.

⁶⁰ Para uma análise mais profunda destes assuntos cfr. CHENEY, C. R. – *Pope Innocent III and England*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1976, pp. 271 e ss; FOREVILLE, R. – *Le Pape Innocent III et la France*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1992, pp. 271-277. Existem também referências bastante interessantes sobre estes assuntos em VAN CLEVE, T. C. – *Emperor Frederick of Hohenstaufen*. Immutator Mundi. Oxford: Clarendon Press. 1972.

A intervenção destes dois poderosos monarcas e as alianças realizadas por estes com as facções imperiais deve-se ao interesse de encontrarem no futuro imperador um precioso apoio para a sua luta, assim como um poderoso aliado para a concretização dos seus objectivos políticos e territoriais. Argumentos muito semelhantes encontrámos nos motivos e nos interesses que conduziram as facções imperiais a realizarem as suas alianças. Os príncipes Welf e Otto viam na sua aliança com a dinastia Angevina uma importante e poderosa barreira contra a ambição, o poder e a força dos Hohenstaufen, para além de representar uma importante ajuda monetária e militar para a concretização dos seus planos e para as lutas contra o poderio militar de Filipe de Suábia. Esta configuração da aliança Welf-Angevina contra a aliança Capetina-Hohenstaufen iria permanecer e durar ainda longos anos⁶¹. No entanto, o processo tradicional que conduzia à coroação como imperador ainda não estava terminado. Faltava ainda a confirmação papal.

O processo da coroação representava para o papado medieval, muitíssimo mais do que uma mera aceitação do candidato coroado pelos príncipes eleitores. Tratava-se dum processo de exame da dignidade e do valor, segundo o critério do papa, daquele que, rei da Alemanha, iria ser coroado imperador. Não se cumprindo as condições do tal «examinatio», o papa solicitava para si o direito de proceder ao desligar dos laços de fidelidade dos súbditos e a consequente proibição de lhe obedecerem⁶².

Que pensava Inocêncio III da dupla coroação e qual dos rivais iria escolher?

Perante questões aparentemente tão simples, poderíamos ceder à tentação de desenvolver uma reflexão de carácter satisfatório, mas perfeitamente superficial, pois acabaria por encobrir a complexidade da problemática em questão.

Antes de mergulharmos na análise da sucessão dos acontecimentos e no modo como o papa Inocêncio III lidou e soube tirar partido da situação instável e fluida criada pela dupla coroação e pelo conflito entre as ambições rivais dos dois candidatos, é necessário apontarmos alguns pontos que certamente nos ajudarão a compreender com mais profundidade a complexidade em questão e que provavelmente nos ajudarão a esclarecer muitas das manobras e dos movimentos estratégicos do «xadrez» político que iremos observar ao longo desta parte.

⁶¹ VAN CLEVE, T. C. - *Emperor Frederick of Hohenstaufen*. Immutator Mundi. Oxford: Clarendon Press. 1972, pp. 28-32..

⁶² KEMPF, F. - *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Histórie Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp. 105-148; HAGENEDER, O. - "Exkommunikation und Thronfolgerverlust bei Innocenz III". In: *Römische Historische Mitteilungen* 2. 1959, p. 31.

Como verificámos, as facções imperiais realizaram alianças e ligações com as duas mais poderosas monarquias do ocidente. Estas alianças, introduziram e produziram na deliberação papal, problemas diplomáticos profundamente complicados para as suas aspirações e ambições.

O papado via os objectivos e as ambições das facções Welf como menos perigosas para os seus próprios interesses, sobretudo para as suas aspirações na Itália, no entanto o rei de França e os nobres franceses eram o seu grande apoio nas cruzadas, e um dos seus grandes objectivos era a concretização de uma cruzada na Terra Santa.

Como apoiar a facção Welf, sendo esta inimiga da facção apoiada pelo rei de França?

Como conseguir o apoio do rei de França para a cruzada, sem que este veja nas suas atitudes uma ofensa às suas pretensões?

Escolher o candidato da facção Welf implicava apoiar a aliança com o rei Inglês, posição que certamente nunca seria do agrado de Filipe Augusto. Coroar o candidato apoiado pelo Capetino seria necessariamente apoiar as ambições territoriais e políticas dos Hohenstaufen.

O problema de Inocêncio era o de conseguir estar em sintonia com ambas as partes sem perder o apoio de nenhuma delas.

Entretanto, a situação instável que tinha sido criada pela dupla coroação, concedeu ao papa Inocêncio III uma oportunidade única para conseguir obter garantias dos candidatos ao império. Estas garantias relacionavam-se com o reconhecimento das reivindicações papais e do processo de recuperação de territórios na Itália central iniciado pelo papado nos primeiros meses de 1198. Como vimos atrás, este processo de recuperação de territórios na Itália e a criação do estado papal, representavam um elemento fundamental para a independência e segurança da existência material e política do papado. Apesar do sucesso da empresa papal nos primeiros meses do seu pontificado e apesar de ter conseguido concretizar uma nova ordem territorial na Itália central, era de extrema importância, e de facto, vital para o papado, conseguir proteger os territórios recuperados de todas as ameaças que pudessem impedir e interferir na concretização do ideal do papado, como também estabelecer nos mesmos uma soberania papal que fosse algo mais do que uma mera lei nominal. Para além disso, era igualmente necessário conseguir salvaguardar a posição da Sicília como estado vassalo papal independente do império e do domínio das forças imperiais. Tudo isto só podia ser concretizado se o futuro imperador reconhecesse as reivindicações e as mudanças territoriais

realizadas no processo de recuperação do estado papal como tendo valor e obrigatoriedade legal.

A posição papal em relação à contenda imperial estava assim definida à partida. Antes de coroar qualquer um dos candidatos, o papa precisava de obter garantias de que não iria tentar recuperar ou mesmo tentar apoderar-se das terras do sul da Itália – o regno – e que iria reconhecer as reivindicações papais e a nova ordem territorial na Itália central. Existiam apenas dois caminhos pelos quais o papa poderia obter os seus objectivos.

Poderia sustentar uma política que alimentasse e fizesse espalhar as chamas da discórdia e da confusão que se sentiam na Alemanha, nada fazendo para procurar restabelecer a paz e a harmonia, ou, procurar através de um processo de negociações, fazer com que o futuro detentor da soberania imperial aceitasse e reconhecesse as recuperações papais.

Uma política destrutiva e de extrema violência que tirasse partido do manter da situação de conflito e de confusão reinante na Alemanha, certamente representaria uma forma profundamente eficaz de manter afastado – o máximo tempo possível – o poder e o braço imperial de intervenção na política papal e na nova ordem territorial na Itália. No entanto, uma tal postura do papado seria extremamente perigosa, imprudente e insensata, pois o império apesar do clima de confusão e de conflito que se vivia na Alemanha era ainda uma força bastante poderosa. Uma política destrutiva e violenta deste teor, poderia certamente levar «a posteriori» o futuro imperador – uma vez restaurado o poder – a desenvolver um violento conflito com o papado e a combater com todas as suas forças as reivindicações papais e todas as políticas territoriais realizadas e implementadas. Porém, mais importante do que este raciocínio «à posteriori» ou em termos de uma possível situação futura, era a noção de que a manutenção de um clima de insegurança, de confusão e de conflito na Alemanha significavam e representavam também anos de incerteza, de conflitos e insegurança na Itália e na Sicília.

Esta leitura torna-se muito mais concreta se tivermos em mente que os alemães mantinham ainda nos territórios recuperados na Itália central e na Sicília, forças poderosas, bem como impunham o seu controlo e o seu poder sobre vastos territórios de grande importância e grande valor estratégico. Para além disto, existiam, também, na Itália central e nas terras recuperadas, um grande número de facções e de grupos partidários do império e das políticas imperiais que se mantinham firmes e que representavam uma resistência às políticas papais. Os grupos de indecisos e indiferentes estavam preparados para apoiar quem conseguisse controlar o poder e, sobretudo, quem lhes garantisse vantagens.

O papa Inocêncio III evitou este caminho extremamente perigoso e procurou através de longas negociações obter a garantia do reconhecimento das reivindicações e do processo de recuperações realizadas pelo papado.

Ainda antes do problema da dupla coroação, o papa tinha iniciado negociações e conversações com Filipe de Suábia. Este, então, parecia ser para a cúria romana e para o papa, o candidato mais poderoso e o mais provável para tomar nas suas mãos a coroa imperial e os destinos do império. Certamente que para os interesses papais um imperador Hohenstaufen não era o mais desejável, pois persistia sempre um certo temor de que pudesse continuar as políticas e ambições territoriais dos anteriores imperadores. No entanto, apesar de todos estes temores, o papa procurou conseguir obter de Filipe garantias do reconhecimento da nova ordem territorial na Itália central e na Sicília, onde a resistência imperial o via como indiscutível senhor e detentor do império, assim como o seu suserano. As negociações realizadas entre o papa e Filipe, com vista ao reconhecimento das políticas papais, estavam eminentemente relacionadas com alguns assuntos que tinham permanecido pendentes desde os últimos meses do pontificado de Celestino III. Em 1197, Filipe, então duque da Toscana, uma das cabeças fundamentais da força imperial na Itália central, tinha sido excomungado pelo papa⁶³ por ter destruído e espoliado as terras papais. Ainda nos últimos dias do mesmo pontificado, tinham chegado à cúria romana, pelas mãos do Bispo Radulfo de Sutri, pedidos para que o papa concedesse a absolvição do irmão de Henrique VI, bem como promessas da libertação do arcebispo Nicolas de Salerno – importante elemento da resistência papal ao governo do imperador na Sicília – do cativo em terras alemãs. Quando em 1198, o papa Inocêncio III subiu ao trono papal, herdou estas negociações. Inocêncio vislumbrou nestas negociações a grande possibilidade de ver reconhecidas as suas reivindicações a vastos territórios na Itália central, bem como ao reconhecimento da posição papal na Sicília. Deste modo, enviou nos últimos dias do mês de Fevereiro, o abade de S. Anastácio e o mesmo Radulfo, bispo de Sutri, à Alemanha, com a missão de obterem a libertação dos prisioneiros sicilianos e, absolver Filipe no caso deste aceitar as promessas realizadas. No entanto, o resultado desta embaixada não correu bem. Radulfo de Sutri deveria absolver Filipe numa solenidade pública e fê-lo em privado. Além disso, o legado papal não procurou que o candidato do partido Hohenstaufen respeitasse e cumprisse as promessas feitas à cúria romana

⁶³A excomunhão realizada por Celestino III nesses últimos meses de 1197 não tinha sido uma excomunhão em nome, ou seja, não tinha sido dirigida directamente à pessoa de Filipe, duque da Toscana, mas sim dirigida a todas cabeças e a todos os grandes partidários do imperador Henrique VI que tiveram um papel fundamental e implicações no processo de destruição e de espoliação das terras do património de Pedro e as terras do estado papal.

nem tão pouco se preocupou com a libertação dos prisioneiros sicilianos. Porém, a atitude do legado papal que poderia ter tido mais implicações políticas, foi o facto de assistir à coroação de Filipe de Suábia em Mainz, em traje cerimonial. Isto poderia ser interpretado pelo partido Welf como um sinal claro e inequívoco do apoio do papado e da igreja romana à coroação e à ascensão do candidato do partido Hohenstaufen⁶⁴.

Quando, algum tempo depois, o legado papal retornou a Roma, não trazia consigo nenhuma proposta concreta da parte de Filipe que pudesse satisfazer o papa. Existia por parte de Filipe de Suábia uma certa vontade de resolver todos os problemas e assuntos conflituosos entre o papado e o império. Existia também uma vontade de conceder à igreja romana e ao papado certas concessões territoriais que Henrique VI tinha pretendido realizar nos seus últimos dias com vista à concretização do seu plano hereditário, ou seja, a Marcha de Ancona e o Exarcado. No entanto, o candidato Hohenstaufen não desejava perder o controlo sobre o sul da Itália e renunciar à influência e ao domínio alemão na Sicília. É importante apontar que os próprios dados históricos relativos aos últimos meses do ano de 1198 e os primeiros de 1199 revelam com uma clareza atroz o desejo do candidato Hohenstaufen de controlar e dominar a Sicília. Será também de interesse referir as relações bastante tensas conflituosas entre Filipe de Suábia e a imperatriz Constança, que rapidamente se transformaram numa completa ruptura devido a assuntos relacionados com a questão da vassalagem feudal ao império. Estas questões ganharam novos contornos após a morte da Imperatriz Constança, quando as pretensões e reivindicações de Filipe e do papa Inocêncio III. se confrontaram.

A entrada de Markward de Anweiler, o feroz inimigo do papado, no sul de Itália, revelou com toda a clareza a pretensão do candidato Hohenstaufen de não perder o seu controle sobre a Sicília.

Apesar das intenções de resolução dos problemas entre o império e o papado, e apesar das vagas promessas de concessão de alguns territórios na Itália central, isto representava claramente uma violenta ameaça e um brutal ataque às reivindicações papais.

Estes acontecimentos representaram o canto do cisne das negociações, bem como da posição neutra do papa em relação à luta pelo trono alemão, embora uma intromissão na luta pelo

⁶⁴ O papa, posteriormente, depõe Radulf, Bispo de Sutri, por ter agido pela sua própria autoridade e contra a vontade papal. Com este gesto o papa consegue opôr-se à impressão ou à interpretação de que Radulf, que tinha agido na Alemanha como legado papal, tinha actuado sob ordens papais e de acordo com as suas intenções. TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p. 110; *PL*, 214, XXII; *Patrologiae Latinae, Gesta*, 214. Parisiis: Garnier fraters editores et J.-P. Migne successores. 1890; *Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii*. Ed. Friedrich Kempf, Rome, 1947; *Patrologiae Latinae*, 216. Parisiis: Garnier fraters editores et J.-P. Migne successores. 1890, pp. 995-1172.

trono alemão, e uma oposição ao candidato do partido Hohenstaufen, permanecessem, apesar da questão da absolvição da excomunhão. No campo da possibilidade e da probabilidade, não existiam dados que pudessem prever uma mudança⁶⁵. Poderia acontecer que o papado e mesmo talvez o candidato Hohenstaufen encontrassem um elemento que permitisse uma colaboração e cooperação entre as duas partes. No entanto, a evolução das questões relacionadas com a Sicília deitaram por terras quaisquer possibilidades de entendimento e de cooperação com Filipe de Suábia. Deste modo, todas as negociações e todos os tratados com o irmão de Henrique VI foram interrompidas por volta dos primeiros meses de 1199⁶⁶.

Em Abril de 1199, ou mesmo um pouco antes, apresentou-se em Roma uma embaixada de Otto procurando a confirmação da sua eleição e pedindo a coroação imperial⁶⁷.

Inocêncio teve de se questionar se deveria empreender negociações com o partido contrário ao de Filipe de Suábia. A facção Welf, apesar do apoio do rei de Inglaterra – Ricardo coração de Leão – tinha muito menos poder e prestígio, e, além disso, o número de partidários era incomparavelmente inferior àquele que detinha o partido contrário. No entanto, apesar de tudo isto, começaram a ser travadas negociações entre a cúria e os embaixadores de Welf. Estas negociações estavam relacionadas, sobretudo, com o reconhecimento da nova situação política no centro da Itália requerida por Inocêncio III ao candidato Welf.

O papa Inocêncio III, como condição fundamental para o seu apoio ao partido de Otto na luta pelo trono do império, requereu o reconhecimento, mediante juramento, do processo de recuperação dos territórios da Itália central. No entanto, só depois da chegada das notícias da morte do aliado da facção Welf, Ricardo coração de Leão, em 6 de Abril de 1199, é que os embaixadores se prepararam para aceitar as condições impostas pelo papa.

Os embaixadores prontamente prepararam um documento, que foi entregue ao papa, após o que o enviaram para a Alemanha, onde Otto o deveria ratificar com a imposição do seu selo⁶⁸. A plena ratificação deste documento só seria realizada por volta do Verão de 1200 ou mesmo no início de 1201. Apesar de tudo, o papa Inocêncio III aceitou o consentimento realizado pelos embaixadores do partido Welf para as suas pretensões italianas e sicilianas e com isto deu início a um processo de aproximação com a facção Welf⁶⁹.

⁶⁵ KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp. 16 e ss..

⁶⁶ Id., *ibid.*, pp. 20 e ss; TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p. 110.

⁶⁷ Id., *ibid.*, pp. 28 e ss.

⁶⁸ Id., *ibid.*, p. 32 (cfr. nota 14).

⁶⁹ TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p. 111.

Era, no entanto, preciso conseguir descobrir uma forma que conseguisse que a facção Hohenstaufen se tornasse mais complacente perante a postura tomada pelo papa ou descobrir algo que permitisse que o papa fosse menos escrupuloso na sua ajuda à facção Welf.

Na primavera de 1199, o papa informou os príncipes alemães que devido à incapacidade deles apresentarem um único candidato para a coroa imperial, iria tentar resolver o grave problema que se vivia e sentia na Alemanha⁷⁰.

Com esta carta dirigida aos príncipes da Alemanha, o papa enviou uma outra a Conrado de Wittelsbach, arcebispo de Mainz e Cardeal Bispo de Sabina, em que lhe ordenava que enviasse cartas a Roma, concedendo ao papa a tarefa de arbitragem da contenda imperial. Esperava com isto que o arcebispo que se encontrava na Terra Santa, e que ainda não tinha tomado uma posição definitiva na contenda imperial, com todo o seu poder e prestígio, o ajudasse na concretização dos seus objectivos. Certamente que se o arcebispo, que era também o principal príncipe imperial, confiasse a sua decisão ao papa, provavelmente muitos outros também o fariam. Os príncipes da facção Welf certamente aceitariam a proposta realizada pelo papa. Para além disso, esperava ter o apoio de João de Trier, outro dos grandes arcebispos do Reno, e importante figura na eleição do rei. Com este apoio dos grandes príncipes imperiais, o papa esperava conseguir o apoio de todos os que permaneciam indecisos e de todos os que ansiavam pela paz. No entanto, um acontecimento ocorrido no final da primavera de 1199, deitou completamente por terra todas estes objectivos e desejos papais.

Em 28 de Maio de 1199, o papa recebeu uma declaração assinada por uma enorme quantidade de príncipes e prelados alemães em que demonstravam o seu apoio a Filipe de Suábia⁷¹. Esta declaração revelava-se como um violento protesto contra as violações realizadas pelo papado dos direitos territoriais de Filipe de Suábia e do império na Itália central e na Sicília,

⁷⁰ *Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii*. N° 2. Ed. Friedrich Kempf, Rome, 1947.; cfr. TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p. 111. Temos uma boa tradução desta carta em língua inglesa em CHENEY, Christopher R. – *The Letters of Innocent III*. Medieval Text and Studies. Oxford. 1973, pp. 21-22.

⁷¹ Parece-nos ser de grande interesse revelar alguns dos nomes que surgem na declaração de Speyer para que possamos ter uma ideia mais concreta do significado e do aspecto intimidativo de uma tal “imponente avalanche” de assinaturas para a oposição e mesmo para o papado. Surgem, então, as assinaturas dos arcebispos de Magdeburg, Trêves, Besançon, dos bispos de Ratisbonne, de Freising, de Augsburg, de Constance, de Eichstätt, de Worms, de Spira, de Brixen, de Hildesheim, dos abades de Fulda, de Hersfeld, de Tegernsee, de Elwangen, dos duques de Saxe, da Baviera, da Áustria, de Méran, da Lorena, dos margraves de Meissen, de Brandenburg, da Morávia, de Ronsberg e de muitos outros nobres de toda a Alemanha. Surge ainda um rei a assinar esta declaração: Otakar da Boémia. Para além disso, um número equivalente de príncipes e outros importantes prelados que estiveram ausentes enviaram cartas para a cúria romana manifestando claramente o seu apoio ao violento ultimato dos apoiantes de Filipe de Suábia. Deste modo, encontramos praticamente as mais poderosas e importantes figuras do império.

apontando claramente a reivindicação do poder territorial do antigo imperador, e as fronteiras do império tal e qual como ele as tinha fixado, ou seja, era a reafirmação em novas circunstâncias das políticas de Henrique VI. Isto implicava necessariamente não só o claro domínio imperial sobre as terras da Itália central, mas também a clara afirmação da noção da união das duas coroas. Para além disso, pediam ao papa para terminar a guerra implacável contra Markward de Anweiler, e advertiram-no para conceder o seu favor a este fiel servidor de Filipe de Suábia e por fim todo o apoio e ajuda aos inimigos do guerreiro alemão. Este violento ultimato do partido Hohenstaufen termina com a clara afirmação da sua obediência absoluta a Filipe de Suábia, uma obediência tal, que ninguém dentro do império seria capaz ou ousaria declinar o seu poder e o seu governo sobre a Alemanha, e também com a afirmação da absoluta certeza de que iriam em breve a Roma com um grande número de homens para fazerem coroar o rei Filipe imperador romano⁷².

A declaração de Speyer – nome sob o qual ficou conhecido tradicionalmente este protesto do partido Hohenstaufen – revela com uma clareza atroz quanto era desesperada a tentativa do papa Inocêncio III de persuadir os príncipes imperiais a aceitarem a sua arbitragem na contenda imperial. No entanto, o papa na sua resposta à declaração de Speyer soube tirar partido de uma forma bastante inteligente de alguns erros tácticos realizados pelo partido Hohenstaufen aquando do seu pedido para confirmar a coroação de Filipe.

Por volta do final do ano de 1200 ou mesmo no princípio de 1201, o papa Inocêncio III, num consistório secreto, produziu um documento político interno no qual eram referidos e apresentados os argumentos a favor ou contra os vários pretendentes à coroa imperial: Filipe, Otto e Frederico. Neste interessante documento – a «*Deliberatio de tribus electis*» – o papa revela com uma extraordinária clareza todos os argumentos que tinha vindo a desenvolver ao longo dos anos precedentes e também o seu pensamento acerca da contenda pela coroa imperial. Através de um esquema de carácter estritamente escolástico – *quid liceat, quid deceat, quid expediat* – e de uma cuidadosa deliberação legal, o papa considerou inaceitáveis as posições de Frederico e de Filipe de Suábia, caindo a sua decisão sobre a pessoa do candidato Welf, Otto de Brunswick. Não deixa de ser interessante notar que os argumentos utilizados pelo papa Inocêncio III para recusar os dois Hohenstaufen são fortes e impressionantes, mas os que utilizou para demonstrar a sua decisão em favor do candidato

⁷² *Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii*. N.º. 14. Ed. Friedrich Kempf, Rome, 1947; cfr. TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p. 112 e KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp. 26 e ss.

Welf são incomparavelmente mais fracos e insuficientes. Neste mesmo documento, o papa procurou delinear e traçar um plano de acção com o objectivo de incrementar e pôr em prática a sua decisão. Um legado devia ser enviado, o mais urgentemente possível, para a Alemanha com a tarefa de negociar com os príncipes alemães o reconhecimento da pessoa considerada digna ou para que aceitassem e se submetessem ao julgamento papal. Se o legado não conseguisse ter nenhum sucesso na concretização destas negociações e destes objectivos, o próprio papa reconheceria Otto como o rei da Alemanha e como o futuro imperador⁷³. Deste

⁷³ *Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii*. N.º. 29. Ed. Friedrich Kempf, Rome, 1947; cfr. TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p. 117 e KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, p. 45. Para uma maior compreensão do valor deste documento interno parece-nos ser interessante apresentar de modo muito sintético os argumentos e as deliberações realizadas. O papa Inocêncio III é colocado na situação de um juiz que, tendo nas mãos a sua balança, pesa, sem aparentemente tomar partido, as razões a favor ou contra qualquer um dos candidatos. O nosso pontífice examina cada uma das eleições a partir do ponto de vista da legalidade – *quid liceat* –, da conveniência – *quid deceat* – e, finalmente, do ponto de vista do interesse da igreja – *quid expediat*. Este esquema de carácter eminentemente escolástico, em que tudo surge disposto simetricamente, revela, de certo modo, a utilização das estruturas do “Sic et non” de P. Abelardo aplicado à política. Antes mesmo de desenvolver os seus argumentos o papa revela o princípio que norteia o seu direito de examinação e o seu direito de intervir na contenda do império: o papado tem o direito de se ocupar da questão e de prover o governo do império. Este direito resulta, historicamente, do facto de a santa sé ter transferido o império para Carlos Magno e do facto de apenas ele ter o poder de criar o imperador. Depois deste ponto introdutório o papa mergulha na análise dos candidatos. O primeiro candidato a ser colocado na balança é Frederico da Sicília. O papa refere que sua eleição é legal, na medida em que os príncipes, enquanto vivia o seu pai, lhe prestaram juramentos. De facto, não se pode afirmar que tais juramentos foram prestados e realizados pela força ou sob qualquer outro tipo de imposição e, por isso mesmo, não podem ser considerados inválidos, nem nulos. É disso prova o facto de que, após o desaparecimento de Henrique VI, apoiaram espontaneamente e unanimemente o filho de Henrique VI. Para além disso, continua o papa, não convém que Frederico seja privado do império por aquele que exerce a sua tutela e o cobre com a sua protecção. A santa sé tem todo o interesse em não se opôr a esta eleição, na medida em que mais tarde Frederico ao compreender que foi privado do império pelo papado, poderia certamente exercer qualquer tipo de vingança. Este poderia ainda recusar respeitar o papa, recusar obedecer-lhe e recusar aceitar que o reino siciliano seja vassalo da igreja romana. Deveria então o papa decidir em favor de Frederico? A resposta de Inocêncio III é negativa. Se existem boas razões para decidir em favor de Frederico, existem ainda melhores para recusar. A eleição, refere o papa, é ilegal, porque é realizada em favor de alguém que é incapaz, porque, para além de não ter idade, não tinha sido baptizado. Certamente, se poderia dizer que a intenção dos eleitores seria a de não lhe confiar o poder imediatamente, mas esperar que tivesse a idade de governar. No entanto, o império não podia ser governado por procuração; o império, de modo algum, poderia ser governado por um imperador provisório. Além disso, para a realidade da igreja romana e do papado era absolutamente necessário e da maior conveniência existir um imperador efectivo. Neste sentido, torna-se conveniente que a coroa imperial seja dada a outro. Como poderia aquele que necessita de um tutor ser capaz de imperar sobre os outros? Como poderia uma criança ser capaz de proteger a cristandade? Em seguida, surge o mais importante dos argumentos contrários à coroação do filho de Henrique VI: a união das duas coroas. A coroação de Frederico representaria claramente a anexação do reino siciliano à Alemanha, realidade que era profundamente desastrosa para os interesses da igreja e do papado. Para além disto, a coroação de Frederico como imperador da Alemanha poderia levar a que este recusasse reconhecer o estado siciliano como estado vassalo do papado e negar a homenagem e a fidelidade ao papa tal como tinha feito o pai – o imperador Henrique VI. Depois de recusar a eleição de Frederico, o nosso pontífice mergulha agora na análise dos argumentos a favor ou contra Filipe de Suábia. O papa começa por mostrar que a eleição de Filipe é indiscutível. O candidato do partido Hohenstaufen teve o maior número de votos, tendo do seu lado o maior número dos príncipes da Alemanha. Deste modo, segue o papa, não é decente que a igreja romana o combata, pois tal poderia assemelhar-se a uma espécie de vingança particular. De facto, puni-lo pelos crimes dos seus antepassados – Frederico e Henrique VI – seria necessariamente ir contra os preceitos do evangelho: “amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem”. Para além disso, é vantajoso para a igreja romana reconhecer o Hohenstaufen, dado que ele é rico e poderoso, e

modo, na primavera do ano de 1201, partiu para Alemanha como legado, Guido, cardeal bispo de Palestrina, co-adjuvado pelo notário apostólico Filipe e ainda pelo acólito Gilles, encarregados de negociar com os príncipes alemães. Quando o legado papal chegou à Alemanha, rapidamente se apercebeu que o reconhecimento do candidato Welf não poderia ser demorado. No fundo, esta atitude do legado é fruto da compreensão de que qualquer tentativa de conseguir que todos os príncipes alemães aceitassem e escolhessem Otto de livre vontade, era completamente infrutífera, senão mesmo impossível, sendo portanto necessário que o papa decidisse a favor do candidato Welf. Para além disso, a situação de Otto e do partido Welf tinha-se tornado de tal maneira catastrófica que, sem um apoio directo e oficial do papa, não teria qualquer perspectiva e qualquer hipótese de se afirmar contra o candidato Hohenstaufen. No entanto, este apoio papal directo e oficial só poderia ser concretizado se Otto preenchesse inteiramente as condições exigidas pela igreja romana e pelo papado. Certamente ainda teremos em mente as negociações realizadas pelo papa com os embaixadores do partido Welf na primavera de 1199, e as condições então impostas e exigidas pelo papado para o seu apoio à causa de Otto. Deste modo, em 8 de Junho de 1201, em Neuss, o candidato Welf renova as promessas realizadas pelos embaixadores em 1199.

entrar em conflito com ele seria lançar sobre a igreja um inimigo perigosíssimo e perpetuar a discórdia e a confusão. Assim, continua o papa, é dever do papado procurar antes de mais a paz, que se conseguiria com toda a facilidade se se pronunciasse pelo candidato Hohenstaufen. Deveria o papa decidir em favor de Filipe de Suábia? A resposta do papa é negativa. A eleição era ilegal. O candidato Hohenstaufen quando foi eleito estava ainda sob efeito da excomunhão e do anátema lançado pelo papa Celestino III e a absolvição realizada pelo legado papal, o bispo de Sutri, não tinha qualquer valor canónico. Para além disso, ele estava em perjúrio, porque tinha jurado fidelidade ao filho do seu irmão e tinha usurpado a dignidade e o reino que pertencia à criança. Assim, de acordo com o nosso pontífice não só era permitido como era conveniente recusar a eleição de Filipe, porque se admitirmos que Filipe sucedeu a Henrique o império tornar-se-ia hereditário. Para Inocêncio III, o facto de o império se tornar um regime hereditário representava uma ameaça perigosíssima para o papado, pois com isso perderia o direito de examinar e de investir o imperador. Em seguida, o papa começou a demonstrar que um reinado Hohenstaufen era perfeitamente irreconciliável com os interesses da igreja. Não pertencia Filipe a uma família que desde sempre tinha perseguido a igreja? Inocêncio faz surgir e desfilar diante dos nossos olhos todos os momentos de conflito e todas as grandes vítimas do domínio e da violência dos vários imperadores Hohenstaufen, realçando com particular ênfase o papel de Filipe nos anos de violência e de destruição do reinado de Henrique VI na Itália central. Do mesmo modo, refere o papel que tem Filipe e o partido Hohenstaufen na manutenção dos conflitos na Sicília e o seu apoio a figuras como Markward de Enweiler e Dipold de Acerra. Nesta altura, o papa lança uma questão que espelha e sintetiza por completo o pensamento e a postura do papa em relação a Filipe: se ele age assim agora, como agirá quando ele for imperador? Depois de recusar a eleição de Frederico e de Filipe, o papa aponta que se impõe a figura de Otto de Brunswick. Contra o candidato Welf, o papa Inocêncio III apontou que não é lícito reconhecer Otto, porque este tem menos apoiantes e menos poder. Certamente, apoiar este seria perigoso para a igreja romana e para o papado, pois poderia favorecer o ódio do rival e o estado de guerra civil. A favor de Otto, Inocêncio apontou que, apesar deste ter o menor número de apoiantes, tinha do seu lado aqueles a quem pertencia legalmente o direito de eleger. Em seguida, surge o mais importante dos argumentos em favor de Otto: O candidato Welf é muito mais devoto da igreja do que Filipe. A sua família tem tradicionalmente uma longa tradição de apoio à igreja e de luta contra as forças Hohenstaufen. Deste modo, refere o papa, deve-se apoiar e reconhecer Otto como rei e deve-se em seguida investir o Welf com a coroa imperial, sobretudo quando este preencher inteiramente as condições exigidas pela igreja romana.

A declaração, ou o privilégio de Neuss, proclamava e reconhecia a soberania do papa sobre os territórios do património de Pedro, do Exarcado de Ravena, da marcha de Ancona, do ducado de Espoleto, das terras da condessa Matilde, bem como sobre todos os outros territórios nomeados nos vários privilégios dos imperadores, e ainda o domínio sobre a Sicília. Para além de renovar as promessas realizadas em 1199, o candidato Welf prometeu ainda tentar lutar pela concretização da paz na Alemanha, bem como procurar chegar a um entendimento com Filipe Augusto, rei de França⁷⁴. Não deixa de ser interessante termos em conta que esta promessa de chegar a um entendimento com o rei de França se revela claramente como uma condição de interesse papal. Como sabemos, Filipe Augusto representava o mais poderoso e importante aliado do partido Hohenstaufen, bem como um importante advogado da causa de Filipe de Suábia na cúria romana⁷⁵. Deste modo, esta condição imposta a Otto de procurar através de negociação o entendimento com o rei de França, representava claramente uma manobra para diminuir o poder do partido rival e lhe retirar um dos seus mais poderosos apoiantes, bem como uma tentativa inteligente de trazer e tornar o poderoso monarca apoiante da posição tomada pelo papa. Para além disso, esta procura de um entendimento entre o candidato Welf e o rei de França revelava-se também uma inteligente manobra papal para conseguir lutar pelo estabelecimento da paz entre o reino Capetino e o reino Angevino, e com isso conseguir o apoio do poderoso monarca para a concretização de um dos grandes sonhos e ambições do papa Inocêncio III: a cruzada na Terra Santa.

Depois do reconhecimento realizado por Otto em Neuss, estava aberta a porta para a clara afirmação do apoio oficial do papa ao candidato Welf. Assim, em 3 de Julho de 1201, o legado papal, Guido, numa assembleia de príncipes convocada por ele próprio, procedeu à enunciação e à publicação da carta papal onde era anunciada a decisão do papa Inocêncio III. Nessa assembleia, o legado papal efectuou a leitura solene de uma carta -datada de 1 de Março – dirigida a todos os príncipes alemães, na qual o nosso pontífice em virtude da autoridade de Deus todo-poderoso que lhe tinha sido conferida por S. Pedro, aceitou Otto como rei e ordenou que lhe fosse mostrada reverência e obediência⁷⁶. Esta audaciosa afirmação de que o seu voto em relação à pessoa a ser escolhida na disputa era decisivo e tinha obrigatoriedade, poderia ser interpretado como uma perigosa intervenção do papa, ou ainda como uma clara afirmação da subordinação do poder temporal ao espiritual. No entanto, este gesto de grande ousadia, tomado conscienciosamente pelo papa Inocêncio III, era fruto da

⁷⁴ RNI, n.º. 77; TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p. 117-118.

⁷⁵ RNI, n.º. 13.

⁷⁶ RNI, n.º. 33; TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p. 118.

necessidade de fortalecer a facção que representava uma ameaça menor para os seus projectos na Itália central e na Sicília. Era a necessidade de lutar com todas as suas forças e com todas as suas armas contra tudo aquilo que representava uma ameaça para a concretização dos grandes ideais e das grandes linhas que marcaram o seu pontificado.

Nesta mesma altura, foram enviadas dezenas de cartas papais – com um conteúdo de certo modo muito próximo daquela que o legado publicou – dirigidas a todos os príncipes, prelados e às mais importantes figuras da Alemanha⁷⁷. O papa enviou também cartas dirigidas aos poderosos aliados das duas facções, o rei de França e o rei de Inglaterra, em que os notificava da eleição realizada e os urgia – em especial a Filipe Augusto – a apoiarem a causa de Otto⁷⁸. No entanto, apesar de todos estes esforços realizados pelo papa para conseguir apoio para a causa do Welf, e apesar da audácia e da ousadia de muitas das acções realizadas pelo papado para urgir a concretização deste objectivo fundamental, a verdade é que o assunto estava

⁷⁷ RNI, n.º. 34-49. Ed. Friedrich Kempf, Rome, 1947. A maior parte destas cartas, apesar de na generalidade apresentarem o mesmo tema que aquela dirigida a todos os príncipes alemães proclamada e publicada pelo legado papal, revelam certas nuances e certas particularidades que são de grande interesse. Tais particularidades devem-se naturalmente ao facto de serem apropriadas à pessoa e à posição em que se encontra em relação à contenda. Uma apresentação bastante resumida de algumas dessas cartas poderá ajudar-nos a compreender melhor a questão. A carta dirigida ao Arcebispo de Magdeburgo (RNI, n.º. 38), que claramente não era apoiante, nem favorável ao partido Welf, logo depois de referir a decisão papal de conferir a Otto a coroa imperial e antes de apontar a obrigatoriedade da obediência e da fidelidade ao rei escolhido, o papa apontou que a ascensão do rei Welf de modo algum seria prejudicial ou perigosa para os interesses da igreja e do Arcebispo de Magdeburgo. É, realmente, interessante apercebermo-nos que nesta carta não existe nenhuma referência à reivindicação do direito papal de realizar esta decisão porque este tinha responsabilidade “principaliter et finaliter”, ou seja, não fazendo qualquer referência ao argumento comumente utilizado pelo papa na sua correspondência com os partidários do partido Hohenstaufen. De facto, este é o único argumento utilizado pelo papa para apelar este importante e poderoso arcebispo Hohenstaufen a aceitar e obedecer à decisão papal. A Henrique de Saxe (RNI, n.º. 41), o conde Palatino do Reno e irmão de Otto, o papa apenas referiu o quanto o reinado do seu irmão é importante para o seu partido e extremamente vantajoso para o conde, pois tirando o título de imperador iria partilhar tudo com ele. Ao patriarca de Aquileia (RNI, n.º. 42), que tinha mantido uma atitude de neutralidade entre os concorrentes, permanecendo à espera da decisão papal. O papa nada referindo em relação à escolha do candidato Welf, apenas felicitou a sua atitude e agradeceu a sua devoção à igreja romana calorosamente. Por fim, referia a carta a Bertold, duque de Zähringen. Esta importante figura do partido Hohenstaufen representava um caso bastante interessante, pois agia duplamente. Este duque tinha sido forçado a apoiar o partido Hohenstaufen; no entanto, apesar disso tinha mantido secretamente ligações com o papa, procurando que este não apoiasse um príncipe cuja família tinha uma longa tradição de perseguição à igreja. O papa mostrou nesta carta uma completa compreensão da situação do duque, referindo que sabia que este claramente não era apoiante do Hohenstaufen. Para além disso, aponta que, devido a isto, o juramento que realizou a Filipe não tinha qualquer valor e por isso poderia agora ligar-se com todas as suas forças a Otto, que o papa decidiu coroar como imperador. No entanto, o papa referiu que de modo algum toleraria que este mantivesse de aí em diante a posição dúbia em que tinha permanecido.

⁷⁸ RNI, n.º. 47 - carta dirigida ao rei de França Filipe Augusto; cfr. Ibid., n.º. 48 e 50; Ibid., n.º. 49 – carta dirigida ao rei João de Inglaterra. A carta do papa Inocêncio III a João apresenta um argumento bastante próximo daquele que encontramos na carta ao Conde Palatino, irmão de Otto. O papa apontava que João devia naturalmente congratular-se com a ascensão do seu sobrinho e único familiar à coroa imperial, tendo o rei de Inglaterra o dever – tal como tinha feito o irmão – de o ajudar e de apoiar na sua luta. A concretização desta tarefa representava naturalmente uma forma de engrandecimento e de aumento de poder da sua dinastia, bem como de engrandecimento da Inglaterra. Para além disso, o papa obriga o monarca Angevino a restituir ao seu sobrinho, cuja causa necessitava absolutamente de ajuda financeira, aquela ajuda monetária que o seu irmão, Ricardo Coração de Leão, tinha legado no seu testamento. A carta para o monarca Francês, cuja necessidade de converter para a causa de Otto era incomparavelmente mais importante e difícil, é muitíssimo mais interessante.

longe de estar resolvido. De qualquer modo, esta ousadia revelava uma certa esperança de que comesçassem a surgir respostas favoráveis à sua decisão, e dentro de um breve espaço de tempo. As cartas que chegavam à cúria no verão e no Outono de 1201, as mensagens dos legados – especialmente a mensagem do notário Filipe – que se encontravam na Alemanha, e algumas cartas de Otto em geral, apresentavam informações bastante favoráveis e revelavam o avanço da causa de Otto⁷⁹.

Certos acontecimentos começam subtilmente a revelar que a situação não era assim tão favorável quanto o papa poderia esperar. Vários príncipes alemães, entre os quais alguns partidários de Welf começaram a considerar a intervenção papal como profundamente suspeita e como perigosa para os direitos dos eleitores, e como uma ameaça para a independência da Alemanha. Deste modo, em 8 de Setembro de 1201, numa dieta realizada em Bamberg, o partido Hohenstaufen elaborou um novo protesto colectivo contra a invasão papal dos direitos eleitorais dos príncipes e contra as obras realizadas pelos legados papais. O documento redigido pelos príncipes Alemães reunidos em Bamberg, e depois revisto numa assembleia em Hagenau – Dezembro de 1201 – e ainda em Halle – Janeiro de 1202 – foi enviado ao papa. Uma legação bastante considerável, composta por dois Príncipes imperiais – o Arcebispo de Salzbourg e o Margrave de Ostmark – o abade de Salem, entregou a carta dos príncipes ao papa em Março de 1202. Nesta carta, os príncipes contestaram e recusaram por completo o direito de intervenção do papa na eleição do rei romano como sendo completamente sem precedentes. Segundo os príncipes, o legado papal realizou a sua acção contra todos os direitos. Nunca um papa ou um legado papal tinham intervindo numa eleição imperial como juiz ou como eleitor por sua livre vontade. Poderia o legado ou até o papa assumir e tomar o lugar de um eleitor? Como poderia apresentar a sua decisão, ultrapassando tão grande número de eleitores, sem que lhe tivesse sido concedido esse poder? Se, porventura, desejava agir como juiz, faltava-lhe a autoridade para o poder realizar. Na continuação deste argumento, os príncipes alemães do partido Hohenstaufen referem que não existe qualquer tipo de competência superior, ou qualquer tipo de juiz que possa decidir sobre a eleição de um rei, afirmando que apenas os príncipes são responsáveis por tal decisão. O protesto termina com a completa negação da possibilidade do papado intervir na disputa do trono. Como poderia ser permitido ao papa intervir na disputa pelo trono, quando os

⁷⁹ Ibid., nº. 51-54. A carta do notário Filipe ao papa (Ibid., nº. 52) é sem dúvida aquela que representa o melhor exemplo desse espírito de esperança na ascensão da causa de Otto. Este afirmava que o rei Otto, apoiado pelo duque de Brabante e pelo seu irmão, Henrique de Saxe, preparava um exército gigantesco para combater as forças do partido Hohenstaufen.

imperadores renunciaram aos seus legítimos poderes de participar na eleição dos papas? Este protesto não pode, nem deve ser entendido como um violento panfleto ou como um manifesto da facção Hohenstaufen, erguendo-se numa espécie de violenta torrente de acusações dirigidas contra a igreja romana ou contra o papado. O protesto revela-se não só como uma expressão do pensamento da facção Hohenstaufen em relação à intervenção papal na disputa pela coroa imperial, mas representa também uma clara afirmação de tradicionais concepções imperiais que tinham vindo a ser desenvolvidas desde os tempos de Carlos Magno. No tocante ao modo e à maneira como é permitido ao papa intervir na disputa pela coroa alemã, revelam-se situações conflituosas que nunca tinham sido totalmente resolvidas entre duas tradições tão distintas⁸⁰. Este grito de descontentamento e de indignação do partido Hohenstaufen contra a adesão solene de Inocêncio III ao partido Welf, não foi o único que se fez sentir na cúria romana. Nos primeiros dias do ano de 1202, chegou à cúria romana uma carta do poderoso monarca Capetino, Filipe Augusto. Esta carta, tal como o protesto dos príncipes Hohenstaufen, revela-se como um violento e brutal ataque à decisão papal de coroar Otto. O poderoso rei francês começou por argumentar acerca da invalidade e da ilegalidade da eleição do candidato escolhido pelo papa, pois tal representaria um ultraje e uma ameaça para o reino. Esta ideia da ameaça para o reino, é realmente o ponto fundamental da violenta acusação do rei Capetino ao papa. Como poderia o papa, que sempre se tinha mostrado preocupado com os interesses do reino francês, colocar à frente do império, alguém que representava uma força hostil e um perigoso inimigo para o reino de França? Deste modo, a atitude do papa era vista como uma injúria gratuita e como um perigoso desrespeito pela coroa francesa⁸¹. Esta carta que aparentemente parece mostrar a enorme preocupação do importante aliado dos Hohenstaufen com a «perigosa» intervenção do papa na contenda imperial e com a possibilidade de isso fazer diminuir a posição de Filipe de Suábia, revela acima de tudo uma enorme preocupação com o conflito com a Inglaterra. O ataque brutal e violento do Capetino é motivado pelo temor de que a concessão da coroa imperial ao Welf pudesse naturalmente fortalecer ainda mais o poder da dinastia Angevina e com isso prejudicar e mesmo destruir por completo os interesses políticos e territoriais que a coroa francesa procurava realizar.

⁸⁰ Ibid., n.º. 61; cfr. TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p. 118 e KEMPF, F. - *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp. 50-51.

⁸¹ RNI, n.º. 63; FOREVILLE, R. - *Le Pape Inocent III et la France*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1992.

No final de Março de 1202, numa carta que posteriormente seria englobada em várias importantes compilações de decretais sob o nome de «Venerabilem», o papa delineia as suas respostas e apresenta os seus argumentos em relação ao problema da sua intervenção na disputa pela coroa alemã. Antes de compreendermos a importância e o valor que teve este documento na evolução dos acontecimentos políticos na Alemanha, é importante atendermos a um pormenor bastante significativo. Era um traço comum do funcionamento da chancelaria papal, quando se tratava de um documento de grande importância relacionado com a questão imperial, ser dirigida a «universis tam ecclesiasticis quam secularibus principibus Alamannie»⁸², no entanto, esta carta, a «Venerabilem», estranhamente foge a essa regra pois é dirigida ao «nobili viri.duci Zaringiae. Será que deveremos conceber isto como uma clara demonstração de que se trata de um documento de menor valor, ou cuja importância se deva relativizar? A resposta tem que ser obrigatoriamente negativa. A escolha do Duque Bertoldo de Zähringen, uma importante figura do partido Hohenstaufen, revela uma hábil e inteligente manobra do papa para conseguir algum impacto e mesmo para conseguir criar divisões entre os príncipes. Este poderoso senhor tinha surgido naqueles momentos de confusão e de vazio de poder que antecederam a crise da dupla coroação como um possível pretendente à coroa alemã. No entanto, as suas pretensões tinham sido completamente destruídas pelo poder das forças Hohenstaufen pelas quais fora forçado a apoiar a candidatura de Filipe de Suábia. Inocêncio, ao procurar atrair este importante príncipe para o seu lado, procurava criar divisões e confusões no seio do partido Hohenstaufen. Depois destas notas de teor introdutório, mergulhemos na análise da importância da «Venerabilem». O protesto de Bamberg, na sua ardente e apaixonada afirmação do pensamento da facção Hohenstaufen em relação à intervenção papal na disputa pela coroa imperial, e na sua clara afirmação das tradicionais concepções imperiais, representava claramente um desafio ao qual o papa não poderia ficar indiferente. De certo modo, as noções e concepções que o papa apresenta nesta importante decretal para combater e refutar as posições dos príncipes alemães, não eram uma absoluta novidade, pois já tinham sido utilizadas ao longo do seu pontificado. De facto, podem-se encontrar tais noções espalhadas sem grande rigor em grande parte das cartas e dos documentos relacionados com o problema imperial desde Maio de 1199. Deste modo, na decretal «Venerabilem» encontramos reunido e sumariado, de um modo completamente novo e com alcance muitíssimo mais amplo, todo esse manancial de material que se

⁸² Cfr. Ibid., nº. 2 - carta da primavera de 1199, em que Inocêncio III informou os príncipes alemães que devido à sua inabilidade de apresentarem um candidato ele iria avançar para resolver o problema; Ibid., nº. 15 - resposta do papa à declaração de Speyer; Ibid., nº. 31; Ibid., nº. 33 - a carta de Março de 1201.

encontrava disperso ao longo das cartas e na acção do próprio papa. Em resposta aos príncipes alemães, o papa aponta que o papado tem todo o direito de intervir e se preocupar com a eleição do imperador. O papa baseia este direito no princípio de que aquele que tem o poder de ungir e de consagrar, aquele que realiza a imposição das mãos, tem necessariamente o dever de examinar a pessoa que vai consagrar. Com isto, o papa consegue afastar as acusações de que interveio na disputa pela coroa alemã como juiz das circunstâncias e como juiz da validade da eleição. Para o papa, a recusa, ou mesmo a contestação deste direito, representaria certamente um perigo, pois os eleitores poderiam escolher um candidato que não fosse digno da coroa imperial. Deste modo, o papa poderia ser obrigado a coroar um excomungado, um herético, um louco, ou mesmo um tirano se tal fosse a decisão dos príncipes eleitores. Para além disto, na sua resposta ao manifesto dos príncipes alemães reunidos em volta de Filipe, o papa afirmava o direito do papa de decidir em caso de dupla eleição. Quem iria impedir o papa, depois de ter exortado os partidos a chegarem a um acordo e de ter esperado que a concórdia entre as partes fosse restabelecida, de favorecer um dos partidos, se ambos os partidos lhe tinham pedido para ungir e coroar o seu candidato? Nesta carta, o papa não deixa de fazer referência ao papel do seu legado na Alemanha. O papa aponta que o cardeal Guido não agiu como eleitor, nem sequer confirmou ou desaprovou nenhuma das eleições realizadas pelos príncipes alemães. Deste modo, os seus actos não representaram uma interferência nos direitos dos eleitores ou uma ameaça à independência da Alemanha. O legado papal apenas proclamou e considerou acerca da situação dos eleitos, e não a obra do corpo eleitoral. Em seguida, apresenta um dos traços mais característicos das suas cartas relacionadas com a contenda imperial: a referência aos inumeráveis actos pérfidos e terríveis de Filipe e da «raça de perseguidores e de tiranos» a que ele pertence, e na sequência disso, invoca um dos argumentos que acreditava ter mais impacto entre os príncipes: a ideia de que se Filipe sucedesse ao seu irmão Henrique o império se tornaria hereditário. A carta termina com uma referência directa ao destinatário da carta. O papa pede ao Duque para renunciar a apoiar as forças Hohenstaufen e Filipe, já que ele nunca o iria apoiar nem à linha de conduta dos Hohenstaufen⁸³.

A «Venerabilem» revela-se um importante momento no processo de definição dos direitos do papado em relação à eleição imperial. Nesta, o papa Inocêncio analisou as suas reivindicações com grande acuidade e com um cuidado sem precedentes. Por detrás dos conflitos de interesses políticos descobrem-se outros conflitos e outros contrastes. Encontramos a luta

⁸³ Ibid., n.º. 62; cfr. TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p. 119-120

entre duas concepções e duas visões completamente distintas, concepções essas que se espelham e tornam palpáveis nos conflitos relacionados com a natureza da coroação imperial, com o carácter das pretensões acerca dos territórios papais e com o estatuto do reino siciliano. Este contraste entre estas duas visões e concepções – acerca do império e do papado – vão-se revelando e tornando cada vez mais claras ao longo da disputa pela coroa imperial, até que se revelam com uma clareza impressionante no violento protesto de Bamberg e na resposta da «Venerabilem». A análise das mutações do discurso e da própria linguagem desde a Declaração de Speyer até ao protesto de Bamberg, revelam claramente uma completa transformação. Depois destas considerações, voltemos novamente à análise dos acontecimentos.

O reconhecimento papal fortaleceu a posição de Otto apenas por algum tempo. No entanto, apesar disso, o papa procurou através de todos os meios que tinha à sua disposição trabalhar para a causa de Otto. Procurou estabelecer ligações entre a facção Welf e o duque Henrique de Brabante através da concessão de uma dispensa para a realização de um casamento entre o candidato Welf e a filha do Duque, Maria de Brabante⁸⁴. Procurou, através de ameaças de excomunhão e deposição, conseguir persuadir João de Trier a reconhecer Otto⁸⁵. Conseguiu fazer com que Adolfo de Colónia, que em 1201 tinha começado a se afastar do partido de Otto, voltasse novamente a aderir à causa do Welf⁸⁶. Para além disso, o papa pressionou o rei Ottokar da Boémia para se manter do lado de Otto, recusando por completo reconhecer a dignidade real que lhe tinha sido concedida por Filipe de Suábia, prometendo-lhe a possibilidade da concessão da coroa hereditária. O papa fortaleceu as ligações com os Zupans da Boémia agradecendo-lhes a preciosa ajuda militar na luta contra os Hohenstaufen⁸⁷. O papa conseguiu estabelecer, através dos seus legados na Alemanha, uma importante aliança com a coroa dinamarquesa⁸⁸, e procurou fortalecer a profundamente debilitada aliança entre o partido Welf e a coroa Angevina, através da declaração da nulidade dos juramentos realizados que o proibiam de apoiar Otto⁸⁹. Para além disso, o papa desenvolveu esforços no sentido de conseguir promessas das forças Lombardas de que estes iriam ter um papel activo na luta pela causa Welf⁹⁰. Certamente, ao contemplar os esforços gigantescos realizados pelo papa na sua

⁸⁴ Ibid., n.º. 66.

⁸⁵ Ibid., n.º. 68; Ibid., n.º. 75; Ibid., n.º. 78.

⁸⁶ Ibid., n.º. 67.

⁸⁷ Ibid., n.º. 102.

⁸⁸ RNI n.º 84

⁸⁹ Ibid., n.º. 60. Este juramento tinha sido realizado, pouco depois da elevação do rei João, num tratado de paz realizado entre a coroa Angevina e o rei Capetino em 22 de Maio de 1200 em Le Goulet.

⁹⁰ Ibid., n.º. 92-95.

luta pelo engrandecimento da causa do Welf, poderemos ficar com a impressão que procurou tirar partido de todos os meios e de todo o seu poder para impor e engrandecer o partido que era mais vantajoso às suas pretensões e reivindicações. De facto, não há dúvida que o papa exerceu pressão, realizou ameaças, desenvolveu esforços gigantescos para fortalecer a posição de Otto e enfraquecer o poder dos Hohenstaufen. No entanto, é necessário termos em conta que a acção papal não está marcada por um carácter destrutivo, nem por aspectos eminentemente políticos, ou mesmo territoriais. Como vimos atrás, intervém na contenda imperial devido à necessidade de lutar pelo manter das suas realizações na Itália e pela concretização da situação siciliana e, dentro deste espírito apoiaria o candidato que lhe garantisse a concretização deste objectivo. A criação do estado papal não representava, nem tinha o valor de uma conquista territorial, como encontramos nas concepções dos Hohenstaufen, mas era eminentemente uma tarefa de carácter espiritual. O papado desde os tempos da reforma tinha sentido que essa era a única forma de conseguir realizar e desenvolver o seu ofício pastoral e espiritual, sem sentir qualquer tipo de ameaça e de intervenção que pudesse impedir a sua concretização. O papa Inocêncio III, desde o início do seu pontificado, procurou lutar com todas as suas forças pela concretização deste ideal fundamental para a realidade do papado. Filipe de Suábia, que desde 1199, demonstrou com uma clareza assombrosa que estava desejoso de seguir as políticas e as ambições territoriais dos anteriores imperadores Hohenstaufen, representava um perigo para o papado e para a Igreja romana. Deste modo, não é difícil perceber porque motivo o papa não queria aceitar a sua eleição e coroação. É dentro deste panorama que se compreende a necessidade de o papa utilizar praticamente todas as medidas e armas de que dispõe para lutar pela causa de Otto, que em Neuss, lhe dera garantias de que iria aceitar a nova ordem territorial da Itália central e da Sicília. No entanto, percebe-se que o papa não tirou partido de todas as suas armas para conseguir a todo o preço fortalecer o partido Welf. Poderia ter utilizado e abusado do uso de medidas eclesiásticas punitivas contra o partido Hohenstaufen, tais como a excomunhão e o interdito para enfraquecer e atacar violentamente este partido. No entanto, exerceu reserva na utilização de medidas eclesiásticas punitivas. Alguns pontos podem nos ajudar a compreender esta ideia. O papa, apesar de utilizar nos seus documentos e nas suas cartas, como argumento contra Filipe, o facto de este estar excomungado desde os tempos de Celestino III, nunca ratificou a sentença geral da excomunhão que o legado tinha realizado. O papa e o legado papal na Alemanha, não consideravam os príncipes e os partidários Hohenstaufen como

estando excomungados ou como sendo obrigados a romper os seus juramentos para com o irmão de Henrique VI. Filipe não estava excomungado em nome, a excomunhão realizada pelo papa Celestino tinha sido dirigida em termos gerais a todos os poderosos comandantes das forças alemãs na Itália. Para além disso, o papa contentou-se em invalidar a absolvição realizada indevidamente pelo bispo de Sutri, e em o incluir na proibição lançada sobre todos os apoiantes de Markward de Anweiler.

Nas suas negociações com o rei Capetino, o legado papal, Octaviano de Óstia, apercebendo-se que não existia qualquer possibilidade ou concessão política que levasse o rei de França a apoiar as forças Welf, começou a tentar desenvolver formas e caminhos para obter concessões de Filipe Augusto através de negociações relacionadas com o assunto matrimonial com a rainha Ingeborg. Este caminho, certamente seria uma forma bastante eficaz e muito perspicaz de conseguir fazer com que o rei pudesse realizar algumas concessões em relação à sua intervenção na disputa pela coroa alemã, e até mesmo conseguir fazer com que este mudasse de lado. No entanto, o papa negou por completo ao legado, e mesmo ao rei a possibilidade da concretização desse tipo de negociações.

Durante o ano de 1203, a causa de Otto tinha feito progressos assinaláveis. Tais progressos eram de facto obra dos esforços gigantescos realizados pelo papa e também consequência de alguns acontecimentos e circunstâncias felizes. No entanto, o papa Inocêncio não se deixava surpreender pelo desenvolvimento favorável dos acontecimentos nos últimos meses do ano. A posição de Otto, apesar do aparente sucesso e das forças que se reuniam à sua volta, era demasiadamente frágil. Tal fragilidade deve-se essencialmente ao facto de que a lealdade de muitos dos seus apoiantes é extremamente duvidosa⁹¹. O papa, apesar desta suspeita e deste temor, procurou realizar todos os esforços para que as brilhantes esperanças⁹² do sucesso da facção Welf não se desmoronassem por completo. Neste sentido, o admoestou Adolfo, arcebispo de Colónia e Henrique, duque de Brabante que começavam a demonstrar intenções de abandonar o partido Welf, a permanecerem inteiramente leais à causa de Otto⁹³. Nessa sua

⁹¹ Ibid., n.º. 107.

⁹² A visão profundamente realista do papa contrastava claramente e profundamente com aquele que vivia e se sentia entre certos membros do partido Welf e em especial da visão de Otto de Brunswick. Numa carta escrita entre 15 e 31 de Dezembro de 1203 com uma linguagem transbordante de alegria o candidato Welf começa por agradecer ao papa por ter exaltado e elevado a tão alto nível a sua causa. Agradece também a ajuda do papa ao conseguir trazer para o seu lado figuras importantes como: o rei da Boémia e o landgrave da Turíngia. Para além disso, Otto apontava que tinha acabado de realizar – em 6 de Novembro de 1203 – uma assembleia solene à qual tinham assistido um grande número de príncipes do império, arcebispos, bispos, duques e condes. O Welf ficou profundamente convencido que faltavam poucos dias para a concretização total da obra do papa. Essa será concretizada em Fevereiro de 1204, na qual os mais poderosos príncipes da Alemanha, o arcebispo de Salzbourg, o duque da Áustria, e o Duque da Baviera se declararam seus vassallos e juraram fidelidade.

⁹³ Ibid., n.º. 99 - carta ao duque de Brabante; Ibid., n.º. 100.

intenção de tudo fazer para que a causa do Welf não desmoronasse, o papa começou a desenvolver a ideia de convidar Otto a Roma para ser coroado imperador.

Como facilmente se pode compreender, esta ideia papal não é expressão do enorme sucesso aparente que a causa do Welf então vivia, mas representava uma forma bastante inteligente de conseguir garantir a Otto o seu predomínio sobre o poder e a união da facção Hohenstaufen, e a única hipótese de Otto conseguir manter o seu objectivo permanentemente⁹⁴. No ano de 1204, uma súbita avalanche de acontecimentos avassaladores revelaram o colapso de todos estes sucessos e lançaram por terra todos os esforços gigantescos realizados pelo papa pela causa Welf. Logo no início do ano, a notícia da erupção da guerra de sucessão na Holanda, provocou uma importante baixa nas forças apoiantes do partido Welf. Durante esta guerra, o conde palatino do Reno, Henrique de Saxe, passou subitamente para as fileiras do inimigo⁹⁵. Para além disto, a aparição de uma forte armada Hohenstaufen na Turíngia, conduziu a outras importantes perdas. O rei Ottokar da Boémia, cujas forças apoiavam Herman, o Landgrave da Turíngia, não ousando combater com as forças invasoras, abandonou Herman. Este, não resistindo às forças Hohenstaufen, apoiadas pelos Checos e pelos Húngaros, acabou por se submeter sem condições a Filipe. Hermann foi forçado a apoiar o partido Hohenstaufen. Por esta altura, o rei Ottokar foi derrotado e obrigado a deixar a causa Welf e juntou-se às forças de Filipe de Suábia. Porém, ainda faltavam ocorrer algumas das baixas mais dolorosas e pesadas para a causa Welf. A primeira destas baixas foi a do Arcebispo de Colónia, que por volta do Outono de 1204, depois de várias vezes ter demonstrado a intenção de abandonar o partido Welf, finalmente se aliou ao partido Hohenstaufen⁹⁶. Esta mudança foi muito sonante e dolorosa, já que o Arcebispo representava o pilar inicial e a grande força sobre a qual se tinha unido o partido Welf. De facto, o arcebispo tinha sido o criador do reinado de Otto e o grande motor e a grande força impulsionadora do reconhecimento da causa Welf. Por volta do verão de 1204, as forças de Filipe Augusto tomaram a Normandia e outras importantes possessões do rei Inglês em França. Esta acção militar, não só representou um duro golpe para o rei Angevino, mas também um duro golpe para a causa Welf, pois o rei Inglês deixou por completo de apoiar monetariamente e militarmente o seu sobrinho. O partido Welf perdeu ainda o apoio do poderoso duque de Brabante, que mudou de partido precisamente na mesma

⁹⁴ TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam. 1980, pp. 121-122.

⁹⁵ VAN CLEVE, T. C. - *Emperor Frederick of Hohenstaufen*. Immutator Mundi. Oxford: Clarendon Press. 1972, p. 51.

⁹⁶ *Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii*. N.º. 113. Ed. Friedrich Kempf, Rome, 1947; Ibid., N.º. 116.

altura do Arcebispo de Colónia, e também o apoio de um grande número de nobres Lotaríngios.

Os esforços gigantescos realizados pelo papa na sua luta pelo engrandecimento da causa Welf e pelo reconhecimento de Otto eram extraordinariamente importantes para si, e para a concretização dos seus ideais. A sua influência no facto de conseguir reunir em volta de Otto um número considerável de príncipes e forças poderosas foi enorme – aliás como o próprio Otto reconhecia na carta enviada ao papa em Dezembro de 1203. No entanto, esta influência do enorme prestígio e do poder do papa não foi decisiva, pois a lealdade e a fidelidade de muitos desses príncipes e dessas forças que tinham sido recrutados para a causa de Otto era profundamente duvidosa. Os graves acontecimentos ocorridos em 1204 revelam isto com uma clareza assombrosa. Certamente, não nos podemos esquecer que muitos destes príncipes, especialmente os príncipes eclesiásticos, tinham aderido à causa de Otto através da realização de negócios profundamente vantajosos, através de pressões e ameaças e mesmo motivados pelo temor do soberano espiritual – como é exemplo paradigmático a adesão por três anos do Arcebispo de Colónia à causa de Otto. No entanto, apesar deste prestígio e deste poder, o papa nada conseguiu fazer para conseguir impedir a avalanche de acontecimentos e a enorme quantidade de abandonos que ocorreram em 1204. E, de modo especial, apesar das várias tentativas de admoestar o arcebispo de Colónia a não abandonar a causa de Otto, o papa não conseguiu evitar que tal acontecesse no Outono de 1204, bem como não conseguiu evitar a deserção dos bispos de Westfalia em 1205. Todos estes acontecimentos se revelavam como prenúncios da queda eminente da causa Welf. A questão em que o papa se encontrava mergulhado era a de se saber se a possível catástrofe e a queda da causa de Otto poderia ser decisiva para arrastar consigo a queda e a destruição da plena concretização dos ideais papais e da política de segurança do papado que o tinha levado a entrar na questão imperial. O papa via-se mergulhado numa situação catastrófica, semelhante à que tinha acontecido em 1201 e que tinha abruptamente conseguido resolver com o reconhecimento de Otto⁹⁷. No entanto, uma série de acontecimentos dissiparam por completo as possíveis dúvidas que Inocêncio poderia ter em relação às intenções hostis de Filipe de Suábia. Em 6 de Janeiro de 1205, o arcebispo de Colónia coroou Filipe de Suábia em Aix-la-Chapelle. Deste modo, o poderoso Hohenstaufen via-se assim entronizado, cumprindo inteiramente os tradicionais preceitos legais da coroação. Tinha sido coroado em Aix-la-Chapelle, sobre o trono de Carlos Magno e pelas mãos daquele que tinha o direito da consagração. Para além disso, o Hohenstaufen mais

⁹⁷ TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, pp. 124-126.

uma vez se revelou determinado a reclamar pela força os direitos imperiais – direitos que tinham sido violentamente reivindicados na declaração de Speyer – sobre a Itália e a Sicília. Deste modo, Filipe de Suábia enviou uma armada comandada por Lupoldo de Worms, o eleitor de Mainz, que atravessou os Alpes para conquistar os territórios imperiais perdidos para a igreja romana. Em Março de 1205, o papa envia um conjunto de cartas em que restabelece e reafirma o seu apoio à causa de Otto⁹⁸. O exército imperial, depois de ter conseguido obter algumas vitórias na Itália central, foi completamente derrotado por um poderoso exército papal comandado pelo Cardeal Cinthius. O papa, apesar do apoio à causa de Otto ter desaparecido na Alemanha, continuou a desenvolver esforços no sentido de engrandecer e tudo fazer para fortalecer a causa do Welf. Nesse sentido, começou novamente a nutrir a ideia já desenvolvida em 1203, de trazer Welf a Roma, para o coroar como imperador. Começou a desenvolver negociações com o rei de Inglaterra para apoiar financeiramente a empresa de Welf, e sobretudo para o persuadir a pagar o importante legado monetário que Ricardo Coração de Leão lhe tinha deixado em testamento.⁹⁹ Em Julho de 1206, Filipe de Suábia começou a procurar desenvolver negociações e a realizar algumas aberturas conciliatórias com o papa¹⁰⁰. O papa, devido a uma série de desastrosos acontecimentos militares na Alemanha, acabou por não ter outra escolha senão tentar procurar um compromisso com o poderoso Hohenstaufen¹⁰¹. No ano seguinte, as negociações começaram a revelar sinais de aproximação entre as duas partes. Numa carta datada de Maio de 1207, o papa anunciou que seriam enviados dois legados, o cardeal Hugo, bispo de Óstia e Leão Brancaleo, Cardeal de S. Croce, para negociar o processo de paz. Urgiu também todos os príncipes da Alemanha para colaborarem com os legados papais, desenvolvendo esforços no sentido de acabar com o estado de guerra civil e com as divisões que tinham causado tantos sofrimentos e calamidades na Alemanha e na cristandade e que tinham impedido a realização de uma verdadeira cruzada na Terra Santa¹⁰². Nos meses que se seguiram, as negociações tiveram um progresso de tal maneira grande que o papa Inocêncio III absolveu Filipe de

⁹⁸ *Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii*. Nº. 113 - 120. Ed. Friedrich Kempf. Rome. 1947.

⁹⁹ *Ibid.*, nº. 129; *Ibid.*, nº. 131-132; TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p. 130.

¹⁰⁰ RNI., nº. 136 - 138; VAN CLEVE, T. C. - *Emperor Frederick of Hohenstaufen*. Immutator Mundi. Oxford: Clarendon Press. 1972, pp. 51-71

¹⁰¹ Por volta de Junho de 1206, as tropas de Otto tomaram Goslar. No entanto, este sucesso levou a que o Hohenstaufen procurasse realizar esforços mais vigorosos. Deste modo, as tropas Hohenstaufen dirigiram-se para o Reno inferior para tomar a cidade de Colónia. Otto procurou travar o avanço das tropas do inimigo. Em 27 de Julho de 1206, os dois adversários defrontam-se em Wassenbourg. As tropas Hohenstaufen conseguiram uma vitória avassaladora sobre as tropas de Otto e dirigiram-se em seguida para Colónia. Depois de um longo cerco, as tropas Hohenstaufen tomaram o último grande bastião do partido Welf. Otto conseguiu fugir.

¹⁰² *Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii*. Nº. 141 - 120. Ed. Friedrich Kempf. Rome. 1947.

Suábia da excomunhão¹⁰³. Para além disso, o papa Inocêncio urgiu os seus cardeais a trabalharem para a obtenção de uma resolução pacífica entre Otto e Filipe de Suábia que fosse aceitável e do interesse do papa¹⁰⁴. Na primavera de 1208, os legados que se encontram na Alemanha enviaram para a cúria um relatório com informações acerca dos resultados atingidos nas suas actividades e nas suas negociações com o partido Hohenstaufen. Nessa breve missiva, os legados informaram o papa que Filipe de Suábia tinha realizado um juramento em que aceitava por completo todos os mandatos e todas as ordens papais relacionadas com os assuntos pelos quais tinha sido excomungado, que tinha ordenado dispersar uma poderosa armada que tinha reunido contra as forças de Otto. Para além disso, o relatório dos legados papais refere que foram realizadas tréguas entre os dois partidos.

Alguns historiadores apontaram que os resultados das negociações com o Hohenstaufen representavam claramente uma derrota papal. No entanto, esta visão não analisa em profundidade a questão das bases em que a paz foi estabelecida e se a restituição realizada pelo juramento do Hohenstaufen representava realmente uma derrota dos interesses do papa. A verdade é que Inocêncio conseguiu manter aquilo que tinha conseguido na Itália Central e na Sicília, pois Filipe com este juramento tinha renunciado às reivindicações e pretensões territoriais que o partido Hohenstaufen tinha afirmado com tanta veemência na declaração de Speyer. Se existe uma vitória de Filipe poderá ser apenas sobre Otto, não sobre o papa Inocêncio III. O esforço monstruoso que o papa realizou ao longo desses anos pela causa de Otto, não foi pelo reino de Otto, nem pela coroação do Welf como imperador, mas sim pelas terras recuperadas na Itália central pelo papado, e pela Sicília. Certamente que a realização de negociações com Filipe de Suábia, um membro da família Hohenstaufen, não era propriamente a situação mais ambicionada pelo papa, pois persistia sempre o temor de que este seguisse as políticas territoriais e as gigantescas ambições dos seus predecessores. No entanto, o juramento solene realizado por Filipe, representaria para o papa uma importante garantia. Para além disso, se as negociações falhassem e o filho de Henrique VI comesasse a desenvolver esforços para submeter as terras tomadas pela igreja romana, não faltariam aliados na Itália, como provou o caso de Lupoldo. Por outro lado, na Alemanha, dificilmente Filipe conseguiria a paz sem o apoio e a reconciliação com o papa. A facção Welf, que durante alguns anos esteve profundamente enfraquecida, começava agora a ganhar força e poderio. Esta ascensão devia-se ao renovado apoio à causa Welf de duas forças bastante

¹⁰³ RNI., nº. 143 - carta datada de Novembro de 1207, em que o papa Inocêncio III congratulava Filipe de Suábia por ter sido finalmente absolvido da sua excomunhão.

¹⁰⁴ Ibid., nº. 146

poderosas: a Inglaterra e a Dinamarca. O apoio do rei dinamarquês devia-se fundamentalmente à necessidade de proteger determinados territórios que tinha conseguido obter durante a contenda imperial. Deste modo, era do seu máximo interesse apoiar as forças de Otto. O rei Inglês, depois de concluir uma trégua de dois anos com o rei de França, procurou defender vigorosamente a causa do seu sobrinho. O reconhecimento da causa de Otto, que o papa mantinha, providenciou um legítimo pretexto para derrotar o Hohenstaufen no caso de as negociações começassem a correr mal. No entanto, o cálculo realista da causa de Otto, levou-o a empenhar-se na pouco desejada concretização das negociações com o Hohenstaufen. Para além disto, o papa tinha outras garantias que o poderiam ajudar no desenvolvimento bem sucedido das negociações com Filipe de Suábia. Esta garantia era o particular interesse que os príncipes espirituais tinham na concretização de uma reconciliação entre o papa e o Hohenstaufen.

Os acontecimentos de 1204, tinham mostrado ao papa, de uma maneira brutal, que o seu prestígio e a sua autoridade não eram suficientemente decisivas para conseguir forçar os prelados apoiantes da facção Hohenstaufen a aceitarem a causa de Otto. No entanto, isto não quer dizer que não estivessem fortemente ligados ao papa. De facto, mesmo os prelados apoiantes do partido Hohenstaufen obedeciam em geral aos mandatos do papa, às suas convocações, e mesmo às suas censuras.

Ao longo da contenda imperial, o papa conseguiu fazer com que alguns bispos que se dirigiam à cúria romana para receber o «pallium» ou para ser consagrados, realizassem, para além dos tradicionais juramentos de submissão e de obediência, juramentos em que eram obrigados a aceitar as decisões papais relacionadas com disputa da coroa imperial. Estes juramentos e estas declarações colocavam estes prelados numa situação profundamente delicada, pois a recusa da posição papal representava necessariamente a acusação de quebra de juramento, e a aceitação da posição do papa representava uma deslealdade para com o partido Hohenstaufen. Deste modo, a reconciliação entre o senhor temporal com o senhor espiritual representava a possibilidade de pôr fim a um problema que atormentava a maior parte dos príncipes espirituais da Alemanha. Era do máximo interesse dos prelados que as negociações tivessem frutos positivos, e de facto, as negociações avançaram de uma forma bastante positiva para ambas as partes. No seguimento das negociações e das discussões entre os legados papais e o partido Hohenstaufen, surgiu um plano através do qual Otto renunciaria ao título imperial e lhe era concedida a mão da filha primogénita de Filipe de Suábia, Beatriz. Deste modo, Otto, para além de receber a herança borgonhesa da casa Staufen, poderia ter a

possibilidade, ainda que remota, dado que Filipe de Suábia não tinha filhos, de um dia vir a receber a coroa imperial¹⁰⁵.

Nos primeiros meses de 1208, chegaram à cúria os legados de ambas as partes para realizar um acordo sob a supervisão do papa. Uma resolução pacífica entre as duas partes parecia altamente provável. Assim, na primavera de 1208, os legados de Otto aceitaram finalmente os termos do acordo de paz. Inocêncio poderia agora esperar que nem Filipe nem Otto pretenderiam realizar qualquer acção contra a Itália ou a Sicília, até porque Frederico estava a chegar à maioridade. Para a plena concretização dos processos de paz, faltava apenas que ambos os reis ratificassem os documentos do acordo de paz.¹⁰⁶ Deste modo, em meados de Junho de 1208, partiram de Roma os legados papais – Hugolino e Leão – acompanhados pelo patriarca de Aquileia, dispostos a atravessar os Alpes para acabar a tarefa da concretização da paz na Alemanha.

Em 29 de Junho de 1208, ainda os legados papais se encontravam perto de Mântua, quando pela Alemanha e pela Itália se espalharam rumores e notícias de um acontecimento brutal que transformou por completo a situação política da Europa. Filipe de Suábia tinha sido assassinado, quando praticamente já repousava nas suas mãos a coroa imperial.

O papa, que então se encontrava perto da Sicília¹⁰⁷ a concretizar pessoalmente a sua obra de pacificação do «Regno», partiu imediatamente para Roma.

Otto tornou-se o único candidato à coroa alemã e à coroa imperial.

Este acontecimento terrível, com todo o seu aspecto trágico e violento, que representava uma profunda mudança na situação política da Europa, favorecia a causa do papa Inocêncio III.

Apesar dos legados de Otto terem concordado com os acordos de paz, não queria dizer que os não pudesse vir a negar, sobretudo depois de ter conseguido engrandecer as suas forças com as ajudas que tinha conseguido no início de 1207. As negociações que o papa tinha realizado nos últimos anos com Filipe eram bastante satisfatórias, mas não tão vantajosas quanto as que

¹⁰⁵ RNI., n.º. 153; Ibid., n.º. 169; Ibid., n.º. 178; Ibid., n.º. 181; TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p.134; *Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii*. N.º. 153. Ed.Friedrich Kempf, Rome, 1947; Ibid., N.º. 169; Ibid., N.º. 178; TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p. 134.

¹⁰⁶ Id., ibid.

¹⁰⁷ As cartas que se encontram no RNI de datas muito próximas do assassinato de Filipe de Suábia referem todas que tinham sido compostas em San Germano (o Monte Cassino era então conhecido por S. Germano) – Sora. Daqui e de muitos outros factos pode-se concluir com toda a validade que o papa encontrava-se então no Regno.

Otto tinha reconhecido e jurado em Neuss. O papa procurou então desenvolver esforços, na Alemanha, para urgir todas as autoridades a reunirem-se em volta de Otto¹⁰⁸.

Nas negociações pela paz e pela coroação de Filipe como imperador, para além dos legados, também tinham vindo à cúria romana vários prelados que reivindicavam dois importantes e poderosos Arcebispados: Colónia e Mainz. Depois da morte de Filipe, Inocêncio colocou partidários da facção Welf - Siegfried de Eppenstein e Bruno de Sayn – nestas sés arquiepiscopais. Para além disso, o papa ordenou a estes que procurarem desenvolver esforços pela causa Welf, gesto que foi extremamente propício e importante para Otto. O antigo arcebispo de Colónia, Adolfo de Altena, apesar de ter desenvolvido esforços para a manutenção do casamento estipulado pelas negociações entre as forças Hohenstaufen e o papa, acabou por reconhecer a posição papal e a escolha do novo arcebispo, trazendo consigo poderosos apoiantes. Do mesmo modo, o arcebispo de Magdeburgo, o bispo de Speyer, o rei da Boémia e os duques da Áustria e de Zähringen pouco desejosos de reconhecer Welf, tentaram de todas as formas retardar a sua adesão a Otto, acabando, no entanto, por ceder. Apesar de todas estas hesitações calculadas, os príncipes alemães acabaram por reconhecer que não existia qualquer outra solução possível, senão aceitar Welf. Nenhuma outra candidatura tinha hipótese de sucesso. Deste modo, em 11 de Novembro de 1208, o candidato Welf foi reconhecido governante incontestado por todos os príncipes da Alemanha, reunidos numa solene dieta – assembleia – em Frankfurt. Os meses que se seguiram, foram um período de ótimas relações entre o papa e o novo rei¹⁰⁹. O papa via o candidato Welf aceite e reconhecido solenemente por todos príncipes imperiais, via a Alemanha liberta do estado de guerra civil e do clima de destruição que tinha vivido durante tanto anos. Em 22 de Março de 1209, Otto realizou um juramento solene em Speyer em que confirmava as concessões que tinha aceite em Neuss, e acrescentava ainda o abandono de importantes direitos reais do imperador sobre as igrejas alemãs. De acordo com o diploma, as eleições dos bispos seriam livres e feitas sem qualquer envolvimento do imperador, os apelos ao papa não seriam impedidos, as taxas das igrejas vacantes não seriam apropriadas como era comum na Alemanha e todos os territórios reivindicados pelo papa no estado papal seriam reconhecidos como tal¹¹⁰. Apesar deste documento aparentemente encorajador e das boas relações dos

¹⁰⁸ RNI, nº. 155-158.

¹⁰⁹ Ibid., Nº. 177; Id., ibid., Nº. 179.

¹¹⁰ Ibid., nº. 189; cfr. *Monumenta Germaniae Historica*. “Legum section IV, Constitutiones et acta publica imperatorum et regnum inde ab a. MCXCVIII usque a. MCCLXXII”. Cons. 2, nº. 31. Edit. Ludwig Weiland, Impensis Bibliopoli Avlici Hahniani, Hannover, 1896, p. 36 – par. 6; VAN CLEVE, T. C. - *Emperor Frederick of Hohenstaufen*. Immutator Mundi. Oxford: Clarendon Press. 1972, p. 70.

últimos meses de 1208, começaram a surgir fricções entre o novo rei da Alemanha e o papa. Em 6 de Janeiro de 1209, em Augsburg, os embaixadores das grandes cidades lombardas – Milão, Piacenza, Pavia, Cremona – oferecem-lhe as chaves de ouro das suas cidades juntamente com um presente sumptuoso. No dia 13 de Janeiro, o rei Alemão anunciou aos legados das cidades italianas o envio de um legado imperial que deveria reivindicar os direitos do império, reconstituir o seu domínio e agrupar as forças dos seus partidários. Poderíamos pensar que isto não representava uma ameaça para o papado, pois existiam regiões na Itália que pertenciam «de facto» ao império. Os poderes políticos e judiciários, que tinham sido investidos ao legado, eram para ser exercidos e aplicados à Lombardia e à Toscana, ao ducado de Espoleto e à Marcha de Ancona. Para além disso, o mandato de Otto obrigava claramente o legado a recuperar os estados matildinos. O novo rei começava a reivindicar para o império, territórios que tinham sido concedidos e reconhecidos à igreja romana e ao papado na promessa de Neuss. Otto não estava disposto a renunciar a mais direitos imperiais do que as que o partido Hohenstaufen se obrigara nas negociações com o papa.¹¹¹ Naturalmente, o papa não poderia ver com bons olhos estas reivindicações e estas pretensões de Otto de Brunswick. No entanto, este não era o único motivo de fricção. Nos primeiros meses de 1209, irromperam problemas gravíssimos na Sicília. O papa, como suserano da Sicília, deveria prestar toda a sua ajuda ao rei Frederico. No entanto, Otto, numa carta datada de Fevereiro de 1209, pediu-lhe que não intercedesse pelo filho do imperador Henrique.¹¹² Em 10 de Março, o Papa respondeu -lhe que Frederico tinha reconhecido o reino siciliano como sendo feudo da igreja romana, motivo pelo qual não poderia recusar socorrer e apoiar o seu vassalo em assuntos relacionados com o «regno»¹¹³. Este acontecimento, aparentemente sem grande significado, revelava-se como um sinal de que Otto estava pouco disposto a cumprir as concessões que tinha realizado em Neuss, e pouco disposto a aceitar a soberania papal sobre a Sicília. Estes pequenos sinais começaram a desvelar que Otto iria representar uma ameaça para a concretização dos grandes ideais do papado. As ligações de Otto de Brunswick com o rei de Inglaterra, também constituíam um problema para o papa. Desde os princípios da disputa pela coroa imperial, existia uma importante aliança entre a casa de Anjou e as forças Welf., aliança essa, que o papa ao longo dos anos sempre tentou fortalecer, pois representava um importante apoio para a causa de Otto. Naquele momento, essa aliança parecia estar a tomar a forma de

¹¹¹ Nas negociações com o partido Hohenstaufen em 1207, o papa tinha concordado conceder a Filipe territórios como a Marcha de Ancona, o ducado de Espoleto que, de certo, não eram extraordinariamente importantes para o papado. Acabou ainda por concordar em ceder os estados Matildinos.

¹¹² *Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii*. N.º. 187. Ed. Friedrich Kempf, Rome, 1947.

¹¹³ *Ibid.*, n.º. 188.

uma terrível ameaça contra o reino de Filipe Augusto, e indirectamente uma ameaça para a concretização do sempre ansiado sonho papal da cruzada. Na promessa de Neuss, o futuro imperador da Alemanha tinha prometido fazer a paz com Filipe Augusto, rei de França, de acordo com o conselho e a direcção do papa¹¹⁴. No entanto, dificilmente Otto faria tal coisa, não só por causa das já referidas ligações com a dinastia Angevina, mas também porque sentia um ódio profundo contra o monarca Capetino. Todos estes sinais e estes problemas pesavam na mente de Inocêncio, quando deliberava em relação ao pedido realizado por Otto, logo após a dieta de Frankfurt, de ser coroado imperador. O papa, na sua resposta ao pedido da coroação imperial, referiu num tom bastante sereno e até se poderia dizer caloroso, que para um verdadeiro entendimento entre o «regnum» e o «sacerdotium», era necessário que ambos os poderes que governam o mundo estivessem unidos e que, zelosamente, se ajudassem um ao outro. Por isso, dizia o papa, era necessário lutar contra todos os que desejassem semear entre eles a discórdia e a desconfiança, através da realização de certas concessões razoáveis e do interesse de ambas as partes¹¹⁵. O papa deu claramente a entender, sem nada precisar, que era necessário, antes de fixar a data da coroação, que Otto voltasse a apoiar as concessões e as promessas que tinha realizado nos tempos da disputa pela coroa imperial, ou seja, que devia voltar a reconhecer todas as garantias que tinha realizado em 1201, em Neuss. Esta resposta papal representava uma proposta inquietante para o rei Alemão. Qual a resposta de Otto? Em 22 de Março de 1209, algum tempo depois de receber a resposta papal, Otto realizou o juramento de Speyer. Certamente, com toda a naturalidade poderemos entender esta realização do rei Alemão como uma forma de aceitação das ideias e das propostas realizadas pelo papa na sua carta. Como vimos atrás, Otto volta a reafirmar todas as suas concessões territoriais, e acrescentou o abandono de importantes direitos reais do imperador sobre as igrejas alemãs. No entanto, as concessões realizadas em Speyer deixavam bastantes pontos de grande importancia suspensos e sem uma resposta definitiva, tais como a posição política do novo rei da Alemanha em relação às ligas Lombardas e Toscanas, bem como a posição deste em relação a Filipe Augusto, rei de França¹¹⁶. Por volta de Agosto de 1209, já o imperador se encontrava a caminho de Roma.¹¹⁷ e ainda o papa continuava a tentar desenvolver negociações no sentido de conduzir o Welf a renovar os seus juramentos através da realização de uma solene declaração pública, declaração essa, em que

¹¹⁴ Eis a passagem da promessa de Neuss: “ Similiter, etiam consilio tuo et mandato parebo de pace vel concordia facienda inter me [Otto] et Philippum regem Francorum”. Ibid., nº. 77.

¹¹⁵ Ibid., nº. 179.

¹¹⁶ Ibid., nº. 189; cfr. TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p. 139-140..

¹¹⁷ *Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii*. Nº. 190. Ed. Friedrich Kempf, Rome, 1947.

reconhecia todas as concessões que tinha realizado em Neuss, incluindo naturalmente ao reconhecimento da realização de processos de paz com Filipe Augusto, rei de França. Esta insistência papal para a realização de uma declaração pública não estava apenas ligada ao esclarecimento e à clarificação de certos pontos que ficaram por responder. A promessa de Speyer, de facto, tinha apenas o valor de um compromisso pessoal, pois não tinha sido o resultado de uma deliberação solene dos príncipes do império, mas apenas uma simples realização entre a chancelaria do rei Otto e os legados papais. Deste modo, era claramente duvidoso que alguma vez o rei da Alemanha tivesse a ideia de que alguém o poderia forçar a executar os termos enumerados no pergaminho. Deste modo, o papa, através da Solene declaração pública, procurava garantias de que realmente o Welf reconheceria verdadeiramente as obrigações necessárias para a realização da coroação imperial ¹¹⁸. Em Setembro de 1207, em Viterbo, o rei da Alemanha e o papa Inocêncio III encontraram-se face a face. Diante da complexidade das circunstâncias e do momento que então se vivia, era evidente a necessidade de que ambas as partes chegassem a um entendimento. Entre as muitas questões que foram discutidas e tratadas neste encontro, estava a da realização de um tratado definitivo de paz entre a Alemanha e a França. Diante dessa possibilidade, o rei alemão, com palavras rudes, recusou-se a realizar qualquer tipo de reconciliação com Filipe Augusto, além disso, com uma brutal resposta deixou transparecer que as concessões realizadas em 1201 não tinham qualquer valor, não eram mais do que um pedaço de papel. Otto recusou também a possibilidade de realização de uma renovação do juramento de renúncia dos antigos territórios imperiais que representava uma condição fundamental para a coroação imperial. O papa, depois deste encontro com o rei Alemão, ficou mergulhado num problema cuja resolução era extremamente complexa: não tinha a menor hipótese de forçar o rei Alemão a aceitar a realização do juramento nem a reconciliação com Filipe Augusto, além do que era impossível para o papa recusar a coroa imperial ao Welf. Os príncipes alemães e mesmo as forças imperiais na Itália, não iriam com toda a certeza admitir que o papa recusasse, por uma questão territorial, coroar aquele por quem sempre tinha lutado e feito esforços gigantescos, e que agora permanecia em Roma numa ameaçadora concentração de poder. Deste modo, em 4 de Outubro de 1209, o papa Inocêncio III coroou Otto como imperador romano ¹¹⁹. Durante a solene cerimónia da coroação, não tendo Otto dado mais nenhuma outra prova de segurança do que o comum juramento realizado por todos os imperadores, o papa não podia deixar de

¹¹⁸ Ibid., n.º. 191; cfr. TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam. 1980, p. 140.

¹¹⁹ *Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii*. N.º. 192. Ed. Friedrich Kempf, Rome, 1947; Ibid., n.º. 193.

sentir o perigo do acto que realizava e da ameaça que Otto representava. No cerimonial da investidura, o papa ao colocar a espada imperial nas mãos de Otto e ao cingi-lo com a mesma, não poderia certamente deixar de recear que essa se pudesse um dia erguer e virar violentamente contra ele. E de facto, os receios e os temores que o papa certamente sentiria na altura da coroação, começaram com o tempo a tornar-se uma terrível realidade. Nas semanas e nos meses seguintes, o novo imperador começou a desenvolver e a conduzir ataques contra o património e contra as concretizações papais na Itália. Otto, rodeado por um conjunto de oficiais imperiais que não tinham ainda abandonado o sonho de um império unido, incluindo a Alemanha e a Itália, agia na Itália exactamente como o imperador Hohenstaufen, e as suas reivindicações e pretensões territoriais não eram nada menores às do velho programa Hohenstaufen¹²⁰. À cúria começavam a chegar notícias de uma sucessão de acontecimentos que representam a ruína das suas concretizações na Itália central: o imperador começava a subjugar as cidades e os senhorios da Itália do norte e da Toscana, e em seguida começava a organizar a sua dominação sobre a Umbria, a Marcha de Ancona e a Emília-Romanha. Em Dezembro de 1209, Otto invadiu o Ducado de Espoleto e entrou em Foligno e Terni. Por volta de Janeiro de 1210, começaram a surgir rumores bastante inquietantes em Roma. Otto tinha nomeado Dipoldo de Acerra, o homem que juntamente com Markward tinha personificado a resistência imperial ao papa na Sicília, como o «grande capitão» de Apúlia e da «Terra di Lavoro» e nomeou-o duque de Espoleto. Nos últimos dias do mês de Agosto, Otto, concretizou finalmente o seu acto mais ameaçador para o papado. O imperador invadiu, pelo norte, o património de Pedro. Deste modo, ocupou Radisofani, Acquapendente, Montefiacone, Vetralla e mesmo outras cidades e fortalezas na Toscana Romana. O papa, entretanto, não tinha feito nada para impedir ou para proibir as profundamente ameaçadoras concretizações do imperador alemão. Certamente que esta atitude papal se não deve a um gesto de cobardia, nem a um sentimento de impotência perante a situação ou perante o monstro que tinha criado. O papa continuava a procurar, através de negociações, chegar a um entendimento com o poderoso imperador e desenvolver esforços para concretizar a paz. O papa não poderia simplesmente lançar a ameaça da excomunhão ou do anátema, sem uma razão perfeitamente válida, contra o homem por quem tinha lutado e se esforçado durante tantos anos. Poderíamos certamente pensar que o papa o poderia o excomungar por ter

¹²⁰ VAN CLEVE, T. C. - *Emperor Frederick of Hohenstaufen*. *Immutator Mundi*. Oxford: Clarendon Press. 1972, pp. 72-88.

quebrado os vários juramentos e promessas que tinha realizado ao longo dos anos¹²¹, no entanto, todas essas promessas tinham permanecido secretas durante muitos anos, e apenas poucos tinham conhecimento das concessões territoriais que Otto tinha realizado ao papa¹²². Deste modo, dificilmente os príncipes imperiais e as forças imperiais na Itália compreenderiam a atitude e o gesto do papado, o que certamente representaria um profundo golpe para o prestígio papal. O papa teria necessariamente que encontrar outra forma de golpear o poder gigantesco do imperador Alemão. Uma pedra que certamente poderia utilizar contra este «Golias» era apoiar um oponente poderoso: Frederico da Sicília. No entanto, mesmo que este apoio fosse bem sucedido, era uma medida desesperada e extremamente perigosa porque representava uma possível ameaça da restauração da união dos dois reinos na mão dos Hohenstaufen.

Por volta de 1210, o papa começa a solicitar a ajuda diplomática, militar e financeira de Filipe Augusto junto dos príncipes Alemães contra as forças do imperador Alemão. A oposição do rei de França ao candidato que o papa tinha coroado imperador já era muito antiga, sobretudo por causa da aliança de Otto com o inimigo do Capetino: o rei João de Inglaterra.

Nos dias conturbados de 1208 que se seguiram à morte de Filipe de Suábia, o papa tinha escrito ao rei de França apontando que não existia nenhum motivo, nem nenhuma razão para temer a eleição de Otto, pois o papa tinha recebido uma promessa em que o Welf tinha

¹²¹ Esta é por exemplo a posição de Manfred Laufs na sua obra *Politik und Recht Bei Innozenz III. Kaiserprivilegien, Thronstreitregister und Egerer Goldbulle in der Reichs – und Rekuperationspolitik Papst Innocenz III* (LAUFS, M. - *Politik und Recht Bei Innozenz III: Kaiserprivilegien, Thronstreitregister und Egerer Goldbulle in der Reichs – und Rekuperationspolitik Papst Innocenz III*, 26. Kölner historische abhandlungen. Köln-Wien: Böhlau Verlag, 1980). A tese deste livro é que quando Inocêncio embarcou na sua tarefa de reocupar os estados papais rejeitou conscienciosamente os três famosos privilégios dos imperadores alemães sobre os quais as pretensões poderiam ter-se baseado. Inocêncio percebeu que eles poderiam providenciar uma fraca fundamentação jurídica para pretensões papais na Itália central e que eram inadequados para os seus propósitos. Para estabelecer um direito papal mais substancial, Inocêncio criou relações contratuais com Otto de Brunswick. Ele deveria apoiar Otto se Otto reconhecesse os direitos do papado ao património. Este contrato está documentado no *Regestum super negotio Romani imperii* (RNI). Deste modo, de acordo com Laufs, o papa em 1210 excomunga o imperador por ter quebrado os seus juramentos e o seu contrato. Para uma análise mais completa do argumento de Laufs acerca da excomunhão cfr. LAUFS, M.- *op. cit.*, pp. 206-288.

¹²² Uma análise das diversas promessas confirma que estas nunca tinham sido fruto de uma deliberação ou de uma assembleia dos príncipes Welf, mas fruto de negociações entre Otto e os legados papais. Veja-se, por exemplo, a rubrica final da promessa de Neuss: “Actum Nuxie in coloniensi diocesi, anno incarnati Verbi M.CC.I, vi idus iunii, in presentia Philippi notarii, Egidii acoliti et Riccardii scriptoris frefati domini pape”. *Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii*. N.º. 77. Ed. Friedrich Kempf, Rome, 1947. Para além desse podemos ainda referir o da promessa realizada em Speyer no ano de 1209: “Signum domini Ottonis quarti Romanorum regis invictissimi. Ego Conradus, Spirensis episcopus, vice domini Sifridi, Maguntini archiepiscopi et totius Germanie archicancelarii, regalis aule cancellarius, recognovi. Acta sunt hec anno dominice incarnationis millesimo CCVIII, indictione XII, regnate domino Ottone quarto, Romanorum rege glorioso, anno regni eius undecimo. Datum apud Spiram, XI kalendas aprilis”. *Ibid.*, n.º. 189.

confirmado, por juramento, fazer a paz com Filipe Augusto de acordo com o conselho e a direcção do papa¹²³.

Em 1210, o pensamento papal era completamente diferente. Desejava apoio militar e financeiro bem como a intercessão do rei junto dos príncipes alemães para a concretização de uma rebelião contra o imperador, rebelião essa que deveria fazer com que o imperador e as forças imperiais saíssem dos territórios papais.

Os príncipes Alemães contrários ao imperador, exigiram do papa e dos cardeais o compromisso de renunciar à paz com Otto e de os desligar de todos os laços de fidelidade em relação ao imperador para que pudessem proceder à realização de uma nova eleição.

No Outono, as forças de Otto depois de terem cercado Rieti, atravessam as fronteiras do reino de Nápoles. Em 18 de Novembro, depois de terem atravessado a região de Abruzzo e terem tomado Sora, invadiram o «Regno».

O papa proclamou imediatamente uma proibição contra Otto, apesar de ainda procurar realizar negociações com o imperador Alemão. No entanto, Otto não mostrava nenhum sinal de arrependimento, nem sequer estava interessado na concretização de paz com o papa, pois isso iria certamente impedir a concretização das suas ambições e de todos os seus desejos territoriais, bem como de se erguer contra o odiado rei de França. Deste modo, o imperador continuou a expandir pela espada o seu poder no «Regno. Nos primeiros meses de 1211, tomou as grandes cidades da Campânia – Sessa, Nápoles, Aversa – conquistando em seguida a Apúlia e a Calábria.

Na quinta-feira santa de 31 de Março de 1211, o papa informou os príncipes Alemães, que por causa das violações realizadas por Otto e por causa dos males que ele tinha cometido contra o jovem rei da Sicília e contra a igreja romana, estava disposto a declarar vazios os laços de fidelidade e os juramentos realizados ao imperador. Para além disso, o papa excomungou e lançou o anátema a todos aqueles que apoiavam o imperador contra o reino siciliano e contra o estado papal¹²⁴. Mas o que fazer com o ofício imperial? Filipe de Suábia tinha há muito morrido; Otto não mostrava o menor sinal de arrependimento e revelava um total desprezo para com as promessas que tinha realizado. Diante do papa apenas se perfilava a figura do

¹²³ Ibid., n.º. 165.

¹²⁴ *MGH*, “SS”, “*Annales Casinensis*”. Vol. XIX. Edit. Georg Heinrich Pertz. Hannover: Impensis Bibliopoli Avlici Hahniani. 1866, p. 319; *MGH*, “SS”, “*Ryccardi de Sancto Germano notarii chronica a. 1189 – 1243*”. Vol. XIX. Edit. Georg Heinrich Pertz. Hannover: Impensis Bibliopoli Avlici Hahniani. 1866, p. 333; POTTHAST, A. – *Regesta pontificum Romanorum (1198 – 1304)*. I-II, Berolini, 1874-1875, 4213; VAN CLEVE, T. C. - *Emperor Frederick of Hohenstaufen*. Immutator Mundi. Oxford: Clarendon Press. 1972, pp. 69-73; TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam. 1980, p. 145-147.

jovem Hohenstaufen, Frederico rei da Sicília. Inocencio tinha feito todos os esforços para afastar toda e qualquer possibilidade da realização da «*unio regni ad imperium*», e evitar coroar um imperador Hohenstaufen que pudesse ser como os seus predecessores – Frederico e Henrique VI. No entanto, perante a situação que então se vivia, o papa não teve outra possibilidade de escolha.

Por volta dos últimos meses do ano de 1211, as alianças e as ligações que o papa tinha realizado com os príncipes alemães e com o rei de França começavam a fazer surgir frutos e a revelar-se como uma ameaça poderosa contra o imperador que entretanto devastava o «regno». Deste modo, em Setembro de 1211, em Nuremberga, numa imponente dieta presidida pelo rei da Boémia, o duque da Áustria, o duque da Baviera e o Landgrave da Turíngia, Frederico, rei da Sicília foi eleito. A assembleia nomeou dois legados, Henrique de Nifen e Anselmo de Justingen encarregados de informarem o papa, e de espalharem a notícia por toda a Itália. O imperador, que se preparava para atravessar a Sicília, logo que soube das novas de uma rebelião em terras alemãs, imediatamente abandonou os planos na Sicília e se dirigiu para a Alemanha¹²⁵. Entretanto, um dos legados imperiais – Anselmo de Justingen¹²⁶ –, depois de se ter encontrado com o papa na cúria romana, dirigiu-se para a Sicília onde notificou Frederico da resolução dos príncipes alemães. O rei da Sicília, apesar dos seus conselheiros sicilianos o terem aconselhado a declinar o convite, aceitou o título de rei dos romanos. Em Abril de 1212, o papa recebeu calorosamente o jovem Hohenstaufen e concedeu-lhe todo o tipo de apoio para a concretização da viagem até Alemanha¹²⁷. Quando o imperador Welf chegou à Alemanha, por volta dos últimos dias de Fevereiro, o papa tinha lançado a todos os cidadãos do império a ordem de expulsar do governo da Alemanha o imperador Otto, como sendo um inimigo de Deus e da igreja. Os príncipes eclesiásticos alemães encontravam-se agora mergulhados numa decisão entre o papa e o imperador, e desta vez, contrariamente ao que acontecera em relação à disputa da coroa imperial, estava em causa não apenas a excomunhão e a suspensão, mas também o ofício e o título. Para além disso, os legados papais – os arcebispos Siegfried de Mainz e Alberto de Magdeburgo –

¹²⁵ MGH, “SS”, “Ryccardi de Sancto Germano notarii chronica a. 1189 – 1243”. Vol. XIX. Edit. Georg Heinrich Pertz. Hannover: Impensis Bibliopoli Avlici Hahniani. 1866, p. 334.

¹²⁶ O outro legado tinha permanecido na Lombardia, zona tradicionalmente apoiante do império, para procurar conseguir o apoio dos Lombardos e, ao mesmo tempo, fazer com que estes se erguessem e se revelassem contra o Welf.

¹²⁷ MGH, SS, “Ryccardi de Sancto Germano notarii chronica a. 1189 – 1243”. Vol. XIX. Edit. Georg Heinrich Pertz. Hannover: Impensis Bibliopoli Avlici Hahniani. 1866, pp.334-335. A dificuldade da viagem era realmente muito grande já que ainda existia demasiado apoio ao imperador Otto na Itália: os navios de Pisa ameaçavam a possibilidade de uma viagem marítima e, por terra, Milão e os seus muitos aliados representam uma ameaça eminente. O papa conseguiu o apoio de Génova, importante potência marítima, e o apoio das forças inimigas de Milão.

tinham a completa autorização para depor os bispos que continuassem a apoiar Otto¹²⁸. Deste modo, em Setembro de 1212 quando o Hohenstaufen, depois da difícil passagem pela Itália chegou à Alemanha, tinha praticamente toda a igreja ao seu lado. Um momento decisivo e profundamente paradigmático deste dilema do clero e de seu decisivo apoio a Frederico, encontramo-lo, precisamente nesta altura, no caso do Bispo Conrado de Constança. Este bispo hesitava entre a sua lealdade ao imperador, que estava rapidamente a aproximar-se de Constança, vindo do norte, e a sua obediência ao papa, na figura do Jovem Hohenstaufen que se encontrava às portas da cidade. O legado papal, que acompanhava o Hohenstaufen, ameaçou o bispo com as consequências do facto de se aliar a um excomungado contra ordens expressas do papa. O arcebispo abriu as portas da cidade a Frederico e fechou-as ao imperador. Otto retirou-se para o norte e os príncipes alemães, especialmente os bispos, reuniram-se em volta de Frederico¹²⁹. Este poderoso apoio eclesiástico foi de grande importância para Frederico na sua luta contra o imperador Otto. Apesar disso, não deixou de procurar recrutar novos apoiantes entre a aristocracia alemã. Deste modo, Frederico moveu-se através da Alemanha oferecendo promessas, concessões territoriais, enormes somas de dinheiro, isenções, e privilégios¹³⁰. Este gesto de grande habilidade, não só causou uma grande admiração entre a aristocracia alemã, e mesmo entre o clero alemão, como também conseguiu trazer para o seu lado um grande número de nobres que eram apoiantes de Otto. Para além dos prelados alemães, o jovem Hohenstaufen conseguiu também o importante apoio do clero e dos prelados Lombardos, incluindo os bispos das cidades pró-imperiais na sua luta contra o imperador Welf. Em 5 de Dezembro de 1212, numa grande assembleia de príncipes alemães reunida em Frankfurt, Frederico foi eleito unanimemente rei dos romanos e, no domingo seguinte, a 9 de Dezembro, em Mainz, foi coroado e ungido por Siegfried de Eppstein, arcebispo de Mainz. Depois da coroação, Frederico continuou a percorrer incessantemente toda a Alemanha e a realizar dietas nas quais recebia cuidadosamente tributos de fidelidade e homenagem. Em 12 de Julho de 1213, em Eger, o jovem Hohenstaufen jurou solenemente e confirmou ao papado as possessões e a realização das suas reivindicações tal como tinham sido estipuladas nas várias promessas realizadas por Otto em

¹²⁸ *Patrologiae Latinae*, 216. Parisiis: Garnier fraters editores et J.-P. Migne successores. 1890, pp. 559, 1070-1073.

¹²⁹ VAN CLEVE, T. C. - *Emperor Frederick of Hohenstaufen*. Immutator Mundi. Oxford: Clarendon Press. 1972, pp. 85-88; TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam. 1980, p. 148-149

¹³⁰ *Id.*, *ibid*, p. 84. Apenas para referir alguns exemplos: prometeu a Ottokar da Boémia o título de rei, a isenção da jurisdição imperial e a soberania sobre a Polónia; a Henrique, margrave da Morávia praticamente a mesma coisa. O Hohenstaufen concedeu a Frederico, duque da Lorena, a soma de três mil e duzentos marcos. Concedeu ao arcebispo Siegfried de Mainz todos os direitos seculares e eclesiásticos que os imperadores tinham sobre a cidade e ao bispo Lupold de Worms o domínio absoluto sobre a sua diocese.

1209 em Speyer. Na bula dourada de Eger, Frederico prometeu reconhecer as reivindicações papais ao estado papal e concedeu ajudar o papa a conseguir recuperar algum território que ainda não tivesse recuperado. Para além disso, o jovem Hohenstaufen reconheceu a liberdade das eleições dos bispos e dos abades sem qualquer interferência ou qualquer participação real, permitiu o direito de apelo à cúria e prometeu toda a assistência para a erradicação e para a supressão da heresia.¹³¹ No caso de Otto, todas as promessas e todas as concessões se tinham provado inúteis face ao seu desejo de poder, mas para o papa Inocêncio, apesar de tudo, representava a única esperança de procurar manter um estado papal seguro e independente. Porém, devemos ter o cuidado de analisar as diferenças entre esta promessa realizada por Frederico e as várias realizadas por Otto.

Os termos da promessa e as concessões realizadas são, como foi referido, praticamente iguais, tirando um pequeno mas importante pormenor da concessão de certos territórios que nunca tinham feito parte dos famosos privilégios dos imperadores: o país de Massa Trabaria¹³², nos Apeninos, e em relação aos direitos da igreja romana e do papado no reino da Sicília, acrescenta o domínio sobre a Córsega e a Sardenha¹³³. No entanto, o que era realmente diferente e novo em relação à promessa de Eger é que Frederico, tal como Otto, não se limitou a selar a bula e fazer registrar todas estas concessões pelo seu chanceler. A promessa de Eger, assinada pelo jovem Hohenstaufen e pelo bispo Conrado, seu chanceler, traz também a subscrição dos arcebispos de Mainz e Salzbourg, do rei da Boémia, dos duques da Baviera e da Áustria, do Landgrave da Turíngia e de muitos outros bispos e nobres da Alemanha.¹³⁴ Para além disto, os príncipes do seu partido concordaram com a restituição e com as concessões dos territórios imperiais através de cartas de consentimento. Deste modo, esta não tinha apenas o valor de um compromisso pessoal, de uma renúncia realizada pelo governante, tal como as várias promessas de Otto, mas tinha sido o resultado de uma deliberação solene dos príncipes do império, uma aprovação imperial pela mão dos seus mais importantes

¹³¹ MGH, “Legum section IV, Constitutiones et acta publica imperatorum et regnum inde ab a. MCXCVIII usque a. MCCLXXII”. Cons. 2, nº. 46-51. Edit. Ludwig Weiland. Hannover: Impensis Bibliopoli Avlici Hahniani. 1896, p. 57-63. Para uma análise mais profunda da Bula dourada de Eger e das suas versões vd. LAUFS, M. – *Politik und Recht Bei Innozenz III: Kaiserprivilegien, Thronstreitregister und Egerer Goldbulle in der Reichs – und Rekuperationspolitik Papst Innozenz III.* 26. Kölner historische abhandlungen. Köln-Wien: Böhlau Verlag. 1980 pp.289-307.

¹³² “Ad has pertinet tota terra que est a Radicofano usque Ceperanum, Marchia Anconitana, ducatus Spoletanus, terra comitisse Matilidis, comitatus Brittenorii, Exarcatus Ravenne, Pentapolis, Massa Trabaria cum adiacentibus terris et omnibus aliis ad Romanam ecclesiam pertinentibus” MGH const. II, nº 48, p.60.

¹³³ Eis o texto “cum omnibus ad ipsum spectantibus tam citra Farum quam ultra, necnon Corsicam et Sardiniam” que surge em Ibid., nº. 48, p. 61.

¹³⁴ Ibid., nº. 46-47, p. 59; Ibid., nº. 48, p. 61; Ibid., nº 49-50, p. 62..

representantes.¹³⁵ Eger estabeleceu uma nova base para os direitos da igreja alemã, substituído a concordata de Worms, com uma resolução bastante menos favorável para a coroa imperial. Entretanto, Otto ia desenvolvendo campanhas desesperadas através da Alemanha. As forças Welf invadiram e saquearam os territórios do conde de Hochstad, o arcebispado de Magdebourg, o bispado de Munster, e o condado de Gueldre, e chegaram mesmo a penetrar na Turíngia. Acompanhado pelos seus aliados, o Landgrave da Turíngia e pelo rei da Boémia, Frederico lançou na saxónia um ataque profundamente destrutivo, não conseguindo, no entanto, destruir as forças de Otto.

Por volta do princípio de 1214, a luta entre os dois adversários ganhou novos contornos. A Alemanha do norte, tradicionalmente leal aos interesses Welf, continuava a apoiar as forças Welf. As cidades alemãs e flamengas – Colónia, Ghent, Bruges, Ypres – que devido à sua situação económica necessitavam dos mercados ingleses, procuraram desenvolver alianças com as forças aliadas do rei de Inglaterra. A Lorena e a Dinamarca continuavam a apoiar Otto. O rei Francês reconhecendo a ameaça destas alianças e destas ligações para a segurança do seu reino, procurou manter e fortalecer as ligações com Frederico Hohenstaufen. Por volta de Julho de 1214, começou a ser concretizado o ataque ao território francês. O Welf estava certo que se estas forças conseguissem derrotar o odiado Filipe Augusto rei de França, em seguida, as forças do Hohenstaufen seriam arrasadas na Alemanha e a obra do papa Inocêncio III arruinada. O rei da Inglaterra conduziu as suas forças para a região de Poitou e tencionava dirigir-se contra as forças de Filipe Augusto a partir de Este. As tropas Welf, e dos seus outros dois aliados – o conde de Flandres e o conde da Borgonha iriam também dirigir-se contra o Capetino, mas a partir do Oeste. No entanto, as forças da casa de Anjou foram atacadas por uma armada francesa comandada pelo filho de Filipe Augusto, o príncipe Luís. Deste modo, em 27 de Julho de 1214, em Bouvines, as tropas reunidas em volta de Otto encontraram as forças do rei de França. A contundente derrota do imperador Welf e dos seus aliados nesta batalha, representou verdadeiramente o dobrar dos sinos para as ambições de Otto.¹³⁶ Foi uma batalha profundamente decisiva para o conflito na Alemanha e colocou o noroeste inteiramente nas mãos do Hohenstaufen. No verão de 1215, Colónia e Aix-la-Chapelle submeteram-se a Frederico, e aí, o Hohenstaufen foi novamente coroado. Na mesma altura, o

¹³⁵ TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam. 1980, pp. 140-150.

¹³⁶ MGH, SS, “*Relatio Marchianensis*”. Vol. XXIV. Edit. Georg Heinrich Pertz, Impensis Bibliopoli Avlici Hahniani, Hannover, 1866, pp. 390-391; Ibid., vol. XIX, p. 335; FOREVILLE, R. - *Le Pape Innocent III et la France*. Anton Hiersemann, Stuttgart, 1992.

rei tomou a cruz, adquirindo assim a protecção papal devida a todos os cruzados¹³⁷. No entanto, Otto não tinha desistido, apesar da pesada e ultrajante derrota em Bouvines e da perda de todo o apoio na Alemanha e os seus representantes dirigiram-se para Roma para defender a causa imperial do Welf. Em Novembro de 1215, na segunda e terceira sessão¹³⁸ do quarto concílio do Latrão, o papa Inocêncio III, apesar de todos os esforços e do protesto dos partidários de Otto, confirmou a eleição de Frederico, realizada pelos príncipes alemães, como imperador romano e prometeu coroá-lo¹³⁹. Esta confirmação, realizada no concílio, da eleição do Hohenstaufen, representou um verdadeiro golpe mortal nas aspirações e nas esperanças do Welf. Em Julho de 1216, em Strasbourg, Frederico prometeu por meio de um juramento solene que, antes da coroação imperial, iria entregar ao seu filho, Henrique, já coroado rei da Sicília de acordo com o mandato papal, o reino, como estado vassalo do papa. Para além disso, Frederico depois de ter resignado ao título e à sua autoridade, permitia que o reino, durante a menoridade do filho, fosse governado por uma pessoa nomeada pelo papa, que seria o único detentor do domínio e da autoridade sobre o reino¹⁴⁰. O final da promessa revela claramente a verdadeira razão do acto de Frederico: pôr fim à «unio regni ad imperium», união essa que era perigosa para o papado e mesmo para os herdeiros de Frederico. Inocêncio nunca chegou a ter o documento da renúncia do futuro imperador nas suas mãos, pois em 16 de Julho de 1216 morreu em Perugia.

¹³⁷ VAN CLEVE, T. C. - *Emperor Frederick of Hohenstaufen*. Immutator Mundi. Oxford: Clarendon Press. 1972, pp. 96-98.

¹³⁸ Para um relato das duas sessões do concílio em que foi tratado o problema dos dois candidatos vd. Ryccardus de S. Germano, MGH SS 19, p.338 ;

¹³⁹ TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980, p.151.

¹⁴⁰ MGH. “Legum section IV, Constitutiones et acta publica imperatorum et regnum inde ab a. MCXCVIII usque a. MCCLXXII”. Cons. 2, nº. 31. Edit. Ludwig Weiland, Impensis. Hannover: Bibliopoli Avlici Hahniani. 1896, pp. 228-229.

PARTE 2

A afirmação do poder espiritual no seio da igreja

A noção de ‘Plenitudo Potestatis’ no pensamento do papa Inocêncio III

O papa Inocêncio III durante o seu longo pontificado transformou e expandiu consideravelmente as concepções e as noções acerca do papado, tendo criado novas justificações para o exercício da autoridade papal. Inocêncio soube ao mesmo tempo utilizar antigos conceitos e argumentos de um modo completamente novo. O papa combinou «hardheaded practicality» com o profundo interesse intelectual no poder e na importância das ideias e das concepções¹⁴¹. Certamente, temos a consciência de que as ideias podem moldar o mundo e de facto o papa soube o fazer como poucos. Uma das concepções com mais peso, importância e impacto extraordinário no pensamento e nas concepções papais é o de ‘Plenitudo Potestatis’. Com este conceito o papa pretendia essencialmente definir e distinguir o seu poder e a sua autoridade em relação aos outros membros da hierarquia eclesiástica, especialmente, dos patriarcas, bispos e sacerdotes. De facto, a noção de ‘Plenitudo Potestatis’ no pensamento do papa significava claramente a vastidão do poder papal e a suprema posição do papa no seio do ‘corpus ecclesiae’.

Antes de avançarmos na análise do pensamento do papa em relação à noção e ao conceito de ‘Plenitudo Potestatis’ é importante realizar uma breve análise da evolução deste termo e deste conceito para uma compreensão da problemática e de toda a sua linguagem¹⁴².

A primeira referência que se conhece da noção de ‘Plenitudo Potestatis’ surge numa longa carta do papa Leão I dirigida ao seu vigário o bispo Anastásio de Tessalónica¹⁴³. Certamente devemos ter o cuidado de entender que esta primeira formulação a noção ‘Plenitudo Potestatis’ nada tinha a ver com as enormes reivindicações jurídicas do papado do século

¹⁴¹ PENNINGTON, K. - *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, p.

¹⁴² Para uma análise e uma compreensão mais ampla do termo ‘Plenitudo Potestatis’, seja em termos da sua evolução histórica, seja acerca do uso de Inocêncio III do termo vd: SCHATZ, K. – “Papsttum und Partikularkirchliche Gewalt bei Innocenz III (1198-1218)”. In: *Archivum Historiae Pontificiae* 8, 1970, pp. 61-111; BENSON, R. L. – „Plenitudo Potestatis: Evolution of a Formula from Gregory IV to Gratian”. In: *Collectanea Stephen Kuttner. Bolonha: Studia Gratiana* 14. 1967, pp.195-217; WATT, John A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, pp. 75-92; PENNINGTON, K. - *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, pp. 43-58.

¹⁴³ Ep. 14, c.I, (PL 54, 671).

XIII. Por outro lado, nem o papa Leão I utilizou esta fórmula com o objectivo de distinguir a autoridade do papa da dos outros bispos¹⁴⁴. Na sua carta ao bispo Anastásio, o papa reprovou o seu vigário por excessiva severidade e lembrou-o que como seu representante este tinha recebido apenas uma forma puramente delegada de poder: “Pois nós concedemos-te o nosso ofício (vices) de tal maneira que és chamado a uma parte das responsabilidades, não à plenitude do poder”¹⁴⁵. Como podemos ver, o papa Leão I utilizou esta terminologia para descrever a diferença entre a autoridade delegada de um legado e a autoridade do papa. De facto, a repreensão do papa pretendia simplesmente assinalar que o bispo tinha recebido apenas uma parte da “sollicitudo” do papa, ou seja, que lhe tinha sido confiada e delegada uma pequena parte do poder e não a ‘Plenitude do poder’ que o papa certamente lhe poderia ter concedido¹⁴⁶.

A primeira aplicação alargada da fórmula utilizada pelo papa Leão I encontra-se em dois textos do século IX: numa decretal do papa Gregório IV¹⁴⁷ e numa carta do papa Vigílio englobada nas falsas decretais pseudo-isidorianas¹⁴⁸. Nestes dois textos a fórmula significa claramente a relação do papa com a autoridade dos metropolitas sobre as suas dioceses. A decretal do papa Gregório IV dirigida aos bispos da Gália, da Europa, da Alemanha e de todas as províncias representa uma defesa do Bispo Aldric de Le Mans. O papa afirma que o bispo depois de ser ouvido pelo seu metropolitano pode apelar a Roma. Este apelo iria suspender todos os actos e as acusações contra ele, deixando-o inteiramente na posse da sua sé até à resolução do caso pelo papa. O papa justifica a sua afirmação referindo-se à já nossa conhecida fórmula: “interessando aquele que recorreu à protecção da Igreja Romana e implora a sua ajuda, nada poderá ser decidido antes que seja ordenado pela mesma igreja. A Igreja Romana concedeu o seu ofício (a sua função) às outras igrejas de tal modo que elas são chamadas a uma partilha da responsabilidade, não à plenitude do poder”¹⁴⁹. A formulação apresentada pelo papa Gregório é bastante semelhante àquela que surge na carta de Leão I; no entanto, apesar de continuar a utilizar a linguagem técnica do poder delegado, o papa alterou radicalmente o sentido da fórmula de Leão. De facto, este papa reivindicava que a igreja

¹⁴⁴ BENSON, R. L. – “Plenitudo Potestatis: Evolution of a Formula from Gregory IV to Gratian”. In: *Collectanea Stephen Kuttner. Bolonha: Studia Gratiana* 14. 1967, pp.198-199.

¹⁴⁵ “...Vices enim nostras ita tuae credidimus charitati, ut in partem sis vocatus sollicitudinis, non in plenitudinem potestatis” Ep.14, c.I, (PL 54, 671).

¹⁴⁶ BENSON, R. L. – “Plenitudo Potestatis: Evolution of a Formula from Gregory IV to Gratian”. In: *Collectanea Stephen Kuttner. Bolonha: Studia Gratiana* 14. 1967, p. 200.

¹⁴⁷ *Monumenta Germaniae Historica*, Epistola V 72-81 n° 14; vd. a mesma decretal em PL 106, 853.

¹⁴⁸ HINSCHIUS, P. – *Decretales Pseudo-Isidorianae*. Leipzig. 1863, p. 712

¹⁴⁹ “...nihil prius de eo, qui ad sinum sanctae Romanae confugit ecclesiae eiusque implorat auxilium, decernatur, quam ab eiusdem ecclesiae fuerit praeceptum auctoritate, quae vices suas ita aliis impertivit ut in partem sint vocata sollicitudinis, non in plenitudinem potestatis”, MGH, Ep. V 74 n°14, PL 106, 853.

romana tinha concedido o seu ofício a todo o episcopado da cristandade e não apenas a um vigário papal¹⁵⁰. Uma compreensão mais profunda do valor e do alcance desta afirmação e desta posição papal implica necessariamente uma brevíssima análise da reivindicação de jurisdição sobre os ‘maiores causae – os casos maiores’. Na época de Gregório IV, o caso de um julgamento de um bispo era considerado um ‘maiores causae’ que estava tradicionalmente reservado ao pontífice romano. Deste modo, a reivindicação de jurisdição sobre os ‘maiores causae’ não representava, na realidade, uma novidade e a utilização do termo ‘Plenitudo Potestatis’ para tal justificação não era senão a utilização de um novo termo para uma velha prerrogativa papal. Contudo, para o âmbito do nosso trabalho interessa sobretudo apontar que esta reivindicação de jurisdição representava a afirmação de um contraste entre a ‘Plenitudo Potestatis’ do papa com a ‘in partem sollicitudinis’ dos metropolitas e dos bispos. De facto, ao excluir os bispos do poder de realização de um julgamento final sobre os ‘maiores causae’, o papa estava a demonstrar evidentemente que estes detêm um poder parcial, limitado e delegado sobre esta jurisdição. Ora, esta afirmação naturalmente implica que a igreja romana detém a ‘Plenitudo Potestatis’ sobre os ‘maiores causae’. Com isto o papa contrastava a ‘Plenitudo Potestatis’ da igreja romana com a ‘in partem sollicitudinis’ dos bispos.

É importante apontar que a partir deste momento, ou seja, a partir de Gregório IV se começa a definir a autoridade do papa comparando-a com a autoridade dos bispos¹⁵¹. As posições e as concepções apresentadas na decretal do Pseudo-Vigílio englobada nas Decretais Pseudo-Isidorianas aumentam significativamente a importância, o valor e a claridade destes conceitos. O Pseudo – Vigílio revela que todas as outras igrejas têm a sua origem e o seu fundamento na Igreja Romana que: “detém a primazia sobre todas as igrejas”¹⁵². Partindo deste princípio fundamental da Igreja Romana como o ‘fundamento’ e a origem de todas as igrejas, o Pseudo – Vigílio apresenta a noção da natureza derivativa da autoridade judicial e do poder das outras igrejas. Esta concepção da natureza derivativa da autoridade judicial e do poder das igrejas está profundamente relacionada e assemelha-se às noções apresentadas pelo papa Gregório IV acerca do apelo de bispos e da questão dos ‘maiores causae’. De facto, o Pseudo-Vigílio aponta que os apelos de bispos e outras ‘maiores ecclesiarum quaestiones’ relacionadas com altos

¹⁵⁰ BENSON, R. L. – “Plenitudo Potestatis: Evolution of a Formula from Gregory IV to Gratian”. In: *Collectanea Stephen Kuttner. Bolonha: Studia Gratiana* 14. 1967, pp. 201-202.

¹⁵¹ PENNINGTON, K. – *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Centuries*. Philadelphia, 1984, p. 59.

¹⁵² “Nulli vel tenuiter scienti vel pleniter sapienti dubium est, quod ecclesia Romana fundamentum et sors [est] ecclesiarum, a qua omnes ecclesias principium sumpsisse nemo recte credentium ignorat...Quamobrem sancta Romana ecclesia...primatum tenet omnium ecclesiarum...” HINSCHIUS, P. – *Decretales Pseudo-Isidorianae*. Leipzig. 1863, p. 712

prelados da igreja devem ser necessariamente referidas a Roma¹⁵³. Esta noção de uma natureza derivativa da autoridade judicial e do poder das outras igrejas e a afirmação da supremacia da igreja romana estão claramente relacionadas, constituindo uma consequência do facto de que para e em tais decisões e julgamentos – sobre os apelos e sobre as ‘maiores ecclesiarum quaestiones’ –, Roma concedeu às outras igrejas apenas uma jurisdição e um poder parcial e delegado, uma mera partilha de responsabilidade e não a ‘Plenitudo Potestatis’¹⁵⁴.

Na segunda metade do século XI, em consequência do ímpeto e da explosão de uma nova energia que surgiu com o movimento da reforma, inspirado pelo estudo da lei canónica, estes dois textos são redescobertos, citados e utilizados pelas primeiras colecções de cânones e, sobretudo, por importantes escritores eclesiásticos. Parece-nos importante salientar que as interpretações e as aplicações realizadas por estes escritores acrescentaram muito pouco ao significado que encontramos nos três textos atrás mencionados. No entanto, a interpretação e o entendimento destes textos é tudo menos uniforme. De facto, o termo ‘Plenitudo Potestatis’ pode ser utilizado para se referir à competência judicial ‘sem igual’ do papa em relação às ‘maiores causae’ e ‘maiores ecclesiarum quaestiones’, bem como em relação a acções envolvendo apelos de bispos ou outros altos prelados da igreja. Por vezes, esta noção é utilizada para se referir à jurisdição do papa sobre os metropolitas¹⁵⁵ ou ainda para negar que os legados papais detêm a ‘Plenitudo Potestatis’¹⁵⁶.

¹⁵³ “ad quam tam summa episcoporum negotia et iudicia atque querellas quam et maiores ecclesiarum quaestiones, quasi ad capud semper referenda sunt...”. HINSCHIUS, P. – *Decretales Pseudo-Isidorianae*. Leipzig. 1863, p. 712.

¹⁵⁴ “...Ipsa namque ecclesia quae prima est ita reliquis ecclesiis vices suas credidit largiendas, ut in parte sint vocate sollicitudinis, non in plenitudine potestatis, unde omnium appellantium apostolicam sedem episcoporum iudicia et cunctarum maiorum negotia causarum eidem sanctae sedi reservata esse liquet...”. HINSCHIUS, P. – *Decretales Pseudo-Isidorianae*. Leipzig. 1863, Hinschius, p. 712.

¹⁵⁵ Para esta posição vd. Bonizo de Sutri, *Liber ad amicum*, c.7, MGH, SS, “*Libelli de Lite*”, I, p. 602; vd. tb. *Liber de Vita Christiana*. A mesma posição surge também em CHARTRES, I. - *Correspondance* I. Ed. Jean Leclercq. Paris. Ep.8. 1949, p.32; vd. o mesmo texto em PL, 162, p.19. *Decretum* 5.349; PL, 161, p. 428: “Quod primates et metropolitani a Romana ecclesia sint vocati in partem sollicitudinis, non in plenitudinem potestatis”. BENSON, R. L. – “Plenitudo Potestatis: Evolution of a Formula from Gregory IV to Gratian”. In: *Collectanea Stephen Kuttner. Bolonha: Studia Gratiana* 14. 1967, pp. 210-211. podemos ver ainda em SCHATS, K. – “Papsttum und Partikularkirchliche Gewalt bei Innocenz III (1198-1216)”. In: *Archivum Historiae Pontificiae* (AHP) 8. 1970, p. 66.

¹⁵⁶ Para esta posição vd. Manasses de Reims; vd. também a mesma posição em Ivo de Chartres: “Quod vero scripsistis propter officium legationis vobis iniunctae prius ad notitiam vestram hoc fuisse referendum, ut tunc eum demum consecrarem, cum quod vobis bene placeret agnosceremus, quoniam sic praeceperit papa Leo Anastasio Thessalonicensi episcopo, legato suo, personale hoc intelligimus fuisse privilegium, non generale decretum, maxime cum, secundum eundem Leonem, ‘legationis officium pars sit apostolicae sollicitudinis, non plenitudo potestatis’. Quae etiam pars modo plus, modo minus recipit pro arbitrio committentis.” CHARTRES, I. - *Correspondance* I. Ed. Jean Leclercq. Paris. Ep.8. 1949, pp.234-236, vd. tb. o mesmo texto em PL 162, 69. BENSON, R. L. – “Plenitudo Potestatis: Evolution of a Formula from Gregory IV to Gratian”. In: *Collectanea Stephen Kuttner. Bolonha: Studia Gratiana* 14. 1967, pp. 206-207; SCHATS, K. – “Papsttum und

Torna-se pertinente fazer uma breve referência às interpretações apresentadas por Bernoldo de Constança em relação à noção de ‘Plenitudo Potestatis’. Escrevendo por volta de 1076, Bernoldo atacou a doutrina que os súbditos de um bispo só podem ser julgados apenas por este, apontando que o papa pode julgá-los. No intuito de provar a sua posição e o seu argumento, Bernoldo faz referência aos três textos, referindo que estes textos fundamentais demonstram a questão da primazia jurisdicional do papa. Em seguida, Bernoldo acrescenta: “Disto claramente se demonstra que nenhum bispo tem tanto poder sobre o rebanho que lhe foi confiado como tem o papa. Embora o papa tenha dividido o seu ofício entre os bispo, no entanto, ele de modo nenhum se privou do seu poder supremo e universal, tal como um rei não diminui o seu próprio poder real, embora tenha dividido o seu rei por vários duques, condes e juízes. Então, dado que o papa tem esse poder supremo até mesmo quando o bispo da igreja não deseja, o papa pode resolver qualquer coisa nessa igreja (...), quem poderá negar que em qualquer lado do mundo o papa possa condenar o súbdito do bispo bem como o próprio bispo quando eles desafiam o pensamento apostólico?”¹⁵⁷. Parece-nos importante apontar que, apesar das concepções e das interpretações apresentadas por Bernoldo que na sua grande maioria permanecem próximas das posições clássicas, existem algumas ideias que representam e demonstram novas implicações e acrescentam novos elementos para a concepção papal da ‘Plenitudo Potestatis’. De facto, a noção do poder supremo e universal do papa que pode anular a autoridade judicial do bispo, podendo ainda não só julgar o bispo, mas também os súbditos do bispo, representa uma nova e frutífera ideia que brota da tradição, ou seja, a noção de que o papa representa o juiz competente para toda a igreja, para a igreja universal¹⁵⁸.

Partikularkirchliche Gewalt bei Innocenz III (1198-1216)”. In: *Archivum Historiae Pontificiae* (AHP) 8. 1970, p. 66.

¹⁵⁷ Apologeticus c.23, MGH, SS, “Libelli de Lite”, II, 87: “Preterea beatus Leo papa, ...item Vigilius papa, ...item beatus pater Gregorius, hi, inquam, singuli eadem auctoritate precipui pene eadem voce in decretis suis verissime testantur hoc modo: ‘Sancta Romana ecclesia vices suas ita aliis impertivit ecclesiis, ut in partem vocatae sint sollicitudinis, non in plenitudinem potestatis’. Unde liquido demonstratur, quod quilibet episcopus nec super gregem sibi commissum tantam potestatem habeat, quantum presul apostolicus, qui licet curam suam in singulos episcopos diviserit, nullomodo tamen se ipsum sua universali et principali potestate privavit, sicut nec rex suam regalem potentiam dimiuit, licet regnum suum in diversos duces, comites sive iudices diviserit. Cum ergo dominus apostolicus in omni ecclesia tam principalem potestatem habeat, ut etiam invito episcopo cuiuslibet ecclesiae quaeque in ea iuxta canonicas sanctiones possit disponere, quis denegare poterit, quin ubique gentium tam subditos episcoporum, quam ipsos episcopos apostolicae institutionis contemptores damnare possit?”.

¹⁵⁸ Para um aprofundamento destas noções de Bernold de Constança cf. BENSON, R. L. – “Plenitudo Potestatis: Evolution of a Formula from Gregory IV to Gratian”. In: *Collectanea Stephen Kuttner. Bolonha: Studia Gratiana* 14. 1967, pp. 213-214; SCHATS, K. – “Papsttum und Partikularkirchliche Gewalt bei Innocenz III (1198-1216)”. In: *Archivum Historiae Pontificiae* (AHP) 8. 1970, p. 66.

Na segunda metade do século XII, encontramos referências à ‘Plenitudo Potestatis’ no *Decretum* de Graciano. Nesta obra fundamental do pensamento canonístico encontramos em quatro lugares referências claras e citações dos textos fundamentais – em três cânones¹⁵⁹ e uma vez num ‘dictum’ do próprio Graciano¹⁶⁰. Parece-nos bastante importante salientar que Graciano utilizou a noção de ‘Plenitudo Potestatis’ não relacionada com o papa, mas sim para conceber o contraste entre as posições dos metropolitas e dos eleitores. De facto, o autor do *Decretum* utilizou este conceito numa discussão acerca do direito dos bispos de eleger o seu sucessor para conceber e indicar a autoridade inerente à ‘plenitude do seu ofício’, do mesmo modo que as cartas papais começavam a utilizar tal noção para significar o que o conferimento do ‘Pallium’ concedia ao bispo ou o que a delegação papal conferia a um bispo¹⁶¹.

A influência das posições e da interpretação da fórmula realizada por Bernardo de Claraval é de importância crucial para as concepções e para o pensamento do papa Inocêncio III. No tratado ‘De Consideratione’ dirigido ao seu antigo discípulo, o papa Eugénio III, Bernardo de Claraval define o ofício papal e a sua eminência acima da dignidade dos outros bispos: “Quem és tu? O sumo-sacerdote, o sumo pontífice. Tu és o príncipe dos bispos, tu és o herdeiro dos apóstolos (...). Tu és aquele a quem foram concedidas as chaves, a quem o rebanho foi confiado. É verdade que existem outros porteiros dos céus e pastores dos rebanhos; mas tu és o mais glorioso de todos esses (...). Foram-lhes entregue rebanhos, um para cada um; a ti foram-te concedidos todos, um único rebanho para um único pastor. Tu és o único pastor não só de todas as ovelhas, mas também de todos os pastores”¹⁶². O conceito de

¹⁵⁹ O texto leonino aparece em C.3 q.6 c.8; o texto de Gregório IV surge em C.2 q.6. c.11 e o texto do Pseudo-Vigilius em C.2 q.6. c.12. cf. SCHATS, K. – “Papsttum und Partikularkirchliche Gewalt bei Innocenz III (1198-1216)”. In: *Archivum Historiae Pontificiae* (AHP) 8. 1970, p. 67; WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, pp. 76-77.

¹⁶⁰ C.9 q.3; vd. WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p.76.

¹⁶¹ Id., *ibid.*; BENSON, R. L. – “Plenitudo Potestatis: Evolution of a Formula from Gregory IV to Gratian”. In: *Collectanea Stephen Kuttner. Bolonha: Studia Gratiana* 14. 1967, p. 215. Para a compreensão do valor e do significado da concessão do Pallium e para uma compreensão do valor e do significado da delegação papal para os bispos veja-se LADNER, G. – “The concepts of ecclesia and christianitas and their relation to the Idea of Papal Plenitudo potestatis”. In: *Sacerdozio e regno da Gregorio VII a Bonifacio VIII*. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp.63-64.

¹⁶² II, 15;423. “Qui es? Sacerdos Magnus, summus pontifex. Tu princeps episcoporum, tu heres apostolorum (...) Tu es cui claves traditae, cui oves creditae sunt. Sunt quidem et alii caeli ianitores et gregum pastores; sed tu, tanto gloriosus quanto et differentius, utrumque prae ceteris nomen hereditasti. Habent illi sibi assignatos greges, singuli singulos; tibi universi crediti, uni unus. Nec modo ovium, sed et pastorum tu unus omnium pastor”. S. Bernardo - *De Consideratione ad Eugenium Papam*. Eds. J. Leclercq e H.M.Rochais. In: *Sancti Bernardi Opera*. Roma: Tractatus et opuscula. 1963, vol.3. p.423. Para análises mais profundas acerca da teologia do primado em S. Bernardo e para análises mais detalhadas acerca da sua interpretação da ‘Plenitudo Potestatis’ JACQUELINE, B. - *Bernard et l’expression Plenitudo Potestatis in Bernard de Clairvaux*. Paris. 1952, pp. 345-348; KENNAN, E. - “The De Consideratione of St.Bernard of Clairvaux and the Papacy in Mid-

‘Plenitudo Potestatis’ em Bernardo de Claraval é desenvolvido a partir da noção de que o poder espiritual do papa se estende sobre toda a igreja, enquanto que o dos outros bispos se estende apenas sobre as suas igrejas. Bernardo de Claraval entendia que esta fórmula, no sentido de que a extensão dos limites e do território de um, significava naturalmente a limitação do outro, enquanto que o poder papal era absolutamente universal: “ De acordo com os cânones, outros são chamados a partilhar as responsabilidades da igreja, mas tu és chamado para a plenitude do poder. O poder dos outros está limitado por limites bem definidos; o teu estende-se mesmo sobre aqueles que receberam poder sobre outros.”¹⁶³. Esta concepção da relação entre uma autoridade territorialmente limitada e a autoridade universal surge num outro importante passo desta obra de Bernardo de Claraval dirigida ao papa Eugénio III. Numa interpretação profundamente alegórica das passagens evangélicas ¹⁶⁴ que referem que Pedro se lançou às águas para ir ter com o senhor que caminhava sobre as águas, Bernardo refere que tal facto demonstra com grande clareza a posição suprema e única de Pedro, ou seja, demonstra que lhe tinha sido dado o poder sobre todas as pessoas e sobre toda a terra, enquanto que os outros apóstolos permaneceram no barco, permaneceram nas suas respectivas igrejas: “ O que significa isto? É seguramente um sinal do pontificado único de Pedro através do qual ele não recebeu apenas um barco para governar, tal como todos os outros, mas todo o mundo. Pois o mar é o mundo; os barcos são as igrejas (...) Assim, embora cada um dos outros tenha o seu próprio barco, a ti foi confiado o maior de todos, feito de todos os outros, a igreja universal que está espalhada ao longo de todo o mundo”¹⁶⁵. Através desta interpretação no sentido de uma relação entre uma autoridade territorialmente limitada e uma autoridade universal, como através do paralelo com a relação entre Pedro e os apóstolos, realizou-se um passo crucial para a interpretação deste conjunto de conceitos na relação entre o papa e os bispos. Do mesmo modo, estas interpretações e estas posições apresentadas por Bernardo de Claraval representam um momento fundamental para compreensão e interpretação da noção de ‘Plenitudo Potestatis’ como a mais importante definição da autoridade papal. Este ponto é tanto mais importante quanto devemos ter em mente que mesmo no século XII, os arcebispos

Twelfth Century: A Review of Scholarship”. In: *Traditio* 23. 1967, pp.73-115; PRINCIPE, W. H. – “Monastic, Episcopal and Apologetic Theology of the Papacy, 1150-1250”. In: *The Religious Roles of the Papacy: Ideals and Realities, 1150-1300*. Ed. Christopher Ryan, Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies. 1989, pp. 118-129.

¹⁶³ II, 8, 16: p. 424. “Ergo, iuxta canones tuos, alii in partem sollicitudinis, tu in plenitudinem potestatis vocatus est. Aliorum potestas certis artatur limitibus; tua extenditur et in ipsos, qui potestatem super alios acceperunt”.

¹⁶⁴ Mt 14,29 e Jo 21,7.

¹⁶⁵ II, 8, 16, p.424 “ Quid istud? Nempe signum singularis pontificii Petri, per quod non navem unam, ut ceteri quique suam, sed saeculum ipsum suscepit gubernandum. Mare enim saeculum est; naves, Ecclesiae (...) Ita cum quique caeterorum habeat suam, tibi una commissa est grandissima navis; facta ex omnibus ipsa universalis Ecclesia, toto orbe diffusa”.

eram por vezes descritos como tendo a ‘Plenitudo potestatis’ ou a ‘Plenitudo pontificalis officii’,¹⁶⁶ depois de terem aceite o ‘Pallium’. De facto, tal terminologia era frequentemente utilizada como um termo técnico para o aumento do poder jurisdicional e sacerdotal que acompanhava o ‘Pallium’,¹⁶⁷.

Antes de analisarmos as interpretações e as concepções do papa Inocêncio III acerca da noção de ‘Plenitudo Potestatis’ é importante desenvolver uma breve consideração sobre a utilização desta noção nas cartas e nos documentos papais da segunda metade do século XII. Quando a expressão ‘Plenitudo Potestatis’ surgiu pela primeira vez nos documentos papais era utilizada mais para descrever o poder delegado dos legados papais do que para descrever o próprio poder do papa¹⁶⁸. De facto, nas cartas e nos documentos do papa Alexandre III, esta expressão não representava de modo algum o poder papal em geral, mas sim o poder delegado conferido a um legado papal¹⁶⁹. De certo modo, esta utilização da noção de ‘Plenitudo Potestatis’ é semelhante à noção ‘plenaria potestas’ utilizada por papas anteriores, especialmente por Adriano IV¹⁷⁰. Celestino III parece de facto ter sido o primeiro a utilizar a noção de ‘Plenitudo Potestatis’ relativamente à figura do papa, embora tal definição do poder papal estivesse ainda marcada pela relação entre o papa e o episcopado. Com o pontificado de Inocêncio III a expressão ‘Plenitudo Potestatis’ tornou-se, de facto, a mais importante e fundamental definição da autoridade e do poder papal. Esta definição tornou-se uma noção regular e absolutamente decisiva não só na linguagem da chancelaria papal. Devemos sublinhar ainda que tornou-se a mais expressão importante do vocabulário das suas decretais¹⁷¹.

¹⁶⁶ cf. a utilização deste termo numa carta de Anastácio IV - datada de 1154 - relacionada com a concessão do ‘Pallium’ ao arcebispo João de Trondheim. A carta encontra-se em Jaffé e Wattenbach, *Regesta Pontificum Romanorum*, II, Leipzig, 1888, 9941.

¹⁶⁷ PENNINGTON, K. - *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, p. 44. Para uma mais ampla discussão deste assunto e destas utilizações cf. BENSON, R. L. - *Bishop-Elect: A Study in Medieval Ecclesiastical Office*. Princeton. 1968, pp.169-173.

¹⁶⁸ MCCREADY, W. D. - “Papal Plenitudo Potestatis and the Source of Temporal Authority in Late Medieval Hierocratic Theory”. In: *Speculum* 4 vol. 48. 1973, p.654; vd. tb. LADNER, G. - “The Concepts of ‘ecclesia’ and ‘christianitas’ and their relation to the idea of Papal ‘Plenitudo Potestatis’ from Gregory VII to Boniface VIII”. In: *Sacerdozio e Regno da Gregorio VII a Bonifacio VIII*. Miscelanea Historia Pontificia 18. 1954, p.63.

¹⁶⁹ Veja-se como um exemplo entre vários a carta dirigida por Alexandre III ao Arcebispo Syrus de Génova em 1162, Jaffé e Wattenbach, *Regesta Pontificum Romanorum*, II, Leipzig, 1888, 10707: “a nobis et catholicis successoribus nostris eandem auctoritatis et potestatis plenitudinem recepturi quam episcopus et cardinalis habuerit qui a nobis et successoribus nostris illuc de corpore ecclesiae fuerit destinatus”.

¹⁷⁰ Veja-se por exemplo o anúncio da nomeação do Arcebispos Hillin de Trier como legado papal em 1155, PL 188, 1438: “... indulsumus ut ibi legationis officio apostolicae sedis auctoritate fungatur plenariam a nobis recipiens potestatem quaecumque fuerint corrigenda corrigere”.

¹⁷¹ WATT, J. A. - *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 85; PENNINGTON, K. - *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, p. 44.

Depois desta análise da evolução do termo propomo-nos a desenvolver uma análise acerca do papel do conceito e da noção de ‘Plenitudo Potestatis’ no pensamento e nas concepções do papa Inocêncio III. O papa Inocêncio III utilizou com enorme frequência esta expressão durante os primeiros anos do seu pontificado nas suas cartas e nos seus sermões. Na realidade, a frequência com que este papa utiliza este conceito é incomparavelmente superior à realizada e desenvolvida pelos seus predecessores¹⁷². Torna-se de grande importância referir que grande parte destas cartas e destes documentos papais estão imbuídos de uma linguagem e de um tom conscientemente majestoso e solene com que exaltava o ofício e o poder do papa, diferenciando em absoluto do tom e da linguagem que se encontrava nas cartas papais do século XII¹⁷³. Esta linguagem tinha a sua completa expressão nas arengas, ou seja, nas introduções das cartas e dos documentos papais que se apresentavam verdadeiramente como poderosas e dramáticas afirmações da autoridade e do poder papal. Kenneth Pennington, referindo-se à poderosa linguagem das arengas inocentianas, desenvolve esta ideia admirável: “The rolling cursus of chancery style beats a solemn and stately march across the folios of Innocent’s registers. Sound and meaning felicitously come together in Innocent’s arengas to create an indelible impression on the minds of those who read or listened to them”¹⁷⁴. Deste modo, as arengas das cartas e dos documentos do papa Inocêncio III representaram um importante veículo para a implantação e para a imposição de novas doutrinas, novos conceitos e novas visões acerca da autoridade e do poder papal. É de salientar que estas noções das arengas compreendem-se com maior profundidade se tivermos em mente a impressão, a recepção e a influência que tiveram na linguagem e no pensamento dos canonistas do século XIII¹⁷⁵. Nos últimos anos do

¹⁷² WATT, John A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 85; PENNINGTON, K. – *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, pp. 46-47.

¹⁷³ PENNINGTON, K. – *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, pp. 14, 47; cf. CHENEY, C. R. – *Pope Innocent III and England*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1976.

¹⁷⁴ PENNINGTON, K. – *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, pp. 47.

¹⁷⁵ Sobre estas ideias ver: Id. – “Pope Innocent III’s Views on Church and State: A Gloss to Per Venerabilem”. In: *Law, Church, and Society: Essays in Honour of Stephan Kuttner*. Ed. Kenneth Pennington, Robert Somerville. Philadelphia. 1977, pp. 49-67, reimpresso em: PENNINGTON, K. – *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550*. Hampshire: Aldershot. 1993; Id. – *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, pp. 14-15. Dentro desta temática da recepção e da implantação da linguagem, dos conceitos e das noções papais é importante também ter em mente o facto do papa Inocêncio III – bem como os papas que lhe seguiram – ter enviado uma colecção inteira de decretais para Bolonha a fim de serem analisadas nas escolas de direito, cfr. Id. – “The Making of a Decretal Collection: The Genesis of *Compilatio tertia*.” In: *Proceedings of the Fifth International Congress of Medieval Canon Law* Salamanca. Ed. S. Kuttner and Kenneth Pennington. MIC. Series C, 6. 1980, pp. 67-92, reimp. Em PENNINGTON, K. – *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550*. Hampshire: Aldershot. 1993; KUTTNER, S. – “Johannes Teutonicus, das Vierte Laterankonzil und die *Compilatio Quarta*”. In: *Miscellanea Giovanni Mercati*. N° 125. Cidade do Vaticano: Studi e Testi. 1946. Vol. 5, pp. 608-634.

pontificado do papa Inocêncio III, sobretudo depois do décimo ano de pontificado, as arengas das cartas e dos documentos papais deixam de conter afirmações ou descrições da ‘Plenitudo Potestatis’¹⁷⁶. Não existe de facto nenhuma explicação plausível, nem nenhuma resposta satisfatória que nos possa ajudar a compreender uma tal mudança radical. No entanto, não podemos deixar de salientar que as teses, as fórmulas, as imagens e as metáforas mais importantes e mais ricas acerca da autoridade eclesiástica e do poder papal podem ser encontradas cristalizadas nas cartas e nas arengas dos primeiros dois anos do pontificado do papa Inocêncio III¹⁷⁷.

Klaus Schatz, num artigo de grande profundidade dedicado ao tema em questão, apresentou o argumento de que o papa Inocêncio III procurou desenvolver a noção da ‘Plenitudo Potestatis’ devido a duas razões e dois objectivos fundamentais: em primeiro lugar, com a intenção de procurar afirmar o poder e a autoridade papal sobre toda a igreja, inclusive, em relação à igreja bizantina; e em segundo lugar, para procurar definir e clarificar a posição do episcopado, dos bispos no seio da igreja.¹⁷⁸ Não podemos deixar de referir que o autor aponta ainda que o papa Inocêncio concebia que os bispos derivavam a sua jurisdição da autoridade e do poder do papa. O argumento apresentado e desenvolvido pelo autor no artigo em questão parece-nos inteiramente correcto. É de referir que frequentemente estas poderosas e dramáticas afirmações da autoridade e do poder do papa surgem em cartas relacionadas com disputas acerca ou entre bispos, particularmente e especialmente, em casos relacionados com renúncias, translações episcopais, e disputas entre bispados acerca de direitos jurisdicionais. O papa, de facto, logo após a sua ascensão ao trono papal rapidamente estabeleceu todos estes assuntos como sendo prerrogativas exclusivas do papado: a renúncia, deposição e translação de bispados eram para o papa Inocêncio III, elementos fundamentais da autoridade e da supremacia do papado dentro da igreja, e sobre os bispos¹⁷⁹. Para além disto, parece-nos importante referir que no final do século XII a relação entre os bispos e o papado era ainda complexa e existiam ainda pontos que não tinham ainda sido

¹⁷⁶ Esta observação sobre o desaparecimento de poderosas afirmações da autoridade e do poder papal no décimo ano do seu pontificado surge em cfr. SCHATS, K. – “Papsttum und Partikularkirchliche Gewalt bei Innocenz III (1198-1216) “. In: *Archivum Historiae Pontificiae* (AHP) 8. 1970, p. 64; PENNINGTON, K. - *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, p. 48.

¹⁷⁷ SCHATS, K. – “Papsttum und Partikularkirchliche Gewalt bei Innocenz III (1198-1216)”. In: *Archivum Historiae Pontificiae* (AHP) 8. 1970, p. 64.

¹⁷⁸ Id., *ibid.*, pp.75-86.

¹⁷⁹ Sobre estes assuntos ver. CHENEY, C. R. - *Pope Innocent III and England*. Anton Hiersemann, Stuttgart, 1976, pp. 50-79; SCHATS, K. – “Papsttum und Partikularkirchliche Gewalt bei Innocenz III (1198-1216)”. In: *Archivum Historiae Pontificiae* (AHP) 8. 1970, pp. 98-106.

claramente definidos¹⁸⁰. Como vimos atrás, o papa Inocêncio III procurou desenvolver a noção da ‘Plenitudo Potestatis’ com o objectivo de procurar afirmar o poder e a autoridade papal sobre toda a igreja, e para definir a posição e o papel do episcopado no seio da igreja. Uma afirmação deste teor, apesar de abrir perspectivas interessantes para a compreensão do pensamento papal, não nos permite compreender em toda a sua extensão e em toda a sua amplitude o alcance e o valor das afirmações da primazia e da autoridade papal no seio da igreja. Deste modo, parece-nos ser de grande importância desenvolver uma análise das várias afirmações e dos vários significados e das várias implicações da tradicional fórmula – ‘plenitudo potestatis’ contrastando com ‘pars sollicitudinis’ – nas cartas e nos sermões do papa Inocêncio III, e sobretudo, apresentar uma análise de como o papa expandiu consideravelmente as imagens, metáforas e bases escriturais da teoria monárquica e a primazia papal no seio da igreja. Uma das formas e um dos significados da fórmula utilizados pelo papa Inocêncio III está profundamente enraizado em certas noções e em certas afirmação que encontramos na breve análise da evolução do termos ‘Plenitudo Potestatis’. Trata-se da concepção e da afirmação de que a autoridade de cada igreja representa apenas e somente um poder limitado sobre uma parte do todo da igreja, enquanto que a autoridade papal expande e se espalha sobre toda a igreja. O papa Inocêncio procurou desenvolver esta concepção e esta afirmação particularmente e especialmente em cartas relacionadas e dirigidas às igrejas do oriente. Entre estas aquela que nos parece mais paradigmática e importante é sem dúvida a carta dirigida em Novembro de 1199 pelo papa Inocêncio III ao Patriarca João Comateros de Constantinopla, na qual o papa procurava desenvolver e explicar com grande sistematicidade as doutrinas e as teorias da sua primazia sobre a igreja¹⁸¹, e também, de certo modo, induzir a igreja grega a voltar à unidade com a igreja romana e com o papado. Neste esforço em demonstrar as doutrinas e as teorias da primazia papal surge claramente a afirmação da universalidade da autoridade e do poder papal em contraste com o poder limitado e parcial das outras igrejas. Parece-nos de grande importância referir que a afirmação deste princípio e desta noção do poder e da autoridade papal na carta em questão está profundamente relacionada com as concepções e com as interpretações alegóricas que vimos nas concepções

¹⁸⁰ De certo modo, o problema das origens e das características da jurisdição episcopal representava um desses problemas cuja resolução era ainda problemática em meados do século XIII, temos um bom exemplo disso na célebre controvérsia entre os mendicantes e os teólogos seculares.

¹⁸¹ A carta surge em Register II, 382-389, nº 200, PL 214, 758-765. Nos escritos e nas cartas do papa Inocêncio III podem ser encontradas outras explicações sistemáticas da supremacia e da primazia papal em: uma carta dirigida ao Patriarca Georgios de Constantinopla (Reg. I nº 354, PL 214, 327-329); em dois escritos datados de 1199 dirigidos a Gregório da Arménia e ao Rei Leão da Arménia (Reg. II nº 218 e 220, PL 214, 776-778 e 779-780); numa carta datada de 1204 dirigida a Johanitsa, rei da Bulgária (Reg VII nº 1, PL 215, 277-280); surge também num sermão sobre Pedro e Paulo (Sermo XXI, PL 217, 552).

de Bernardo de Claraval¹⁸². De facto, a interpretação alegórica de Jo. 21,7 e de Mt 14,29 representam um elemento fundamental para a compreensão e para a clarificação do verdadeiro sentido do valor da afirmação da autoridade papal nas relações com a igreja bizantina e oriental, mas também na relação com todo o episcopado em geral. Como sabemos estas interpretações alegóricas estão relacionadas com a passagem em que Pedro se lança às águas para se encontrar com o senhor, enquanto todos os outros apóstolos permanecem na barca. O papa aponta que tal gesto, que tal facto representa e exprime um “privilégio singular do poder papal, através do qual tomou o governo de todo o mundo”¹⁸³. E logo em seguida refere: “dado que muitas águas significam muitos povos, pelo facto de que Pedro caminhou sobre as águas do mar, mostrou-se que tinha recebido o poder sobre todos os povos”¹⁸⁴. No fundo, estas análises alegóricas exprimem de um modo bastante claro a noção e a afirmação da excelência do poder papal e a sua universalidade em relação ao poder limitado das outras igrejas e, sobretudo em relação ao poder da sé de Constantinopla. Estas afirmações tornam-se bastante mais claras se tivermos em mente as atitudes e as posições fundamentais da teologia bizantina em relação à doutrina petrina, e à noção do poder papal. Estas atitudes e estas posições estão marcadas pela afirmação de alguns princípios que se erguem contra as doutrinas e as teorias da primazia papal, e sobretudo contra as noções e as afirmações da teoria da monarquia papal. Um desses princípios fundamentais é claramente a noção da ‘pentarquia’, ou seja, da afirmação do princípio da colegialidade de todas as igrejas sob a direcção de cinco patriarcas. Este princípio, que tinha já uma longa história no seio do pensamento bizantino, antes do cisma não revelava qualquer tipo de noção ou de função anti-romana, embora, de certo modo, já representasse uma força contra as incipientes pretensões e reivindicações monárquicas de Roma. No entanto, a partir do século XII, a ‘pentarquia’ é utilizada pelos teólogos para se opor às noções da primazia papal e sobretudo, para se opor à ‘monarchia Petri’. Encontramos a afirmação destas noções na carta do patriarca João Comateros de Constantinopla dirigida ao papa Inocêncio III em 1199¹⁸⁵. De acordo com o patriarca, o bispo de Roma poderia possuir uma ligeira proeminência entre as sés patriarcais, mas apenas no interior de uma eclesiologia de igrejas iguais, de igrejas irmãs¹⁸⁶. Esta

¹⁸² SCHATS, K. – “Papsttum und Partikularkirchliche Gewalt bei Innocenz III (1198-1216)”. In: *Archivum Historiae Pontificiae* (AHP) 8. 1970, pp.75-76.

¹⁸³ Reg. II, nº. 200; PL 214, 759.

¹⁸⁴ Ibid, 760.

¹⁸⁵ Para o texto desta carta do Patriarca e para comentários ver SPITERIS, J. – *La critica Bizantina del Primato Romano nel secolo XII*. Roma: Orientalia Christiana Analecta. 208. 1979, pp. 269-272.

¹⁸⁶ “Tu afirmas que a igreja romana é a mãe de todas as igrejas. Mas isto não têm fundamento na escritura, nem foi decidido por um Concílio. Não é certamente porque Pedro pregou o Evangelho em Roma, pois ele o fez em outras cidades. E não é tão pouco porque ele morreu em Roma, pois isso foi por acaso. Não é portanto possível

proeminência, esta noção da igreja romana como sendo a primeira sé ‘inter pares’, segundo João Comateros, tem a sua origem e tem a sua ‘razão de ser’ no facto de ter sido a sede imperial e a sede do senado. No entanto, o patriarca refere que o motivo, que a tal ‘razão de ser’ que conferia uma certa proeminência à igreja romana deixou por completo de existir, não subsiste mais¹⁸⁷. Este autor utilizando uma linguagem muito particular, que subentende mais do que afirma, refere-se à noção da translação do império realizada pelo imperador Constantino através da ‘Donatio Constantini’. Que pretende o patriarca afirmar ao fazer uma referência a estas noções? O patriarca de Constantinopla pretende afirmar que com a translação do império e do senado para a nova Roma, ou seja, para Constantinopla, a igreja romana perdeu por completa a sua proeminência entre as sés patriarcais em favor da igreja de Constantinopla. Esta afirmação realizada em tom profundamente moderado pelo patriarca era uma noção, uma concepção já apresentada por vários escritores e pensadores Bizantinos no século XII¹⁸⁸.

Encontram-se entre certos canonistas afirmações bastante menos moderadas, e podemos mesmo dizer, bastante mais radicais não só em relação à perda da posição de proeminência do bispo de Roma, mas também em relação à própria realidade da sé de Roma no corpo dos cinco patriarcas¹⁸⁹. Outro princípio fundamental que se ergue contra a primazia petrina e contra as noções e as afirmações da teoria da monarquia papal é a crítica da noção da ‘apostolocidade’ de Pedro. Os teólogos gregos, e os escritores gregos apontam que a base das afirmações primaciais da igreja romana, da igreja latina é o princípio da ‘apostolicidade’ de

que Roma seja a mãe de todas as igrejas, pois as grandes igrejas que possuem a dignidade patriarcal são cinco, e Roma representa a primeira entre as igrejas irmãs da mesma ordem” cf. Id., *ibid.*, p. 269. Id., “Attitudes Fondamentales de la théologie byzantine, en face du rôle religieux de la papauté au XII siècle”. In: *The religious roles of the papacy: Ideals and Realities 1150-1300*. Papers in Medieval Studies. Ed. Christopher Ryan. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies. 1989, p.184.

¹⁸⁷ “Estas honras foram concedidas à vossa igreja por causa do Império e do senado; se agora esta razão não subsiste mais, pois bem! Prefiro não dizer mais nada.” Cf. SPITERIS, J. – *La critica Bizantina del Primato Romano nel secolo XII*. Roma: Orientalia Christiana Analecta. 208. 1979, p. 276 e ss; Id., “Attitudes Fondamentales de la théologie byzantine, en face du rôle religieux de la papauté au XII siècle”. In: *The religious roles of the papacy: Ideals and Realities 1150-1300*. Papers in Mediaeval Studies. Ed. Christopher Ryan. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies. 1989, p.184.

¹⁸⁸ Id. – *La critica Bizantina del Primato Romano nel secolo XII*. Roma: Orientalia Christiana Analecta. 208. 1979, pp.137-153. Vd. por exemplo na célebre obra do Arcebispo Anselmo de Havelberg ‘Dialogi’ – em que apresenta uma narração dos debates que teve em 1136 com teólogos gregos, especialmente com Nicetas de Nikomedia relacionadas com questões que dividiam o oriente do ocidente – a posição apresentada por Nicetas em relação à noção da ‘translatio imperii’, PL 188, 1219.

¹⁸⁹ Encontramos estas visões mais radicais em canonistas como Teodoro Balsamon e Zonaras. Para uma análise das posições de Teodoro Balsamon em relação a este ponto ver PG, 138, 1016-1020; PG, 138, 968. Para as concepções de Zonaras ver PG, 134, 485-488. Teodoro Balsamon afirma com uma clareza extraordinária que com o cisma o bispo de roma se separou do corpo dos cinco patriarcas. Deste modo, no interior da ‘pentarquia’ a igreja de Constantinopla e o patriarca de Constantinopla detém a proeminência, porque ele herdou os privilégios da antiga Roma através da ‘donatio Constantini’. Ideias bastante semelhantes surgem em Zonaras.

Pedro, ou seja, a concepção de que o apóstolo Pedro recebeu de Cristo uma primazia, um poder sobre todos os outros apóstolos, que passa e transmite ao seu sucessor, o bispo de Roma¹⁹⁰. De certo modo, os teólogos e escritores gregos concediam e apresentavam nos seus escritos algumas referências e alusões a uma proeminência e a uma primazia de Pedro. De facto, encontramos uma alusão deste teor na carta do patriarca João Camateros ao papa Inocêncio III: “ Nós consideramos Pedro como aquele que foi honrado como primeiro entre os discípulos de Cristo, como aquele que precede os outros na honra, e que foi celebrado pela sua proeminência”¹⁹¹. Como deveremos conceber esta afirmação, esta alusão da primazia e da proeminência de Pedro sobre os outros apóstolos? Antes de mais deveremos ter o cuidado de perceber que a afirmação desta proeminência, desta primazia entre os teólogos e escritores gregos tem um significado e um conceito completamente distinto daquele que encontramos no seio da tradição papal e, sobretudo, em Inocêncio III. Para os gregos, Pedro é o primeiro dos apóstolos, pois foi o primeiro a confessar a fé na divindade de Jesus Cristo, ele permanece sempre a pedra da igreja, pois esta está fundada sobre a fé de Pedro, quer dizer, sobre a afirmação da divindade de Cristo¹⁹². Esta concepção da proeminência de Pedro não representa de modo algum uma afirmação da primazia absoluta de Pedro no seio da igreja, e entre os apóstolos, nem uma afirmação da autoridade e do poder de Pedro sobre os outros apóstolos. De facto, esta concepção está eminentemente relacionada com a noção de que a firme rocha sobre a qual esta fundada a igreja, não é, de modo algum, Pedro, mas sim a fé que acabou de confessar, ou seja, a rocha firme é o conteúdo da confissão de Pedro. Partindo desta concepção, os teólogos gregos apresentam o princípio de que tudo aquilo que foi concedido e conferido pelo Senhor a Pedro, foi conferido em Pedro ‘pro omnibus’, estendeu-se automaticamente a todos os discípulos¹⁹³. Não deixa de ser interessante referir que os polemistas bizantinos e os teólogos gregos vão partir desta noção da honra conferida a Pedro pela sua confissão na divindade de Cristo – e através dele conferido aos apóstolos – para afirmar a noção da universalidade, do mandato universal concedido a Pedro e a todos os

¹⁹⁰ SPITERIS, J. - “Attitudes Fondamentales de la théologie byzantine, en face du role religieux de la papauté au XII siècle”. In: *The religious roles of the papacy: Ideals and Realities 1150-1300*. Papers in Mediaeval Studies. Ed. Christopher Ryan. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies. 1989, pp. 186-187.

¹⁹¹ Id. - *La critica Bizantina del Primato Romano nel secolo XII*. Roma: Orientalia Christiana Analecta. 208. 1979, p. 276.

¹⁹² Cf. Id. - “Attitudes Fondamentales de la théologie byzantine, en face du role religieux de la papauté au XII siècle”. In: *The religious roles of the papacy: Ideals and Realities 1150-1300*. Papers in Mediaeval Studies. Ed. Christopher Ryan. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies. 1989, p. 186.

¹⁹³ Encontramos a afirmação deste princípio de um modo bastante claro em Nicetas de Nikomedie, “Não foi apenas a Pedro, mas a todos com Pedro, e com todos a Pedro, que foi confiado o que foi dito sem distinção pelo Senhor”. Dial. III, 9, PL 188, 1221.

apóstolos¹⁹⁴. Esta noção da universalidade e do mandato universal será utilizado para negar o poder papal e primazia conferida ao papa por Pedro. De acordo com os autores Bizantinos, e de modo especial, o Patriarca João Camateros, o papa não se pode considerar como sucessor de Pedro pelo motivo de que os apóstolos não se podem considerar ‘bispos de uma cidade’, ou seja, os apóstolos não estão ligados a nenhuma cidade, pois eles são ‘doutores universais’¹⁹⁵. Deste modo, fazer de Pedro o bispo de Roma, restringir e limitar apenas a Roma a honra de Pedro, não significa outra coisa senão reduzir a sua dimensão universal, representa uma limitação e um ataque ao conceito da universalidade do apostolado em geral.

Por fim, gostaríamos de fazer referência a um princípio e a um conceito bastante importante no seio do pensamento bizantino: o princípio político. Ao longo desta breve análise das atitudes fundamentais da teologia e do pensamento bizantino em relação ao papado fizemos já referência a este princípio que para os gregos representa a base de toda a primazia no seio da igreja. Quando falamos da ‘Pentarquia’ fizemos referência à noção de que a igreja romana tinha recebido a primazia e a proeminência sobre as outras igrejas irmãs devido ao facto de ser a sede do império e do senado, ou seja, a que Roma tinha recebido a sua primazia não por ser a sede de Pedro, mas sim por ser a sede da dignidade do império. Ora, o conceito do princípio político repousa essencialmente sobre esta noção de que é a dignidade imperial que confere a proeminência e a primazia de uma igreja no seio de toda a ‘oikouménē’. Deste modo, para um pensador grego a afirmação de que a primazia e a proeminência de uma igreja depende de um apóstolo, ou do facto de ser o local da morte de um apóstolo, e não da dignidade do império não representa outra coisa senão a afirmação de um erro gigantesco. Não deixa de ser interessante referir que os pensadores e os teólogos bizantinos justificam este argumento, e estas posições numa interpretação do cânone XXVIII do concílio de Calcedónia¹⁹⁶. A partir destes argumentos e destas posições, estes pensadores vão desenvolver e afirmar um princípio e uma concepção que já foi apresentada atrás: com a translação do império realizada por Constantino Roma perdeu todos os seus privilégios em favor da nova

¹⁹⁴ Cf. SPITERIS, J. - “Attitudes Fondamentales de la théologie byzantine, en face du rôle religieux de la papauté au XII siècle”. In: *The religious roles of the papacy: Ideals and Realities 1150-1300*. Papers in Mediaeval Studies. Ed. Christopher Ryan. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies. 1989, p. 187.

¹⁹⁵ Id. - *La critica Bizantina del Primato Romano nel secolo XII*. Roma: Orientalia Christiana Analecta. 208. 1979, pp. 324-331.

¹⁹⁶ Um dos mais importantes teólogos bizantinos da segunda metade do século XII Nil Doxapatrès refere: “como tu podes constatar deste cânone encontram-se evidentemente em erro todos aqueles que, delirantes (sic), afirmam que Roma foi preferida por causa de S. Pedro. Aqui está pelo contrário o que diz de forma clara o cânone do santo concílio que Roma tinha sido preferida porque ela mandava.” Nil Doxapatrès, Táxiç, ed. Parthey, p. 289 citado em SPITERIS, J. - “Attitudes Fondamentales de la théologie byzantine, en face du rôle religieux de la papauté au XII siècle”. In: *The religious roles of the papacy: Ideals and Realities 1150-1300*. Papers in Mediaeval Studies. Ed. Christopher Ryan. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies. 1989, p. 190.

Roma, Constantinopla. Deste modo, a primazia das igrejas de toda a ‘oikouméné’, incluindo Roma e o bispo de Roma, está submetido à proeminência e à primazia da autoridade e do poder de Constantinopla¹⁹⁷. É precisamente sobre este pano de fundo, em contraste com este ‘background’ de ideias que é afirmada – na carta de 1199 dirigida a João Camateros – a noção da ‘Plenitudo potestatis’ papal, que é afirmada a absoluta excelência do poder e da autoridade do papado, a universalidade da igreja romana em relação às outras igrejas, e sobretudo, a afirmação do papa e do papado como ‘Caput Ecclesiae – cabeça da Igreja’. Esta última concepção, esta imagem do papa como ‘cabeça da igreja’ surge na carta ao Patriarca de Constantinopla, como um poderoso e profundo argumento da afirmação da noção e do conceito de ‘Plenitudo potestatis’. Embora, esta noção e a análise da sua importância e do seu valor na afirmação e na concepção da ‘Plenitudo’, que será desenvolvida e analisada com maior cuidado e maior atenção neste trabalho, não poderemos deixar de aqui fazer referência à sua importância, sobretudo em contraste com as posições e as atitudes da teologia bizantina em relação ao papado. Estas afirmações da ‘Plenitudo Potestatis’ – tanto a noção de ‘Caput Ecclesiae’, como a afirmação de que a autoridade de cada igreja representa apenas e somente um poder limitado sobre uma parte do todo da igreja, enquanto que a autoridade papal expande e se espalha sobre toda a igreja – quando pensadas em relação com as afirmações bizantinas, revelam um duplo sentido e um duplo significado. Em primeiro lugar, estas noções surgem claramente com a intenção de demonstrar e reivindicar a autoridade e o poder da igreja romana e do papado sobre todas as igrejas. Como vimos, as concepções bizantinas estavam suspensas sobre dois pontos fundamentais: o princípio da ‘pentarquia’, e o princípio político, ou seja, o princípio da proeminência e a primazia de Constantinopla em relação a toda as igrejas. Ora, é precisamente em relação a estes ponto que se erguem as reivindicações e os argumentos papais. A demonstração da noção de Pedro, e do papa, como ‘Caput’, ou seja, a demonstração da noção do primado e da primazia da igreja romana, surge nesta carta – como em outros documentos e cartas do papa Inocêncio III – em relação com o mais importante e fundamental dos textos primaciais (Mt 16,18). A utilização e a interpretação

¹⁹⁷ Esta ideia surge expressa de um modo bastante claro por Ana Comnène, filha do Imperador Alexis Comnène, na sua obra ‘Alexiade’: “Mas é arrogância da parte deles, visto que o domínio do mundo foi transferida da antiga Roma para a nossa cidade imperial, e com isso o senado e toda a estrutura hierárquica, foi transferida também a primazia hierárquica dos tronos. A primazia eclesíastica foi concedida pelo imperador à sé de Constantinopla pela sua fundação, mas sobretudo através do Sínodo de Calcedónia, o qual fez Bizâncio se elevar ao primeiro lugar, e a esta foram submetidas todas as igrejas de toda a ‘oikouméné’.” Anne Comnène, *Alexiade*, ed. B Leib, I, p.48 citado em SPITERIS, J. - “Attitudes Fondamentales de la théologie byzantine, en face du rôle religieux de la papauté au XII siècle”. In: *The religious roles of the papacy: Ideals and Realities 1150-1300*. Papers in Mediaeval Studies. Ed. Christopher Ryan. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies. 1989, p. 190.

deste texto fundamental não representa, de modo algum, uma novidade, pois como certamente sabemos, tem sido alvo de várias interpretações e de várias análises desde os primeiros tempos do cristianismo. No entanto, o papa Inocêncio III ao realizar a ligação e a relação deste texto primacial com Jo. 1,42 expande consideravelmente as perspectivas e as bases de argumentação das afirmações papais, cria uma poderosa justificação e um poderoso argumento para a afirmação do poder e da autoridade do papa na igreja, e sobretudo, revela um importante e fundamental argumento para a reivindicação da monarquia papal. Este fortalecimento das concepções e das interpretações petrinas dos textos primaciais, bem como a robusta justificação da proeminente posição jurisdicional do papa no seio da igreja ergue-se não só contra a visão e a interpretação bizantina dos textos primaciais – que representa a base de justificação do conceito de universalidade do apostolado em geral, e do mandato universal concedido a todos os apóstolos através de Pedro – mas também, de certo modo, contra as noções da perda da proeminência, da primazia de Roma em favor da nova Roma. De facto, através da noção de ‘Caput’ o papa procura demonstrar que a primazia petrina e que a autoridade do bispo de Roma, não tem a sua origem e a sua fundamentação num princípio de uma constituição canónica, nem no facto de ser sede imperial, nem tão pouco no facto de ser local da morte de um apóstolo e que tendo a sua origem numa instituição divina, recebeu a sua autoridade e o seu poder de Deus. Neste contexto, não deixa de ser interessante referir que o papa Inocêncio III, nunca fundamenta ou depende as suas reivindicações e afirmações da primazia papal e da autoridade do papa na igreja sobre qualquer tipo de cânone conciliar ou qualquer antiga decretal ou documento papal que pudesse ser de utilidade ou que pudesse fundamentar tais afirmações, ‘de facto’ a base das suas afirmações é eminentemente bíblica, ou seja, é baseada nas escrituras¹⁹⁸. Este argumento da primazia e da proeminência absoluta do papa no seio da igreja é, de certo modo, expandido pela ligação e pela relação com as interpretações alegóricas apresentadas pelo papa das conhecidas passagens em que Pedro caminha sobre as águas. Como vimos atrás, estas interpretações procuravam demonstrar a noção da universalidade da autoridade e do poder papal em contraste com poder limitado e parcial das outras igrejas. De certo modo, entre a noção da ‘Caput’ e estas interpretações alegóricas existe uma relação e uma ligação bastante interessante e curiosa cuja compreensão nos parece de bastante interesse para uma mais profunda e ampla percepção da problemática em questão. A noção de ‘Caput’ implica, como se pode depreender com toda a facilidade, uma interpretação simbólica e, mesmo, poder-se-ia dizer alegórica da relação do papa com os

¹⁹⁸ PENNINGTON, K. - *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, p.53.

outros membros da igreja, da superioridade do poder papal em relação aos outros membros. Esta interpretação, que será desenvolvida e analisada com maior profundidade neste trabalho, está profundamente relacionada com a imagem simbólica e alegórica da igreja e da cristandade como um corpo: o ‘corpus ecclesia’. O papa Inocêncio III utiliza esta metáfora e a imagem do corpo humano para descrever e explicar a relação do papa com os bispos. O papa representa a ‘cabeça’, contendo a ‘plenitudo dos ‘sentidos’, ou seja, a ‘plenitudo do poder’. Os bispos e o restante clero representam os membros desse corpo, recebendo cada um, uma ‘parte da responsabilidade’¹⁹⁹. Certamente, a partir deste ligeiro esboço da interpretação simbólica e metafórica na noção de Caput, podemos compreender a ligação com as interpretações alegóricas de Jo 21,7 e de Mt 14,29. Estas interpretações não só expandem consideravelmente as afirmações e as reivindicações da primazia e da proeminência absoluta da posição do papa no seio da igreja e na relação com os outros membros da igreja, mas também, e no contexto da carta, representam sobretudo, importantes argumentos erguendo-se contra a interpretação bizantina da posição de Constantinopla depois da ‘Translatio imperii’ realizada por Constantino – contra a afirmação da primazia e da autoridade da nova Roma sobre o bispo de Roma – no intuito de demonstrar a posição do patriarca e da Sé de Constantinopla em relação ao papado e à igreja romana.

Ao analisar as várias afirmações, significados e implicações da fórmula tradicional – ‘plenitudo potestatis’ em contraste com ‘pars sollicitudinis’ – interessa ainda ressaltar uma outra significação que surge em várias cartas e documentos do papa Inocêncio III. Esta fórmula é frequentemente utilizada pelo papa Inocêncio III para afirmar e reivindicar uma intervenção sem restrições em questões relacionadas com o governo das igrejas e com os direitos dos membros da igreja²⁰⁰. De facto, não existem privilégios ou direitos especiais que possam ser utilizados para se opor e que possam restringir o seu direito de intervir em toda a parte e sempre que achar conveniente fazê-lo. No entanto, o papa, na prática, nem sempre utiliza esse poder absoluto, deixando, por vezes, as autoridades eclesásticas exercerem certos direitos. Tal facto não deve ser entendido como uma limitação do poder papal, mas como uma revelação de pura generosidade por parte do papado²⁰¹. Embora, o papa Inocêncio III venha a

¹⁹⁹ Veja-se a referência a estas ideias na carta do papa Inocêncio III ao Patriarca João Camateros: “Tu vocaberis Cephas (Joan. I,42): quod etsi Petrus interpretatur, caput tamen exponitur; ut sicut caput inter caetera membra corporis, velut in quo viget plenitudo sensuum, obtinet principatum, sic et Petrus inter apostolos et successores ipsius inter universos Ecclesiarum praelatos praerogativa praecellerent dignitatis; vocatis sic caeteris in partem sollicitudinis, ut nihil eis de potestis plenitudine deperiret” Reg. II, 382-389, nº. 200; PL 214, 758-765.

²⁰⁰ SCHATS, K. – “Papsttum und Partikularkirchliche Gewalt bei Innocenz III (1198-1216)”. In: *Archivum Historiae Pontificiae* (AHP) 8. 1970, p. 77.

²⁰¹ Id., ibid.

desenvolver este princípio a partir dos primeiros anos do seu pontificado, não podemos deixar de referir que começou a utilizar com maior frequência estes princípios depois da cruzada latina de 1204 – e em particular depois da tomada de Constantinopla – devido ao surgimento de uma nova realidade política e religiosa. Devemos sublinhar que o papa ao afirmar o seu poder absoluto no seio da igreja não pretende aplicar arbitrariamente certos direitos e responsabilidades concedidas tradicionalmente e historicamente ao papado nem abolir. Para uma melhor compreensão daquilo que acabámos de mencionar, é importante fazer uma breve abordagem à noção da translação dos bispos. Desde os primeiros séculos da história da igreja, a translação dos bispos representava um assunto bastante controverso. Os concílios dos séculos IV e V proibiam a translação dos bispos. Contudo, no final do século V os sínodos episcopais começaram a autorizar translações. Durante a alta Idade Média, os arcebispos e os eleitores resolviam frequentemente questões complexas – translações de posições e abdições de bispos – em sínodos. Por volta dos séculos XI e XII o envolvimento papal neste assunto era esporádico. De facto, os papas começaram, então, a desenvolver a noção de que o papa poderia intervir nas ‘causas maiores’, mas, de modo algum, reservaram a translação de bispos para a autoridade papal²⁰². Uma análise das translações dos bispos no século XII revela que a prática não era mais uniforme que a teoria. Até ao pontificado de Inocêncio III os reis, os prelados e os próprios papas ainda não tinham desenvolvido uma compreensão exacta do papel que o papa deveria desempenhar nas translações²⁰³. O direito exclusivo do papa de intervir nas questões relacionadas com a translação dos bispos representava ainda um assunto de costume e não de lei. Nos dois primeiros anos do seu pontificado, Inocêncio reivindicou o direito exclusivo de intervir nas translações, estabelecendo como regra que apenas o papa poderia autorizar a divisão, a união de dioceses e a remoção de sés²⁰⁴. Inocêncio rapidamente estabeleceu estes assuntos como sendo prerrogativas especiais do papado e elementos fundamentais para a afirmação da supremacia papal dentro da igreja. A decretal *Quanto Personam* representa, de facto, o documento papal mais importante, abordando a relação entre a linguagem do poder papal e a translação. Esta decretal foi enviada por Inocêncio a cinco bispos alemães com o objectivo de persuadi-los a excomungar o bispo Conrado de Querfurt. Este foi bispo de Hildesheim, mas, depois de ter sido eleito pelos cónegos da Sé de Würzburg para essa mesma Sé, abandonou o seu bispado anterior sem permissão papal. Neste

²⁰² CHENEY, C. R. – *Pope Innocent III and England*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1976, p. 72.

²⁰³ PENNINGTON, K. - *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, pp. 90-91.

²⁰⁴ Die Register Innocenz III, *Pontifikatsjahr 1199/1200*, I, Othmar Hageneder, Werner Maleczek e Alfred A. Strnad, Publikationen der Abteilung für Historische Studien des Österreichischen Kulturinstituts in Rom II/I/2, Rom/Wien, 1979, pp. 77-78. PL 214, pp. 45-46; X 1.7.1. .

documento, o papa refere que a ligação entre um bispo e a sua igreja deve ser compreendida através de uma metáfora matrimonial, isto é, a imagem da ligação matrimonial entre o bispo e a sua igreja, sendo o papa o único que tem o poder de aprovar a translação episcopal²⁰⁵. Um dos argumentos utilizados por Inocêncio III incide na ideia de que apenas Deus tem o poder de dissolver a ligação entre o prelado e a sua igreja e o rebanho. Tendo em conta este facto, deparamo-nos com a seguinte questão: como pode o papa afirmar tal poder para transladar um bispo se é Deus que detém o poder de dissolver o matrimónio? O papa argumenta que este poder deriva de um privilégio especial concedido por Cristo a Pedro e através deste aos seus sucessores. Assim, conclui-se que o papa é o único que detém o poder e a autoridade para realizar tais actos: “Deus, não o homem, separa um bispo da sua igreja porque o Pontífice Romano pode dissolver a ligação entre eles não por autoridade humana, mas divina, considerando cuidadosamente a necessidade e a utilidade de cada translação. O papa tem esta autoridade porque ele não exerce o ofício de homem, mas de verdadeiro Deus na terra”²⁰⁶. Esta noção de verdadeiro Deus na terra remete-nos para uma noção que surge em vários sermões, cartas e decretais: “Vicarius Christi”²⁰⁷.

²⁰⁵ Esta concepção do matrimónio espiritual entre o prelado e a sua igreja tem origem numa interpretação canonística das descrições dos matrimónios carnavais. Inocêncio afirma que um casamento espiritual começa com uma eleição, de seguida é validado por confirmação e, finalmente, é consumado na consagração do prelado. Devemos salientar que Inocêncio fez uma alteração subtil ao esquema tripartido de Huguccio de Pisa. Vd. PL 217, p. 663; BENSON, R. L. - *The Bishop-Elect: A Study in Medieval Ecclesiastical Office*. Princeton. 1968, p. 149.

²⁰⁶ 3 comp. 1.5.3 – *Quinque Compilationes Antiquae*. Ed. E. Friedberg. Akademische Druk. U. Verlagsanstalt, 1956: “non enim homo, sed Deus separat, quos Romanus pontifex, qui non puri hominis, sed veri Dei vicem gerit in terris, ecclesiarum necessitate vel utilitate pensata, non humana, sed divina potius auctoritate dissolvit.” Vd. Reg. I, 472-474, n. 326.

²⁰⁷ O título de “Vicarius Christi” é usado desde os primórdios do cristianismo, embora a sua utilização seja esporádica, sobretudo quando se pensa na sua aplicação relativa aos papas. Até ao século XI, o título de “Vicarius Petri” representava o epíteto fundamental atribuído ao papa seja nas cartas dos pontífices, seja nos escritos. A partir do movimento da reforma começa a surgir “Vicarius Christi” como título atribuído ao papa, embora permanecesse “Vicarius Petri” como o mais recorrente nas epístolas papais, escritos teológicos e nas colecções canónicas. A renovação da teologia do primado que se completa no final do século XI e princípio do século XII favorece o aprofundamento da doutrina teológica contida na atribuição ao papa do título de “Vicarius Christi”. Testemunhos de diversas origens demonstram a progressiva e segura afirmação do novo título papal, continuando o caminho aberto por Pedro Damião (cfr. PL 145, 386; PL 144, 208; PL 144, 210). As posições de Anselmo de Havelberg e de S. Bernardo de Clairvaux tiveram um grande impacto na difusão e na afirmação da doutrina de “Vicarius Christi” na segunda metade do século XII. O facto de esta designação ter surgido na terminologia da chancelaria papal sob a égide de Eugénio III representa um sinal evidente da importância que “Vicarius Christi” tinha adquirido. É neste pontificado que um papa se define com o título de “Vicarius Christi”, surgindo num documento público e solene, subscrito por todos os cardeais – “Aequitatis et iustitiae persuadet ratio ut nos, qui licet indigni Christi vices in terris agimus, et in eiusdem apostolorum principis cathedra residere conspiciamur...” (Epist. 575, PL 180, 1589). Em Alexandre III esta noção surge apenas uma vez e numa carta dirigida ao capítulo de Citeaux, adoptando um sentido muito próximo de “Vicarius Christi” (cfr. PL 200, 594). No pontificado de Clemente III encontramos esta designação numa bula dirigida em 1888 ao capítulo do Vaticano, reproduzindo literalmente o texto de Eugénio III já mencionado (cfr. PL 204, 1353). Finalmente, no pontificado de Inocêncio III a utilização de “Vicarius Christi” surge com enorme frequência nos seus documentos solenes, cartas e sermões. Contudo, a sua importância não reside na frequência da sua aplicação, mas sim no seu valor doutrinal. Inocêncio III aplica a noção de “Vicarius Christi” com o objectivo de expandir e

A concepção de que o poder papal derivava de Cristo não é nova, tendo sido utilizada como argumento para monarquia papal desde os tempos da patrística. No entanto, o papa revestiu-a de uma nova significação, relacionando-a com a noção de que o papa poderia realizar certas prerrogativas que apenas eram permitidas a Cristo. Deste modo, Inocêncio utilizou o velho título “*Vicarius Christi*” como uma nova justificação da autoridade monárquica do papa que nenhum outro bispo poderia deter.

Como podemos constatar, esta afirmação da autoridade papal que o papa detém uma autoridade divina, sendo o detentor do ofício de “*non puri hominis, sed veri Dei*” na terra poderia surgir uma reivindicação da arbitrariedade dessa mesma autoridade. Contudo, esta afirmação não é verdadeira. A autoridade do papa para exercer poder sobre as translações episcopais é derivada de Cristo. Embora se possa afirmar que todos os direitos jurisdicionais do papa tenham a sua origem no mandato de Cristo, Inocêncio fez a distinção entre os poderes ordinários do papa e aqueles que lhe concederam uma autoridade especial sobre o episcopado. Como vimos, antes da ascensão do papa Inocêncio III a questão do papel do papa em relação à translação e mesmo em relação ao episcopado não estava definido. Os papas e os canonistas do século XII não tinham ainda desenvolvido um sistema de regulamentação de transferência de bispos. Para além disso, ainda não tinha sido estabelecido que o papa detinha o direito exclusivo de autorizar e aprovar a transladação um bispo de uma Sé para outra²⁰⁸. Deste modo, Inocêncio reivindica o direito extraordinário de exercer a autoridade divina em certos casos não com o objectivo de afirmar a arbitrariedade do seu poder, mas para estabelecer a sua autoridade sobre os bispos e, em particular, para definir a prerrogativa absoluta do papa em realizar translações e depor bispos e para justificar o direito do papa em regular os assuntos episcopais. Como podemos constatar através do que foi dito até agora, nas concepções e no pensamento do papa Inocêncio III surgem fortes afirmações de poder e autoridade papais em relação ao episcopado no seio da igreja, surgindo ainda a reivindicação e a afirmação de prerrogativas absolutas e exclusivas do papa para poder regulamentar e intervir em determinados assuntos. Será que se pode conceber tais reivindicações como afirmações ou reivindicações de uma visão centralizadora, ou seja, como afirmações de um centralismo curial? O papa procurou energicamente situações para manejar a autoridade

precisar a natureza da autoridade do papa, a sua universalidade e, fundamentalmente, demonstrar a sua superioridade em relação ao episcopado. (cfr. MACCARRONE, M. – *Vicarius Christi: Storia del titolo papale*. Roma: Laterum. 1952).

²⁰⁸ PENNINGTON, K. - *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, p. 15; CHENEY, C. R. - *Innocent III and England*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1976, pp. 71-72.

suprema que tanto reivindicava. Inocêncio III concebeu novas leis e novos procedimentos, concedendo ao papa um maior raio de acção em assuntos relacionados com a chefia da igreja. Com efeito, esta acção do papa, mesmo não sendo comparável às visões centralizadoras e afirmações de um centralismo curial como podemos encontrar nos papas da segunda metade do século XIII, representa já uma caminhada nessa direcção. Como vimos atrás, o papa devido à sua plenitude de poder reclama para si o direito e a autoridade de intervir em questões relacionadas com a direcção das igrejas e com os direitos dos membros da igreja. Devemos salientar que o papa nunca perde a oportunidade de mostrar que não é obrigado a conceder o exercício de tais direitos; no entanto, quando o faz, faz por generosidade. Esta ideia está patente numa carta papal dirigida à Igreja de Constantinopla no ano de 1205²⁰⁹. Após a tomada de Constantinopla em Janeiro de 1204, existia uma contenda entre os Venesianos e os outros cruzados devido à distribuição do poder e da riqueza. Em Janeiro de 1205 o papa enviou uma carta ao Imperador Balduíno, ao “doge” veneziano e ao clero de Constantinopla aceitando a eleição de Balduíno como Imperador de Constantinopla, tendo ainda rejeitado a reivindicação do direito de nomear um novo patriarca por parte dos venezianos. Entre Março e Maio de 1205 foram enviadas várias cartas com o intuito de resolver e consolidar o que tinha sido feito. Entretanto, os venezianos, por meio de um acordo com os francos, conseguiram monopolizar o ofício de patriarca. O papa ordenou e consagrou o candidato veneziano, Tomás Morosini, sem que tivesse existido qualquer tipo de eleição ou mesmo qualquer tipo de apelo. As ocasiões em que o papa poderia intervir numa eleição eram muitas. No entanto, é necessário salientar que tal poder estava iminentemente relacionado com casos em que existia uma petição, um apelo por parte dos eleitores ou mesmo um costume que tinha sido adquirido e concedido aos papas. Na eleição de um metropolitano o papa normalmente tinha um papel. Embora o *Decretum* lhe concedesse um certo poder de confirmar e consagrar um arcebispo eleito, o costume tinha crescido no século XII de acordo com o qual o papa confirmava metropolitas. Era um costume o qual poderia desenvolver facilmente com a crescente insistência na prerrogativa papal da translação, pois muitos dos metropolitas tinham sido bispos noutras dioceses. Inocêncio reconheceu que a prática não era universal, mas obviamente considerava conveniente. Para além disso, estava estabelecido que o *pallium* deveria ser conferido pelo papa antes que o metropolitano pudesse usufruir do poder do seu ofício. Em 1200, Inocêncio proibiu o uso do título de arcebispo antes da recepção do

²⁰⁹ PL 215, 578.

*pallium*²¹⁰. No caso de eleições disputadas – em que os eleitores estavam divididos na sua escolha do novo bispo, em que o capítulo depois da escolha mudava de opinião e procurava um pretexto legal para realizar uma segunda eleição ou nos casos em que existia uma total incapacidade de conseguir unanimidade (dado que o direito canónico neste tipo de assuntos não permitia uma eleição que não fosse unânime) – deveria ser realizado um apelo pelos eleitores baseado em defeitos pessoais do candidato e numa falha técnica do procedimento. O metropolitano deveria examinar o eleito e a eleição e, no caso de surgir uma imperfeição oculta, ele deveria recusar a sua confirmação. Nestes casos, deveria ser realizado um apelo contra a eleição episcopal ao papa. Esta noção de apelo que durante o século XII com o desenvolvimento das noções do governo papal se tinha desenvolvido como um costume foi tratada pelo papa Inocencio III como uma regra. De facto, este papa reivindicou que todas as “Maiores ecclesie causas”, ou seja, todos os apelos e disputas relacionadas com as grandes igrejas deveriam ser reservados única e exclusivamente ao papado²¹¹.

Na carta do papa dirigida ao clero de Constantinopla não encontramos nenhum dos casos há pouco mencionados. Tal como já foi referido, o papa, tendo eleito e consagrado Tomás Morosini como patriarca de Constantinopla, fez algo de inusual: ordenou e consagrou Tomás Morosini sem que tivesse sido realizada qualquer tipo de eleição, nem qualquer tipo de apelo por parte do clero de Constantinopla. Contudo, o papa refere que ao tomar esta atitude não diminuiu nem prejudicou os direitos da igreja de Constantinopla e nem sequer atacou a concepção da liberdade da eleição canónica e da livre escolha dos candidatos que pertence ao clero de Constantinopla. Perante tais factos coloca-se diante de nós as seguintes questões: Como pode o papa agir deste modo? Qual a argumentação que o papa utiliza para justificar tal atitude? Inocêncio desenvolve a sua argumentação a partir da noção de que devido à sua “plenitudo potestatis” – plenitude de poder – tem toda a capacidade, direito e competência para o fazer.

A mesma fórmula surge numa carta do mesmo ano dirigida ao patriarca de Constantinopla, que foi instruído para consagrar o bispo de Patras e atribuir-lhe o *pallium*. Nesta carta o papa reivindica o direito e a autoridade de intervir num assunto relacionado particularmente com a igreja de Patras, ou seja, um assunto que está subordinado à jurisdição do patriarca de Constantinopla. O papa afirma mais uma vez que a sua intervenção não representa uma injustiça, nem uma diminuição dos direitos do patriarca, na medida em que o papa devido à

²¹⁰ Vd. BENSON, R. L. - *Bishop-Elect: A Study in Medieval Ecclesiastical Office*. Princeton. 1968, pp. 67-172. Cfr. X 1.8.3.

²¹¹ Para exemplos destas posições papais cfr. PL 215, pp. 1053-1054.

sua posição e à “plenitudo potestatis” pode agir desse modo. Estas ideias surgem em duas cartas: uma dirigida ao capítulo de Patras²¹² e outra ao clero e povo de Verisa na Trácia²¹³. Inocêncio salienta novamente que se o papa interfere nos assuntos relacionados com a jurisdição de outras igrejas não comete nenhuma injustiça, na medida em que nomeou todos os outros “in partem sollicitudinis” para que possa ter reservado para si a “plenitudo potestatis”. Relativamente ao que acabámos de analisar Helene Tillmann refere: “Inocêncio, então, julga-se intitulado para exercer concorrentemente em todos os aspectos o direito dos bispos, dos arcebispos, dos primazes e dos patriarcas. Se ele assume uma função, que normalmente é tarefa de outro ofício eclesiástico, ele não realiza nada de injusto, pois ele que está a exercer o seu direito não faz mal a ninguém.”²¹⁴.

O papa Inocencio III utiliza a nossa já conhecida fórmula – “plenitudo potestatis” em contraste com “pars sollicitudinis” – com uma outra significação que nos parece de extrema importancia para uma mais ampla compreensão do pensamento e das concepções do papa Inocêncio III: no sentido da dependência do poder de jurisdição de cada uma das igrejas da autoridade papal, para que o papado seja pura e simplesmente a fonte e a origem de cada autoridade eclesiástica. Esta noção da dependência do poder e da autoridade das igrejas do papa, esta noção de que o poder de governo de cada igreja “como que escorre” da plenitude de poder do papa torna-se profundamente mais clara e mais compreensível se tivermos em mente uma imagem e um símbolo que o papa Inocencio III utiliza e surge com grande frequência nas suas cartas: a noção do papa como “Caput” do corpo da igreja, na qual se encontram todos os outros membros. De certo modo, este representa o conceito chave para uma compreensão mais ampla e profunda da concepção estrutural da igreja no pensamento do papa Inocencio III. A base escritural do conceito de “Caput” surge em 1 Jo, 42 em que Cristo disse a Pedro: “Chamar-te-ás Cefas”. Não deixa de ser interessante apontarmos que a palavra da qual derivou “Cephas” significa pedra. No entanto, o papa, nas suas cartas, interpretou “Cephas” a partir da palavra grega “κεφαλή”, traduzindo-a por cabeça. Pedro é chamado “Caput” por Cristo²¹⁵. Esta leitura não representa nenhuma novidade. O primeiro comentador a interpretar “Cephas” como cabeça foi Optatus Afer (também conhecido por Optatus de Mileve). Este autor notou que Pedro era a cabeça dos apóstolos e, por esta razão, designou-o

²¹² PL 215, p. 1152.

²¹³ PL 215, p. 1130.

²¹⁴ TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam. 1980, p. 32.

²¹⁵ Esta interpretação “Cephas” como “Caput” surge em PL 214, 625; PL 214, 680; PL, 214, 759; PL 214, 1117; PL 215, 278; Sermo XXI, PL 217, 552; Sermo II In consecratione, PL 217, 658.

de “Cephas”²¹⁶. Mais tarde Isidoro de Sevilha utilizou esta interpretação no seu *liber etymologiarum*²¹⁷. O escrito de Jo 1, 42 entrou na tradição canónica no século IX através da carta de Pseudo-Anacleto nas decretais pseudo-isidorianas²¹⁸. Esta interpretação surge ainda em Graciano²¹⁹. Finalmente, Huguccio afirmou que “Cephas” significava cabeça e estava relacionada com a primazia de Pedro sobre os outros apóstolos²²⁰.

O papa Inocêncio III, numa carta dirigida ao Arcebispo de Compostela no segundo ano do seu pontificado, descreveu os fundamentos bíblicos da teoria da monarquia papal: “Embora o corpo da Igreja seja um, no qual Cristo é a cabeça e todos os fiéis são os membros, no entanto, Pedro, que foi designado de pedra por Cristo (Mt. 16, 18), foi também chamado cabeça por Cristo – que também é a Cabeça – quando ele disse “Tu chamar-te-às Cephas” (Jo. 1. 42). De acordo com uma interpretação, “cephas” significa cabeça. Assim, tal como a plenitude dos sentidos abunda na cabeça e algumas partes desta plenitude deriva para os membros, assim os outros são chamados a partilhar a responsabilidade; mas apenas Pedro recebeu a plenitude do poder. Deste modo, os casos importantes da igreja devem justamente ser referidos a ele como cabeça, não tanto por constituição canónica mas por instituição divina.”²²¹

Os teólogos e canonistas há muito que citavam Mt 16, 18 como justificação da posição jurisdicional proeminente de Pedro e dos seus sucessores dentro da igreja. Como sabemos, a passagem de Mateus representava o tradicional e mais importante texto primacial sobre o qual se fundava a autoridade e o poder do bispo de Roma. Como sucessor de Pedro o papa representava a cabeça da igreja, o supremo expoente do poder da jurisdição conferida à igreja

²¹⁶ Optatus Afer, *De schismate Donatistarum*, L. II, cap. 2, PL 11, 947: “Igitur negare non potes scire te in urba Roma Petro primo Cathedram episcopalem esse collatam, in qua sederit omnium apostolorum caput Petrus, unde esse et cephas apellatus est.” Cfr. SCHATZ, K. – “Papsttum und Partikularkirchliche Gewalt bei Innocenz III (1198-1218)”. In: *Archivum Historiae Pontificiae* 8, 1970, p. 81.

²¹⁷ Isidoro de Sevilha, *etymologiarum sive originum libri XX*, ed. W. M. Lindsey, Oxford, 1966, VII, cap. 9: “Petra enim erat Christus, super quod fundamentum etiam ipse aedificatus est Petrus. Cephas dictus eo quod in capite sit constitutus apostolorum. Kephale enim Graece caput dicitur, et ipsud nomen in Petro Syrum est”. SCHATZ, K. – “Papsttum und Partikularkirchliche Gewalt bei Innocenz III (1198-1216)”. In: *Archivum Historiae Pontificiae* (AHP) 8. 1970, pp. 51-52.

²¹⁸ *Decretales pseudo-isidorianae et capitula Angirammii*. Ed. P. Hinschius, Leipzig, 1863, p. 83.

²¹⁹ D. 22, cap. 2.

²²⁰ Huguccio, D. 21, c. 2, v. pari consortio Admont 7, fol. 26 v. (Klosterneuburg 89, fol. 26v): “Item prefuit in appellatione quia ipse solus cefas, idest capud apostolorum dictus est, ut xxii. di. Sacrosancta.” Cit em PENNINGTON, K. - *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, p. 52, (nota 30).

²²¹ Reg. II, 247, n. 124; PL 214, p. 680. “Licet unum sit corpus ecclesie, in quo Christus est caput et universi fideles sunt membra, ille tamen, qui a Christo petra dictus est Petrus, etiam a Christo capite vocatus est caput, ipso testante, qui ait: “Tu vocaberis Cephas,” quod secundum unam interpretatione exponitur caput: quia sicut plenitudo sensuum abundat in capite, ad cetera vero membras pars aliqua plenitudinis derivatur, ita ceteri vocati sunt in partem sollicitudinis, solus autem Petrus assumptus est in plenitudinem potestatis, adquem velut ad caput maiores ecclesie causa non tam constitutiones canonica quam institutione divina merito referuntur.”

bem como o símbolo máximo da fé permanente da igreja²²². Não podemos deixar de referir que o texto de Mateus apresentava uma potencial fraqueza que o torna vulnerável às interpretações anti-papais. De facto, ao longo da tradição exegética este texto tinha tido interpretações dispersas, muitas delas concedendo-lhe um teor claramente cristológico²²³. As palavras de Cristo dirigidas a Pedro “Tudo quanto ligares na terra será ligado nos Céus”, sobre o qual se erguia uma importante afirmação da monarquia papal, foram repetidas em Mateus 18,18, sendo dirigidas a todos os apóstolos. Mateus 16, 18 poderia justificar a monarquia papal, mas na sua relação com o texto Mt 18, 18 certamente tomaria um significado diferente. De facto, esta união de textos poderia revelar e justificar uma partilha de autoridade com todos os bispos, como sucessores dos apóstolos. Com a intenção de evitar uma semelhante interpretação e uma tal dificuldade, Inocêncio III utiliza o texto de Mt 16, 18 em relação com o texto Jo 1, 42. No seio do pensamento e das concepções deste papa a ligação entre estes dois textos concedia a Pedro a primazia e a plenitude de poder no âmbito da igreja. O texto de Jo 1, 42 forneceu uma explicação poderosa, nítida e definitiva para as palavras de Cristo no texto de Mt: Pedro representava, de facto, a cabeça da igreja, representava a plenitude do poder e da autoridade no seio da igreja, representava o único juiz em todos os casos mais importantes. Esta noção de Pedro como cabeça – “caput” – levou à introdução de uma imagem antropomórfica da igreja na discussão e no pensamento do papa acerca da primazia papal e da “plenitudo potestatis”. A passagem de Jo 1, 42 providenciou uma transição natural da afirmação da primazia papal para a noção de “corpus ecclesiae”. Visto que Pedro representava a cabeça da igreja – “caput ecclesiae” – o papa poderia utilizar a metáfora do corpo humano para descrever a relação do papa com os bispos para conceber o contraste entre a “plenitudo potestatis” e a “pars sollicitudinis”²²⁴. Esta ideia da imagem da

²²² TIERNEY, B. - *Foundations of the Conciliar Theory: The Contribution of the Medieval Canonists from Gratian to the Great Schism*. Cambridge Studies in Medieval Life and Thought. New Series IV. Cambridge: University Press; New York: Cambridge University Press. 1955, p. 36; Id. *ibid.*, pp. 25-36. WATT, J. A. - *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 80-83; PENNINGTON, K. - *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, p. 50.

²²³ FROELICH, K. - “St. Peter, papal Primacy, and the exegetical tradition, 1150-1300”. In: *The religious roles of the papacy: Ideals and Realities 1150-1300. Papers in Mediaeval Studies*. Ed. Christopher Ryan. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies. 1989, pp. 8-19.

²²⁴ Para uma análise mais ampla da metáfora da igreja como corpo consultemos KANTAROWICZ, E. - *The king's two bodies. A Study in Mediaeval Political Theology*. New Jersey: Princeton University Press. 1957, pp. 194-206. TIERNEY, B. - *Foundations of the Conciliar Theory: The Contribution of the Medieval Canonists from Gratian to the Great Schism*. Cambridge Studies in Medieval Life and Thought. New Series IV. Cambridge: University Press; New York: Cambridge University Press. 1955, pp. 132-141; ULLMANN, W. - *The growth of papal government in the Middle Ages: A study in the Ideological Relation of Clerical to Lay Power*. London: Methuen. 1955, pp. 442-446. Para a utilização de “corpus” em Inocêncio cfr.: SCHATS, K. - “Papsttum und Partikularkirchliche Gewalt bei Innocenz III (1198-1216)”. In: *Archivum Historiae Pontificiae* (AHP) 8. 1970, pp. 80-85.

igreja como corpo surge claramente numa carta enviada pelo papa no ano de 1202 ao arcebispo Basílio de Trnovo (Zagora) na ocasião da concessão do “palium”. Neste documento o papa apresenta e realiza uma interessante ligação entre a tradicional interpretação do texto de Jo 1,42 – que vem desde Optatus Afer – com a noção e a concepção da igreja como o corpo de Cristo que surge em S.Paulo, para expor a ideia de que ele próprio, sucessor de Pedro, surge como representante de Cristo na terra, ou melhor, como a cabeça de onde vem todo o poder da igreja. O papa era a cabeça que continha a “plenitude dos sentidos”. A relação entre a “Caput” e os “membra” torna-se o conceito-chave para uma compreensão mais ampla e profunda da fórmula da “plenitudo potestatis” – “in partem sollicitudinis”. A “plenitudo potestatis” do papado corresponde à “plenitudo sensuum” que se encontra na cabeça²²⁵. Os bispos e o restante clero representam os ‘membra’ que recebem a “pars sollicitudinis”. De certo modo, podemos deslindar o paralelismo entre “plenitudo sensuum” (na cabeça) – “pars aliqua plenitudinis” (nos membros) e “plenitudo potestatis” (no papa) – “pars sollicitudinis” (nos restantes dignatários eclesiásticos). No seio do pensamento e das concepções papais, a noção de “pars sollicitudinis” dos membros representa uma emanção da “plenitudo sensuum” da cabeça. Nalgumas cartas, Inocêncio explicou que mesmo que da cabeça emanasse uma parte dos “sentidos” para o resto do corpo, esta – a cabeça – não perderia nada²²⁶.

Numa carta dirigida a Johanitsa Asen Kalojan, Rei da Bulgária em 1204, o papa desenvolve uma exposição detalhada da doutrina da primazia papal, utilizando pela primeira e última vez uma metáfora fundamental para descrever a relação do papa com os outros prelados: a imagem sacramental da unção para representar a emanção da autoridade para os bispos²²⁷. O papa, nesta mesma carta definiu e relacionou, com clareza o momento em que Cristo concedeu a Pedro a “plenitudo potestatis” com o momento em que Cristo falou a Pedro em Jo 1, 42. Não podemos deixar de referir que em textos anteriores Inocêncio tinha apenas aludido à ideia de que Cristo tinha concedido a Pedro a “plenitudo potestatis” quando se dirigiu a ele em Jo. De certo modo, neste texto, o papa referiu-se a tal noção de um modo bastante explícito: “Depois de ter chamado os outros para parte da responsabilidade, o Senhor recebeu Pedro na plenitude do poder quando lhe disse: Chamar-te-às Pedro, que interpretou como

²²⁵ Reg. I 117; II 133; II 209; VII 1; Sermo XXI; Sermo II e III in Consecr.

²²⁶ Cfr. Reg. I 464-466, n. 320: “Ut ad eam velut capud alie sicut spiritualia membra respondeant, cuius pastor ita suas aliis vices distribuit, ut ceteris vocatis in partem sollicitudinem solus retineat plenitudinem potestatis.” Vd. SCHATS, K. – “Papsttum und Partikularkirchliche Gewalt bei Innocenz III (1198-1216)”. In: *Archivum Historiae Pontificiae* (AHP) 8. 1970, pp. 82-83.

²²⁷ PL 215, 277-280; Reg. 7, 1.

Pedro e cabeça, tal como ele demonstrou ser Pedro a cabeça da igreja. Tal como a unção escorre da cabeça de Aarão para a sua barba, Pedro espalhou parte da responsabilidade pelo corpo, sem perder nada de si próprio, porque a plenitude dos sentidos floresce na cabeça, mesmo pensando que parte deriva para os membros.”²²⁸ Não podemos deixar de referir que esta passagem surge na carta em relação com a interpretação alegórica do texto já nosso conhecido Mt 14, 29. Este paralelismo realça ainda mais a concepção de que os membros recebem a sua “pars plenitudinis” exclusivamente através da mediação da cabeça.

Esta visão da estrutura da igreja que surge em Inocêncio III deve ser entendida no sentido de uma espécie de mediação hierárquica de cima para baixo que poderá ter como modelo o pensamento da hierarquia em Dionísio Aeropagita. No papa concentra-se toda a plenitude do poder, sendo este poder, esta plenitude comunicada por ele através de diferentes formas e níveis. O poder dos membros reside apenas na participação na plenitude do poder do papa, tendo unicamente origem no papa. Toda a autoridade no seio da igreja jorra do papa e, quando é realizada pelos membros, permanece autoridade papal.

O papa Inocêncio III desenvolveu uma poderosa justificação para a primazia papal, tendo expandido consideravelmente as bases bíblicas, as metáforas e imagens acerca da autoridade papal. Inocêncio estabeleceu prerrogativas papais para dirigir os bispos e toda a igreja sobre bases teóricas bastante rigorosas. As suas visões acerca do papado, embora não tenham sido imediatamente aceites pelos canonistas e pelos teólogos²²⁹, irão moldar e marcar as concepções e as interpretações do papado na igreja do século XIII. Nenhum outro papa foi tão importante para lançar a monarquia papal em direcção ao absolutismo.

²²⁸ PL 215, 279; Reg. 7, 1. “Unde vocatis caeteris in partem sollicitudinis, hunc assumpsit Dominus in plenitudinem potestatis, cum inquit ad eum: tu vocaberis Cephias, quod Petrus interpretatur et caput, ut Petrum caput ecclesiae demonstraret, qui sicut unguentum quod a capite Aaron descendit in barbam, in membra diffunderet, ut nihil sibi penitus deperiret, quoniam in capite viget sensuum plenitudo, ad membra vero pars eorum aliqua derivatur.”; Cfr. PL, Gesta, 214, cxxv-cxxx; GRESS-WRIGHT, D. - *Gesta Innocentii III: Text, Introduction and Commentary*. Bryn Mawr College Dissertation. 1981, pp. 111-160.

²²⁹ Para uma análise mais vasta das posições dos canonistas e dos teólogos do século XIII em relação às visões do papado de Inocêncio III podemos consultar PENNINGTON, K. - *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984. Podemos ainda consultar: WATT, J. A. - *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, pp. 75 e ss.

PARTE 3

Capítulo I

Per Venerabilem e a afirmação papal da intervenção em assuntos seculares

Pretende-se neste capítulo desenvolver a análise desse “capitulum difficile et multum famosum” que é a decretal “Per Venerabilem”. Análise das implicações, do valor e do alcance das afirmações da possibilidade do poder papal intervir em assuntos de carácter secular.

O contexto histórico-político da decretal “Per Venerabilem” - A acção de legitimação encontra-se inteiramente dentro da esfera de competência jurisdicional do papa - Razões para a recusa do pedido - O pontífice desenvolve os princípios sobre os quais os papas têm o direito e o poder de exercer jurisdição temporal - Três tipos de julgamentos -

Em 1202, chegou à cúria romana através do Arcebispo de Arles um pedido, sem precedentes, realizado pelo Conde Guilherme VIII, senhor de Montpellier. O Arcebispo de Arles, em nome do conde, solicitava ao papa a graça de dispensar²³⁰ e de legitimar o filho ilegítimo do conde, para que este se pudesse tornar o herdeiro da propriedade do conde. O argumento utilizado pelo Arcebispo fazia referencia ao caso semelhante do rei de França, ocorrido pouco antes, a quem o papa tinha concedido a sua autorização. De facto, em Novembro de 1201, o papa

²³⁰ O conde de Montpellier não desejava propriamente uma dispensa “Ex defectus natalium” pela qual um filho bastardo poderia ser permitido ascender ao sacerdócio. Um decreto do Concílio de Poitiers (1087) apontava que os filhos de sacerdotes ou outros nascidos fora do casamento não deveriam ser promovidos para as sacras ordens do sacerdócio a não ser que se tornassem monges ou fossem cônegos regulares. Para ascender ao sacerdócio era necessária a dispensa papal. Cfr. *Corpus Iuris Canonici, Pars Secunda: Decretalium Collectiones, Decretales Gregorii p. IX*. Ed. Emil Ludwig Richter und Emil Friedberg, Leipzig, 1881 (a partir de agora será sempre citado utilizando a forma moderna: X 1.17.1 – obra - *Liber extra*; livro – neste caso, *Liber I*; título – *Titulus XVII*; finalmente, capítulo – *Cap. I*. Para melhor compreensão do sistema de citação no direito canónico cf. KUTTNER, S. – “Notes on the Presentation of Text and Apparatus in Editing Works of the Decretists and Decretalists”. In *Traditio* 15, 1959, pp. 452-463; BRUNDAGE, J. A. – *Medieval Canon Law. The Medieval World*. London: Longman. 1995. Podemos ver também os capítulos seguintes, sobretudo a decretal de Alexandre III.

tinha legitimado os filhos ilegítimos de Filipe Augusto, rei de França. No entanto, na sua resposta ao Conde de Montpellier, o papa Inocêncio III recusou legitimar a criança. Esta carta em que o papa apresenta os seus argumentos para a recusa da legitimação, ou seja, a decretal «Per Venerabilem», tem sido vista desde então como uma das mais importantes e mais características afirmações do poder papal, bem como fonte de amplas discussões e de grandes controvérsias acerca das suas implicações e de qual o seu alcance²³¹.

Antes de mergulharmos na análise da decretal, em si, certamente será de interesse e necessário compreendermos a situação que deu origem ao pedido sem precedentes do conde de Montpellier e à importante resposta do papa²³².

Por volta de 1172, o senhor de Montpellier, Guilherme VIII, que era detentor de um dos mais poderosos senhorios do sul da França, repudiou a sua esposa legítima, Eudoxia, filha de Manuel Comneno, Imperador de Constantinopla.

Após o repúdio, contraiu uma nova união com Ana de Castela, parente de Afonso II de Aragão, da qual teve oito filhos²³³. Dado que do primeiro casamento só tinha tido uma filha, o conde procurou por meio do Arcebispo de Arles, Imbert de Aiguères, apresentar o seu caso à cúria papal, referindo como precedente a legitimação dos filhos da união ilícita entre o rei Filipe Augusto e Agnès de Meran.

Embora o papa recebesse com particular agrado os apelos voluntários realizados pelos senhores seculares e apesar do conde o ter ajudado na luta contra o espalhar da heresia Albigense, recusou o pedido.

²³¹ Para uma análise mais profunda da discussão e da controvérsia acerca da importância e do alcance desta decretal cfr: ULLMANN, W. – *Medieval Papalism: The political theories of the medieval canonists*. London: Methuen & Co. Ltd., 1949, pp. 105-106; WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates, 1965, pp. 37-39, 61-62, 110-117; PENNINGTON, K. – “Pope Innocent III’s Views on Church and State: A Gloss to Per Venerabilem”. In: *Law, Church, and Society: Essays in Honour of Stephan Kuttner*. Philadelphia: Ed. Kenneth Pennington e Robert Sommerville. 1977, pp. 49-67. Este artigo surge ainda reimpresso em: PENNINGTON, K. - *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550. Pope Innocent III’s Views on Church and State: A Gloss to Per Venerabilem*. Hampshire: Aldershot, 1993, pp. 1-25; TIERNEY, B. – “Tria Quippe distinguit iudici...” A note on Innocent III’s Decretal Per Venerabilem”. In: *Speculum* 3., 1962, pp. 48-59; MOCHI ONORY, S. - *Fonti canonistiche dell’ idea moderna dello stato (imperium spirituale – iurisdictio divisa – sovranità)*. Milano: Pubblicazioni dell’Università Cattolica del Sacro Cuore, Società Editrice «Vita e Pensiero». 1951, pp. 105-106..

²³² Para uma análise histórica mais aprofundada do senhorio de Montpellier e dos vários aspectos que irão ser apresentados cfr.: BAUMEL, J. - *Histoire d’une Seigneurie du Midi de la France: naissance de Montpellier (985-2213)*. Vol. I, Montpellier. 1969; FOREVILLE, R. – *Le Pape Inocent III et la France*. Stuttgart: Anton Hiersemann, 1992.

²³³ BAUMEL, J. - *Histoire d’une Seigneurie du Midi de la France: naissance de Montpellier (985-2213)*. Montpellier, 1969, vol. I, p.189-190; FOREVILLE, Raymonde – *Le Pape Inocent III et la France*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1992, pp. 286-287.

Que motivos teriam levado o papa a tomar esta atitude, quando tinha concedido igual benefício ao rei de França?

O senhorio de Montpellier, tal como outros senhorios na região do sul de França, encontrava-se ligado por laços feudais ao rei de França desde os tempos carolíngios. Ao longo dos tempos, vários factores de índole social e político conduziram ao estreitamento de ligações com os vários reinos espanhóis, sobretudo com Aragão e Castela²³⁴. Deste modo, por volta do século XII, os grandes senhores do sul da França tinham desenvolvido uma independência «de facto» e, mesmo, se pode dizer, «de jure» em relação à coroa francesa. Durante todo este século, nem os reis franceses realizaram qualquer tipo de intervenção nos assuntos do condado de Montpellier, nem os condes procuraram tal interferência. Ao mesmo tempo que as ligações com a coroa francesa começavam a enfraquecer, as ligações com os reinos espanhóis – ligações de sangue, de lealdade e mesmo importantes relações comerciais –, fortaleciam-se cada vez mais.

É neste contexto de ligações feudais e políticas que se consegue compreender com maior profundidade o porquê de um tal pedido e o porquê da resposta do papa.

Apesar das fracas ligações e da independência que se tinha vindo a concretizar ao longo dos anos, Guilherme permanecia, pelo menos em teoria, sujeito por laços feudais ao rei de França. Fazer-lhe um apelo, desta natureza, seria fazer revigorar e reviver ligações e representaria uma intervenção nos assuntos do senhorio, enfim, a admissão da vassalagem, facto que poderia provocar cisões e problemas nas relações com o reino de Aragão. A possibilidade de apelar ao rei de França representava em todos os sentidos um perigo enorme para os interesses do senhorio de Montpellier. Daí o conde fazer o pedido directamente ao papa. Por outro lado, o papa, que tinha conseguido um importante acordo com Filipe Augusto, relacionado com as suas dificuldades matrimoniais, não tinha interesse em intervir num assunto que pertencia à jurisdição real.

Estas explicações de carácter político, ajudam-nos a compreender as complexidades desta decretal e o tom ambíguo que o papa utiliza, tom que se deve fundamentalmente à necessidade de fazer com que as noções e os conceitos que surgem nesta decretal se possam

²³⁴ Não nos podemos esquecer que o senhorio de Montpellier para além de possuir vastos territórios na zona de Languedoc, possuía igualmente grandes territórios no norte de Espanha, principalmente na Catalunha. Daqui necessariamente se compreende as fortes ligações com os reinos do norte de Espanha. BAUMEL, Jean - *Histoire d'une Seigneurie du Midi de la France: naissance de Montpellier (985-2213)*. Vol. I, Montpellier, 1969, pp. 149-184.

expandir para além dos limites e do alcance do assunto a ser tratado. O papa não desejava que surgissem dúvidas quanto ao facto de que era detentor do poder em assuntos seculares²³⁵.

Depois destas considerações, convém fazer uma análise da Decretal «Per Venerabilem»²³⁶.

A decretal pode ser dividida em três partes fundamentais:

1º- A acção de legitimação encontra-se inteiramente dentro da esfera de competência jurisdicional do papa.

2º- Razões para a recusa do pedido realizado pelo conde através do Arcebispo de Arles.

3ª- O pontífice desenvolve os princípios sobre os quais os papas têm o direito e o poder de exercer jurisdição temporal²³⁷.

A decretal começa com a afirmação de que a sé apostólica tem o poder absoluto para legitimar os filhos bastardos nos casos de sucessão. Afirma que esse poder é baseado numa variedade de considerações e precedentes, relacionados com o exercício do poder papal de legitimar na promoção para as ordens sacras. Deste modo, se o papa pode legitimar filhos naturais nascidos do adultério ou filhos de sacerdotes para que se possam tornar bispos, então: “a partir disto, é de crer ser verdadeiro e creditado ser mais provável que a sé apostólica seja capaz de os legitimar em actos seculares, especialmente se eles não conhecerem nenhum homem superior que tenha o poder de legitimar, exceptuando, o romano pontífice; visto que grande prudência, autoridade e capacidade são necessários para assuntos espirituais e que o que é permitido em assuntos mais importantes parece ser permitido em assuntos menores”²³⁸. O papa em seguida acrescenta duas analogias que pretende serem ilustrativas para demonstrar que a mudança de estatuto na esfera espiritual tem efeitos a nível secular. Assim: um homem que se tornasse bispo estaria isento da «patria potestate», ou seja do poder paterno, do mesmo

²³⁵ TIERNEY, B. – ““Tria Quippe distinguit iudici...” A note on Innocent III’s Decretal Per Venerabilem”. In: *Speculum* 37. 1962, pp. 48-59, p.48.

²³⁶ O texto da “Per Venerabilem” pode ser encontrado em X 4.17.13, e ainda em *Patrologiae Latinae*, 214, Garnier fraters editores et J.-P. Migne successores, Parisiis, 1890, pp. 1130-1134.

²³⁷ A “Per Venerabilem” pode ser dividida em muitas partes e de diversas formas; no entanto, concordamos com a divisão tripartida apresentada por WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, pp 37-38 e PENNINGTON, K. – “Pope Innocent III’s Views on Church and State: A Gloss to Per Venerabilem”. In: *Law, Church, and Society: Essays in Honour of Stephan Kuttner*. Philadelphia: Ed. Kenneth Pennington e Robert Somerville. 1977, p. 12.

²³⁸ X 4.17.13: “Quod autem super hoc apostolica sedes plenam habeat potestatem, ex illo videtur, quod, diversis causis inspectis, cum quibusdam minus legitime genitis, non naturalibus tantum, sed adulterinis etiam dispensavit sic ad actus spirituales illos legitimans ut possint in episcopos promoveri. Ex quo verisimilius creditur et probabilius reputatur, ut eos ad actus legitimare valeat saeculares, praesertim si praeter Romanos Pontifices inter homines superiorem alium non cognoscant, qui legitimandi habeat potestatem; quia, quum maior in spiritualibus tam providentia quam auctoritas et idoneitas requiratur, quod in maiori conceditur licitum esse videtur et in minori.”

modo que, se um bispo ordenasse um «servus», este obteria a condição de pessoa livre. Enfatiza assim, que pareceria muito estranho que aquele que fosse legitimado para assuntos espirituais permanecesse ilegítimo em relação a assuntos temporais. Logo, quando alguém é dispensado em assuntos espirituais, deve ser, por consequência, dispensado em assuntos temporais²³⁹. O ponto fundamental da argumentação em relação ao poder que o papa tem para poder legitimar em assuntos seculares por ter poder no espiritual, baseia-se na noção de que “quod in maiori conceditur licitum esse videtur et in minori» (o que é permitido em assuntos mais importantes parece ser permitido em assuntos menores). A partir desta base, surge o argumento de que como o poder espiritual requer uma maior autoridade e um maior alcance do que o temporal, então o papa que legitima no espiritual pode legitimar no temporal.

Será que se pode inferir de tal argumento que o papa pode intervir num assunto de âmbito temporal? Será que a afirmação de um poder de legitimar em assuntos de âmbito espiritual permite também ao papa afirmar o poder sobre as legitimações no campo temporal? A afirmação papal do princípio “quod in maiori conceditur licitum esse videtur et in minori», como referem Watt e Pennington²⁴⁰, deriva de um axioma, de uma máxima do direito romano (“in eo plus sit, semper inest minus – o mais pequeno é sempre incluído no maior²⁴¹). Poderíamos certamente pensar que tal máxima poderia conceder força legal ao argumento papal, no entanto, não é isso que acontece. De acordo com Pennington²⁴², os canonistas olharam com alguma reserva para estas afirmações do papa, dado que existiam inúmeras objecções ao argumento papal. A máxima do direito romano referia, de facto, que qualquer poder possuído por um subordinado, seria naturalmente possuído pelo superior, mas tal máxima apenas se referia a oficiais da mesma esfera jurisdicional. O argumento que o papa apresenta no início da sua decretal, revela, em termos legais, a união de duas concepções completamente distintas: a superioridade do poder espiritual sobre o temporal e o poder jurisdicional que um juiz superior pode sempre exercer em lugar de um inferior. Geralmente

²³⁹ X 4.17.13: “Per simile quoque id videtur posse probari, quum eo ipso, quod aliquis ad apicem episcopalis dignitatis attollitur, eximitur a patria potestate. Praeterea etiamsi simplex episcopus scienter servum alterius in presbyterum ordinaret, licet ordinator satisfacere domino iuxta formam canonicam teneretur, ordinatus tamen iugum evaderet servitutis. Videretur siquidem monstruosum, ut, qui legitimus ad spirituales fieret actiones, circa saeculares actus illegitimus, remaneret. Unde, quum in spiritualibus dispensetur, consequenter intelligitur in temporalibus dispensatum”.

²⁴⁰ WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 129; PENNINGTON, Kenneth – “Pope Innocent III’s Views on Church and State: A Gloss to Per Venerabilem”. In: *Law, Church, and Society: Essays in Honour of Stephan Kuttner*. Philadelphia: Ed. Kenneth Pennington e Robert Sommerville. 1977, p. 13.

²⁴¹ A máxima pode ser encontrada no Dig. 50.27.110

²⁴² PENNINGTON, Kenneth – “Pope Innocent III’s Views on Church and State: A Gloss to Per Venerabilem”. In: *Law, Church, and Society: Essays in Honour of Stephan Kuttner*. Philadelphia: Ed. Kenneth Pennington e Robert Sommerville. 1977, pp.13-14.

era admitido por todos os contemporâneos, sobretudo pelos canonistas, que o poder espiritual requeria uma maior autoridade e um maior alcance do que o temporal, mas daí, não se pode inferir directamente que o papa seja juiz superior, sobretudo numa esfera que não lhe pertence naturalmente. No entanto, estes argumentos iniciais do papa não representam a base argumentativa fundamental do direito papal de intervenção na esfera temporal. De facto, na terceira parte desta decretal, o papa vai reivindicar o seu direito de exercer o poder secular sobre bases completamente diferentes e muito mais interessantes.

Depois destes argumentos de carácter preliminar, o papa desenvolve a análise da petição em si, e especialmente o apelo do arcebispo ao caso de Filipe Augusto. O interesse da argumentação do papa reside na discriminação do caso de Filipe Augusto, rei de França, em relação ao do conde Guilherme. O papa negou que os casos eram similares. O rei de França tinha-se separado de Ingeborg por julgamento do legado papal. O conde tinha abandonado a sua mulher. Para além disso, o rei de França tinha apresentado objecções de afinidade contra o casamento. Guilherme não tinha nenhuma razão válida para a sua separação. Poder-se-ia certamente duvidar, com uma certa razoabilidade, se os filhos do rei de França seriam realmente ilegítimos, dado que o processo de investigação acerca da afinidade persistia. Logo que a questão da afinidade fosse provada e se estabelecesse que o casamento não era válido, a legitimação dos filhos do rei era desnecessária. Por outro lado, dado que o rei de França não tinha nenhum superior temporal, poder-se-ia sujeitar inteiramente ao papa «sine iuris alterius laesione» podendo, por isso, realizar ele próprio o acto de legitimação. O conde Guilherme tinha superior temporal. Se o papa legitimasse os filhos do conde poderia ferir os direitos do rei de França²⁴³. O papa recusa realizar a legitimação dos filhos de Guilherme VIII de Montpellier.

Depois de apresentar as razões da recusa do pedido realizado através do Arcebispo de Arles, reafirma novamente o seu direito e poder de exercer jurisdição temporal: “convencidos por estas razões, concedemos o favor ao pedido do rei. Concluímos dos exemplos tirados do novo e antigo testamento que, não só no património da igreja, onde detemos a plenitude do poder no temporal, mas também noutras áreas, examinadas as circunstâncias, exercemos a jurisdição

²⁴³ X 4.17.13 2: “Insuper quum rex *ipse* superiorem in temporalibus minime recognoscat, sine iuris alterius laesione in eo se iurisdictioni nostrae subiicere potuit *et subiecit*. In quo *forsitan* videretur aliquibus, quod per se ipsum, non tanquam pater cum filiis, sed tanquam princeps cum subditis potuit dispensare. Tu autem nosceris aliis subiicere. Unde *sine ipsorum forsitan iniuria, nisi praestarent assensum nobis, in hoc subdere te non posses, nec eius auctoritatis existis, ut dispensandi super his habeas facultatem.*”

temporal em certos casos.²⁴⁴ Com isto o papa começa a desenvolver a doutrina do direito de intervenção nos assuntos seculares. Aqui, o papa Inocêncio não afirma meramente um poder de legitimação na esfera secular, mas que em determinadas circunstâncias poderia exercer «causaliter» uma jurisdição temporal. Será que as palavras «causaliter» e «certis causis inspectis» definem o carácter extraordinário de tal intervenção como aponta Maccarrone²⁴⁵?

Pensamos que para responder inteiramente a esta noção é preciso mergulharmos mais profundamente na interpretação dos argumentos e das referências bíblicas utilizados pelo papa.

Um argumento que surge nesta decretal, e que de facto surge num número bastante amplo de cartas do papa relacionadas com as relações entre o estado e a igreja, era o de que o papa era sacerdote na ordem de Melchisedech. Esta era uma figura misteriosa que surgia no livro do Génesis e que era sumo-sacerdote e rei de Salem²⁴⁶. A maior parte dos comentadores bíblicos interpretavam-na como uma prefiguração de Cristo, devido ao simbolismo de ter oferecido pão e vinho a Abraão. Dentro desta linha que vinha da tradição, os teólogos do século XII interpretaram a figura de Melchisedech como símbolo do sacerdócio de Cristo²⁴⁷. S. Bernardo na sua obra «De consideratione» dirigida ao papa Eugénio III foi o primeiro a relacionar a interpretação comum de Melchisedech com a figura do papa e sobretudo com o ofício papal. No entanto, o passo realizado por S. Bernardo encontra-se plenamente baseado e estabelecido dentro dos princípios da interpretação tradicional. O papa Inocêncio III interpretou a figura de Melchisedech como uma prefiguração do sacerdócio real de Cristo. Interpretando deste modo o poder de Cristo, o papa desenvolve um esforço exegético que se expande para além das noções tradicionais e mesmo daquelas apresentadas por S. Bernardo, e que justificava e fundava a primazia do poder papal em relação ao poder real. O ponto fundamental da sua

²⁴⁴ X 4.17.13: “Rationibus igitur his inducti regi gratiam fecimus requisiti, causam tam ex veteri quam ex novo testamento trahentes, quod non solum in ecclesiae patrimonio, super quo plenam in temporalibus gerimus potestatem, verum etiam in aliis regionibus, certis causis inspectis, temporalem iurisdictionem casualiter exercemus”

²⁴⁵ MACCARRONE, M. - *Chiesa e Stato nella Dottrina di Papa Innocenzo III*. Roma: Lateranum, Facultas Theologica Pontificii Athenaei Lateranensis. 1940.

²⁴⁶ Para a referência bíblica a Melchisedech cfr. Gen.14-18.

²⁴⁷ Cf., por exemplo, a glosa ordinaria à Bíblia de Walafrido Strabone PL 113, 120. “Quia autem ait: tu es Sacerdos in aeternum secundum ordinem Melchisedech, ministerium nostrum veri ordinis signatur, non per Aaron irrationalibus victimis immolandis, sed oblato pane et vino, idest, corpore Domini et sanguinem consecrari” e o comentário de Pedro Comestor na *Historia Scholastica*, PL 198, 1094; cf. MACCARRONE, Michele – *Chiesa e Stato nella Dottrina di Papa Innocenzo III*. Roma: Lateranum, Facultas Theologica Pontificii Athenaei Lateranensis. 1940, p. 49; BUISSON, M. Ludwig – “Exemples et tradition chez Innocent III”. In: *Année Canonique* 15. 1971, pp. 130-131; PENNINGTON, K. – “Pope Innocent III’s Views on Church and State: A Gloss to Per Venerabilem”. In: *Law, Church, and Society: Essays in Honour of Stephan Kuttner*. Philadelphia: Ed. Kenneth Pennington e Robert Somerville. 1977, pp. 49-67. Este artigo surge ainda reimpresso em: PENNINGTON, K. - *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550. Pope Innocent III’s Views on Church and State: A Gloss to Per Venerabilem*. Hampshire: Aldershot. 1993, pp. 15-16.

argumentação assentava na ideia de uma união entre o símbolo de Melchisedech e a noção do vigário de Cristo. Uma vez que Melchisedech representava uma prefiguração do sacerdócio real de Cristo, então o papa que era o vigário de Cristo na terra detinha o poder real e espiritual inerente ao seu ofício. Deste modo, a referencia à figura de Melchisedech tornou-se um dos mais fortes argumentos da monarquia papal. Mas será que podemos com isto afirmar que o papa detinha um poder absoluto sobre o temporal? Será que podemos inferir disto que o papa pudesse intervir nos assuntos seculares? O papa Inocêncio citou e referiu Melchisedech para demonstrar o carácter sacerdotal e real do ofício papal, não querendo dizer que detivesse um poder absoluto, ou que pudesse exercitar o seu poder temporal em qualquer parte sem as menores limitações. O objectivo do papa com a referência a esta misteriosa figura do antigo testamento foi a de demonstrar que o papa exercia o poder temporal como parte do seu ofício. Este argumento torna-se certamente mais claro se tivermos em mente o passo acima citado. Como vimos, o papa afirmava que o papa poderia exercer jurisdição temporal «certis causis inspectis» fora do estado papal. Deste modo, a «ordem de Melchisedech» apoiava igualmente o argumento de Inocêncio III de que o vigário de Cristo possuía um poder temporal «certis causis inspectis».

A outra prova do Antigo Testamento que o papa Inocêncio utiliza é uma passagem do livro do Deuterónimo (17, 8-12): “Se percebes que existe entre vós um assunto de julgamento duvidoso entre sangue e sangue, causa e causa, lepra e lepra; e se vês que as palavras dos juizes dentro das suas portas variam: levanta-te e vai para o lugar que o senhor teu Deus escolher. Então irás ter com os sacerdotes da raça de Levi e para o juiz que deve julgar esse tempo...e deverás fazer tudo o que eles disserem”. O papa relaciona esta passagem do Antigo Testamento com a célebre passagem de Mt 16,18: “Existe de facto acima deles um sacerdote ou um juiz, a quem o senhor disse através de Pedro «tudo o que ligares na terra será ligado no céu, e tudo o que desligares na terra será desligado no céu». Este é o seu vigário, o qual é sacerdote no eterno, segundo a ordem de Melchisedech, nomeado por Deus o juiz dos mortos e dos vivos”²⁴⁸. O Novo Testamento é utilizado aqui para demonstrar que a sé romana representava verdadeiramente o lugar escolhido por Deus e o papa era verdadeiramente o juiz que aí presidia.

²⁴⁸ X. 4.17.13: “Is vero super eos sacerdos sive iudex existit, cui Dominus inquit in Petro: “Quodcunque ligaveris super terram, erit ligatum et in coelis, *et quodcunque solveris super terram erit solutum et in coelis.*” Eius vicarius, qui est sacerdos in aeternum secundum ordinem Melchisedech, constitutus a Deo iudex vivorum et mortuorum”.

Em seguida o papa conclui que: “Assim existem três diferentes tipos de julgamentos: primeiro, entre sangue e sangue, que devem ser entendidos como assuntos civis. Segundo, entre causa e causa, que se referem tanto a casos civis como eclesiásticos. E terceiro, entre lepra e lepra, ou seja em assuntos espirituais. Nestes assuntos se existir alguma ambiguidade ou alguma dificuldade deve-se recorrer ao julgamento da sé apostólica²⁴⁹. A interpretação deste passo é fundamental para a uma mais ampla compreensão do problema de o papa poder intervir em assuntos seculares. De certo modo, estava já bem estabelecido que em termos de «lepra», ou seja, em termos estritamente eclesiásticos, todos os assuntos difíceis e ambíguos deveriam ser apresentados ao papado para decisão. De facto, era um traço comum que as «causae maiores» e que as «causae arduae» fossem decididas pela sé apostólica. No entanto, o problema da interpretação das palavras do papa permanece por responder. Como deveremos entender as palavras do papa? Será que devemos entender que o papa pretendia estender este poder supremo de decisão na esfera eclesiástica para a jurisdição temporal, ou será que o papa estava a apresentar novos significados e novos caminhos para o ofício papal? Tierney²⁵⁰, na sua interessante análise da «Per Venerabilem», refere que a associação das frases realizadas por Inocêncio sugere que quisesse que o «in quibus» se referisse particularmente ao terceiro tipo de julgamento²⁵¹. No entanto, acrescenta que certamente o papa não procurava excluir os dois primeiros tipos de casos da jurisdição papal, e sem dúvida que, na terceira classe de casos, Inocêncio pretendia englobar todas os processos legais, quer eclesiásticos quer seculares. Partindo desta sugestão, mergulhemos então numa análise mais complexa da natureza dos julgamentos. Como vimos atrás, não existem dúvidas de que em termos estritamente eclesiásticos todos os assuntos difíceis e ambíguos deveriam ser apresentados ao papado para decisão. Dentro destes assuntos existiam alguns que eram “ecclesiasticum et criminale”, ou seja, casos que tinham implicações criminais e que caíam obviamente dentro das competências jurídicas dos tribunais eclesiásticos. A noção de que o papa era o juiz supremo e a sé apostólica era o tribunal supremo em assuntos como heresia e sacrilégio, não era alvo de grandes discussões e de grandes controvérsias no seio da cristandade medieval, e no pensamento canonístico. Deste modo, parece-nos estranho que o papa tenha realizado um

²⁴⁹ X. 4.17.13: “Tria quippe distinguit iudicia: primum inter sanguinem et sanguinem, per quod criminale intelligitur et civile; ultimum inter lepram et lepram, per quod ecclesiasticum et criminale notatur; medium inter causam et causam, quod ad utrumque refertur, tam ecclesiasticum quam civile, in quibus quum aliquid fuerit difficile, vel ambiguum, ad iudicium est sedis apostolicae recurrendum”.

²⁵⁰ TIERNEY, B. – ““Tria Quippe distinguit iudici...” A note on Innocent III’s Decretal Per Venerabilem”. In: *Speculum* 37. 1962, p. 50.

²⁵¹ Com o terceiro tipo de julgamento Tierney pretende referir-se aos julgamentos relacionados com casos de conflito entre a jurisdição temporal e a espiritual.

esforço exegético para demonstrar algo que era comumente aceite. No entanto, apesar de comumente aceite, o papa não estava disposto a se excluir do seu papel de juiz supremo neste tipo de casos e mesmo em todos os casos espirituais.

Depois desta breve análise, mergulhemos na análise dos casos relacionados com assuntos eminentemente criminais, ou seja, nos casos «inter sanguinem et sanguinem». Este tipo de assuntos relacionados com crimes como assassinatos, roubos e muito outros, pertenciam naturalmente ao âmbito dos juizes temporais. Mas será que o papa não poderia intervir em assuntos eminentemente temporais como estes? Em 1204, na decretal *Novit*²⁵², o papa reivindicou o direito de intervir em tais assuntos e em tais casos «ratione peccati». Esta noção implicava necessariamente a ideia de que crimes violentos, dissensões e disputas violentas, bem como as guerras, representavam um pecado contra a estabilidade e a harmonia da cristandade, e sobretudo contra a paz. Deste modo, de acordo com Inocêncio, todos os casos relacionados com pecado, ou seja, com a quebra dos “vinculum caritati” representavam um assunto moral que pertencia obviamente à esfera jurisdicional do papa.

Mergulhemos agora na análise da terceira classe de casos: «inter causam et causam». Será que deveremos entender esses casos como se referindo àqueles em que a jurisdição espiritual e temporal se sobrepunham? Tierney²⁵³ demonstra de modo exemplar que tal interpretação não é correcta. De facto, não se pode deixar de referir que não surge em nenhum canonista que tal frase possa ter este significado. Esta ideia é bastante significativa pois alguns dos canonistas que interpretaram e realizaram glossas à decretal “Per Venerabilem” – como por exemplo João Teutónico, Vincêncio Hispano ou Laurêncio Hispano – representam posições de carácter dualista. Estes canonistas estavam profundamente interessados em desenvolver e apontar a autonomia do poder secular contra as posições hierocráticas de canonistas como Tancredo e Alano que reivindicavam que o poder supremo espiritual e temporal estava reunido no papa. Deste modo, se as palavras do papa Inocencio pudessem significar que o papa estava meramente a reivindicar jurisdição quando surgia qualquer “ambiguidade” relacionada com um caso que estava concorrentemente dentro da jurisdição dos tribunais espirituais e temporais, certamente estes canonistas teriam referido tal facto. No entanto, tal não foi o caso. Não deixa de ser difícil entender a reacção dos canonistas, ou melhor a sua falta de reacção em relação à linguagem hierocrática que o papa utiliza na segunda parte da decretal. Isto torna-se tanto mais curioso e interessante quanto temos em mente que os mesmos canonistas

²⁵² X 2.1.13; PL 215, 325-328;

²⁵³ TIERNEY, B. – “Tria Quippe distinguit iudici...” A note on Innocent III’s Decretal *Per Venerabilem*. In: *Speculum* 37. 1962, p. 51-52.

que defenderam com tanto cuidado a independência do poder temporal na discussão relacionada com a legitimação, não tenham visto nada de perturbante e de perturbador nas reivindicações para uma jurisdição de apelação universal em assuntos temporais e espirituais²⁵⁴. O primeiro canonista que procura desenvolver uma análise e um comentário a este problema é Laurêncio Hispano. Este autor aponta que a afirmação papal não deve de modo algum ser interpretada como uma apologia de ideias e de noções de carácter hierocrático. Laurêncio referiu que a posição papal não deve ser interpretada como a distinção entre casos seculares e casos mistos, mas sim entre jurisdição de apelação e jurisdição ordinária, ou seja, demonstrando que nestes assuntos a jurisdição do papa era de apelação e não ordinária²⁵⁵. Outros canonistas seguindo as pisadas de Laurêncio interpretaram de modo bastante semelhante as palavras do papa Inocencio III²⁵⁶. Esta parece-nos ser uma interpretação bastante correcta do valor, do alcance e do significado do próprio pensamento do nosso papa. De facto, com estas afirmações de certo modo ambíguas, o papa reivindicou para o papado e para o papa, uma espécie de jurisdição de apelação universal em casos seculares ou espirituais e não em casos seculares e espirituais, ou seja, o papa reivindicava o papel de juiz universal no seio da cristandade. Os canonistas – Laurêncio, Vincêncio, Tancredo e Bernardo – concordaram explicitamente que o papa poderia exercer uma tal jurisdição em casos seculares sempre que existissem desacordos entre os juízes envolvidos.²⁵⁷ Do mesmo modo, o importante canonista Hostiensis aponta que o papa poderia exercer a sua jurisdição nos assuntos temporais quando tal exercício lhe fosse requerido para remediar os defeitos da justiça²⁵⁸.

²⁵⁴ COURTNEY-BATSON, D. - “Per Venerabilem: From Practical Necessity to Judicial Supremacy”. In: *Pope Innocent III and his World*. Hofstra University, Ashgate, Aldershot, p. 301.

²⁵⁵ Laurentius « Usurpare. Immo licet ex certis causis. Non ideio ordinarius quo ad temporalia, arg. Supra, de officio ordinarii, Pastoralis § Ex parte. Ia” Apparatus in Comp. III, MS. Melk 333, fol.227rb, citado In TIERNEY, B. - “Tria Quippe distinguit iudici...” A note on Innocent III’s Decretal Per Venerabilem. In: *Speculum* 37. 1962. p.51. Este texto surge também em COURTNEY-BATSON, D. - “Per Venerabilem: From Practical Necessity to Judicial Supremacy”. In: *Pope Innocent III and his World*. Hofstra University, Ashgate, Aldershot, p. 301(3 comp.4.12.2 s.v. usurpare, Gonville e Caius MS 28/17).

²⁵⁶ Vincentius Hispanus, 3 Comp. 4.12.2 s.v.usurpare, Paris BN lat. 14611 fol.123r ; Bernardus Parmensis Glossa Ordinaria ad X.4.17.13 s.v. Certis causis.

²⁵⁷ Laurentius, 3 Comp. 4.12.2 (X 4.17.13) s.v. temporalem iurisdictionem casualiter, Paris BN lat.15398 fol. 183r. “Et cum requiratur, si est inter iudices variatum quod probat auctoritate deuteronomii” citado em COURTNEY-BATSON, D. - “Per Venerabilem: From Practical Necessity to Judicial Supremacy”. In: *Pope Innocent III and his World*. Hofstra University, Ashgate, Aldershot, p. 301-302. Cfr. também as glosas dos outros autores referidos: Vincentius Hispanus, 3 Comp. 4.12.2 (X 4.17.13) s.v. inspectis, Paris BN lat. 14611 fol. 123r; Tancredo, 3 Comp. 4.12.2 (X 4.17.13) s.v. certis causis, Gonville and Caius College MS28/17; Bernardus Parmensis, Glossa Ord., fol. 331v, X 4.17.13 s.v.certis causis. Para uma análise mais ampla destas interpretações vd. COURTNEY-BATSON, D. - “Per Venerabilem: From Practical Necessity to Judicial Supremacy”. In: *Pope Innocent III and his World*. Hofstra University, Ashgate, Aldershot, p. 301,

²⁵⁸ Hostiensis, Apparatus ad 4.17.13 s.v. certis causis : « Certis causis inspectis temporalem iurisdictionem exercemus. puta quando requiratur et alii non preiudicamus, ut dixi et notavi supra, et propter defectum iusticie

Antes de concluirmos este capítulo dedicado à análise da decretal “Per Venerabilem” gostaria de tecer algumas considerações breves sobre alguns pontos que nos parecem de bastante interesse. Dado que o papa Inocêncio III reivindicou que todos os assuntos ambíguos e difíceis deveriam ser resolvidos e tratados pela igreja romana e pelo papado, parece-nos importante questionar qual o assunto ambíguo e difícil na “Per Venerabilem”. Isto porque, de certo modo, as questões e os problemas relacionados com o caso de Filipe Augusto e com o caso de Guilherme, não representam, nem estavam marcados por problemas profundamente complexos, nem representam assuntos ambíguos. As complicações e os problemas que estão relacionados com tais casos são de teor marcadamente político e não legal²⁵⁹. De facto, a questão do impacto político da decisão judicial do papa Inocêncio na “per Venerabilem” representava um assunto de grande complexidade e extremamente delicado, que o papa tinha que resolver com grande diplomacia e com grande sensibilidade política, pois, para além disso, o papa não desejava ofender o rei de França, nem o conde Guilherme de Montpellier²⁶⁰. No entanto, este problema, como vimos, apesar, da sua complexidade e da sua delicadeza, não é um assunto ambíguo e difícil. Onde se poderá encontrar então, neste importante documento papal, a dificuldade e a ambiguidade? De certo modo, a questão difícil que surgia diante do papa estava claramente relacionada com o problema da legitimação, ou melhor, estava relacionada com a circunstâncias sob as quais e na quais o papa poderia legitimar alguém para fins de sucessão. Na verdade, como prova a discussão desenvolvida posteriormente pelos canonistas, esta questão representava realmente um problema complexo. No entanto, o papa Inocêncio III concebeu-a como um assunto que apenas poderia ser decidido pela igreja romana e pelo papado²⁶¹. De facto, o papa Inocencio III não tinha quaisquer dúvidas que em tais assuntos e em tais questões o papa poderia decidir. Tinha poder para aceitar ou não o

ius reddimus etiam in temporalibus, et in causa miserabilium personarum;...et vacante regno vel imperio;...et ratione cuiuslibet peccati notorii et iuramenti;...et ratione connexitatis, et ratione diversarum opinionum ut sequitur; et ubicunque dominus iniuste tractat hominem suum vel iniuste iudicat et ubicunque civitas iudice caret; et si recusetur iudex ordinarius ut suspectus. Nam et hi quattuor premissi casibus etiam secundum leges imperatoris communes sunt omnibus episcopis per suas civitates et dyoceses, ut in aut. ut differentes iudi. Resp.i. et §, et § si tamen contigerit et § in civitatibus, coll. ix ». citado em WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, pp.115-116. para uma análise mais ampla do pensamento de Hostiensis e das interpretações da “Per Venerabilem” vd. Id., ibid., pp.107-118.

²⁵⁹ COURTNEY-BATSON, D. - “Per Venerabilem: From Practical Necessity to Judicial Supremacy”. In: *Pope Innocent III and his World*. Hofstra University, Ashgate, Aldershot, p. 302.

²⁶⁰ PENNINGTON, K. - “Pope Innocent III’s Views on Church and State: A Gloss to Per Venerabilem”. In: *Law, Church, and Society: Essays in Honour of Stephan Kuttner*, Philadelphia: ed. Kenneth Pennington e Robert Somerville. 1977, 49-67, p. 67; reimpressão em: PENNINGTON, K. – *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550*. Pope Innocent III’s Views on Church and State: A Gloss to Per Venerabilem. Hampshire: Aldershot. 1993, IV, p. 25.

²⁶¹ COURTNEY-BATSON, D. - “Per Venerabilem: From Practical Necessity to Judicial Supremacy”. In: *Pope Innocent III and his World*. Hofstra University, Ashgate, Aldershot, p. 302.

pedido de legitimação dos filhos do conde Guilherme VIII de Montpellier, mas ao contrário do rei de França havia um poder secular capaz de considerar e julgar o seu pedido. Certamente, poder-se-ia interpretar tal acto do papa como profundamente marcado pela complexidade e pela delicadeza da situação política que envolvia esta questão. No entanto, uma tal interpretação, apesar da sua aparente clareza e da sua simplicidade, está longe de nos ajudar a compreender inteiramente o valor e o alcance da decisão papal, e sobretudo, a compreender o modo como o papa concebia o seu poder de intervenção em assuntos temporais e seculares. Como vimos, o papa reivindicava inteiramente o poder e a capacidade de decisão nestes casos de legitimação, e afirmava que tinha o poder de legitimar na esfera secular. No entanto, este caso específico revela que o papa era apenas livre de usar tal poder em casos em que não existia uma autoridade secular superior com a competência para realizar tais actos. Esta posição papal revela um princípio que será mais tarde apresentado e desenvolvido pelos canonistas, ou seja, o conceito de que a capacidade para realizar um determinado acto não significa necessariamente a capacidade de realizar esse mesmo acto em todas as circunstâncias²⁶². Com efeito, a decisão judicial que o papa Inocêncio III desenvolveu neste caso, verdadeiramente difícil e ambíguo, foi o de que seria impróprio para o papado reivindicar jurisdição sobre casos como o do conde Guilherme de Montpellier, independentemente de ter declarado que tinha uma capacidade de julgar e decidir tanto em assuntos temporais como espirituais.

Como vimos o papa Inocencio III concebe o papado como uma espécie de tribunal supremo da Cristandade. Será que a partir desta noção e do que foi dito atrás se pode concluir qualquer tipo de reivindicação de carácter eminentemente hierocrático no pensamento e nas concepções do papa Inocencio III? A reivindicação de que o papado representa um tribunal supremo da Cristandade no pensamento e nas concepções do papa não representa a afirmação de que tal poder seja puramente ilimitado e que seja arbitrário. Não podemos deixar de referir que a imagem e a noção de um tribunal supremo com uma jurisdição limitada não é tão paradoxal quanto poderá parecer ou se possa imaginar. De facto, a verdadeira supremacia de um tribunal reside mais na sua capacidade em definir os limites da sua própria jurisdição, do que na completa ausência de tais limites. Mas será que as afirmações e as ideias do papa Inocencio III na “Per Venerabilem” representam e apresentam-se como posições de carácter eminentemente dualista? A interpretação do pensamento do papa Inocencio III como essencialmente dualista foi apresentada por autores fundamentais e de grande importancia

²⁶² Id., Ibid., pp. 302-303.

para estes assuntos como: Maccarrone²⁶³, Tillmann²⁶⁴, Kempf²⁶⁵ e mesmo Mochy-Onory²⁶⁶. A visão e a exegese destes autores estão consideravelmente marcadas por um cuidado em defender o papa Inocencio III contra todas as acusações de procurar o domínio do mundo, e por estabelecer que todas as intervenções do papa na esfera políticas estavam marcadas por motivos “de ordem espiritual”. Maccarrone argumentou que o papa Inocêncio III reivindicava o exercício de um poder indirecto em assuntos temporais, ou seja, que o exercício da jurisdição espiritual poderia por vezes, indirectamente, produzir efeitos e intervir em assuntos relacionados com a esfera temporal. Não podemos deixar de salientar que este autor apontou que a jurisdição “certis causis inspectis” era semelhante à jurisdição “ratione peccati”, referindo que nenhuma delas envolvia qualquer exercício directo do poder papal na esfera temporal²⁶⁷. F. Kempf refere que a “Per Venerabilem” deve ser lida à luz da decretal “Cum Sacrosancta” de Alexandre III, e desse modo entende-a em sentido claramente dualista²⁶⁸. Nesta decretal, o papa Alexandre III respondeu a uma série de questões formuladas pelo Arcebispo de Reims. A última dessas questões relacionava-se com a validade de um apelo de um juiz secular para o papa, ao que este respondeu: “mesmo que o (apelo) seja válido de acordo com o costume eclesiástico, nós não o consideramos válido de acordo com o significado rígido da lei”. De facto, Kempf viu nesta afirmação um reconhecimento definitivo do papado da autonomia da jurisdição secular²⁶⁹. H. Tillmann enfatizou a importante distinção entre o poder indirecto e o poder directo exercido em “in certis causis”, no entanto, obscureceu as implicações da distinção ao manter que a reivindicação papal estava suspensa sobre a doutrina da “necessitas”²⁷⁰. O papa Inocêncio III certamente teria conhecimento desta doutrina²⁷¹, e poderia tê-la utilizado como base para reivindicar jurisdição temporal em casos

²⁶³ MACCARRONE, M. - *Chiesa e Stato nella Dottrina di Papa Innocenzo III*. Roma: Lateranum, Facultas Theologica Pontificii Athenaei Lateranensis. 1940.

²⁶⁴ TILLMANN, H. - Pope Innocent III. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980; Id., “Zur Frage der Verhältnisses von Kirche und Staat in Lehre und Praxis Innocenz III”. In: *Deutsche Archiv*, 1951, IX, pp.136-181.

²⁶⁵ KEMPF, F. - Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik. *Miscellanea Historiae Pontificiae* 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954.

²⁶⁶ MOCHI ONORY, S. - *Fonti canonistiche dell' idea moderna dello stato (imperium spirituale – iurisdictio divisa – sovranità)*. Milano: Pubblicazioni dell'Università Cattolica del Sacro Cuore, Società Editrice «Vita e Pensiero». 1951.

²⁶⁷ MACCARRONE, M. - *Chiesa e Stato nella Dottrina di Papa Innocenzo III*. Roma: Lateranum, Facultas Theologica Pontificii Athenaei Lateranensis. 1940, pp. 109-110, 118-125.

²⁶⁸ KEMPF, F. - *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. *Miscellanea Historiae Pontificiae* 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, p.262.

²⁶⁹ KEMPF, F. - *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. *Miscellanea Historiae Pontificiae* 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, p.262.

²⁷⁰ TILLMANN, H. - “Zur Frage der Verhältnisses von Kirche und Staat in Lehre und Praxis Innocenz III”. In: *Deutsche Archiv*, 1951, IX, p. 139.

²⁷¹ A base da doutrina da “necessitas” é uma passagem do direito romano: “necessitas legem non habet” cit. em Id., *ibid.*, p.139.

excepcionais. Será que deveremos concordar com as posições destes autores e conceber as reivindicações de Inocêncio como posições de carácter eminentemente dualista? O papa Inocêncio III na decretal “Per Venerabilem” reivindicou um poder judicial temporal de grande amplitude, no entanto, tal poder não era ilimitado. Não podemos deixar de salientar que o papa reconheceu e respeitou a independência da autoridade secular, embora não considerasse tal autoridade como igual à sua. A decisão de Inocêncio em relação ao caso do conde Guilherme VIII de Montpellier representa a declaração de que pretendia permanecer dentro dos limites do seu ofício, mesmo sabendo que, apenas ele, poderia definir esses limites.

Capítulo II

A decretal Novit – “Non enim intendimus iudicare de feudo, sed decernere de peccato”

Neste capítulo procura-se desenvolver uma análise da importante decretal “Novit”. Análise da reivindicação e da afirmação do princípio da natureza judicial da supremacia sacerdotal do papa.

O contexto histórico-político da decretal – “Non intendimus iudicare de feudo, sed decernere de peccato” – argumentos canónicos e bíblicos para o princípio de que os casos de pecado pertencem à Jurisdição da sé apostólica – Jeremias 1, 10 e o exercício do ofício papal –

Em Abril de 1204, o papa Inocêncio III escreveu uma carta dirigida ao clero e ao episcopado francês em que tratava da ruptura do juramento de paz entre o rei Filipe Augusto de França e o rei João de Inglaterra. Antes de mergulharmos na análise desta decretal e do seu valor para o problema da intervenção papal nos assuntos temporais, procuremos analisar o «background» político em que a decretal se inscreve.

A intervenção do papa Inocêncio III no conflito entre a coroa Angevina e a coroa Capetina revelava-se como uma missão de paz, como um esforço para conseguir realizar a arbitragem entre Filipe Augusto e Ricardo de Inglaterra²⁷². Este esforço pela concretização da paz entre duas das mais poderosas monarquias da cristandade tinha evidentemente um duplo objectivo.

Em primeiro lugar, representava uma forma de aumentar e de prestigiar a autoridade da igreja romana e do papa e de enfatizar e fortalecer o seu papel de guia e de líder da cristandade. Em segundo lugar, em termos mais práticos, tal ambição apresentava-se como um esforço no

²⁷² *Die Register Innocenz III, Pontifikatsjahr 1198/99*, I, Othmar Hageneder e Anton Haidacher, Publikationen der Abteilung für Historische Studien des Österreichischen Kulturinstituts in Rom II/I/1, Graz/Köln, 1964, p. 230; PL, 214, pp. 196-199; CHENEY, C. R. – *Pope Innocent III and England*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1976, pp. 276-277; FOREVILLE, R. - *Le Pape Innocent III et la France*. Stuttgart : Anton Hiersemann. 1992, pp. 273.

sentido de concretizar um dos grandes ideais do seu pontificado: a realização de uma cruzada de grandes dimensões²⁷³. É interessante apontarmos que o papa não concebia o seu papel de pacificador, nem desejava que esse seu esforço pela concretização de paz fosse compreendido como mera exortação ou como mero conselho. Desde o começo das suas intervenções que o papa tinha começado a delinear e a revelar que os seus esforços envolviam uma reivindicação a uma autoridade legal, uma reivindicação de carácter eminentemente jurisdicional²⁷⁴. O papa, nos últimos meses de 1198, através do seu legado, o cardeal Pedro Capuano, conseguiu com que os dois poderosos monarcas aceitassem uma trégua. No entanto, a morte do rei Ricardo de Inglaterra, e a ascensão ao trono do seu irmão João, lançou por terra todas as concretizações pelas quais o papa tinha tão arduamente trabalhado²⁷⁵. Em Janeiro de 1200, o cardeal Pietro conseguiu a concretização de uma nova trégua entre as duas partes. Em Maio de 1200, em Le Goulet, num encontro realizado entre João da Inglaterra e o rei de França, Filipe Augusto, a trégua transformou-se num acordo de paz. Neste encontro, o Capetino reconheceu ao rei de Inglaterra a posse total dos seus territórios na França em troca de terras e de uma soma extraordinária de dinheiro²⁷⁶. Por volta de meados de 1202, começaram a surgir e a romper novos conflitos entre os dois monarcas. A situação do rei de Inglaterra em França era bastante complicada. Na região de Poitou tinha-se estalado uma rebelião, e os líderes da rebelião tinham apresentado os seus protestos contra o rei da Inglaterra a Filipe Augusto. Este, tendo condenado o rei de Inglaterra como um vassalo contumaz, no verão de 1202, invadiu a Normandia e a região de Poitou. Por volta da mesma altura, recebeu homenagens de Artur, herdeiro da Bretanha, por Anjou, Maine, a região de Touraine e o ducado bretão²⁷⁷. Esta ameaça do rei de França aos interesses da coroa Angevina e a contínua invasão das suas possessões em França, conduziu o rei João, nos primeiros meses de 1203, a apelar à ajuda do papa Inocêncio III contra Filipe Augusto. O rei inglês não reconhecendo a sentença que o Capetino lhe tinha imposto, apontou que Filipe Augusto tinha quebrado os tratados e os

²⁷³ CHENEY, C. R. – *Pope Innocent III and England*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1976, p. 276.

²⁷⁴ *Die Register Innocenz III, Pontifikatsjahr 1198/99*, I, Othmar Hageneder e Anton Haidacher, Publikationen der Abteilung für Historische Studien des Österreichischen Kulturinstituts in Rom II/I/1, Graz/Köln, 1964, pp. 336-337; PL, 214, Garnier fraters editores et J.-P. Migne successores, Parisiis, 1890, 203-204; CHENEY, Christopher R. – *Pope Innocent III and England*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1976, p. 278.

²⁷⁵ Id., *ibid.*, p. 282.

²⁷⁶ Id., *ibid.*, p. 283; FOREVILLE, R. - *Le Pape Innocent III et la France*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1992, pp. 273-274.

²⁷⁷ CHENEY, C. R. – *Pope Innocent III and England*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1976, p. 285; FOREVILLE, R. - *Le Pape Innocent III et la France*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1992, p. 274.

juramentos relacionados com Poitou e para além disso, referiu que o rei de França não estava disposto a escutar os seus pedidos²⁷⁸.

O papa enviou e encarregou Geraldo, abade cisterciense de Casamari, bem como dois outros abades cistercienses de examinar os acontecimentos em França. Ao mesmo tempo, o papa dirigiu cartas anunciando aos dois poderosos monarcas e ao clero dos dois países a missão dos legados papais. Nesta carta, o papa revelava que era seu dever intervir na disputa, porque “a palavra de Deus na sua boca não deveria permanecer presa, mas livre, para que possamos advertir mais livremente o insubmisso”. O papa não deixa de delinear uma imagem profundamente sombria das consequências da guerra, referindo que estas dissociações entre príncipes cristãos apenas faz fortalecer e aumentar o poderio das forças sarracenas. Por fim exorta à necessidade da concretização de uma trégua entre a coroa Angevina e a coroa capetina²⁷⁹. Esta intervenção de carácter pacificador do pontífice não foi bem recebida pelo monarca Capetino, dado que iria sem dúvida interferir nas concretizações territoriais e na política expansionista que tinha vindo a desenvolver na Normandia. Deste modo, em Agosto de 1203, o rei de França repudiou por completo o direito do papa intervir numa disputa entre ele e o seu vassalo, o rei João. De acordo com Filipe, tratava-se de uma questão eminentemente feudal, em relação à qual o papa não tinha nenhum direito, nem nenhuma legitimidade para intervir. Para além disso, o Capetino aponta que a disputa deveria ser tratada e resolvida na corte real em relação à qual o rei João de Inglaterra se tinha mostrado contumaz²⁸⁰. Em 22 de Agosto, numa assembleia-geral de prelados e nobres em Mantes, o rei Francês, diante do núncio papal, o abade Geraldo de Casamari, realizou, com o apoio de todos os senhores eclesiásticos e laicos, uma recusa pública e absoluta das reivindicações papais de intervenção na disputa, bem como da concretização de uma trégua e da paz com o rei de Inglaterra²⁸¹. O papa, em 31 de Outubro de 1203, enviou um conjunto de cartas em que procurou responder à recusa pública da acção papal realizada pelo rei de França e pelos

²⁷⁸ CHENEY, C. R. – *Pope Innocent III and England*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1976, p. 287; WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 41.

²⁷⁹ PL, 215, pp. 64-66; CHENEY, C. R. – *Pope Innocent III and England*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1976, p. 287; FOREVILLE, R. - *Le Pape Inocent III et la France*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1992, p. 274.

²⁸⁰ PL 215, 177.

²⁸¹ CHENEY, C. R. – *Pope Innocent III and England*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1976, p. 288; FOREVILLE, R. - *Le Pape Inocent III et la France*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1992, p. 274. Entre Junho e Agosto de 1203, o rei tinha conseguido obter de alguns dos mais poderosos senhores da França cartas seladas nas quais aconselhavam o rei Filipe a recusar a realização da paz ou de tréguas com o rei João de Inglaterra sob qualquer tipo de pressão papal. Para além disso, esses poderosos senhores apontaram que, no caso de qualquer tipo de coação ou de qualquer tipo de ameaça contra o rei, eles iriam incondicionalmente apoiar a posição real. Vd. nota 54 em CHENEY, C. R. – *Pope Innocent III and England*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1976, p. 288 e nota 9 em FOREVILLE, R. - *Le Pape Inocent III et la France*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1992, p. 274.

senhores franceses reunidos em Mantes²⁸². O papa na carta dirigida ao rei de França referiu que não tinha pretendido nem tinha tido a intenção de usurpar o poder, ou de lesar algum direito feudal. Para além disso, apontou que fazia parte da função papal escutar e analisar as disputas que se relacionavam com a salvação das partes. No seguimento da carta, o papa admoestou o rei de França a concluir a paz ou a realizar tréguas com o monarca Angevino. No caso de não o fazer, deveria submeter-se ao julgamento do núncio papal, o abade Geraldo de Casamari, e de Guilherme de Donjeon, que iriam escutar o caso, não como um assunto feudal, mas de pecado²⁸³. Entretanto, o núncio apostólico ia desenvolvendo esforços para concretizar uma trégua ou a paz entre as duas coroas. Em Abril de 1204, o papa Inocêncio III enviou ao seu legado novas instruções para a disputa, e juntamente com essa carta o papa enviou uma solene encíclica dirigida aos Arcebispos e aos Bispos de França: a “Novit ille”.

Depois de desenvolvida uma breve análise do «background» político e histórico em que se inscreve e surge a «Novit», procuremos agora mergulhar numa compreensão do seu significado e do seu alcance. Esta importante decretal inscreve-se na problemática da relação entre os poderes, e sobretudo no problema da intervenção do poder papal em assuntos claramente seculares, em assuntos de feudo. Apresenta-se como uma resposta mais ampla, profunda e sistemática aos mesmos problemas que a carta enviada em 31 de Outubro de 1203 ao rei de França.

O papa Inocêncio III começou por demonstrar o seu direito de intervir na disputa entre as duas coroas citando um passo de Mateus relacionado com a correcção fraterna (Mt 18,17). Esta citação evangélica faz-nos mergulhar no contexto do apelo apresentado pelo rei de Inglaterra ao papa contra Filipe Augusto, rei de França, apelo esse que se relacionava com a quebra de tratados e de juramentos relacionados com a posse de terras, e também, pelo facto de estar pouco disposto a escutar os pedidos de justiça de João.

O papa, na decretal, refere que o rei de Inglaterra tinha apresentado as injúrias e os actos pecaminosos realizados contra ele pelo rei de França, e que de acordo com o espírito evangélico, tinha acolhido e escutado as suas suplicas. Com isto, o papa apresenta o motivo da sua intervenção: “ Nós não desejamos julgar num caso de lei feudal que pertence ao rei (...) mas julgar sobre o pecado, cuja censura sem dúvida nos pertence, e a qual podemos e

²⁸² PL 215, 175-184.

²⁸³ PL 215, 180; CHENEY, C. R. – *Pope Innocent III and England*. Anton Hiersemann, Stuttgart, 1976, pp. 288-289; FOREVILLE, R. - *Le Pape Inocent III et la France*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1992, p. 274; MACCARRONE, M. - *Chiesa e Stato nella Dottrina di Papa Innocenzo III*. Roma: Lateranum, Facultas Theologica Pontificii Athenaei Lateranensis. 1940, pp. 111-112.

devemos exercer sobre quem quer que seja”²⁸⁴. Este argumento do papa Inocêncio III refere-se substancialmente à interpretação da «Duo Sunt» realizada por Huggucio de Pisa. Para este canonista a «Duo Sunt», contrariamente à visão tradicional, apontava que o papa tinha jurisdição sobre o imperador em termos espirituais, no entanto, o imperador não tinha qualquer jurisdição sobre o papa em termos temporais. Deste modo, se um imperador tivesse lesado alguém ou tivesse cometido alguma injustiça, o papa tinha toda a legitimidade de ser juiz do próprio imperador e compeli-lo através de uma censura eclesiástica²⁸⁵. O imperador era assim “quodam modo” sujeito ao papa em termos temporais²⁸⁶. A interpretação do passo continua afirmando que os pecadores deveriam ser denunciados à igreja e que o papa tinha jurisdição para compelir o acusado a responder perante si. Esta afirmação de Huguccio refere-se claramente à ideia de que se um governante errante se não submetesse ao julgamento de outros, o papa como “iudex superior” afirmaria o seu direito de o julgar. Deste modo, na sua interpretação da «Duo sunt» encontramos, de certo modo, a formulação da lógica da «ratione peccati» em procedimentos de denúncia²⁸⁷.

Será que deveremos entender o argumento do papa Inocêncio III como uma mera adopção da visão e da interpretação daquele que a tradição refere ser o seu mestre²⁸⁸ ou será que o

²⁸⁴ X II,1,13 “Sed quum Dominus dicat in evangelio: “si peccaverit in te frater tuus, vade et corripere eum inter te et ipsum solum. Si te audierit, lucratus eris fratrem tuum; si te *autem* non audierit, adhibe tecum *adhuc* unum vel duos, ut in ore duorum vel trium testium stet omne verbum. Quod si non audierit *eos*, dic ecclesiae; si autem ecclesiam non audierit, sit tibi sicut ethnicus et publicanus,” et rex Angliae, *sicut asserit*, sit paratus sufficienter ostendere, quod rex Francorum peccat in ipsum, et ipse circa eum in correctione processit secundum regulam evangelicam, et tandem, quia nullo modo profecit, dixit ecclesiae: quomodo nos, qui sumus ad regimen universalis ecclesiae suprema dispositione vocati, mandatum divinum possumus non exaudire, ut non procedamus secundum formam ipsius, nisi forsitan ipse coram nobis vel legato nostro sufficientem in contrarium rationem ostendat? Non enim intendimus iudicare de feudo, cuius ad ipsum spectat iudicium, nisi forte iuri communi per speciale privilegium vel contrariam consuetudinem aliquid sit detractum, sed decernere de peccato, cuius ad nos pertinet sine dubitatione censura, quam in quemlibet exercere possumus et debemus.”

²⁸⁵ WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 16; MOCHI ONORY, S. – *Fonti canonistiche dell’ idea moderna dello stato (imperium spirituale – iurisdictio divisa – sovranità)*. Milano: Pubblicazioni dell’Università Cattolica del Sacro Cuore, Società Editrice «Vita e Pensiero». 1951, pp. 153-154.

²⁸⁶ Huggucio: “Subiectas: in spiritualibus et quodam modo in temporalibus” D.96 c.11 (Lincoln Cath. MS 2, fol. 172^{vab}), citado em WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 17; vd. o mesmo texto em MOCHI ONORY, S. – *Fonti canonistiche dell’ idea moderna dello stato (imperium spirituale – iurisdictio divisa – sovranità)*. Milano: Pubblicazioni dell’Università Cattolica del Sacro Cuore, Società Editrice «Vita e Pensiero». 1951, p. 154 (nota 1).

²⁸⁷ Huggucio: “Nosti itaque...te pendere iudicio: quo ad spiritualia et secularibus etiam, papa imperatorem iudicare si alterius iudicium subire nolit; nonne dictum est de quolibet nolente satisfacere, “dic ecclesie” (Matt. 18,17)? Nonne tunc ecclesie cogit imperatorem ut satisfaciatur ei quam lesit vel restituat quod male abstulit vel penitentia non debet dari quia inutilis est, ut xviii.q.vi.c.i?” D.96 c.10 (Duo) (Lincoln Cath. MS 2, fol. 172^{rb}) citado em WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 17.

²⁸⁸ A tradição e a maior parte dos estudiosos apontam que Inocêncio III teria estudado cânones em Bolonha, e que certamente teria tido Huguccio como seu mestre. PENNINGTON, K. – „The Legal Education of Innocent III”. In: *Bulletin of Medieval Canon Law*, n. 4. Berkeley: Institute of Medieval Canon Law. 1974. pp. 70-77. Este artigo surge reimpresso em PENNINGTON, K. – *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550. The Legal Education*

pensamento do papa abre novos caminhos e novas formas de conceber a intervenção papal em assuntos temporais? Para conseguirmos responder a estas perguntas parece-nos necessário continuar a desenvolver a análise da Novit. O papa tinha apontado que a sua intervenção nos assuntos entre as duas coroas não se relacionava com o direito de julgar em assuntos de feudo, mas em assuntos relacionados com o pecado, pois pertencia à sua jurisdição.

O papa, na parte seguinte, vai procurar demonstrar e desenvolver o argumento, a partir de bases não teológicas, de que tal intervenção papal em assuntos relacionados com o pecado fazia parte da jurisdição da igreja romana e do papa.

O primeiro texto a ser utilizado por Inocêncio III como base para o seu argumento é uma referência ao discurso feito pelo Imperador Valentiano I em 374 aos eleitores de Milão antes da eleição de S. Ambrósio a metropolita. O passo citado por Inocêncio apresentava o ínclito Imperador Valentiano, pedindo aos bispos para «eleger na sé pontifical um homem a quem nós, que governamos o império, nos possamos sinceramente submeter e receber o seu mandamento como medicina, quando nós, como qualquer homem, pecarmos»²⁸⁹. Este texto de carácter eminentemente histórico surge na mais importante colecção canónica do século XII: o “Decretum” de Graciano²⁹⁰.

No seu esforço argumentativo para demonstrar que os casos de pecados eram assuntos que pertenciam inteiramente à jurisdição da sé apostólica, o papa Inocêncio III apresentou um decreto do imperador Teodósio, mais tarde confirmado pelo Imperador Carlos Magno. Este decreto imperial concedia a permissão aos tribunais civis de recorrerem aos bispos, concedia

of Innocent III. Hampshire: Aldershot. 1993, pp. 1-10. Neste artigo, Pennington apontou que não existem qualquer tipo de evidências de possam justificar que o papa tenha estudado cânones sob o grande canonista Hugucio. As conclusões de Pennington foram desafiadas e atacadas por W. Inkamp em IMKAMP, W. – *Das Kirchenbild Innocenz III (1198-1216)*. Pápste und Papsttum 22. Stuttgart: Anton Hiesermann. 1983, p. 38-46. No entanto, Pennington, no artigo «Further Thoughts on Pope Innocent’s Knowledge of Law», em PENNINGTON, K. - “Further Thoughts on Pope Innocent’s Knowledge of Law”. *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550*. Hampshire: Aldershot. 1993, pp. 1-14, defendeu de um modo profundamente persuasivo a sua tese. Concordamos com a tese de Pennington.

²⁸⁹ X. II, 17, 13 “Non igitur iniuriosum sibi debet regia dignitas reputare, si super hoc apostolico iudicio se committat, quum Valentinianus inclitus imperator suffraganeis Mediolanensis ecclesiae dixisse legatur: “Talem in pontificali sede constituere procuretis, cui et nos, qui gubernamus imperium, sincere nostra capita submittamus, et eius monita, quum tanquam homines deliquerimus, suscipiamus necessario velut medicamenta curantis”.

²⁹⁰ D. 63 C.3 “Valentinianus inperator ab oriente ad esperias partes (ut refert istoria ecclesiastica) mortuo Auxentio, Arrianae perfidiae magistro, qui Medialanensem ecclesiam ut lupus dilaniaverat, cum vellet catholicum, Deo ordinante, ibi consecrari episcopum, evocans episcopos hec eis locutus est: Nostis aperte, eruditi divinis eloquiis, qualem oporteat, esse pontificem, et quia non decet eum verbo solo, sed etiam conversacione gubernare subjectos, et totius sometipsum imitatore[m] virtutis ostendere, testemque doctrinae conversacionem bonam habere. *Talem itaque in pontificali constituite sede, cui et nos, qui gubernamus imperium, sincere nostra capita submittamus et eius monita, dum tanquam homines delinquimus necessario veluti curantis medicamina suscipiamus*. Hec autem, cum dixisset imperator, petiit sinodus, ut magis ipse discerneret sapiens et pius existens”.

competência aos tribunais eclesiásticos para julgar e dirimir causas e assuntos de carácter eminentemente seculares e civis²⁹¹. Novamente, tal como acontecia no caso do discurso do imperador Valentiano, encontramos este decreto do imperador Teodósio no *Decretum* de Graciano²⁹². Este esforço do papa de procurar elaborar o seu argumento a partir de textos retirados do *Decretum* de Graciano, é bastante revelador e de muito interesse. O *Decretum* de Graciano tinha nascido de um esforço de codificação e harmonização de toda a tradição canónica e da autoridade dos cânones num sistema unitário e intelectualmente consistente. Nesta obra gigantesca, Graciano inclui decretais dos papas, cânones dos concílios ecuménicos e concílios locais, decretos imperiais, uma imensidão de textos dos padres da igreja, leis do direito romano, e mesmo citações do antigo e novo testamento. O *Decretum* de Graciano representava um verdadeiro “corpus” de “auctoritates” do direito canónico. O papa, ao elaborar o seu argumento a partir de textos retirados do *Decretum*, não pretendia apenas demonstrar, através de exemplos famosos, que o pecado era um assunto que pertencia à jurisdição da igreja romana, mas conceder à tal reivindicação papal um valor muito mais amplo e muito mais profundo. O papa pretendia, com isto, demonstrar que a sua reivindicação era totalmente fundamentada na autoridade da tradição canónica. Para além disso, a referência àquele que era então em termos de direito canónico considerado o «*liber auctoritatum*» concedia à reivindicação papal um valor legal, perfeitamente claro. Não deixa de ser interessante apontar o valor mais prático da utilização das referências ao *Decretum*, e sobretudo a referência aos decretos e discursos imperiais. Certamente que se pode ver nisto um esforço para demonstrar que os imperadores, e o imperador Carlos Magno, predecessor de Filipe Augusto, tinham admitido que o pecado era um assunto do julgamento apostólico, que fazia parte da jurisdição papal.

No entanto, o papa não se contenta em basear toda a argumentação no direito canónico e nos decretos imperiais, de modo que vai procurar basear, desenvolver e aprofundar o seu

²⁹¹X II, 17, 13 “Nec sic illud humillimum omittamus, quod Theodosius statuit imperator, et Carolus, innovavit, de cuius genere rex ipse noscitur descendisse: “Quicumque videlicet litem habens, sive petitor fuerit sive reus, sive in initio litis vel decursis temporum curriculis, sive quum negotium peroratur, sive quum iam coeperit promi sententia, si iudicium elegerit sacrosanctae sedis antistitis, illico sine aliqua dubitatione, etiamsi pars alia refragetur, ad episcoporum iudicium cum sermone litigantium dirigatur”

²⁹²C XI Q I C XXXV “ Quicumque litem habens, sive petitor fuerit, vel in initio litis vel decursis temporis curriculis, sive cum negotium peroratur, sive cum iam ceperi promeri sententia, si iudicium elegerit sacrosanctae legis antistitis, illico sine aliqua dubitatione, etiamsi alia pars refragatur, ad episcoporum iudicium cum sermone litigantium dirigatur” Para a referência à confirmação de Carlos Magno vd. C XI Q I C XXXVI – XXXVII: “Gratian. Hec si quis antiquata contendat, quia in Iustiniani non inveniatur inserta, per Karolum renovata cognoscat, qui in suis Capitularibus [L. VI c.281] ait inter ceteri: volumus atque precipimus, ut omnes nostrae ditiones subjecti, tam Romani quam Franci, Alemanni, Bawari, Saxones, Toringi, Fresones, Galli, Burgundiones, Britones, Longobardi, Guascone, Beneventani, Gothi, Hispani, ceterique...”

argumento e as suas reivindicações sobre a “*divinae legi*”, ou seja, sobre os textos da escritura²⁹³. Este aprofundamento está relacionado com o desenvolvimento de um princípio que já estava englobado nas reivindicações e nos argumentos até agora apresentados e que completa a doutrina papal da «*ratio peccati*». “Nenhum homem de mente sã ignora que é nosso dever corrigir qualquer cristão de qualquer pecado mortal, e se esse desprezar a correcção, deve ser constrangido através de sanções eclesiásticas. As páginas do antigo e do novo testamento atestam que podemos e devemos-lo repreender”²⁹⁴. Ao contemplarmos este ultimo texto – sobretudo a ultima frase – poderemos com toda a naturalidade ficar com a impressão de que todo o manancial de citações do antigo e novo testamento apenas têm a função de corroborar o princípio apresentado. No entanto, devemos ter o cuidado de perceber que esta sequência de textos representa verdadeiramente um esforço argumentativo por parte do papa para demonstrar, clarificar e expandir o valor da intervenção papal, bem como para clarificar a amplitude do ofício papal. Os textos apresentados pelo pontífice até à citação do texto do apóstolo S. Paulo – 2 Timóteo 4,2 – referem e insistem sobre a noção de que o papa detém por completo o poder de admoestar e de repreender os “inquietos”, ou seja, os que são insubmissos²⁹⁵. Certamente, nada de novo em relação ao que se encontrava atrás. No entanto, o papa, logo em seguida, faz referência a dois textos cuja importância no seu pensamento é bastante considerável: Jer. 1,10 e Mt.16,19. Estas citações representavam um dos mais importantes e fundamentais argumentos bíblicos utilizados pelo papa Inocêncio III para demonstrar e estabelecer a proeminência do papado. Como deveremos entender e interpretar estes textos? Qual o seu papel na definição do poder papal e na definição do ofício papal? Para uma compreensão mais profunda destes problemas, torna-se necessário realizar uma análise do valor e do alcance destes textos, especialmente da citação de Jeremias: “Vê! Eu te constituo neste dia, sobre as nações e sobre os reinos, para arrancar e para destruir, para exterminar e para demolir, para construir e para plantar”. Este texto, embora tivesse uma longa história no seio da literatura eclesiástica, tornou-se proeminente nas cartas papais²⁹⁶ e

²⁹³ X II, 17,13 “Quum enim non humanae constitutioni, sed divinae *legi* potius innitatur, quia potestas nostra non est ex homine, sed ex Deo”.

²⁹⁴ X II, 17, 13 “nullus, qui sit sanae mentis, ignorat, quin ad officium nostrum spectet de quocunque mortali peccato corripere quemlibet Christianum, et, si correctionem contempserit, *ipsum* per distractionem ecclesiasticam coercere. Quod enim debeamus corripere ac possimus, ex utraque patet pagina testamenti”

²⁹⁵ X II, 17, 13 “quum clamet Dominus per Prophetam: “Clama, ne cesses, quasi tuba exalta vocem tuam, et annuncia populo meo scelera eorum,” et subiungat ibidem: “Nisi annunciaveris impio impietatem suam, ipse in iniquitate, quam operatus est, morietur; sanguinem autem eius de manu tua requiram.” Apostolus quoque nos monet corripere inquietos, et alibi dicit idem: “Argue, obsecra, increpa in omni patientia et doctrina.”

²⁹⁶ Gregorii VII Registrum, II, 68 “ Quam ob rem fraternitati tue apostolica auctoritate iniungimus atque precipimus, ut ad castitatem clericorum predicandam et et studiosius inculcandam bucina sacerdotali vehementius et instantius instrepas, donec Iericho muros, id est defectionis opera et sordide libidinis pollutiones,

nos escritos dos reformadores gregorianos. Este texto era então utilizado para sublinhar a tarefa pastoral concedida e incumbida a todos os prelados da igreja, que se deviam esforçar por arrancar os vícios que se espalhavam através das suas dioceses, e para semearem e plantarem a virtude.

Os papas do século XII começaram a utilizar a passagem como expressão da missão pastoral do papado na igreja. Encontramos interpretações bastante semelhantes em autores como Gerhoh de Reichenberg²⁹⁷ e S. Bernardo. Certamente, como aponta Watt, era de facto natural que o curso do processo de interpretação do texto, sobretudo neste contexto pastoral do papado, começasse a ser relacionado e associado com os textos fundamentais da noção primacial, com os textos petrinus, surgindo como uma espécie de antecedente da missão pastoral²⁹⁸. Para além disso, a própria linguagem da passagem de Jeremias tornou-a particularmente apta para exprimir e reivindicar o direito papal de exercer o seu poder sobre a cristandade e especialmente sobre os governantes seculares.

O papa Inocêncio III na sua interpretação da passagem de Jeremias, e sobretudo, na sua associação com os textos petrinus, adoptou a noção de que o texto exprimia primazia e poder sobre os governantes.

Poderemos inferir disto que o papa entendia que detinha um poder absoluto sobre a cristandade e sobre os governantes?

Para o papa Inocêncio III, o texto de Jeremias prefigurava o governo papal que tinha sido concedido e confirmado a Pedro. Pedro era como uma rocha sobre a qual se erguia a Igreja, prefigurando o poder e o cuidado sobre as almas. Tinha-lhe sido concedido o poder de “ligar” e “desligar”. Deste modo, esta associação entre os textos feita pelo papa, indica e revela uma combinação do poder e do aspecto pastoral no ofício papal. No exercício do ofício papal, esta combinação significava claramente a ligação entre o cuidado pela salvação das almas, das suas ovelhas, ou seja, o aspecto pastoral do papa, com o poder judicial do papa e o poder de coação²⁹⁹. Estas duas realidades são inseparáveis e fazem parte integrante do ofício papal.

dissipes et subvertas sicut ad prophetam: *Posui te hodie super gentes et super regna, ut ovellas et destruas et dispersas et dissipes et edifies et plantes*”; vd. também Registrum V, 2 e VI, 12, ed. E. Caspar, MGH, Epp.

²⁹⁷ MGH, SS, “Libelli de Lite”, “ex comentario in psalmos”, “(In psalmo LXIII)”, p. 468.

²⁹⁸ WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p.40.

²⁹⁹ Para uma análise mais completa do que foi dito acerca do ofício papal vd. WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, pp. 40-41 e CANNING, J. - “Power and Pastor: A Reassessment of Innocent III’s Contribution to Political Ideas”. In: *Pope Innocent III and His World*. Hampshire: Hofstra University, Ashgate. Aldershot, pp. 245-253, 249.

A decretal que estamos a analisar espelha estas ideias com uma clareza assombrosa. Como vimos os textos das escrituras até à citação da passagem da carta a Timóteo, apontavam e insistiam sobre a noção que o papa tinha o poder de admoestar e repreender os insubmissos. No entanto, estas duas passagens – Jer. 1, 10, e Mt. 16,19 – vão demonstrar e justificar o poder de coação e de exercer o seu poder judicial e jurisdicional sobre o pecador³⁰⁰. Este poder judicial e de coação, como refere logo em seguida o papa, é para ser exercido sobre todos os homens, todas as ovelhas e toda a cristandade, incluindo-se naturalmente todos os governantes seculares³⁰¹. No entanto, o objectivo de tal coerção e de tal intervenção permanece eminentemente pastoral: “Nós podemos proceder deste modo contra qualquer pecado criminal, para chamar o pecador do vício para a virtude, do erro para a verdade, especialmente quando se trata de um pecado contra a paz, que é o vínculo da caridade”³⁰².

Poder-se-ia afirmar que a reivindicação papal de intervir em qualquer pecado criminal tem implicações demasiadamente amplas; no entanto, no contexto da decretal, relaciona-se com as injúrias e com os pecados realizados por Filipe Augusto contra o rei de Inglaterra, e sobretudo, com a quebra de juramentos e com a declaração de guerra. É sobre esta base que o papa reivindica a sua intervenção na questão, e reivindica o seu papel de arbitragem na disputa entre as duas coroas. O quebrar dos juramentos e o subsequente brotar do clima de guerra e de discórdia representava claramente um “pecado contra a paz”, e por consequência, o quebrar do “vínculo da caridade”, que pertencia claramente ao domínio da igreja³⁰³. Deste

³⁰⁰ X II, 17,13 “Quod autem possimus et debeamus etiam coercere, patet ex eo, quod inquit Dominus ad Prophetam, qui fuit de sacerdotibus Anathot: “*Ecce constitui te super gentes et regna, ut evellas et destruas, et dissipas, et aedifices, et plantes.*” Constat vero, quod evellendum, destruendum et dissipandum est omne mortale peccatum. Praeterea quum Dominus claves regni coelorum B. Petro tradidit, dixit ei: “*Quodcunque ligaveris super terram, erit ligatum et in coelis, et quodcunque solveris super terram, erit solutum et in coelis.*” Verum nullus dubitat, quin omnis mortaliter peccans apud Deum sit ligatus. Ut ergo Petrus divinum iudicium imitetur, ligare debet in terris quos ligatos esse constat in coelis”.

³⁰¹ X II, 17,13 “Sed forsitan dicetur, quod aliter cum regibus, et aliter cum aliis est agendum. Ceterum scriptum novimus in lege divina: “*Ita magnum iudicabis, ut parvum, nec erit apud te acceptio personarum,*” quam B. Iacobus intervenire testatur, “*si dixeris ei, qui indutus est veste praeclara, tu sede hic bene; pauperi autem, tu sta illic, aut sede sub scabello pedum meorum.*”

³⁰² X II, 17,13 “Licet autem hoc modo procedere valeamus super quolibet criminali peccato, ut peccatorem revocemus a vitio ad virtutem, ab errore ad veritatem, praecipue *tamen* quum contra pacem peccatur, quae est vinculum caritatis”. Vd, Ef.4,3.

³⁰³ X II, 17,13 “Postremo quum inter reges ipsos reformata fuerint pacis foedera, et utrinque praestito proprio iuramento firmata, quae tamen usque ad tempus praetaxatum servata non fuerint, numquid non poterimus de iuramenti religione cognoscere, quod ad iudicium ecclesiae non est dubium pertinere, ut rupta pacis foedera reformentur?”; vd. WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 41. Esta ideia surge em Laurentius Hispanus, “Ad ecclesiam enim spectat servare pacem, et facere servari” glosa ao tít. De judiciis, c. novit, s.v. “pacem” in Comp. III, fol. 131 verso de D 4, cit. In ULLMANN, W. – *Medieval Papalism: The political theories of the medieval canonists*. London: Methuen & Co. Ltd. 1949, p. 102; existe uma glosa semelhante no seu discípulo Tancredo, vd. Comp III ad 2.1.2 s.v. contra pacem (Durham Cath. MS C.III.4 fol.131^v) cit. In WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 41.

modo, a afirmação e a reivindicação que o papa faz para intervir “ratione peccati” não é senão a clara afirmação do seu ofício papal e do aspecto eminentemente pastoral do mesmo. Com isto podemos apontar que não existe nesta decretal qualquer pretensão e qualquer reivindicação de uma supremacia política sobre o temporal ou qualquer pretensão de teor hierocrático. Certamente que se existisse nesta decretal algum traço de vontade de domínio por parte do papa, os canonistas que a glosaram teriam feito qualquer referência a esse facto, mas não existe tal interpretação. De facto, praticamente todos os canonistas acordavam não só em revelar o carácter indirecto da intervenção papal, mas também o seu carácter eminentemente espiritual. Á linha melódica da afirmação do papa Inocêncio III “non intendimus iudicare de feudo, cuius ad ipsum (regem) spectat iudicium, sed decernere de peccato, cuius ad nos pertinet sine dubitatione censura, quam in quemlibet exercere possumus et debemus – Nós não desejamos julgar num caso de lei feudal que pertence ao rei, mas julgar sobre o pecado, cuja censura sem dúvida nos pertence, e a qual podemos e devemos exercer sobre quem quer que seja” imediatamente responderam os canonistas com um intrincado contraponto musical, e com um coro de comentários³⁰⁴. Esta distinção deu origem à visão de que o papa tinha jurisdição directa sobre o pecado e através desta jurisdição, influência indirecta nos assuntos seculares em que se encontrava mergulhado. Deste modo, o poder do papa e a sua jurisdição directa sobre o pecado, tinham necessariamente um efeito indirecto nos assuntos temporais³⁰⁵.

³⁰⁴ Acerca desta ligação entre os canonistas e o papado vd. PENNINGTON, K. - *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984, pp.13 e ss; PENNINGTON, K. - “The Making of a Decretal Collection: The Genesis of *Compilatio tertia*”. In: *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550*. Hampshire: Aldershot. c.VIII. 1993.

³⁰⁵ Vincentius Hispanus na sua glosa às palavras do papa Inocêncio III afirmou: “*Directe, sed indirecte cognoscendo an peccet, et inducendo ad poenitentiam...et ita per consequentiam feudum restituat*” ad Comp.III, De iudiciis, c. novit ille, s.v. “Judicare de feudo”, fol. 131 de D.4. cit. em ULLMANN, W. – *Medieval Papalism: The political theories of the medieval canonists*. London: Methuen & Co. Ltd. 1949, p. 105; Johannes Galensis “*directe, sed tamen ratione peccati et inducendo ad penitentiam, ut VI. q.I. Illi. qui, et XXII.q.I. Predicandum, XXIII.q.III. Ecce, et sic per consequentiam coget restituere feudum, ut XIII.q.VI*” glosa ad c.3 Novit, Comp.III.2,1 v. iudicare de feudo, cit. em MOCHI ONORY, S. - *Fonti canonistiche dell’ idea moderna dello stato (imperium spirituale – iurisdictio divisa – sovranità)*. Milano: Pubblicazioni dell’Università Cattolica del Sacro Cuore, Società Editrice «Vita e Pensiero». 1951, p. 206; Johannes Teutonicus “*non enim intendimus iudicare de feudo: directe sed tantum ratione peccati et inducendo ad penitentiam ut VI. q.I. Illi. qui, et XXII.q.I. Predicandum, XXIII.q.III Ecce, et sic per consequentiam coget restituere feudum, ut XIII.q.VI. Si res aliena. Io*” (sigla de Johannes), ad Comp.III 2.1.2 (B.M.MS Roy.11.C.VIII, fol. 142) cit. em WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 53; Bernardus Parmensis: “*Tantum ratione peccati...et sic per consequentiam cogit (scilicet papa) restituere feudum*” cit. em ULLMANN, W. – *Medieval Papalism: The political theories of the medieval canonists*. London: Methuen & Co. Ltd. 1949, p. 105; Existe também uma glosa atribuída a Tancredo que reproduz praticamente as mesmas ideias: “*processit: scilicet amonendo ipsum directe set tamen ratione peccati et inducendo ad penitentiam ipsum, ut VI. q.I. Illi. qui, et XXII.q.I. Predicandum, XXIII.q.III Ecce, et sic per consequentiam coget restituere feudum, ut XIII.q.VI. Si res*” (Durham Cath. Ms C.III.4, fol.130^{vb}), cit. em WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 53. Para a análise das interpretações dos Canonistas acerca da decretal Novit vd. MOCHI ONORY, S. - *Fonti canonistiche dell’ idea moderna dello stato (imperium spirituale –*

A doutrina que o papa expõe na Novit define a natureza espiritual da intervenção papal no temporal, a intervenção papal em assunto seculares «ratione peccati» permanece inteiramente dentro dos limites da sua competência espiritual. Esta opinião é afirmada e corroborada por vários estudiosos actuais: Entre os quais surgem nomes importantes e sonantes nos estudos sobre o papa Inocência III e sobre o problema da relação entre o estado e a igreja como Maccarrone³⁰⁶, Tillmann³⁰⁷, Mochi Onory, Stickler, entre outros.

iurisdictio divisa – sovranità). Milano: Pubblicazioni dell'Università Cattolica del Sacro Cuore, Società Editrice «Vita e Pensiero». 1951, pp. 205-206 e também WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 52-53.

³⁰⁶ MACCARRONE, M. - *Chiesa e Stato nella Dottrina di Papa Innocenzo III*. Roma: Lateranum, Facultas Theologica Pontificii Athenaei Lateranensis. 1940, p.111-118. “Prisciendendo dalle possibili applicazioni del principio esposto, dobbiamo riconoscere che la dottrina che Inn. espone nella decretale definisce, con una precisione teologica perfetta, la natura spirituale dell'intervento del papa nel temporale e rimane in tale campo. Anche il diritto che il papa difende di fronte ai vescovi di Francia, cioè di scomunicare il re se egli non accetta la composizione dal pontifice (seguendo le parole del Vangelo, dichiara che ritterà come etnico e publicano il sovrano, se non ascolta la correzione della Chiesa) fa vedere che Inn. si mantiene nel terreno proprio dell'autorità spirituale”, MACCARRONE, M. - *Chiesa e Stato nella Dottrina di Papa Innocenzo III*. Roma: Lateranum, Facultas Theologica Pontificii Athenaei Lateranensis. 1940, p. 117. “ La nostra esposizione fa vedere come sia inesato questo giudizio (refere-se à leitura Hierocrática de Arquillière): l'autore vede più l'applicazione che poteva essere fatta, nella pratica, del principio della «ratio peccati», che il valore teorico della dottrina di Inn. Il principio, che il nostro pontifice espone, si mantiene nel campo spirituale, e non afferma un diritto teorico del papa sul temporale come diceva la teoria delle due spade o del Vittorino”, Id., Ibid., p. 118.

³⁰⁷ TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam, 1980.

Capítulo III

A questão imperial e a “Venerabilem”

Pretende-se neste capítulo desenvolver uma análise da afirmação das doutrinas e das concepções do papa Inocêncio III na relação com o império.

A análise das acusações e dos argumentos desenvolvidos pelos príncipes imperiais no protesto de Bamberg – O incidente de Besançon ou a chave para a compreensão das divergências doutrinárias acerca da origem da dignidade e do poder do império – A “Venerabilem” – O reconhecimento dos direitos dos príncipes eleitores – A doutrina da “*Translatio imperii*” e o problema da origem do império – O “direito de examinação” –

Em finais de Março de 1202, o papa enviou uma carta dirigida a Bertold, duque de Zähringen, em que apresentava os seus argumentos em relação ao problema da sua intervenção na disputa pela coroa imperial. As circunstâncias que conduziram ao seu envio são demasiado conhecidas e já foram apresentadas neste trabalho, pelo que não se justifica a necessidade de desenvolver uma análise detalhada. Apesar disso, e antes de mergulharmos na análise da decretal e do seu valor, parece-nos de interesse apresentar um breve esboço para contextualização.

Em Julho de 1201, Guido, cardeal bispo de Palestrina, exercendo as funções de legado papal, precedeu à enunciação e à publicação da decisão papal em relação à disputa pela coroa imperial. Depois das garantias dadas em Neuss, a decisão papal recaía sobre Otto de Brunswick.

Muitos príncipes alemães, entre os quais se encontravam partidários da facção Welf, consideraram esta intervenção profundamente perigosa para os direitos dos eleitores e uma ameaça para a independência da Alemanha.

Em 8 de Setembro de 1201, o partido Hohenstaufen reunido em assembleia em Bamberg elaborou um protesto contra a intervenção papal na questão da eleição imperial e contra a invasão realizada pelo papa dos direitos dos eleitores.

Em Março de 1202, chegou à cúria romana uma legação composta por dois príncipes imperiais – o Arcebispo de Salzbourg e o Margrave de Ostmark – e pelo Abade de Salem, encarregues de entregar ao papa o documento elaborado pelos príncipes Hohenstaufen.

A decretal “Venerabilem” surge como uma resposta às acusações lançadas pelo partido Hohenstaufen contra a intervenção realizada pelo papa na eleição alemã.

Pensamos ser de interesse para uma maior e mais profunda compreensão do valor e do alcance desta decretal, procurar desenvolver uma análise das acusações e dos argumentos desenvolvidos pelo partido Hohenstaufen no Protesto de Bamberg. Neste documento, os príncipes repudiaram por completo a intervenção realizada pelo papa na eleição imperial como sendo sem qualquer precedentes: “Onde leste, Ó sumo pontífice, onde ouviste, Santo Padre, Cardeais da igreja universal, que os vossos antecessores ou os seus legados se envolveram nas eleições dos reis dos romanos, de modo a agirem como eleitores, ou fazerem um exame como se fossem juízes da eleição?”³⁰⁸.

Este argumento contra a reivindicação e contra a possibilidade papal de intervir na eleição imperial é realçado pela referência ao privilégio que Henrique II tinha concedido à igreja romana em 1020, no qual cedia o poder de intervenção nas eleições papais, mantendo apenas o direito de confirmação da escolha. Esta referência ilustra de modo bastante claro uma das linhas de força do pensamento dos príncipes Hohenstaufen: Como poderia ser permitido ao papa intervir na disputa sobre o trono, como poderia afirmar um direito que nunca tinha tido, quando os imperadores renunciaram aos seus legítimos poderes de participar na eleição dos papas?³⁰⁹. Dentro desta linha de argumentação, os príncipes imperiais vão atacar as acções realizadas pelo legado papal

³⁰⁸ RNI 61 “Ubinam legistis, o summi pontífices, ubi audistis, sancti patres, totius ecclesie cardinales, antecessores vestros vel eorum missos Romanorum regum se electionibus immiscuisse sic, ut vel electorum personam gererent vel ut cognitores electionis vires trutinarent?”.

³⁰⁹ Ibid, “In Romanorum enim electione pontificum hoc erat imperiali diademati reservatum ut eam Romanorum imperatoris auctoritate non accomodata ullatenus fieri non liceret. Imperialis vero munificentia, qua cultum Dei semper ampliare studuit et eius ecclesiam privilegiorum specialitate decorare curavit, hunc honoris titulum Dei ecclesie reverenter remisit; quod constitio primi Henr(ici) evidenter explanat, cuius series hec est: «Ut nullus missorum nostrorum cuiuscumque impeditionis argumentum in electione Romani pontificis componere audeat omnino prohibemus». Si laicalis simplicitas bonum quod de iure habuit reverenter contempsit, sanctitas pontificalis ad bonum quod nunquam habuit, quomodo manum ponit?”.

em Julho de 1201, já que do seu ponto de vista interveio na eleição do rei romano, agindo contra todos os direitos e contra todas as leis³¹⁰.

A acção do legado papal, foi portanto, interpretada pelos príncipes Hohenstaufen como uma perigosa ameaça à independência do império e, sobretudo, como uma clara invasão dos direitos dos eleitores.

No Protesto de Bamberg, os príncipes imperiais acusam o bispo de Palestrina – o legado papal – de se ter envolvido na eleição do rei romano como eleitor ou como juiz da eleição. Esta acusação, lançada pelos príncipes imperiais, representa um dos pontos mais importantes e fundamentais do documento. A acção e a interferência do legado papal, foram considerados um ataque a um dos direitos fundamentais da estrutura política do império e do poder imperial. Esta é uma acusação que não se revela apenas como uma reivindicação ou como o reclamar da noção de que os reis romanos eram escolhidos pelos príncipes eleitores, mas aparece também como um verdadeiro grito de indignação – “cum dolore” – contra o ataque papal a essa coluna fundamental do poder imperial.

Os príncipes vão procurar demonstrar que o legado papal não tinha qualquer direito, nem qualquer possibilidade de intervir e se envolver na questão imperial como eleitor ou juiz. De facto, nunca um papa ou um legado papal se tinham envolvido na eleição de um imperador como eleitores e como juízes, por sua livre vontade. Do ponto de vista imperial, o papel e acção do papa na questão da eleição imperial, estava eminentemente relacionado com a concessão da coroa imperial ao rei dos romanos³¹¹. Como poderia o bispo de Palestrina – ou mesmo o papa – assumir e tomar o lugar de um eleitor? Como poderia apresentar a sua decisão, ultrapassando e desconsiderando um grande número de príncipes eleitores, sem que lhe tivesse sido concedido esse poder? Se o legado papal procurava reivindicar qualquer direito ou qualquer poder de se envolver ou de agir na questão imperial, como juiz, faltava-lhe a autoridade para agir como tal. Os príncipes imperiais apontam, de modo bastante claro, que no império e no direito alemão, não existia qualquer tipo de juiz ou competência superior capaz de decidir acerca da eleição

³¹⁰ RNI 61 “Cum ad Romani imperii simus ascripti titulum, eius iniuriam cogimur non tacere. Uobis ergo suprascriptorum principum cum dolore aperit universitas quod Prenestinus episcopus in Romanorum regis electione contra omnem iuris ordinem se ingressit”

³¹¹ MOORE, J. C. - Pope Innocent III (1160/61-1216): to root up and to Plant. Leiden/Boston: Brill. 2003, p. 64.

do rei romano, sendo apenas a vontade dos príncipes eleitores, responsável por tal decisão³¹²

Os príncipes do partido Hohenstaufen, no seu esforço de demonstrar que o legado papal e o papado não tinham qualquer direito de se envolver na eleição do rei romano, fazem referencia e apresentam noções de carácter eminentemente gelasiano. Cristo, mediador entre Deus e os homens, separou de tal maneira os dois poderes, que nem o poder eclesiástico nem o sacerdotal, poderiam interferir em assuntos seculares, e nem o poder secular ou temporal se poderia imiscuir em assuntos de carácter espiritual³¹³. Esta referência de carácter gelasiano representa uma citação de uma passagem de uma carta do papa Nicolau, dirigida em 865 ao imperador Bizantino, Miguel III, que surge em dois passos no *Decretum* de Graciano.³¹⁴ A referência a essa peça fundamental do

³¹² RNI 61 “Gerit enim vel personam electoris vel personam cognitoris. Si electoris, quomodo quesivit oportunitatem, qualiter arbitris absentibus mendacio veritatem et crimine virtutem mutaret? Quomodo enim ea pars principum quam numerus ampliat, quam dignitas effert, iniuste nimium est contempta? Et si cognitoris, hanc gestare non potuit. Romanorum enim regis electio, si in se scissa fuerit, non est superior iudex cuius ipsa sententia integranda, sed eligentium voluntate spontanea consuenda”. Vd. KEMPF, F. - *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, p. 50.

³¹³ RNI 61 “Mediator enim Dei et hominum, homo Christus Iesus, actibus propriis et dignitatibus distinctis, officia potestatis utriusque discrevit, ut et Deo militans minime se negotiis implicaret secularibus, ac vicissim non ille rebus divinis presidere videretur qui esset negotiis secularibus implicatus”.

³¹⁴ D.10 C.8 “Quoniam idem mediator Dei et hominum, homo Christus Iesus, actibus propriis et dignitatibus distinctis, officia potestatis utriusque discrevit, propria volens medicinali humilitate sursum efferri, non humana superbia rursus in inferno demergi, ut etiam Christiani imperatores pro eterna vita Pontificibus indigeret, et pontifices pro cursu temporalium tantummodo rerum imperialis legibus uterentur, quatinus spiritualis actio a carnalibus distaret incursibus, et Deo militans minime se negotiis implicaret secularibus, ac vicissim non ille rebus divinis presidere videretur, qui esset negotiis secularibus implicatus”. O texto da carta surge em PL 119, 960; vd. PILATI, Giovanni - *Chiesa e Stato nei primi quindici secoli*. Roma/Parigi/Tournai/New-York: Desclée & C. - Editori Pontifici. 1961, pp. 95-96. Para uma análise do contexto e do conteúdo da carta. Para uma análise do papel dos cânones “Quoniam” e “Cum ad Verum” nos canonistas vd. WATT, John A. - *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, pp. 18 e ss.; MOCHI ONORY, S. - *Fonti canonistiche dell' idea moderna dello stato (imperium spirituale – iurisdictio divisa – sovranità)*. Milano: Pubblicazioni dell'Università Cattolica del Sacro Cuore, Società Editrice «Vita e Pensiero». 1951, pp. 89 e ss. e 222-223; STICKLER, A. M. - “Sacerdozio e regno nelle nuove ricerche attorno ai secoli XII e XIII nei decretisti e decretalisti fino alle decretali di Gregorio IX”. Sacerdozio e regno di Gregorio VII a Bonifacio VIII. In: *Miscellanea Historiae Pontificiae* 18. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, p. 5. Estes canones de facto representavam os argumentos que negavam a derivação da espada imperial do papa, ou seja, na afirmação do princípio da separação dos

direito canónico, que é o *Decretum*, e a utilização de noções de carácter eminentemente gelasiano, revela-se um argumento bastante forte para demonstrar e negar qualquer possibilidade legal do papado intervir de modo decisivo na disputa pela coroa imperial³¹⁵. O documento do protesto de Bamberg termina, realçando, que os problemas relacionados com a questão da eleição do rei romano competem inteiramente aos príncipes eleitores.

Este documento, enviado pelos príncipes Hohenstaufen ao papa, não deve ser meramente interpretado como um grito de protesto contra a enunciação e publicação da decisão papal realizada pelo seu legado, nem como uma resposta profundamente agressiva contra a escolha papal de Otto de Brunswick. Uma interpretação deste teor não faria outra coisa senão esconder a complexidade da questão e impediria uma compreensão mais ampla e profunda do verdadeiro problema da intervenção papal na eleição do imperador. O protesto de Bamberg revela-se como uma nítida expressão e afirmação das tradicionais visões e concepções imperiais, que desde há muito vinham a ser desenvolvidas na Alemanha. Para além disso, este documento imperial, na sua absoluta e violenta tomada de posição, revela com uma clareza extraordinária os contrastes, os conflitos e querelas entre duas concepções, reivindicações legais e tradições completamente distintas³¹⁶. Deste modo, o protesto de Bamberg revela-se como um grito de protesto e de indignação das tradicionais concepções e reivindicações legais das forças imperiais, erguendo-se contra as concepções, reivindicações legais e direitos do papado em relação ao império. Estas relações complexas, tensas e, mesmo conflituosas entre o império e o papado tinham já uma longa história no seio do pensamento medieval, e na história da civilização medieval.

Um dos momentos particularmente importantes para o desenvolvimento destas tensões remonta ao século XI, com o surgimento do movimento da reforma, e sobretudo com o conflito e com a querela sobre as Investiduras³¹⁷. No entanto, para o problema que nos

dois ofícios e dos dois âmbitos negavam por completo a derivação do poder imperial do papa. É de facto muito interessante a utilização destes cânones por parte das forças imperiais.

³¹⁵ KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, p.50.

³¹⁶ Id., *ibid*, p.51.

³¹⁷ Existe uma ampla literatura sobre a querela das Investiduras e a reforma papal. Existe o clássico e sempre interessante estudo de FLICHE, A. - *La réforme grégorienne*. 3 vol., Louvain. 1924-1937. Podemos ainda consultar outros: TELLENBACH, G. - *Church, State and Christian Society at the time of the Investiture Contest*. Trad. R. F. Bennett. Oxford: Basil Blackwell. 1948; *Investiturstreit und*

interessa particularmente, ou seja, o conflito entre concepções e reivindicações legais, completamente distintas acerca do império e do direito do papado de intervir no império e na eleição imperial, existe um momento e um acontecimento particularmente importante e bastante elucidativo em relação a estes problemas. Este acontecimento ocorreu no ano de 1157, numa época em que à frente dos destinos do império se encontrava um imperador cuja visão do poder imperial e da noção do domínio imperial deixaria marcas incontornáveis na história política medieval: Frederico Barbarossa.

As relações entre o império e o papado desde 1122, ou seja, desde a concretização e a ratificação da Concordata de Worms³¹⁸, tinham-se mantido pacíficas, e de certo modo, poder-se-ia falar de uma aliança entre os dois poderes³¹⁹. Estas relações pacíficas, estas

Reichverfassung. Sigmaringen: Ed. J.Fleckenstein. 1973; BLUMENTHAL, Ute-Renate - *The Investiture Controversy: Church and Monarchy from the Ninth to the Twelfth Century*. University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1988; TELLENBACH, G. - *The Church in the Western Europe from the Tenth to the Early Twelfth Century*. New York: Cambridge University Press. 1993; MORRIS, C. - *The Papal Monarchy: The Western Church from 1050 to 1250*. New York: Oxford University Press. 1991; TIERNEY, B. - *The crisis of church and state, 1050-1300*. Englewood Cliffs. N. J., 1964. Podemos mencionar ainda uma interessante biografia acerca de Gregório VII: COWDREY, Herbert E. J. - *Pope Gregory VII: 1073-1085*. New York: Clarendon Press of Oxford University, 1998.

³¹⁸ Sobre a Concordata de Worms, o texto encontra-se em MGH, “Leges”, “Legum section IV, Constitutiones et acta publica imperatorum et regnum inde ab a. MCXCVIII usque a. MCCLXXII”, Const. I, pp. 159- 161; vd. CLASSEN, P. - “Das Wormser Konkordat in der deutschen Verfassungsgeschichte”. In: *Investiturtreit und Reichverfassung*. Sigmaringen: Ed. J.Fleckenstein. 1973, p. 413-422. Na concordata de Worms, o imperador Henrique V renunciava “a toda a investidura com o anel e o báculo” e concedia que existissem eleições canónicas e consagrações livres em todas as igrejas do império (“Ego Henricus Dei gratia Romanorum imperator augustus (...) omnem investituram per anulum et baculum, et concedo in omnibus ecclesiis, que in regno vel imperio meo sunt, canonicam fieri electionem et liberam consecrationem” p.159). Por sua vez, o papa Calixto II concedia que as eleições dos bispos e dos abades alemães fossem realizadas “na sua presença sem simonia e sem violência”. Para além disso, o papa concedeu ao monarca o poder de conferir o “regalia” ao eleito com o toque do seu cetro e poderia receber a homenagem do eleito (“Ego Calixtus episcopus servus servorum Dei (...) concedo, electiones episcoporum et abbatum Teutonicis regni, qui ad regnum pertinent, in praesentia tua fieri, absque simonia et aliqua violentia (...) Electus autem regalia per sceptrum a te recipiat et quae ex his iure tibi debet faciat.”p.160).

³¹⁹ MORRIS, C. - *The Papal Monarchy: The Western Church from 1050 to 1250*. New York: Oxford University Press. 1991, p. 181-188. O imperador Lotário III (1133-1137) tinha sido, de facto, um dos imperadores da Idade Média que mais se aproximava da imagem e da interpretação oficial do ofício imperial e do papel do imperador como “advocatus”, “patronus” e “defensor” da igreja romana e do papado. No entanto, não se deve interpretar este imperador como tendo sido subserviente ao papa ou como dependente do papado, cf., por exemplo, a interpretação HAMPE, K. - *Germany under the Salians and Hohenstaufen Emperors*. Oxford: Trad. R. Bennett. MHBf. 1973, pp. 124-125. Existiram no seu reinado muitos sinais e muitas acções que demonstram claramente que ele não era assim tão subserviente à igreja romana e ao papado como se poderia pensar, bem como existiram momentos bastante tensos nas relações entre o papado e o império. Encontramos exemplos bastante interessantes disso no privilégio papal de 1133 em que o imperador conseguiu restaurar o controlo real sobre a igreja e obteve a confirmação dos seus direitos sobre a igreja alemã (vd. MGH, “Leges”, “Legum section IV, Constitutiones et acta publica imperatorum et regnum inde ab a. MCXCVIII usque a. MCCLXXII”, pp.168-169), como também no modo como Lotário agiu em 1136-1137 na sua campanha contra a Sicília. O imperador, depois de ter capturado Bari, reivindicou que as terras do “Regno” pertenciam ao império. Ora, esta forte reivindicação do imperador representava claramente uma ameaça e um ataque às noções e

noções de aliança e de colaboração entre os dois poderes mantiveram-se nos primeiros anos do reinado de Frederico Barbarossa. No entanto, depois da ascensão de Adriano IV ao trono pontifício e, sobretudo depois da realização do tratado de Benevento entre o papado e o reino normando, começaram a surgir tensões nas relações entre o papado e o império e a brotar brechas profundas na política de aliança e de cooperação entre os dois poderes³²⁰. Estas brechas e tensões entre os dois poderes eclodiram significativamente com um acontecimento ocorrido em 1157, o que provocou destruição das relações e das políticas de cooperação que se tinham iniciado com a Concordata de Worms, e fortalecidas pelo tratado de Constança.

Em Outubro de 1157, o imperador Frederico Barbarossa encontrava-se reunido com os príncipes imperais numa assembleia solene em Besançon, onde iria receber a homenagem dos senhores mais poderosos do condado da Borgonha. Nesta assembleia, o imperador recebeu uma legação papal, composta por dois importantes membros da cúria romana, o cardeal Bernardo de S. Clemente, e Rolando, Cardeal sacerdote de S. Marcos e chanceler da Igreja romana. Estes legados vinham com a missão de entregar uma carta papal ao imperador, relacionada com o caso de Eskil de Lund.³²¹, carta essa que iria produzir e provocar um conflito entre o papado e o império.

Como é que uma carta relacionada com um arcebispo sueco, com um assunto aparentemente tão pouco significativo, poderia gerar e dar origem a um conflito tão profundo e complexo entre o império e a igreja romana?

concepções papais que as regiões de Apúlia e da Sicília eram feudos da igreja romana, vd *Liber Censum Romanae Ecclesiae*. Ed. P. Fabre e L. Duchesne. vol. I. Paris. 1880-1952, p. 422 (o juramento de fidelidade e obediência de Robert Guiscard a Nicolau II em 1059); vd. também MORRIS, C. - *The Papal Monarchy: The Western Church from 1050 to 1250*. New York: Oxford University Press. 1991, p. 93 e ROBINSON, I. S. - *The Papacy: 1073-1198: Continuity and Innovation*. Cambridge Medieval Text Books. Cambridge: Cambridge University Press. 1990, pp. 368-371. Temos exemplos de momentos tensos entre o papado e o império na contenda relacionada com a investidura do novo duque de Apúlia, no problema relacionado com a investidura do Abade Wibald de Stablo e Malmédi como abade de Monte Cassino, e também na investidura de Henrique como Margrave da Toscana (vd. MGH. SS, “Chronica monasterii Casinensis IV”. 124, p. 599). Apesar destes momentos tensos, o reinado de Lotário foi marcado pela colaboração e pela aliança entre o papado e o império. De facto, o imperador Lotário foi durante muito tempo recordado e visto na cúria romana como um príncipe modelo (vd. por exemplo RNI, nº. 32 – carta de Inocêncio III dirigida a Otto de Brunswick).

³²⁰ Estas tensões e problemas entre a igreja romana e o império começaram a revelar-se de modo muito claro no encontro entre Frederico e o papa Adriano IV em 9 de Julho de 1155 em Sutri.

³²¹ Para mais informações sobre o caso do Arcebispo Eskil de Lund, vd. por exemplo, ROBINSON, I. S. - *The Papacy: 1073-1198: Continuity and Innovation*. Cambridge Medieval Text Books. Cambridge: Cambridge University Press. 1990, pp. 466-467.

O problema que gerou tal conflito não se relacionava com o caso de Eskil de Lund, mas profundamente, com a interpretação do valor e significado de uma frase e de uma expressão da carta papal. Nesta carta, o papa depois de revelar o seu profundo descontentamento pela inércia e negligência do imperador em aceder aos pedidos papais para punir aqueles que em solo alemão tinham molestado e prendido o arcebispo de Lund, recordou-lhe “o quanto alegremente a vossa mãe a santa igreja romana vos recebeu no outro ano, com que afecto de coração ela vos tratou, que plenitude de dignidade e de honra vos concedeu, e como, *conferindo de boa vontade sobre vós a distinção da coroa imperial*, ela se esforçou por vos aquecer no seu colo no ápice da vossa grandeza – nada fazendo que soubesse ser contrário à vossa vontade. Não nos arrependemos de em todas as coisas termos realizado a vossa vontade e o vosso desejo, mas iríamos – nos alegrar se vossa excelência tivesse recebido de nós ainda maiores benefícios (beneficia) ...”³²².

A Gesta do imperador Frederico Barbarossa, composta por Rahewin, refere que há nesta frase dois pontos e duas noções que provocaram o descontentamento e despertaram a ira entre os príncipes imperiais reunidos em Besançon³²³. A primeira encontra-se na referência papal ao facto de ter conferido e concedido a Frederico a plenitude da dignidade e da honra imperial, coroando-o. O segundo, e talvez o que mais terá contribuído para a violenta reacção dos príncipes imperiais, foi a afirmação papal de que ficaria contente em conceder ainda mais «beneficia» ao imperador Hohenstaufen.

³²² “Debes enim, gloriosissime fili, ante oculos mentis reducere, quam gratanter et quam jocunde alio anno mater tua sacrossancta Romana ecclesia te suscepit, quanta cordis affectione tractaverit, quantam tibi dignitatis plenitudinem contulerit et honoris et qualiter imperialis insigne coronae libentissime conferens, benignissimo gremio suo tuae sublimitatis apicem studuerit confoveret, nichil prorsus efficiens, quod regiae voluntati vel in mínimo cognosceret obviare. Neque tamen penitet nos tuae desideria voluntatis in omnibus implevisse, sed, si majora beneficia excellentia tua de manu nostra suscipisset si fieri posset, considerantes, quantam Ecclesia Dei et nobis perite incrementa possint et commoda provenire, non immerito gauderemus”. MGH. “Leges”, “Constitutiones I”. Edit. Georg Heinrich Pertz. Hannover: Impensis Bibliopoli Avlici Hahniani. 1866, pp. 229-230; encontramos também esta carta em MGH. “SS”. “Rerum Germanorum”, “Gesta Frederici imperatoris III”, Rahewin, 9, pp. 420-421. Para uma análise mais completa do problema da dieta de Besançon ULLMANN, W. – “Cardinal Roland and Besançon”. In: *Sacerdozio e Regno da Gregorio VII a Bonifacio VIII*. Miscellanea Historiae Pontificiae 18. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp. 107 e ss. Vd., PACAUT, M. – *Alexandre III: Etude sur la conception du pouvoir pontifical dans sa pensée et dans son oeuvre*. L’Église et l’État au Moyen Age, XI. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1956, pp. 85-101; MUNZ, P. – *Frederick Barbarossa: A Study in Medieval Politics*. Itaca and London: Cornell University Press, 1969, pp. 140-143; ROBINSON, I. S. – *The Papacy: 1073-1198: Continuity and Innovation*. Cambridge Medieval Text Books. Cambridge: Cambridge University Press. 1990. pp. 467 e ss; MORRIS, C. – *Papal Monarchy: The western church from 1050 to 1250*. Oxford: Clarendon Press. 1989, pp. 191-192; KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana, 1954.

³²³ MGH, “SS”, “Rerum Germanorum”, “Gesta Frederici imperatoris III”, Rahewin, 10, p. 421.

O termo “beneficium” tinha um significado e um sentido bastante claro – benefício, distinção, favor. No entanto, no século XII, adquiriu um significado técnico e jurídico feudal – significando feudo e até território tomado como feudo. Na época da dieta de Besançon, e em vários países, tais como França, Itália e Burgúndia, este termo começou a perder o seu valor e significado, sendo substituído por “feudum”, mas, na Alemanha manteve-se até meados do século XIII.³²⁴

Quando o chanceler, Rainaldo de Dassel, traduziu e leu a carta papal perante o imperador e os príncipes, deu-lhe o significado corrente na Alemanha – feudo -, o que conduziu à interpretação da passagem como significando que o imperador Frederico tinha recebido a coroa imperial do papa como um feudo.

Entre os príncipes surgiram grandes protestos, manifestações de ira e descontentamento, que se expandiram ainda mais, depois da seca e incisiva intervenção de um dos legados papais: “de quem detêm o império, senão do senhor papa?”³²⁵.

Os príncipes imperiais viram na carta papal um profundo ataque às concepções e noções imperiais acerca da origem e do valor da autoridade imperial, bem como à noção da independência do “sacrum imperium”.

Não deixa de ser interessante apontar que Rainaldo de Dassel e até o próprio Frederico Barbarossa interpretaram as palavras do papa Adriano como espelhando e revelando as concepções de Gregório VII, do rei alemão, como sendo um vassalo do papa³²⁶.

³²⁴ Para uma análise mais profunda do problema do termo “beneficium” vd. HEINEMEYER, W. – “Beneficium – non feudum sed bonum factum. Der Streit auf dem Reichstag zu Besançon 1157”. In: *Archiv für Diplomatik* 15. 1969, pp. 160 e ss.

³²⁵ MGH, SS, “Rerum Germanorum”, “Gesta Frederici imperatoris III”, Rahewin, 10-11, p. 422. Não deixa de ser interessante fazer referência à súbita lembrança realizada (ainda antes da resposta do legado papal) pelo chanceler de um mural existente na basílica do Latrão em Roma, lembrança esta que juntamente com a resposta do legado papal provocou uma profunda agitação e uma violenta reacção por parte dos príncipes. Este mural – segunda cena de um conjunto de frescos relacionados com a coroação de Lotário em 1133 – representava o imperador Lotário a realizar a homenagem ao papa Inocêncio II. De acordo com Rahewin (já que o desenho datado do século XVI da autoria de Ciaconius ou Panvinius que chegou até nós não apresentava qualquer inscrição), uma inscrição acompanhava os frescos: “Rex venit ante fores iurans prius Urbis honores, Post homo fit papae sumit quo dante coronam”. De facto, todas as narrativas e todas as fontes alemãs, tal como a súbita lembrança realizada por Rainald, apresentam e referem uma interpretação feudal deste mural, ou seja, que o imperador era representado a receber a coroa imperial do papa como um vassalo recebe um feudo do seu senhor, cf. “Chronica Regia Coloniensis”, p. 93-94; MGH, “Leges”, “Legum section IV, Constitutiones et acta publica imperatorum et regnum inde ab a. MCXCVIII usque a. MCCLXXII”, Const. 1, pp. 233-234, REICHERSBERG, Gerhoh de – “De quarta vigília noctis”. In: *Libelli de lite III*, MGH, pp. 511-512; Id. – “De investigatione Antichristi”. In: *Libelli de lite III*, MGH, pp. 392-393. Para uma análise do mural e do seu valor, vd. o interessante estudo de LADNER, G. – “Mosaici e affreschi nell’antico palazzo Lateranense”. In: *Images and Ideas in the Middle Ages. Selected studies in History and Art*. Storia e Letteratura. Rome: Faccolta di Studi e Testi 155, 1983, 2 vol, pp. 347-366; vd. também. STROLL, M. - *Symbols as power: The papacy following the investiture contest*. Leiden: E. J. Brill, 1991, pp. 188-203.

Naturalmente que as forças imperiais, sobretudo as do imperador Frederico, não aceitaram a visão e a concepção que a carta papal apresentava, acerca da origem da dignidade, da autoridade e dos direitos do império. Deste modo, o imperador esforçou-se por procurar apresentar e demonstrar as noções e concepções imperiais acerca do problema da coroação imperial e demonstrar e provar a independência do “*sacrum imperium*” concedido por Deus a Frederico.

Numa carta datada de Outubro de 1157, o imperador Frederico Barbarossa referia com uma clareza extraordinária que o reino e o império eram concedidos por Deus, através da eleição dos príncipes: “... somente pela eleição dos príncipes, o reino e o império nos vêm de Deus (...) aquele que disser que recebemos a coroa imperial como um feudo do senhor papa, contradiz a instituição divina e a doutrina de S. Pedro, e deverá ser acusado de mentira”³²⁷.

Numa carta dirigida ao papa, o imperador expõe com maior clareza as suas concepções acerca do poder imperial, bem como as doutrinas relacionadas com o problema da coroação e com a complexa e polémica questão da origem da dignidade e dos direitos do império. Esta carta, entregue aos bispos alemães, reunidos nos princípios de 1158 em assembleia imperial em Ratisbona, foi posteriormente englobada na resposta dos prelados alemães ao papa. Nessa carta, o imperador apontou: “Nós consideramos que a coroa do império é apenas um benefício divino, pertencendo o primeiro voto ao arcebispo de Mainz e os restantes aos outros príncipes (...) o poder da unção real pertence ao arcebispo de Colónia e o poder da unção imperial ao supremo pontífice (...)

³²⁶ Numa carta do papa Gregório VII – datada de Março de 1081 – dirigida a dois dos seus mais importantes colaboradores na Alemanha, o bispo Altmann de Passau e o abade Guilherme de Hirsau, o papa aponta e apresenta a concepção que o candidato ao império deveria realizar um juramento de fidelidade a S. Pedro e ao seu vigário: “Ab hac hora et deinceps fidelis ero per rectam fidem beato Petro apostolo eiusque vicario pape Gregorio, qui nunc in carne vivit. Et quodcumque mihi ipse papa preceperit, sub his videlicet verbis: per veram obedientiam, fideliter, sicut oportet christianum, observabo. (...) Et Deo sanctoque Petro adiuvante Christo dignum honorem et utilitatem impendam. Et eo die, quando illum primitus videro, fideliter per manus meas miles sancti Petri et illius efficiar”, cf Register Gregors VII, IX, 3, pp. 575-576. Esta carta para além deste juramento, aponta e apresenta com uma clareza extraordinárias as concepções do pensamento político do papa, bem como apresenta – e mais importante ainda – as suas concepções acerca do papel do rei e do imperador alemão. O rei deve ser “idoneus” para os deveres apontados pela igreja, deve ser “obediente, um defensor humilde e útil para a igreja”, e deverá servir o papa como o seu senhor feudal, vd. Register Gregors VII, IX, 3, pp. 575-576.

³²⁷ “Cumque per electionem principum a solo Deo regnum et imperium nostrum sit, qui in passione Christi filii sui duobus gladiis necessariis regendum orbem subiecit, cumque Petrus apostolus hac doctrina mundum informaverit: ‘Deum time, regem honorifica’ (1 Petr. 2,17), quicumque nos imperialem coronam pro beneficio a domno papa suscepisse dixerit, divinae institutioni et doctrinae Petri contrarius est et mendacii reus erit.” MGH, “Leges”, “Legum section IV, Constitutiones et acta publica imperatorum et regum inde ab a. MCXCVIII usque a. MCCLXXII”, Const. 1, n. 165, p. 231; vd. o mesmo texto em MGH, SS, “Rerum Germanorum”, “Gesta Frederici imperatoris III”, Rahewin, 10-11, pp. 422.

Deus exaltou a igreja através do imperador para estar à cabeça do mundo (...) Começou com uma pintura, a pintura tornou-se uma inscrição, a inscrição procurou tornar-se autoridade (...) Preferimos colocar a coroa de lado a consentir que a coroa juntamente conosco seja assim humilhada. Que as pinturas sejam destruídas, que as inscrições sejam retiradas, para que não permaneçam como fonte de eterna inimizade entre o império e o sacerdócio”³²⁸.

Nesta carta, o imperador Frederico Barbarossa, procura negar todos os direitos da igreja romana em relação à coroação imperial, e sobretudo negar a posição e a doutrina papal em relação ao problema da origem e da dignidade do império. Para ele, o império era um “beneficium” de Deus e não do papa³²⁹. Para além disso, Frederico procurou demonstrar que o poder e a dignidade imperial não tinham origem na unção imperial, mas na eleição realizada pelos príncipes imperiais. A unção imperial administrada pelo papa, não era, nem representava a fonte do poder e da dignidade do império, mas um mero preceito simbólico, uma mera formalidade.

Estas poderosas afirmações das concepções imperiais, autênticos manifestos da doutrina e das reivindicações imperiais feitas pelo imperador, revelam um tom e uma forma marcadamente anti-papal, e sobretudo, a expressão de uma recusa por parte das forças imperiais, das concepções e doutrinas reivindicadas pelo papado acerca da origem do poder e dignidade do império.

As doutrinas e as concepções imperiais apresentadas pelo imperador Frederico Barbarossa, revelam-se muito mais do que meras negações ou até esforço para recusar

³²⁸ “Debitam patri nostro reverentiam libenter exhibemus, liberam imperii nostri coronam divino tantum beneficio ascribimus, electionis primam vocem Maguntino archiepiscopo, deinde quod superest caeteris secundum ordinem principibus recognoscimus, regalem unctionem Coloniensi, supremam vero, quae imperialis est, summo pontifici (...) In capite orbis Deus per imperium exaltavit aecclesiam, in capite orbis aecclesia, non per Deum, ut credimus, nunc demolitur imperium. A pictura coepit, ad scripturam pictura processit, scriptura in auctoritatem prodire conatur. Non patiemur, non sustinebimus, coronam ante ponemus, quam imperii coronam una nobiscum sic deponi consentiamus. Picturae deleantur, scripturae retractentur, ut inter regnum et sacerdotium aeterna inimicitiarum monumenta non remaneant”. MGH “Leges”, “Legum section IV, Constitutiones et acta publica imperatorum et regnum inde ab a. MCXCVIII usque a. MCCLXXII”, Const 1, n. 167, pp. 233-234; vd. o mesmo texto em MGH, SS, “Rerum Germanorum”, “Gesta Frederici imperatoris III”, Rahewin, 16, pp. 426-427.

³²⁹ Ideias semelhantes encontram-se no “Liber de unitate Ecclesiae conservanda” importante tratado escrito por um monge de Hersfeld por volta de 1092. De facto, este tratado não reconhece de modo algum à igreja romana e ao papado qualquer superioridade em relação ao poder real, pois o poder do rei derivava de Deus. Vd. MGH, SS, “Libelli de Lite”, II, pp. 187 e ss. Parece-nos importante e de grande interesse apontar que a doutrina e as concepções imperiais acerca da origem divina do poder imperial eram apoiadas pela lei Justiniana, eram baseadas no direito romano. De facto, nas Novellae de Justiniano surge claramente expressa a noção de que o império era fundado directamente por Deus. O texto das Novellae afirma: “Quia igitur imperium propterea Deus de coelo constituit” (Nov, 73, pr. 1).

as reivindicações e as concepções da igreja romana e do papado, pois refere, com grande clareza, a ideia de independência do império em relação ao papado já que deriva da eleição.

Estas doutrinas e noções imperiais, representam a necessária consequência do desenvolvimento conceptual ocorrido no império desde a reforma gregoriana e sobretudo desde a disputa das investiduras.

De facto, não podemos deixar de salientar a transformação e a mutação ocorrida na forma de conceber a questão da origem do império medieval em relação a certas posições e às noções apresentadas pelos imperadores carolíngios³³⁰.

Entre a época carolíngia e o movimento da reforma gregoriana - e da disputa das investiduras - , ou seja entre Carlos Magno e Gregório VII, o temporal – bem como o império e o imperador – tinha sido demasiadamente sacralizado, de modo que não existia uma distinção clara entre este e o espiritual. Esta situação mudou consideravelmente com o movimento da reforma gregoriana, com o surgimento de uma nova tendência para separar a função política da esfera central da igreja e com a recepção das ideias e das noções do direito romano tardio.³³¹

³³⁰ Para uma análise destas mutações e transformações conceptuais bastará termos em mente a carta do imperador Luís II dirigida ao imperador bizantino Basílio I no ano de 871. Nesta carta o imperador escrevendo ao imperador Basílio faz derivar do papa a sua dignidade. “A Romanis enim hoc nomen et dignitatem assumpsimus, apud quos profecto primum tantae culmen sublimitatis et appellationis effulsit, quorumque gentem et urbem divinitus gubernandam et matrem omnium ecclesiarum Dei defendendam atque sublimandam suscepimus, a qua et regnandi prius et postmodum imperandi auctoritatem prosapiae nostrae seminarium sumpsit. Nam Francorum Principes, primo reges, deinde vero Imperatores dicti sunt, hii dumtaxat qui a Romano pontifice ad hoc oleo sancto perfusi sunt (...) Porro si calumpniaris Romanum pontificem, quod gesserit, calumpniari poteris et Samuel, quod spreto Saule, quem ipse unxerat, David in regem ungere non renuerit.”. A referência a estas figuras do antigo testamento é de facto bastante significativa pois faz realçar com uma clareza extraordinária o papel que teve o papa na instauração da nova dignidade, ou seja, na instauração da dignidade imperial. MGH, “Epistolae VII”, p. 385-394. Vd. PILATI, G. - *Chiesa e Stato nei primi quindici secoli*. Roma/Parigi/Tournai/New York: Desclée & C. – Editori Pontifici, 1961, p. 100; MACCARRONE, M. - *Chiesa e Stato nella Dottrina di Papa Innocenzo III*. Roma: Lateranum, Facultas Theologica Pontificii Athenaei Lateranensis. 1940, pp. 143-144; KEMPF, F. - *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana, 1954, p.62; vd. também SORANZO, G. – “La concezione dell’autorità imperiale nella lettera di Ludovico II a Basilio I”. In: *Atti del II Congresso di Studi Romani*. Roma. 1931, vol. II, pp. 115-126. Trata-se de um artigo antigo, mas ainda com interesse.

³³¹ Para uma análise mais profunda destas noções e destas ideias vd. LADNER, G. – “The concepts of “Ecclesia” and “Christianitas” and their relation to the idea of papal “Plenitudo potestatis” from Gregory VII to Boniface VIII”. In: *Sacerdozio e regno da Gregorio VII a Bonifacio VIII*. Miscellanea Historiae Pontificiae 18. Roma: Pontificia Università Gregoriana, 1954.; KEMPF, F. - *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp. 62-63; KANTOROWICZ, E. H. - *The King’s Two Bodies: A Study in Mediaeval Political Theology*. Princeton: Princeton University Press. 1957, p.60.

A vitória das concepções e dos ideais da reforma papal, que de certo modo monopolizaram a esfera espiritual e a transformaram num domínio eminentemente sacerdotal, negaram todos os esforços em continuar a renovar os ideais e as concepções do imperador-sacerdote e da realeza litúrgica do período Otoniano e Sálíco defendidas pelos imperialistas durante a querela das investiduras³³². Deste modo, o império, liberto do aspecto sacralizado e sacerdotal das concepções e dos ideais imperiais do período Otoniano e Sálíco, e das ideias políticas do século X e XI começava novamente a recordar as suas bases terrenas.

A concepção e a ideologia imperial apresentadas pelo imperador Frederico Barbarossa salientam e demonstram a noção de que os eleitores imperiais e os príncipes imperiais representavam o império e o povo imperial. Para além disso, devemos ter o cuidado de perceber que nas concepções e na ideologia imperial apresentada por Frederico Barbarossa, a eleição do soberano alemão feita pelos príncipes eleitores não era apenas uma eleição do rei, mas também a eleição do imperador, conferindo e transferindo inteiramente ao eleito o poder e a dignidade imperial. O complexo e polémico problema da origem do poder e da dignidade do império medieval, bem como o problema do sentido da consagração e da coroação do imperador, revelam com uma clareza extraordinária mais uma vez os contrastes, os conflitos e as querelas entre visões, concepções e tradições completamente distintas.

Estes contrastes entre concepções e tradições completamente distintas, podem ser compreendidas com maior profundidade se analisarmos as posições papais, ou seja, se tivermos diante de nós a resposta do papa Adriano IV aos manifestos imperiais, bem como a seca e incisiva resposta do legado papal em Besançon³³³.

³³² O exemplo mais interessante e mais paradigmático da defesa dos imperialistas das visões e do aspecto sacerdotal dos reis e do imperador encontrámo-la na obra do Anónimo Normando, sobretudo no seu “De consecratione pontificum et regum”, MGH “Libelli de Lite”, III; vd. também. as posições de CATINO, G. - “Orthodoxa defensio imperialis”. In: MGH, “Libelli de Lite”, II, pp. 535-542. Vd. KANTOROWICZ, E. H. - *The King's Two Bodies: A Study in Mediaeval Political Theology*. Princeton: Princeton University Press. 1957, pp. 42-86; ULLMANN, W. - *The growth of papal government in the Middle Ages: A study in the Ideological Relation of Clerical to Lay Power*. London: Methuen. 1955, pp. 394 e ss. Nos apoiantes da reforma papal encontramos uma clara negação do aspecto sacerdotal do imperador e dos reis por exemplo em NONANTOLA, P. - “De honore ecclesiae”. In: MGH “Libelli de Lite”, II, pp. 566-639. Vd. também. o cardeal SEGNI, B. - “a”, MGH, Libelli de Lite, II, p.

³³³ Encontramos a resposta do legado papal em MGH, SS, “Rerum Germanorum”, “Gesta Frederici imperatoris III”, Rahewin, 10-11, p. 422. Esta carta do papa Adriano IV datada de Junho de 1158 surge em MGH, “leges”, “Legum section IV, Constitutiones et acta publica imperatorum et regnum inde ab a. MCXCVIII usque a. MCCLXXII”, Const. 1, nº 168, p. 234-235; Vd. Também. MGH “SS”. “Rerum Germanorum”, “Gesta Frederici imperatoris III”, Rahewin, 10.

Uma compreensão e uma análise destas concepções, parecem-nos de grande interesse e de utilidade para uma mais ampla e profunda compreensão das bases e dos problemas que irão influir e marcar o pensamento e a doutrina do papa Inocêncio III, em relação ao império e em relação à problemática imperial.

A resposta do papa Adriano aos manifestos imperiais – a tão célebre “*Litterae Excusatoriae*” – apesar de não representar claramente um manifesto ou uma afirmação poderosa das posições e dos direitos do papado e da igreja romana em relação ao complexo problema da origem do poder e da dignidade do império, bem como ao problema do sentido da coroação e da consagração do imperador, revela de modo quase velado as posições papais em relação ao problema imperial. O papa referindo-se ao termo «*beneficium*» apontou claramente que não tinha o sentido de feudo, mas de favor: “...Entre nós, *beneficium* não significa um feudo mas um favor (*bonum factum*). (...) colocámos o sinal da dignidade imperial sobre a vossa cabeça (...) que pode muito bem ser considerado por todos como um favor (*bonum factum*). Portanto, quando alguns procuraram mudar o significado desta palavra e ainda da outra, a saber: “nós conferimos sobre ti a distinção da coroa imperial”, fizeram-no de vontade própria e por sugestão daqueles que não apreciam a paz do reino e da igreja. Com a palavra ‘nós conferimos’ (*contulimus*) não queremos dizer outra coisa senão (...) “nós colocamos”³³⁴. Pelo coroamento e pela consagração que o imperador adquire toda a sua dignidade, todo o seu poder e todos os seus direitos

Que quer dizer o papa Adriano com isto? Qual o valor e o alcance das suas palavras? Alguns historiadores e estudiosos conceberam esta resposta papal como uma espécie de retratação em relação às reivindicações apresentadas na carta de Setembro de 1157, retratação que tinha sido motivada e, mesmo, forçada pela atitude dos bispos alemães. Para estes autores, a carta papal lida em Besançon, reivindicava “*de facto*” que a dignidade imperial era um feudo conferido pelo papa³³⁵. Parece-nos que entre as duas

³³⁴ “*Hoc enim nomen (...) et dicitur beneficium aput nos non feudum, sed bonum factum. (...) Et tua magnificentia liquido recognoscit, quod nos ita bene et honorifice imperialis dignitatis insigne tuo capiti imposuimus; ut bonum factum valeat ab omnibus judicari. Unde quod quidam verbum hoc et illud, scilicet ‘contulimus tibi insigne imperialis coronae’ a sensu suo nisi sunt ad allium retorquere, non ex merito causae, sed de voluntate propria...hoc egerunt. Per hoc enim vocabulum ‘contulimus’ nil aliud intelligimus, nisi quod superius dictum est ‘imposuimus’*” MGH, “*leges*”, “*Legum section IV, Constitutiones et acta publica imperatorum et regnum inde ab a. MCXCVIII usque a. MCCLXXII*”, p. 235.

³³⁵ Para uma análise destas posições cf. MUNZ, P. - *Frederick Barbarossa. A study in medieval politics*. London. 1969. pp. 140-143, 186, 189; cf. também. PACAUT, M. – *Alexandre III: Etude sur la*

cartas existe uma certa mudança na forma de exprimir e de enfatizar a sua proeminência e a sua supremacia. No entanto, uma tal mudança de expressão não quer dizer que exista uma transformação no modo de conceber o papel e o valor do papado na questão da origem do poder e da dignidade do império, bem como no problema do sentido da coroação e consagração imperial. De facto, o papa Adriano – na sua primeira carta – apontou que somente ele, conferindo voluntariamente a coroa ao imperador, dá àquele a plenitude da sua dignidade, do seu direito e do seu poder: “quantam tibi dignitatis plenitudinem contulerit et honoris et qualiter imperialis insigne coronae libentissime conferens”. Na célebre “Littera Excusatoria” o papa aponta que a palavra ‘conferre’ é sinónima de ‘imponere’, o que necessariamente significa dizer que ele simplesmente coloca a coroa sobre a cabeça do rei dos romanos. No entanto, dado que não realiza nenhuma rectificação dos termos ‘dignitatis plenitudinem et honoris’, o papa continua a deixar entender que é somente pelo coroamento e pela consagração que o imperador adquire toda a sua dignidade, todo o seu poder e todos os seus direitos. Para além disso, parece-nos de interesse salientar que o papa na carta de Setembro de 1157 refere que tem o poder de conceder ao imperador todos os ‘beneficia’ que ele deseja, se isso pudesse servir os interesses da igreja romana e do papado³³⁶. Ora, esta afirmação implica necessariamente a ideia de que entre estes ‘beneficia’ se encontrava a distinção da dignidade e da honra imperial, ou seja, a coroação imperial. Parece-nos importante apontar que esta ideia encontra uma expressão bastante clara na fórmula apresentada pelo papa na carta aos bispos alemães: “Nós conferimos-te o ‘beneficium’ da insígnia da coroa”³³⁷. Deste modo, tendo em conta a explicação que é apresentada na «Littera Excusatoria» acerca do verdadeiro significado para o papado do termo ‘beneficium’³³⁸, dentro da doutrina e do pensamento do papa Adriano IV, a distinção da dignidade e da

conception du pouvoir pontifical dans sa pensée et dans son œuvre. «L’Église et l’État au Moyen Âge», XI. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin. 1956. pp. 92-102; HAUCK, A. - *Kirchengeschichte Deutschland*. Leipzig. 1911. vol. IV, p. 225; ROBINSON, I. S. - *The Papacy: 1073-1198: Continuity and Innovation*. Cambridge Medieval Text Books. Cambridge: Cambridge University Press. 1990. p. 469.

³³⁶ Para a citação vd. nota 206.

³³⁷ “insigne videlicet coronae beneficium tibi contulimus” MGH, “leges”, “Legum section IV, Constitutiones et acta publica imperatorum et regum inde ab a. MCXCVIII usque a. MCCLXXII”, Const. 1, pp. 233-234; MGH, SS, “Rerum Germanorum”, “Gesta Frederici imperatoris III”, Rahewin, 16, p.426-427.

³³⁸ Parece-nos importante apontar que em relação à concepção do dever do imperador, que iremos ver em seguida, a doutrina do papa Adriano, de facto, não varia em nada quer se aceite e traduza o termo ‘beneficium’ por ‘bonum factum’ – como explica o papa na «Littera Excusatoria», ou se traduza por ‘feudo’. Num caso, como noutro esta concepção implica necessariamente a ideia de uma espécie de contrato imperativo.

honra imperial era um ‘beneficium’, era um ‘bonum factum’, na medida em que o papa de modo algum tinha o dever e a obrigação de conceder e de conferir tal distinção ao rei alemão. Certamente, com bastante facilidade a partir do breve esboço apresentado da doutrina do papa, podemos começar a delinear traços e marcas que contrastam claramente com a visão imperial da coroação.

A doutrina papal aponta clara e necessariamente para a compreensão do acto da coroação e da consagração imperial, não como um puro acto cerimonial, como uma mera formalidade, mas sim como um acto voluntário e livre.

Na doutrina do papa Adriano – profundamente enraizada nas tradicionais concepções papais, relacionadas com o império e o imperador, bem como nos conceitos dos escritores eclesiásticos – o imperador era concebido como um defensor especial e um protector providencial da igreja romana e do papado, e de toda a cristandade³³⁹. Ora, é precisamente esta função e este dever de protector e de defensor da cristandade, que representa a razão de ser do imperador; que representa de facto a fonte e a base da concessão e da ascensão à dignidade e ao poder de «imperator Romanorum». Deste modo, dentro da doutrina e das concepções papais acerca do império, a dignidade e o poder do império e do imperador não representavam uma realidade autónoma, nem muito menos original, mas uma realidade derivativa.

O poder do império deriva claramente do acto realizado pelo papado em conferir e conceder livremente esta dignidade e este poder ao imperador, e também, do papel e do dever que o papa tem de escolher um defensor e um protector condigno para a igreja romana³⁴⁰. Deste modo, para o papa Adriano IV a concessão da distinção da dignidade e

³³⁹ Esta doutrina acerca da função e do dever do imperador encontramos-la expressa de um modo claro na carta enviada pelo papa ao imperador em Setembro de 1157, vd. MGH, “leges”, “Legum section IV, Constitutiones et acta publica imperatorum et regnum inde ab a. MCXCVIII usque a. MCCLXXII”, Const. 1, nº 164, pp. 229-230; encontramos também esta carta MGH, SS, “Rerum Germanorum”, “Gesta Frederici imperatoris III”, Rahewin, 10-11, pp.420-421 Iremos encontrar ideias muito semelhantes no pensamento e na doutrina do papa Inocencio III em relação ao império e em relação ao imperador.

³⁴⁰ Esta realidade derivativa da dignidade e do poder do imperador e do império, bem como a concepção da seleção do imperador como um protector e um defensor condigno da igreja é expressa simbolicamente no cerimonial da coroação do imperador, ou seja, na “Ordo C”; para o texto da ‘Ordo C’ vd. ELZE, R. – “Die Ordines für die Weihe und Krönung des Kaisers und der Kaiserin”. In: MGH. Hannover: Impensis Bibliopoli Avlici Hahniani. 1960, pp.35-36. As ‘ordines’ das coroações imperiais representavam uma base bastante importante e interessante para a criação de símbolos e de imagens acerca do imperador. De facto, esses rituais e procedimentos profundamente e meticulosamente orquestrados indicavam e revelavam a autoridade que o papa transmitia ao imperador, bem como procuravam definir as relações entre o ‘regnum’ e o ‘sacerdotium’. A expressão simbólica da concepção da seleção e da escolha do imperador como um defensor condigno surgia no momento do ‘scrutinium’, ou seja, na aprovação e na confirmação do candidato eleito. Nesta parte da cerimónia, que ocorria pouco antes dos momentos mais

do poder imperial eram um favor que o imperador recebia quando o papa colocava a coroa na sua cabeça, e quando lhe concedia o ‘sceptra imperialia’. As doutrinas e as concepções do papa Adriano IV em relação ao complexo problema da origem do poder e da dignidade do império medieval, bem como em relação ao problema do sentido da consagração e da coroação do imperador, apoiam-se nas tradicionais concepções papais e eclesásticas acerca do império e do imperador. De facto, as noções de que a concessão e a transferência do poder imperial tem origem e se dá na consagração e na coroação do papa, como também a doutrina do papel e da concepção do imperador como defensor e protector da igreja romana e do papado, têm uma longa história no seio do pensamento da igreja e do papado³⁴¹.

importantes da cerimónia da coroação – a investidura com o anel, a coroação e a concessão do ceptro – o papa colocava algumas questões relacionadas com as atitudes éticas do eleito, com questões teológicas e finalmente, relacionadas com a igreja como instituição.

³⁴¹ As primeiras referências claras à concessão do poder e da dignidade imperial ao imperador encontramos no século IX. Neste século em que se lançam as fundações da teoria papal acerca do império, o papa João VIII refere que o império é uma instituição divina, é um ‘beneficium’ divino conferida pelo papa ao imperador: “Vos auctore Deo, in imperium coronaverimus” MGH, Ep. 32, p. [vd também, “Nam ipse qui a nobis est ordinandus in imperium, a nobis primum atque potissimum debet esse vocatus atque electus” MGH, Epp. VII; “imperium quod ei constat non humano collatum beneficio, licet per nostrae mediocritatis ministerium, sed divino” MGH, Epp. VII, p.321, vd. também MGH, Epp. VIII, p. 324 e ainda “Divina majestas excellentiam vestram prae ceteris elegit Romani imperii altitudine sublimare augustaliue voluit diademate coronare” MGH, Epp. 56, p.51]. Parece-nos de bastante interesse apontar que estas noções foram confirmadas pelos imperadores Otonianos. De facto, temos uma confirmação bastante clara desta ideia na carta do imperador Luís II ao imperador bizantino Basílio, vd. nota nº 214. Em meados do século XI, Raoul Glaber afirmou: “Illud nihilominus nimium concedens ac perhonestum videtur atque ad pacis tutelam optimum decretum, scilicet ut ne quisquam audacter Romani imperii sceptrum praeporibus gestare princeps appetat, seu imperator dici aut esse valeat, nisi quem papa sedis Romanae morum probitate aptum delegerit reipublicae eique commiserit insigne imperiale” ‘Historia’ MGH SS VII p.59. Penso que será de interesse apontar a posição de Benzo de Alba em relação a este problema. Este autor representa um dos mais importantes e aguerridos apoiantes do império na polémica das investiduras. No entanto, na sua obra ‘Ad Henricum IV’ este autor sente claramente o papel crucial que o papa tem na confirmação e na consagração da dignidade e do poder imperial: “Dixerat enim ille Sarabaita quod in potestate esset quem vellet ad imperium promovere et quem nollet removere” MGH SS 11, p. 670. Em relação à doutrina do papel e da concepção do imperador como defensor e como protector da igreja romana e do papado vejamos alguns pontos que nos poderão ser úteis para compreender a problemática. Esta concepção do imperador como um defensor da igreja existe muito antes do século VIII. No entanto, o momento posterior à coroação de Carlos Magno em 800, e o surgimento do império Carolíngio, do império Medieval representa uma verdadeira transformação no modo de conceber esse papel e esse dever do imperador. Para uma compreensão desta transformação basta ter em mente a visão do papa Gregório I em relação ao papel do imperador, vd. a Epistola ad Mauricium Augustum, PL 77, 663. No século VIII, Alcuíno referia claramente que o principal ofício do imperador era a defesa do papado. No século IX, Jonas de Orleão apontava na sua obra ‘De institutione Regia’ que o imperador devia ser acima de tudo um protector e um defensor da igreja romana: “Ipse enim debet primo defensor esse ecclesiarum et servorum Dei. Ipsorum enim officium est saluti et ministerium sacerdotum solerter prospicere, eorumque armis et protectione ecclesia Christi debet tueri” vd. PL 106, 285.

O incidente de Besançon representa um dos momentos mais significativos e profundos para a compreensão das relações tensas e complexas que surgiram entre o papa Inocêncio III e as forças do partido Hohenstaufen durante o problema da eleição imperial. Representa também um momento paradigmático e profundamente revelador para a compreensão das teorias e das concepções acerca do império e do papel do papado na consagração e coroação imperial.

As concepções e os argumentos utilizados no protesto de 1201 pelo partido Hohenstaufen e a sua absoluta recusa em aceitar as posições e as concepções papais, não diferem em muito daquelas que sentimos e escutámos nas respostas e nos manifestos do imperador Frederico Barbarossa. Como vimos, o documento redigido pelos príncipes imperiais em Bamberg, revela-se como um profundo e violento protesto contra o ataque realizado pelo papa e pelo legado papal a um dos pilares fundamentais da estrutura política do império e também como uma perigosa ameaça à noção da independência do ‘sacrum imperium’. Esta acusação e violenta crítica do partido hohenstaufen ao ataque perpetuado pelo papa torna-se mais clara e compreensível se tivermos em mente a doutrina e as concepções imperiais acerca da origem da dignidade e do poder imperial apresentadas pelo imperador Frederico. É precisamente dentro desta linha de pensamento, deste universo conceptual, que se compreende todo o esforço argumentativo realizado pelas forças imperiais para demonstrar e negar qualquer possibilidade do papa Inocêncio III se imiscuir no direito eleitoral dos príncipes alemães, e na eleição do rei Romano. Do mesmo modo, é também dentro desta mesma linha de pensamento que se torna mais evidente o esforço por parte dos príncipes imperiais em recusar os argumentos históricos e jurídicos que o papa Inocêncio III vinha a desenvolver em algumas das suas cartas desde Maio de 1199.

Depois desta análise que certamente nos terá ajudado a compreender com maior profundidade a complexidade dos problemas, das concepções e doutrinas que envolvem a problemática em questão, procuremos mergulhar numa compreensão do significado e do alcance da decretal ‘Venerabilem’.

No início desta parte sobre a decretal ‘Venerabilem’ foi referido que tinha surgido como uma resposta às acusações lançadas pelo partido Hohenstaufen contra a intervenção realizada pelo papa na eleição alemã. Certamente que se poderia ter referido e acrescentado que representava uma resposta, um escrito de carácter polémico dirigido

contra as críticas e violentas acusações apresentadas e difundidas pelas forças imperiais. Parece importante referir que esta decretal representa e deve ser entendida como algo mais do que uma mera resposta a acusações, ou mais do que um escrito de carácter polémico. De facto, este documento revela com bastante clareza e precisão e num tom profundamente moderado, o pensamento e as concepções do papa Inocêncio III em relação ao problema da sua intervenção na questão da disputa pela coroa imperial. De certo modo, algumas das concepções e das doutrinas que surgem na decretal em questão, já tinham vindo a ser desenvolvidas em outros documentos relacionados com o ‘negotium imperii’, com a questão imperial³⁴². Apesar se ter definido esta decretal como sendo uma expressão bastante clara e precisa do pensamento e das concepções do papa Inocêncio III, não se pretende com isto afirmar que se está perante um texto dotado do rigor e da precisão sistemática que encontramos e a que nos habituou o pensamento filosófico e teológico medieval.

A ‘Venerabilem’ surge e representa e apresenta-se uma clara expressão das reflexões, do pensamento e das concepções do papa Inocêncio III relacionadas com a questão imperial, desenvolvidas na violência dos acontecimentos, num momento de profunda complexidade e de enormes tensões nas relações entre o império e o papado. A ‘Venerabilem’ no seu carácter profundamente diplomático, e apesar de por vezes apresentar um certo tom de literatura polémica, representa uma clara expressão do pensamento, das concepções e das posições papais em relação ao ‘negotium imperii’. Depois destas explicações para uma melhor compreensão da linguagem da decretal em questão, mergulhemos na sua análise. Se entrássemos nesta decretal como quem entra no pórtico de uma Catedral, certamente que a primeira coisa que surgiria diante de nós e

³⁴² A primeira clara expressão destas ideias e concepções surge numa carta dirigida em Maio de 1199 aos príncipes alemães. Não podemos deixar de referir que a fórmula então apresentada pelo papa Inocencio III não é senão uma expressão demasiadamente simplificada e extremamente abreviada das suas noções e dos seus direitos sobre o império, vd. RNI, 2. Outra expressão destas noções e concepções papais acerca do ‘negotium imperii’ encontram-se num documento surgido alguns meses depois da célebre declaração de Speyer. Este documento que surge sob o nome de ‘Responsio domini papae facta nuntiis Philippi in Consistorio’ representa uma expressão mais clara e mais poderosa do pensamento e das posições do papa, embora estajamos ainda demasiadamente longe da clara e precisa expressão do pensamento do papa na decretal ‘Venerabilem’, vd. RNI, 18. Na ‘Deliberatio domini papae Innocentii super facto imperii de tribus electis’ documento curial interno em que o papa examina os direitos dos três concorrentes surge também a expressão das concepções e do pensamento papal acerca da questão imperial. Este documento é talvez aquele que mais se aproxima às posições e às concepções apresentadas pelo papa na decretal ‘Venerabilem’. No entanto, pensamos ser de interesse e de grande importância notar que entre estes dois documentos existem diferenças bastante significativas, que irão ser apontadas e comentadas neste trabalho. Para o texto da ‘Deliberatio’ vd. RNI 29. Embora estes sejam os textos fundamentais onde se encontra o desenvolvimento da formulação das noções e concepções papais acerca do ‘negotium imperii’ existem também referencias aos direitos papais sobre o império em: RNI 31; RNI 33; RNI 47.

que com toda a certeza contemplaríamos, seria o tímpano da porta de entrada da Catedral.

Logo no início do texto da decretal ‘Venerabilem’ deparamo-nos com a clara e explícita afirmação de uma noção e de uma posição que nos parece de enorme importância e bastante significativa. O papa Inocêncio III reconhece, de um modo absolutamente claro e sem que tal afirmação possa estar marcada por qualquer tipo de ambiguidade, os direitos dos príncipes eleitores, reconhece que a eleição do imperador pertence de direito aos príncipes eleitorais: “Nós reconhecemos o direito e o poder dos príncipes para eleger o rei que deve ser depois promovido a imperador e que é sabido lhes pertencer por lei e antigo costume...”³⁴³.

Como deveremos conceber e interpretar esta afirmação papal? Qual o alcance e o valor destas afirmações no seio do pensamento, das concepções e das doutrinas do papa Inocêncio, relacionadas com o problema do ‘negotium imperii’? Será que tal afirmação representa um corte com as tradicionais concepções do papado acerca do império e de certo modo representa uma abertura em relação à aceitação das noções e posições imperiais? No ‘Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii’ (RNI) – importante registro de documentos relacionados com a questão da coroação imperial – surgem três documentos em que o papa reconhece e afirma – embora de modo algum tão claramente como na decretal ‘Venerabilem’ – o seu respeito pela liberdade e pelos direitos dos príncipes eleitores³⁴⁴.

É importante salientar que duas dessas cartas representam documentos de bastante importância e impacto no problema da disputa pela coroa imperial. Trata-se de duas cartas datadas de 1201 dirigidas aos príncipes imperiais em que o papa lhes anunciava a sua decisão em aceitar e reconhecer Otto de Brunswick como rei, bem como anunciava e procurava demonstrar a rejeição de Filipe de Suábia considerado como pessoa indigna³⁴⁵. De certo modo, se poderá apontar que estas afirmações surgem em

³⁴³ “ Unde illis principibus ius et potestatem elegendi regem, in imperatorem postmodum promouendum, recognoscimus, ut debemus, ad quos de iure ac antiqua consuetudine noscitur pertinere...” RNI 62; vd. tb o mesmo texto em 3 Comp.1,6,19 (X I, 6, 34).

³⁴⁴ Estas afirmações em que o papa reconhece o direito e a liberdade dos príncipes imperiais surgem em: RNI 30 (carta dirigida por Inocencio III em 5 de Janeiro de 1201 ao bispo de Colónia); RNI 31 (carta dirigida pelo papa a todos os príncipes imperiais em Janeiro de 1201); RNI 33 (carta dirigida pelo papa aos príncipes imperiais datada de 1 de Março de 1201).

³⁴⁵ KEMPF, F. - *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana, 1954, pp. 46-47; LAUFS, M. - *Politik und Recht Bei Innozenz III. “Kaiserprivilegien, Thronstreitregister*

documentos de carácter eminentemente diplomático, e que poderão necessariamente estar marcados por uma certa moderação no tom e na própria expressão das ideias e das concepções. Podem ser entendidas como não representando verdadeiramente uma expressão do pensamento e das concepções do papa. Será que deveremos conceber a clara afirmação e inequívoca expressão do respeito pelos direitos e pela liberdade dos príncipes eleitores na decretal ‘Venerabilem’ como sendo uma afirmação de carácter eminentemente diplomático? Este problema relacionado com o carácter diplomático, com a moderação do tom e da verdadeira expressão do pensamento do papa na decretal Venerabilem – e mesmo nos documentos referidos – compreende-se mais profundamente se tivermos em mente um importante documento papal relacionado com a questão imperial: a Deliberatio.

A Deliberatio apresenta-se como um documento interno da cúria, como um consistório secreto em que o papa examinou e julgou cuidadosamente as reivindicações rivais dos três candidatos à coroa imperial³⁴⁶.

Neste documento, o papa revela e exprime o seu pensamento em relação à sua intervenção na disputa pela coroa imperial, bem como revela com grande clareza os pontos de vista políticos da cúria romana³⁴⁷. Em relação ao problema que nos ocupamos, a ‘Deliberatio’ para além de não fazer qualquer referência a um reconhecimento dos direitos dos príncipes imperiais aponta que o «imperium» pertence à sede apostólica e não a «provisio imperii» ou o «negotium imperii» como surge nas cartas e na decretal ‘Venerabilem’ Apesar de o documento curial não fazer qualquer

und Egerer Goldbulle in der Reichs – und Rekuperationspolitik Papst Innocenz III”, 26, Böhlau Verlag Köln-Wien: Kolner historische abhandlungen. 1980, pp. 70 e 136; MOORE, John C. - *Pope Innocent III (1160/61-1216): to root up and to Plant*. Leiden/Boston: Brill. 2003, p. 69.

³⁴⁶ TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam. 1980, p. 117. KEMPF, F. - *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, p. 45; LAUFS, M. - *Politik und Recht Bei Innozenz III: Kaiserprivilegien, Thronstreitregister und Egerer Goldbulle in der Reichs – und Rekuperationspolitik Papst Innocenz III*, 26, Böhlau Verlag Köln-Wien: Kolner historische abhandlungen. 1980, pp. 151-152. MOORE, John C. - *Pope Innocent III (1160/61-1216): to root up and to Plant*. Leiden/Boston: Brill. 2003, p. 69; MORRIS, C. – *Papal Monarchy: The western church from 1050 to 1250*. Oxford: Clarendon Press. 1989, p. 423; MARTINI, G. – “Traslazione dell’Impero e donazione di Costantino nel pensiero e nella politica d’Innocenzo III”. In: *Archivio della R. Società Romana di Storia Patria*. Roma: nella Sede della Società alla Biblioteca Vallicelliana. 1933-1934, pp. 246-253, 256-260.

³⁴⁷ KEMPF, F. - *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, p. 45; LAUFS, M. - *Politik und Recht Bei Innozenz III: Kaiserprivilegien, Thronstreitregister und Egerer Goldbulle in der Reichs – und Rekuperationspolitik Papst Innocenz III*, 26, Böhlau Verlag Köln-Wien: Kolner historische abhandlungen. 1980, p. 151.

referência em relação aos direitos dos príncipes imperiais, e apesar de existir uma certa diferença em relação ao tom, tal não implica necessariamente – como é o caso – uma transformação no pensamento e na forma de conceber a posição do papado em relação ao império.

De certo modo, a violência da linguagem das forças imperiais revelada no protesto de Bamberg, bem como a memória do incidente de Besançon³⁴⁸ poderiam ter levado a cúria e o papa a utilizar na ‘Venerabilem’ um tom moderado e a demonstrar um cuidado redobrado no modo de exprimir o seu pensamento e as suas concepções em relação ao império e ao papel dos príncipes eleitores, e mesmo, a realizar concessões em relação às forças imperiais. No entanto, pensamos que tal reconhecimento dos direitos dos príncipes imperiais que surge na ‘Venerabilem’ não representa, nem uma afirmação de carácter eminentemente diplomático, nem um cuidado no modo de exprimir o seu pensamento e as suas concepções, nem uma concessão em relação às forças imperiais.

Parece-nos que estas interpretações nos impedem de compreender o seu pensamento e as suas concepções em toda a sua amplitude, e também encobrem o verdadeiro significado do alcance, do valor da afirmação e do reconhecimento dos direitos dos príncipes imperiais.

O papa Inocêncio III reconhecia, com toda a clareza, que a eleição do rei alemão era um direito dos príncipes alemães.

Não podemos deixar de apontar que neste ponto o papa revelava uma mudança em relação às concepções e aos ideais que apresentavam os papas do princípio do século XII, e mesmo em relação às concepções do papa Adriano, acerca do império, e do valor da eleição imperial.

Como deveremos compreender e interpretar esta mudança? Será que se deve entender como revelando um corte com as tradicionais concepções da igreja romana e do papado, assinalando uma abertura em relação à aceitação das noções e das posições imperiais?

³⁴⁸ A memória do incidente de Besançon ainda estava demasiadamente fresca na memória do papado como o podemos ver na referência que surge na *Deliberatio*: “Qui etiam, cum bone memorie Alex(ander), predecessor noster, tunc ecclesie Romane cancellarius, ad eum a felicis recordationis Adriano papa, qui eum coronauerat, destinatus fuisset, lectis litteris in quibus continebatur quod imperator deberet ecclesie Romane deferre, cum ipsa ei corone beneficium contulisset, dicitur cum furore et iracundia respondisse: «Nisi essemus in ecclesia, iam scirent qualiter Teutonicorum enses incidant»“ RNI n° 29.

Esta mudança revela claramente o quanto o papa Inocêncio III tinha sido capaz de compreender as mutações e as transformações que tinham ocorrido desde a reforma gregoriana e, sobretudo desde a segunda metade do século XII.

As lutas e os conflitos da igreja e do papa com as novas concepções e visões políticas de Frederico Barbarossa e Henrique II de Inglaterra, bem como o surgimento das noções de autonomia do poder secular, causaram um impacto no pensamento do nosso papa. Para além disso, o desenvolvimento do direito canónico e da ciência canonística tinha abordado a difícil e complexa questão das relações entre o ‘sacerdotium’ e o ‘regnum’ com grande profundidade e grande seriedade.

Os canonistas começaram a examinar e a analisar os direitos e os deveres do papa com uma precisão sem precedentes.³⁴⁹ A compreensão destas mutações e transformações, tinham produzido no papa Inocêncio III uma consciência de que as afirmações do poder papal e do papado deveriam ser mais cuidadosas, e que se deveria compreender melhor as reivindicações legais dos governantes seculares do que até então³⁵⁰.

Será que esta consciência de compreensão das reivindicações legais dos governantes seculares representa um corte com as tradicionais concepções da igreja, e sobretudo com as concepções papais que vinham a ser desenvolvidas desde a reforma gregoriana?

O papa Inocêncio III aprovava inteiramente as tradicionais concepções do papado e da igreja romana, bem como se apoiava em termos ideológicos nas concepções da primazia papal e numa série de direitos concretos que o papado detinha em suas mãos desde a reforma gregoriana e compreendeu o valor que estas afirmações poderiam ter num

³⁴⁹ Para uma compreensão da evolução do pensamento canonístico na segunda metade do século XII e a sua profunda influência na questão da relação entre o ‘Regnum’ e o ‘Sacerdotium’ vd. o interessante e ainda precioso estudo de MOCHI ONORY, S. - *Fonti canonistiche dell’ idea moderna dello stato (imperium spirituale – iurisdictio divisa – sovranità)*. Milano: Pubblicazioni dell’Università Cattolica del Sacro Cuore, Società Editrice «Vita e Pensiero», 1951. KEMPF, F. - *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp. 181-230; ULLMANN, W. - *Medieval Papalism: The political theories of the medieval canonists*. London: Methuen & Co. Ltd. 1949.; os estudos bastante detalhados de Alfons M. Stickler são, apesar de antigos, também valiosos. Vd. STICKLER, A. - “Sacerdozio e Regno nelle nuove ricerche attorno ai secoli XII e XIII nei decretisti e decretalisti fino alle decretali di Gregório IX”. In: *Sacerdozio e Regno*. Roma, 1954, pp. 1-26; KUTTNER, S. - *Studies in History of Medieval Canon Law*. London: Variorum, 1990; Id. - *Gratian and the Schools of Law 1140-1234*. London: Variorum Reprints. 1983.

³⁵⁰ KEMPF, F. - *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp. 64-65.

momento em que emergiam e se desenvolviam as noções e as afirmações da autonomia do poder secular³⁵¹.

Será que estas concepções do papa Inocêncio III seguem as pisadas das teorias e das ideias daquele que a tradição apontava como o seu mestre em Bolonha?

Até que ponto o pensamento e as concepções do papa são marcados pela influência do pensamento de Huggucio de Pisa³⁵²?

Na sua ‘Summa super Decreto’ numa interpretação do D.96 este importante canonista bolonhês apresenta algumas ideias sobre a questão imperial, e sobre o problema do significado jurídico da coroação papal do imperador que nos parecem de grande importância para os assuntos que nos encontramos a analisar.

Será que o papa realmente confere ao imperador o poder executivo e a dignidade imperial, ou será que apenas confere o título de ‘Imperator’ e a santificação do ofício?

Será que a função imperial deriva directamente de Deus, ou deriva do papa? Huggucio rejeita por completo a doutrina de que o imperador recebe os seus poderes do papa e declara que ele os recebeu dos príncipes que o elegeram: “Eu creio que o imperador

³⁵¹ Id., ibid.; POWELL, J. C. - *Vicar of Christ or Lord of the World?* Washington: The Catholic University of America Press, 1994, pp. 176-177; KEMPF, F. - “Innocenz III” In *Das Papsttum: Von den Anfängen bis zu Päpsten in Avignon*. Stuttgart/Berlin/Köln/Mainz: ed. Martin Greschat. 1985. vol. I, pp. 195-207; MOORE, J. C. - *Pope Innocent III (1160/61-1216): to root up and to Plant*. Leiden/Boston: Brill. 2003, p. 6.

³⁵² Esta questão da influência do pensamento de Huggucio tem sido alvo de uma interessante discussão entre as diferentes concepções em relação às reivindicações papais de exercer a sua autoridade sobre a esfera secular. Os dualistas apontam que o papa Inocêncio III meramente seguiu as pisadas do seu professor em Bolonha, Huggucio de Pisa, e nunca se desviou de uma posição essencialmente dualista. Os apoiantes da posição hierocrática, cujo melhor representante é de facto W. Ullmann, apontam que Inocêncio afirmou claramente a noção e a concepção de uma superioridade do espiritual sobre o temporal. De acordo com esta posição, o papa ao reivindicar estas posições não estava a fazer outra coisa senão o culminar de séculos de preparação para a posição hierocrática. Em relação ao problema de Huggucio, W. Ullmann refere que existe uma clara quebra entre “Huggucio e os seus seguidores ingleses e espanhóis” e o papa Inocencio III, ULLMANN, W. - *Medieval Papalism: The political theories of the medieval canonists*. London: Methuen & Co. Ltd. 1949, p. 146. Em relação a este ponto, os importantes apoiantes da chamada ‘via media’, ou seja, os apoiantes das concepções de que as interpretações ‘dualistas’ e ‘hierocráticas’ apenas falseiam o pensamento de Inocencio, Brian Tierney e J. Watt diferem. Embora, Tierney não o afirme explicitamente, parece-nos, de certo modo, que aponta para a noção de que existe realmente uma quebra entre o papa e os seus predecessores, TIERNEY, Brian - ““Tria Quippe distinguit iudici...” A note on Innocent III’s Decretal Per Venerabilem”. In: *Speculum* 38, 1962, pp. 55-56. John Watt aponta que “a legislação política [de Inocêncio] emerge logicamente do background decretista” e que ele foi particularmente influenciado pelo pensamento do seu professor, Huggucio de Pisa, WATT, J. A. - *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates, 1965, p. 34. No entanto, devemos ter o cuidado de perceber que surgem em Watt opiniões e referencia que argumentam contra esta noção de continuidade. Vd.tb. PENNINGTON, K. - “Pope Innocent III’s Views on Church and State: A Gloss to Per Venerabilem”. In: *Law, Church, and Society: Essays in Honour of Stephan Kuttner*. Philadelphia: Ed. Kenneth Pennington e Robert Sommerville. 1977, p. 51. Reimpresso em: PENNINGTON, K. - *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550*. Pope Innocent III’s Views on Church and State: A Gloss to Per Venerabilem. Hampshire: Aldershot. 1993, p. 3.

detém o poder da espada [i.e. o poder executivo] e a dignidade imperial, não do papa, mas dos príncipes e do povo através da eleição...³⁵³“. Será que deveremos entender a afirmação e a compreensão das reivindicações legais dos governantes seculares apresentada pelo papa Inocêncio III como uma adopção da interpretação apresentada por Huggucio para o problema do significado jurídico da coroação papal do imperador?

A resposta a esta questão é de grande interesse para a compreensão da decretal Venerabilem, bem como para uma compreensão do pensamento e das concepções papais acerca do império. No entanto, agora, não dispomos de todas as ferramentas necessárias para conseguirmos responder inteiramente a esta questão. Por isso, parece-nos ser necessário continuar a desenvolver a análise da decretal Venerabilem.

O papa Inocêncio III, logo, em seguida, à clara e explícita afirmação do respeito pelos direitos dos príncipes imperiais, apresenta uma ideia que nos parece bastante significativa, e que certamente nos ajudará a compreender o verdadeiro alcance e o verdadeiro significado do seu pensamento e das suas concepções.

Inocêncio III refere com uma clareza extraordinária que o direito que os príncipes detêm de eleger o rei, não representa um direito próprio dos príncipes imperiais, nem um

³⁵³ Huggucio: “Ego autem credo quod imperator potestatem gladii et dignitatem imperialem habet non ab apostolico, set a principibus et populo per electionem...ante (scil. Unctionem et confirmationem) quidem imperator est quoad dignitatem set non quoad unctionem, licet ante non dicatur imperator et ante habet potestatem gladii et eam exercet”. ad D.96 c.6.s.v.officia, Lincoln Cath. MS 2, fol.172^{vab} citado em WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 23. Surge ainda em MOCHI ONORY, S. - *Fonti canonistiche dell' idea moderna dello stato (imperium spirituale – iurisdictio divisa – sovranità)*. Milano: Pubblicazioni dell'Università Cattolica del Sacro Cuore. Società Editrice «Vita e Pensiero». 1951, pp. 148-149 (utiliza o Cod. Vat. Lat. 2280, fol. 87r). Encontramos um precedente destas ideias numa interpretação do D.96 c.6 realizada por um outro canonista bolonhês: Simon de Bisignano. Nessa glosa, este importante canonista aponta: “Propriis actibus, id est, actus utriusque potestatis, uel quod in sua persona facit: paut enim turbas, vendentes de templo eiecit, quod ad regis officium spectat; et se ipsum in ara crucis immolat, et pro inimicis orauit dicens, ‘Pater ignosce illis quia nesciunt quid faciant’, quod sacerdotis est officium; usque hoc habet: quod imperator vero habet potestatem gladii; distincte enim sunt he potestates nec una pendet ex altera, unde in huius rei figuram dictum fuit, ‘ecce gladii duo hic’ “ ad D.96 c.6, Lambeth Palace MS 411 fol. 15^{vb}; vd.tb. Glossa Palatina: “Ex sola enim electione principum dico eum vero imperatorem, antequam papa confirmatur, arg.hic, licet non ita appelatur” ad Dist. XCIII, c.24, fol.35 ao D.8, s.v ‘imperator’, citado em ULLMANN, W. – *Medieval Papalism: The political theories of the medieval canonists*. London: Methuen & Co. Ltd. 1949, p. 46. Surge ainda em PILATI, G. - *Chiesa e Stato nei primi quindici secoli*. Roma/Parigi/Tournai/New-York: Desclée & C. – Editori Pontifici. 1961, p. 207. Encontramos a posição contrária na Summa Monacensis: “Dicimus quod apostolicus habet gladium materiale et spirituale set aliter et aliter: spirituale auctoritate et usu, materiale tantum auctoritate, quia quando inungitur imperator datur ei ab apostolico potestas et executio gladii materialis” ad D.22 c.1 s.v. terreni simul et celestis imperii iura citado em WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 24, surge também em STICKLER, A. M. – “Imperator vicarius Papae: Die Lehren der französisch-deutschen Dekretistenschule des 12 und beginnenden 13 Jahrhunderts über die Beziehungen zwischen Papst und Kaiser.” In: *Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung* 62. 1954, p. 202.

direito próprio do império, mas representa de facto uma concessão dada pela igreja romana e pelo papado: “Isto é particularmente verdade dado que a Sé Apostólica lhes concedeu este direito e este poder.”³⁵⁴ Com isto, o papa exprime claramente a noção de que o poder e o direito dos príncipes imperiais para eleger o rei é um poder derivado da autoridade do papado³⁵⁵.

Como pode o papa Inocêncio III demonstrar que o poder das forças imperiais, dos príncipes imperiais é derivado da autoridade do papa?

Que poderoso argumento utiliza para demonstrar tal reivindicação?

O papa vai procurar demonstrar e desenvolver a sua reivindicação sobre o argumento da origem histórica do império, baseando-se na célebre teoria da ‘Translatio Imperii’³⁵⁶.

Esta teoria apresenta-se como uma interessante e profunda interpretação dos célebres acontecimentos ocorridos em Roma na noite de Natal de 800 em que Carlos Magno recebeu a coroa imperial das mãos do papa Leão III.

De acordo com esta teoria, sobretudo com a interpretação do papa Inocêncio III a cerimónia de Natal de 800 não significava apenas que o imperador tinha recebido a sua coroa das mãos do papa, mas que através desta primeira coroação de um rei franco, através da proclamação de Carlos Magno como ‘Imperator Romanorum’ o império tinha sido transladado do oriente para o ocidente.

O papa tinha realizado tal acto porque necessitava de um protector contra os seus inimigos em Itália: os Lombardos. E, visto que, aquele que detinha o Império Romano não era capaz de cumprir devidamente a sua função de protector da Igreja Romana, foi privado do seu ofício e o império foi conferido e concedido àquele que estivesse disposto e fosse capaz de realizar tal protecção.

De certo modo, apresentando uma espécie de sùmula da teoria da ‘Translatio Imperii’, a igreja romana transferiu o império do oriente para o ocidente para defesa e protecção do papado³⁵⁷.

³⁵⁴ “presertim cum ad eos ius et potestas huiusmodi ab apostolica sede peruenerit” RNI 62, vd. Tb. 3 Comp.1,6,19 (X I,6,34).

³⁵⁵ WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 35.

³⁵⁶ “prasertim cum ad eos ius et potestas huiusmodi ab apostolica sede peruenerit, que Romanum imperium in persona magnifici Karoli a Grecis transtulit in Germanos.” RNI 62, vd. Tb. 3 Comp.1,6,19 (X I,6,34).

Por volta da segunda metade do século IX descobrimos, em alguns textos, interessantes referências às noções da ‘Translatio Imperii’³⁵⁸. Durante o conflito entre o ‘Sacerdotium’ e o ‘Regnum’ que foi a querela das Investiduras, surgiram novas e importantes referências a estas noções nos escritos polemicistas de ambas as partes, e sobretudo, começa a surgir a ideia de que se deve aos papas a renovação do império³⁵⁹. O desenvolvimento pleno da doutrina e da noção de que o papado e a igreja romana possuíam inteiramente o direito da ‘Translatio Imperii’, surge na segunda metade do século XII. Embora a teoria fosse admitida e afirmada, tal não quer dizer que fizesse clara e inequivocamente parte do pensamento, da doutrina e das concepções da igreja,

³⁵⁷ WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates, 1965, p.35; ULLMANN, W. – *Medieval Papalism: The political theories of the medieval canonists*. London: Methuen & Co. Ltd., 1949, pp. 65-84; MACCARRONE, M. - *Chiesa e Stato nella Dottrina di Papa Innocenzo III*. Roma: Lateranum, Facultas Theologica Pontificii Athenaei Lateranensis. 1940, pp. 63-64; MARTINI, G. – “Traslazione dell’Impero e donazione di Costantino nel pensiero e nella politica d’Innocenzo III”. In: *Archivio della R. Società Romana di Storia Patria*. Roma: nella Sede della Società alla Biblioteca Vallicelliana. 1933-1934, pp. 226-227.

³⁵⁸ Encontramos referências e afirmações à noção da ‘Translatio’ na famosa e interessantíssima carta do imperador Luís II ao imperador de Constantinopla, Basílio I, vd. MGH, Epistolae VII, p. 385-394, para a citação vd. nota 214. Surgem também uma referência a esta noção numa carta do papa João VIII. vd. KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Histórie Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp.68-69; MACCARRONE, M. - *Chiesa e Stato nella Dottrina di Papa Innocenzo III*. Roma: Lateranum, Facultas Theologica Pontificii Athenaei Lateranensis. 1940, pp. 143-144.

³⁵⁹ Encontramos referências à ‘Translatio’ na obra ‘Defensio Henrici regis’ de Pietro Crasso. Na obra ‘Orthoxa defensio imperialis’ do imperialista moderado Gregório de Catino surge a noção da ‘Translatio’ como obra de Deus que dispõe dos impérios e que os concede a quem lhe parece bem: “ipse solus ordinator, et sibi tempore placito cuiuscumque potestatis interemptor et traslator, quia in manu eius sunt omnes fines terrae” MGH, Libelli de Lite II, p.541. O mesmo autor aponta que Carlos Magno recebeu a sua dignidade suprema pela escolha da providencia. Wido de Ferrara narrando os factos que conduziram à fundação do império carolíngio diz que o papa sob a pressão dos Lombardos: “eundem Carolum collecto hostes Romam duxit et abiecto a dignitate regni Desiderio Romanorum imperatorem constituit” MGH, SS XI, 571. Em Benzo, bispo de Alba, encontramos uma referência bastante interessante à ‘Translatio’ do império de um povo para outro feita pelos dois apóstolos Pedro e Paulo, e que se apresenta e representa claramente uma imagem simbólica da igreja romana: “Petrus et Paulus christianae miliciae antesignani, dimicantes adversus simulacra quae caluere pagani, unus cruce, alter ense adepti sunt arcem imperii Romani, quod vice secundum placitum alterna quando Grecis, quando Gallis, quando Langobardus contulerunt, ad ultimum sorte perpetua possidendum Teutonicis tradiderunt” MGH SS XII, 622. Bernardo de Constança, na sua obra ‘Liber canonum contra Heinricum IV’ em que procurava demonstrar o direito do papa de depor os soberanos hostis à igreja e os substituir por príncipes dedicados aos seus próprios interesses. Exactamente com esta intenção, Bernardo vai desenvolver uma análise sobre a ascensão da coroa carolíngia em que surge a noção da ‘Translatio’. Carlos Magno vencedor de «Didier» obtem do papa o reino Lombardo e, mais tarde, do seu sucessor o império, vd. MGH, Libelli de Lite I, p. 496 e ss. Deste modo, Bernardo exprime e liga a interpretação pontifical das origens do império com a teoria da liberdade do papa conferir o império aos seus bons servidores MGH, Libelli de Lite I, p.500. Vd. tb. KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Histórie Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp.68-69; MACCARRONE, M. - *Chiesa e Stato nella Dottrina di Papa Innocenzo III*. Roma: Lateranum, Facultas Theologica Pontificii Athenaei Lateranensis. 1940, pp. 144-145; FOLZ, R. – *Le Souvenir et la Legende de Charlemagne dans l’Empire Germanique Medieval*. Genève: Slatkine. 1973, pp. 142-144.

nem que fosse afirmada universalmente³⁶⁰. Esta afirmação, aparentemente estranha, poderá ser confirmada pela análise e pela referência ao pensamento canonístico. De facto, em todo o ‘corpus’ do direito canónico até ao princípio do século XIII, ou seja, em todos os canonistas desde Graciano até à compilação da célebre ‘Compilatio Tertia’³⁶¹ não surge, nem se encontra qualquer referência à noção e ao problema da ‘Translatio Imperii’.

Este facto é tanto mais interessante se tivermos em mente que se existisse alguém, ou alguma linha de pensamento que tivesse tratado esse problema, teria sido o pensamento canonístico: Graciano e os canonistas. De facto, os canonistas, especialmente Graciano, procuraram desenvolver e analisar todos os problemas e todas as questões fundamentais que estavam relacionadas com o complexo problema da relação entre o ‘Regnum’ e o ‘Sacerdotium’, entre o papado e o império³⁶².

Os canonistas, nas suas obras desenvolveram análises, questionaram e discutiram problemas como: a eleição do soberano alemão, a consagração e a coroação de imperador, o direito papal de confirmação e de deposição de um soberano, a doação de

³⁶⁰ As posições imperiais, e sobretudo o pensamento do imperador Frederico Barbarossa, em relação ao problema da ‘Translatio’ apontavam claramente que Carlos Magno e Otão I tinham recebido e adquirido o império pela força da espada, vd. “MGH”, “SS”, “Rerum Germanorum”, “Ottonis Gesta Frederici Imperatoris”, II, p. 30. Ideias semelhantes surgem em VON CORVEY, W. - “MGH”, “SS”; “MGH”, “SS”, “Rerum Germanorum”, I, 38, “Annales Laureshamenses”, c. 34; “MGH”, “SS”, “Rerum Germanorum”, Otto de Freising, “Chronicon V”, 30 - 32, VI, 24, pp. 256-257 e 286-288.

³⁶¹ Importante compilação e colecção de decretais dos primeiros doze anos do pontificado do papa Inocêncio III realizada pelo notário papal Petrus Beneventanus por volta de 1209 – a datação é nos dada pelo facto do papa ter enviado no final de 1209 a colecção para Bolonha com uma bula de aprovação papal (‘Devotioni vestri’). A compilatio Tertia representa ‘de facto’ a primeira colecção oficial de direito canónico promulgada por um papa, pois os textos anteriores, o ‘Decretum’ e as duas primeiras Compilationes, apesar da sua enorme importância, eram colecções particulares. Para uma análise mais ampla da Compilatio Tertia vd. PENNINGTON, K. - “The Making of a Decretal Collection: The Genesis of Compilatio Tertia”. In: *Proceedings of the Fifth International Congress of Medieval Canon Law*. Vatican City: Biblioteca Apostolica Vaticana. 1980, pp. 68-92; BRUNDAGE, J. A. – *Medieval Canon Law*. The Medieval World. London: Longman. 1995, p. 195.

³⁶² Acerca da doutrina e do ensino dos canonistas sobre as relações entre o ‘Regnum’ e o ‘Sacerdotium’ vd. KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp. 194-252; MOCHI ONORY, S. - *Fonti canonistiche dell’ idea moderna dello stato (imperium spirituale – iurisdictio divisa – sovranità)*. Milano: Pubblicazioni dell’Università Cattolica del Sacro Cuore, Società Editrice «Vita e Pensiero». 1951, pp. 79-143; BRUNDAGE, J. A. – *Medieval Canon Law*. The Medieval World. London: Longman. 1995; STICKLER, A. M. – “Sacerdozio e regno nelle nuove ricerche attorno ai secoli XII e XIII nei decretisti e decretalisti fino alle decretali di Gregorio IX”. in: *Sacerdozio e regno di Gregorio VII a Bonifacio VIII*. Miscellanea Historiae Pontificiae 18. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp. 1-26. Para uma análise dos escritos dos canonistas mais importantes da segunda metade do século XII vd: *Decretum Magistri Gratiani*. Leipzig. 1879 (ainda não existe uma versão mais recente); PAUCAPALEA - *Die Summa des Paucapalea über das Decretum Gratiani*. Giessen: ed. Friedrich von Schulte. 1890; RUFINUS - *Die Summa des Magister Rufinus*. Paderborn: ed. Heinrich Singer. 1902; TORNACENSIS, S. - *Die Summa des Stephanus Tornacensis über das Decretum Gratiani*. Giessen: ed. Friedrich von Schulte. 1891.

Constantino e a teoria das duas espadas. Na verdade, não há qualquer análise ou discussão sobre a noção da ‘Translatio’. Isto não quer dizer que os canonistas e as escolas do direito canónico desconhecêssem a existência da teoria da ‘Translatio’, mas que os canonistas do século XII não davam grande valor e importância a tal doutrina na análise e na compreensão das relações e dos problemas entre o império e o papado³⁶³.

Só depois da ascensão do papa Inocêncio III ao trono papal é que esta teoria começa a surgir na doutrina e na teoria política do papado.

Que lugar e importância tem esta teoria no pensamento político do papa Inocêncio III, e sobretudo no pensamento e nas concepções do papa em relação ao império?

De certo modo, é de referir que a doutrina e a teoria da ‘Translatio’ é formulada e adoptada pelo papa Inocêncio III nas suas tensas relações com as forças imperiais.

Estas ideias surgem em vários documentos datados de 1199-1201 relacionados com o problema da disputa pela coroa imperial³⁶⁴.

³⁶³ KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp. 70-72. De facto, surgem referências muito breves e muito vagas à noção da ‘Translatio Imperii’ em algumas sumas da segunda metade do século XII, vd. a suma Parisiensis ao D. LXIII c.22 ad v. “Adrianus papa”, “Cum infestaretur ecclesia Romana, missum est pro Pipino, qui licet accessisset, non tamen inceptum pous perfecit. Mortuo Bibino misit Adrianus pro Karolo, filio suo, qui postquam triumphavit, factus est patricius, i.e. ut esset pater et defensor Romane civitatis. Quod ius ante habebat in eadem civitate Constantinopolitanus et aliquem patricium vice sua semper in civitate instituebat, postquam transierat Constantinopolim” citado em STICKLER, A. M. – “Imperator Vicarius Papae”. In: *MIÖG* 62. 1954, p. 189 (nota 48); vd. Suma Pariensis ao C. XXIII q.4 c.30 ad v. “patricius noster”, cit em Id., ibid., p. 190 (nota 51). Podemos ainda ver a Summa Elegantius in iure divino – também conhecida por Summa Coloniensis – : “Non dedignatur etiam imperator sanctam Romanam ecclesiam matrem suam agnoscere, cuius advocatus est et a qua imperiale decus accepit” citada em Id., ibid., p. 189. Em Huguccio de Pisa surgem também duas referências extremamente vagas à noção da ‘Translatio’, vd. C. VII q.1 c.41 ad v. “imperator unus”: “Debet esse, hoc generale et revelare (regulare), casualiter tantum (tamen) quam aliter fit et forte male, ut di. XXI, nunc autem (c.7). Quid ergo de Graeculo? Abusive et sola usurpatione dicitur imperator, solus enim romanus dicitur iure imperator, sub quo omnes reges debent esse, quicquid sit.” citado em MOCHI ONORY, S. - *Fonti canonistiche dell’ idea moderna dello stato (imperium spirituale – iurisdictio divisa – sovranità)*. Milano: Pubblicazioni dell’Università Cattolica del Sacro Cuore, Società Editrice «Vita e Pensiero». 1951, p. 165. Vd. também D.LXIII c.21 ad v. “in regiam urbem”: “Scilicet Constantinopolim adhuc enim imperium non erat translatus ad teutonicos...” citado na nota 2 em Id., ibid., p. 146.

³⁶⁴ KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Historiae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, p.75; MOORE, J. C. - *Pope Innocent III (1160/61-1216): to root up and to Plant*. Leiden/Boston: Brill. 2003, p. 63. Os documentos surgem em RNI 18; RNI 29; RNI 30; RNI 31; RNI 33. Uma das mais interessantes e completas formulações desta doutrina realizadas pelo papa surge na famosa ‘Deliberatio domini papae Innocentii super facto imperii de tribus electis’: “ principaliter, cum per ipsam [sedem apostolicam] et propter ipsam de Grécia sit translatus; per ipsam translationis attricem propter ipsam melius defendendam” RNI 29.

Após a decisão papal de 1201, o papa fará referência a tal doutrina em mais dois documentos: na decretal ‘Venerabilem’ e num documento datado de 1203 dirigido aos príncipes alemães.³⁶⁵

Uma análise das várias formulações da doutrina e da teoria da ‘Translatio’ nestes documentos papais, revela algumas ideias que nos parecem de bastante interesse para o âmbito do nosso trabalho:

Em primeiro lugar, é de referir que a maior parte destas formulações apresenta uma forma bastante sintética, revelando apenas a estrutura fundamental da própria doutrina³⁶⁶. Certamente que nos poderemos questionar acerca do facto de o papa utilizar formulações tão sintéticas e tão breves para desenvolver uma teoria que parece ter bastante importância no seu pensamento e nas suas concepções acerca do império.

Estas formulações da teoria revelam com uma clareza extraordinária qual é realmente a sua importância e o seu valor no seio do pensamento e das concepções do papa Inocêncio III.

A utilização de fórmulas profundamente sintéticas, demonstra que o interesse do papa não estava propriamente relacionado com a análise e com o desenvolvimento da teoria em si, mas com a afirmação e reivindicação de certos direitos que poderiam derivar desta teoria. Não há dúvida que o papa viu na teoria da ‘Translatio’ um poderoso argumento para demonstrar e para reivindicar o seu direito de intervir na disputa pelo trono alemão.

³⁶⁵ RNI 79. Trata-se de um documento sem qualquer importância e sem qualquer peso para a questão imperial, e para o problema da dupla eleição imperial: “Novimus enim quod imperium a Grecia in Germania per Romanam ecclesiam pro sua fuerit defensione translatum; et ideo tanto amplius ad eius exaltationem intendimus, quanto in eo ecclesiam credimus potius exaltari, cum sciamus quod frequenter gladius spiritualis contempnitur, si materiali gladio non adiuvatur”.

³⁶⁶ Vd. a ‘Responsio domini papae facta nuntiis Philippi in consistorio’: “Verum ad apostolicam sedem iampridem fuerat recurrendum, ad quam negotium istud principaliter et finaliter dinoscitur pertinere: principaliter, quia ipsa transtulit imperium ab oriente in occidentem...” RNI 18; a formulação mais completa encontra-se na Deliberatio: “Interest apostolice sedis diligenter et prudenter de imperii Romani provisione tractare, cum imperium noscatur ad eam principaliter et finaliter pertinere: principaliter, cum per ipsam [sedem apostolicam] et propter ipsam de Grécia sit translatum; per ipsam translationis actricem propter ipsam melius defendendam” RNI 29; as formulações que surgem no RNI 30, 31, e 33 são bastante semelhantes à que encontramos na Deliberatio, mas de modo nenhum são iguais.

De facto, é precisamente este sentido e este propósito que encontramos em quase todas as referências e todas as formulações desta teoria no seio dos vários documentos englobados no ‘Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii’³⁶⁷.

Não podemos deixar de referir que esta teoria teve um papel fundamental no processo realizado pelo papa para expandir e fortalecer os direitos teóricos, bem como uma série de direitos e de poderes concretos que o papado detinha em suas mãos desde os tempos da reforma gregoriana.

A noção da ‘Translatio’ apresentava-se e representava um poderoso argumento histórico-jurídico que conferia uma base de sustentação para a consolidação dos direitos concretos que o papado tinha de intervir na questão imperial e na disputa pelo trono alemão.

Algumas questões bastante importantes se nos apresentam:

Como deveremos compreender esta intervenção?

Será que a reivindicação de um direito de intervenção no império quer dizer que o papa detém um poder absoluto de intervenção no império?

Como deveremos compreender a relação entre a noção de ‘Translatio’ e o direito de intervenção que daí decorre?

A teoria da ‘Translatio imperii’ desenvolvida pelo papa Inocêncio III pretendia apresentar a reivindicação de que o império medieval na sua origem estava estreitamente ligado e relacionado com o papado. Parece-nos importante salientar que esta ligação original entre o império e o papado no pensamento e nas concepções do papa Inocêncio III está profundamente relacionada com a noção e a concepção do imperador como um defensor especial e um protector providencial da igreja romana e do papado³⁶⁸.

Como vimos atrás, a teoria da ‘Translatio’ apontava claramente para a noção de que o direito do papa em relação ao império tinha a sua justificação na origem histórica do império, pois tinha sido trasladado do oriente para o ocidente pela igreja para que esta pudesse ser melhor defendida e melhor protegida. Esta noção do papel e da função do

³⁶⁷ KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Históriae Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp. 74-75.

³⁶⁸ Id., *ibid.*, p. 76-77.

imperador, esta necessidade absoluta por parte da igreja romana de protecção, bem como o direito de procurar e de se ocupar em encontrar um protector condigno e activo, começam a fazer delinear, a fazer surgir diante de nós o sentido da intervenção papal na questão imperial e na questão da disputa pela coroa imperial. Esta teoria reivindica apenas uma intervenção em certos casos específicos³⁶⁹. A noção do direito de intervenção que decorre desta teoria está claramente relacionada com o direito da igreja romana e do papado de se preocupar com a eleição e com a escolha do imperador. Deste modo, de acordo com o pensamento e as concepções do papa Inocêncio III, o papado, devido à sua particular ligação original com o império e necessitar de um protector e defensor condigno, tinha o direito, o dever e a autoridade de intervir e julgar a disputa, como um árbitro competente, como um ‘iudex superior’³⁷⁰.

Antes de continuarmos a avançar na análise da decretal, parece-nos importante desenvolver algumas considerações sobre um problema que ficou por resolver. Como vimos, o papa Inocêncio III refere que o direito que os príncipes detêm de eleger o rei, não representa um direito próprio dos príncipes, nem um direito próprio do império, mas um poder derivativo, um poder derivado da autoridade do papado.

Como deveremos compreender estas ideias apresentadas pelo papa?

Qual o seu valor dentro do seu pensamento e das suas concepções acerca do império e do imperador?

Uma breve lembrança de alguns antecedentes políticos e históricos poderá ser de grande utilidade para a compreensão e para o entendimento deste problema. Certamente ainda teremos em mente os argumentos apresentados pelas forças do partido Hohenstaufen, pelos príncipes imperiais nas várias cartas de protesto, tanto na declaração de Speyer, como no documento redigido em Bamberg. Nestes documentos dirigidos contra a intervenção papal na questão imperial e contra a intromissão papal aos direitos dos eleitores, como também contra a decisão papal de 1201, as forças do partido Hohenstaufen apontam que a escolha do candidato lhes pertence inteiramente e não ao papa. Deste modo, a intervenção reivindicada e realizada pelo papa é considerada legalmente inadmissível. Não podemos deixar de referir que nestes documentos surgia

³⁶⁹ Id., *ibid.*, pp. 76-77.

³⁷⁰ WATT, John A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965; MORRIS, C. – *Papal Monarchy: The western church from 1050 to 1250*. Oxford: Clarendon Press. 1989, p. 424.

igualmente expressa a noção de que o imperador recebia a dignidade e o poder imperial através da eleição dos príncipes, e por isso não existia qualquer ligação com o papado e com o papa³⁷¹. O papa na decretal que presentemente estudamos, refere claramente que o papa ou o bispo de Palestrina não intervieram no problema da disputa pela coroa imperial como eleitores, nem como juízes da eleição.³⁷² Como vimos atrás, o papa refere com uma clareza extraordinária na ‘Venerabilem’ que a eleição do rei não pertencia e não era da competência da igreja romana e do papado, mas um direito que pertencia inteiramente aos príncipes eleitores. O papa acrescenta que tal direito é um poder derivado da autoridade da igreja romana, do papado, através da ‘Translatio’.

Que pretende afirmar o papa com tal afirmação?

Se nos prendermos ao sentido literal das palavras, certamente podemos concluir que o direito de escolha dos príncipes foi concedido pelo papado através da “Translatio”. Parece-nos importante referir que não se pode inferir uma tal autoridade a partir da noção e da doutrina da translação. Como vimos, esta apenas estava relacionada com a transferência do império de um povo para outro e não um direito de disposição sobre a natureza interna e a constituição do império.

Dentro do pensamento e das concepções do nosso papa, a noção de que tal direito constitui um poder derivado da autoridade da igreja romana e do papado através da “translatio”, está intimamente relacionada com a ideia de que o direito de voto dos príncipes, na medida em que representa o direito de escolha do imperador, não pertence à constituição da monarquia germânica, mas apenas lhe foi concedido pela translação do império³⁷³. O direito dos eleitores como uma tarefa concedida pelo papa deveria ser exercida sob a “ius” do papa. Do mesmo modo, o direito do eleito, escolhido para

³⁷¹ Vd. RNI 14; RNI 61.

³⁷² “Objectioni ergo principum respondentes asserimus quod legatus noster..episcopus Prenestinus <approbando karissimum in Christo filium nostrum regem Ottonem et reprobando Phillippum ducem Suevie> nec electoris gessit personam, iuxta quod nobis per litteras suas quidam principum opponebant, utpote qui nec fecit aliquem eligi nec elegit, et sic electioni se nequaquam ingressit; nec cognitoris personam exhibuit, cum neutris electionem quoad factum eligentium confirmandam duxerit aut etiam infirmendam; et sic ius sibi principum nullatenus usurparit aut venerit contra illud” RNI 62. Maccarrone refere que esta repetição do mesmo termo (eleição, eleitor, eleger) revela claramente por parte do papa um cuidado em demonstrar o quanto era «estranho» à eleição alemã, vd. MACCARRONE, M. - *Chiesa e Stato nella Dottrina di Papa Innocenzo III*. Roma: Lateranum, Facultas Theologica Pontificii Athenaei Lateranensis. 1940, p.134.

³⁷³ KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Históriæ Pontificiæ 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, p.79.

realizar um serviço papal como “advocatus” e “defensor” da igreja romana deveria, estar sujeito ao papa³⁷⁴.

Depois desta breve análise do valor e do alcance da noção e da concepção da “Translatio imperii” no pensamento do papa Inocêncio III vão-se desenvolver algumas considerações sobre uma ideia que nos parece de suma importância para a compreensão da visão do papa em relação ao império. Na “Venerabilem” depois de ter afirmado e apresentado a noção da “Translatio” o papa refere: “ Os príncipes devem reconhecer (...) que nos pertence o direito e a autoridade de examinar a pessoa eleita e de o promover ao ofício imperial, dado que o ungimos, consagramos e o coroamos. É de facto regular e geralmente aceite que o exame seja feito por aquele que faz a imposição das mãos”³⁷⁵.

Como deveremos conceber e interpretar esta afirmação?

Qual o valor e o alcance desta afirmação nas concepções e doutrinas do papa Inocêncio III, relacionadas com a questão imperial?

Antes de mergulharmos na análise do valor destas noções na decretal “Venerabilem” e na sua importância no pensamento do papa, parece-nos importante desenvolver algumas considerações breves sobre o modo como a teoria e a noção do “direito de examinação” é formulada e adoptada pelo papa Inocêncio III nos vários documentos papais, relacionados com o problema da disputa imperial.

Não deixa de ser interessante salientar que no ‘Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii’ (RNI) a afirmação destas noções surge em alguns dos mais importantes documentos relacionados com a questão imperial³⁷⁶, em relação com a afirmação da teoria da “translatio”. Esta relação e ligação entre as duas teorias, não é

³⁷⁴ WATT, John A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965 pp.35-36.

³⁷⁵ “Sed et principes recognoscere debent et utique recognoscunt <sicut idem in nostra recognouere presentia> quod ius et auctoritas examinandi personam electam in regem et promouendam ad imperium ad nos spectat, qui eam inungimus, consecramus, et coronamus. Est enim regulariter ac generaliter obseruatum, ut ad eum examinatio persone pertineat, ad quem impositio manus spectat”. RNI 62.

³⁷⁶ RNI n.18 (Responsio) e RNI n.29 (Deliberatio). A formulação desta teoria na “Responsio” surge de um modo bastante sintético, revelando apenas a sua ossatura: “Verum ad apostolicam sedem iampridem fuerrat recurrendum, ad quam negotium istud principaliter et finaliter dinoscitur pertinere; (...) finaliter, quia ipsa concedit coronam imperii” RNI n.18. Na «Deliberatio» encontramos uma formulação bastante mais ampla e bastante mais próxima daquela que encontramos na “Venerabilem”: “Interest apostolice sedis diligenter et prudenter de imperii Romani provisione tractare, cum imperium noscatur ad eam principaliter et finaliter pertinere: (...) finaliter, quoniam imperator a summo pontifice finalem siue ultimam manus impositionem promotionis proprie accipit, dum ab eo benedicatur, coronatur, et de imperio inuestitur.” RNI n.29.

aparente, pois ambas, em interrelação, representam as bases, os fundamentos e os argumentos sobre as quais o papa Inocêncio III desenvolve e ergue a sua reivindicação de intervenção na questão imperial, e no “negotio imperii”.

De certo modo, parece-nos interessante e importante o facto do papa Inocêncio III, desde os primeiros momentos da sua acção na questão imperial, procurar desenvolver as suas reivindicações não sobre argumentos de carácter bíblico, ou mesmo teológico – como apresenta em muito outros documentos importantes do seu pontificado – mas apenas e somente, sobre argumentos e fundamentos de carácter eminentemente histórico-jurídico. Depois destas breves e sumárias notas mergulhemos então na análise do valor e do alcance desta teoria no seio da decretal “Venerabilem”.

O papa, na decretal “Venerabilem”, refere que lhe pertence inteiramente o direito e a autoridade de examinar a pessoa eleita como rei e de o promover ao ofício imperial.

Como deveremos interpretar este direito e esta autoridade que pertence inteiramente ao papa?

Qual o seu valor, o seu significado e o seu papel nas reivindicações e afirmações em relação à questão imperial?

Como vimos, o “direito de examinação” representa uma das bases e um dos direitos fundamentais para a reivindicação da sua intervenção na disputa pelo trono imperial.

Será que se pode conceber tal direito como a afirmação de um poder e de autoridade absoluta de intervenção nas questões imperiais?

Antes de mais, parece-nos importante salientar que, de certo modo, por detrás das noções apresentadas pelo papa, existe uma interessante analogia entre o papel do papa “realizar” um imperador e o papel do papa “realizar” um bispo. Assim, o papa Inocêncio III afirma que a eleição do imperador pertencia inteiramente aos príncipes eleitores tal como a eleição de um bispo pertencia inteiramente ao capítulo ou ao clero de uma determinada diocese. Afirma que uma eleição feita pela “maior et sanior pars” dos eleitores era válida providenciando que o direitos dos eleitores – ou de um eleitor – não fossem desprezados e que a pessoa do eleito e o procedimento eleitoral fossem sujeitos a escrutínio. Ao papa pertencia o direito de realizar tais examinações. O eleito

seria examinado na sua “idoneitas” para o ofício imperial e rejeitado se considerado e proclamado indigno³⁷⁷.

Como deveremos compreender o direito de examinação?

Qual o seu valor no pensamento e nas concepções do papa Inocêncio III em relação à disputa pelo trono imperial?

O termo técnico que era utilizado no direito canónico para referir a noção do exame do candidato era “confirmatio”. Kempf, na sua obra admirável sobre a questão imperial, procurou demonstrar que o papa na decretal Venerabilem não reivindicou para o papado qualquer tipo de confirmação da eleição, mas apenas um “direito de examinação” relacionado com a consagração do imperador. Na continuação do seu argumento, o mesmo autor desenvolveu a concepção de que o papa considerou a eleição do rei alemão como uma eleição imperial, que tal eleição transferia a força imperial e o direito para a praticar e utilizar.

Deste modo, na interpretação de Kempf, a consagração do imperador apenas representa uma concessão de dignidade e fortifica o imperador no seu ofício³⁷⁸.

Será que devemos aceitar integralmente a posição de F. Kempf?

De certo modo concordamos com as posições de F. Kempf. No entanto, em relação a certos pontos temos algumas reservas. Se realmente o papa reivindicou tudo aquilo que F. Kempf procurou demonstrar na sua profunda e interessante análise, não se poderá deixar de estranhar o facto dos primeiros canonistas que analisaram e glosaram o texto da Decretal terem demonstrado um descontentamento pela afirmação papal de que detém as duas espadas, ou seja, que o papa representa a origem do poder imperial³⁷⁹. Mais estranho será o facto de canonistas que representam e normalmente afirmam posições de carácter moderado e mesmo conservador terem afirmado com grande clareza o princípio de que o imperador detém o seu poder do papa³⁸⁰, e sobretudo, terem

³⁷⁷ WATT, John A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 35.

³⁷⁸ KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Histórie Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954, pp. 105-134. Esta obra representa, sem dúvida, o estudo mais profundo e completo sobre a questão imperial.

³⁷⁹ WATT, John A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965, p. 35.

³⁸⁰ Id., *ibid.*, p. 36.

utilizado a “Venerabilem” como base de argumentação para estas concepções³⁸¹. Não podemos deixar de referir que entre o papado e os canonistas existia uma relação frutífera que era semelhante a um intrincado contraponto musical. O papado produzia a linha melódica à qual os canonistas respondiam, por vezes forçando Roma, a reconsiderar a estrutura e o ritmo da peça.³⁸² Nesta linha melódica, o papado e os canonistas erguem a sua voz em uníssono. De facto, raro é o canonista que depois da “Venerabilem” tenha argumentado que o direito papal sobre o império se confinasse meramente à concessão de uma dignidade ou de um título ao imperador.

Certamente, a partir destes argumentos, poderíamos, com toda a facilidade concluir, que o papa Inocêncio, na decretal “Venerabilem”, apresentava e reivindicava um poder em relação ao império.

Parece-nos importante salientar que permanecem ainda alguns problemas importantes por responder e que certamente nos ajudarão a compreender com maior amplitude e profundidade as concepções do papa em relação ao império. Como vimos atrás, ao papa pertencia o direito de examinar a “idoneitas” do eleito para o ofício imperial. Este “direito de examinação” estava eminentemente relacionado com a concepção e com a noção do papel e da função do imperador, ou seja, com a necessidade e com o dever da igreja romana de procurar e de se ocupar em encontrar um protector condigno e activo. Deste modo, baseando-se neste princípio que, de certo modo, representava um direito concreto que o papado detinha em suas mãos desde os tempos da reforma gregoriana, o papa vai desenvolver a sua reivindicação da função e do seu papel de “iudex superior”. Não podemos deixar de apontar que este direito superior e supremo do papado, afirmado pelo papa na questão do “direito de examinação”, está profundamente relacionado com a doutrina da “translatio”. Este direito superior que o papa afirma de poder examinar e de decidir em relação à “idoneitas” do eleito para o ofício imperial,

³⁸¹ Existem muitas glosas do princípio do século XIII que apontam estas noções, citamos apenas uma glosa de Raimond de Penafort que com grande concisão e clareza ilustra este princípio: “Sed numquid immediate an mediate habet imperator imperium a Deo quidam dicunt quod immediate. Pro eis est X di. *Quoniam*, XCVI di. *Cum ad Verum* et Authent. Preallegata, *Quando oporteat episcopus*, XCIII di. *Legimus*, vers. *exercitus sibi faciat imperatorem*. Alii dicunt quibus assentio quod mediate: papa enim habet a Domino utrumque gladium. Item cum abscindisset auriculam Malco gladio materiali, non dixit ei Dominus: pone gladium, Sed: *converte in vaginam*, ac si aperte diceret: habeas gladium materiale, eius tamen executionem non exercens, sed alii committas, et videtur hoc expressum, XXII di. *Omnes*, extra III de electione, *Venerabilem*, XV.q. VI, *Alius*.” Raimond Penafort, *Summa Iuris*, ed. J.Rius Serra, Barcelona, 1945, p. 40.

³⁸² PENNINGTON, K. - *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984.

encontra a sua justificação nas origens históricas do império. Isto, na medida, em que o então detentor do império, porque incapaz de realizar condignamente a sua função de protector da igreja romana, foi privado do seu ofício e o império conferido a outro que fosse capaz de conceder tal protecção. O direito dos eleitores como uma tarefa concedida pelo papa deveria ser exercida sob a “ius” do papa. O direito do eleito escolhido para realizar um serviço papal como “advocatus” e “defensor” da igreja romana, deveria estar sujeito ao papa. Assim, “principaliter”, ou seja, nas suas origens históricas, e “finaliter”, ou seja, no sentido do fim e da função que o papa Inocêncio III concedia para o imperador – defesa da igreja romana – o império pertencia ao papado.

EM GUIA DE CONCLUSÃO

O longo pontificado do Papa Inocêncio III representa um dos momentos mais marcantes da história do papado medieval e até da própria história da igreja.

A política realizada e desenvolvida pelo papa ao intervir nos grandes combates e nas grandes frentes históricas e, sobretudo, o alcance e o valor das suas fortes afirmações acerca do seu ofício, da autoridade papal e da relação entre a igreja e estado – que impressionaram profundamente os seus contemporâneos – têm sido alvo de longa discussão, tendo produzido e gerado grande controvérsia desde o século XIII até à actualidade. Esta questão é ainda hoje amplamente discutida e analisada por um grande número de historiadores e estudiosos com a mesma intensidade e profundidade com que o fizeram os canonistas no século XIII.

Como nos deveremos posicionar perante estes problemas e estas questões? Como deveremos compreender e interpretar o pontificado e o pensamento do papa Inocêncio III? Como entender e interpretar as políticas realizadas pelo papa nos grandes combates do seu pontificado? Como interpretar o alcance e o valor das suas poderosas afirmações acerca do seu ofício, da sua autoridade e das suas visões da relação entre a igreja e o estado?

Embora este trabalho esteja marcado por um carácter eminentemente descritivo, surgem tentativas, respostas, interpretações, tomadas de posição e apreciações um pouco veladas e mesmo incipientes, relacionadas com a compreensão do pontificado e do pensamento do papa.

As posições e interpretações apresentadas e desenvolvidas ao longo deste trabalho não devem ser interpretadas como respostas definitivas ou mesmo como produto de um esforço para resolver e procurar desenvolver uma resposta ampla e profunda às complexas questões que o pontificado e o pensamento do papa levantam desde o século XIII, mas sim tentativas marcadas por um certo tom incipiente. No entanto, parecem-nos de uma certa importância e utilidade para o desenvolvimento de uma visão, de uma compreensão e de uma imagem não só da figura e do pensamento do papa, mas também do valor e do alcance das afirmações acerca do seu ofício, da sua autoridade e das suas visões acerca da relação entre a igreja e o estado.

Como vimos, na primeira parte deste trabalho procuramos realizar e desenvolver uma análise profunda das políticas desenvolvidas pelo papa nas suas intervenções nos

grandes combates e nas grandes frentes históricas do seu pontificado. O problema da compreensão e da interpretação destas políticas, sobretudo, dos motivos e das razões que levaram o papa a intervir nestas questões, tem produzido um amplo debate e tem gerado uma grande controvérsia entre um grande número de estudiosos. Ranke apontou que o “herdeiro de Henrique VI foi Inocêncio III”. Será que deveremos compreender as posições e as intervenções do papa Inocêncio III à luz deste comentário? De certo modo, este comentário de Ranke tem uma certa dose de verdade no que toca às políticas desenvolvidas pelo papa no processo de recuperação e libertação dos estados papais das tropas imperiais, na restauração das suas antigas fronteiras e no modo como o papa soube tirar partido de antigas doações e diplomas imperiais como base e reivindicação legal para rejeitar a autoridade e a força imperial em favor do domínio papal.

Contudo, será que deveremos conceber este processo de recuperação dos estados papais como um desejo de poder e de domínio semelhante àquele que encontramos nos imperadores Hohenstaufen?

Não nos parece ser esta a interpretação mais correcta da visão e do pensamento do papa em relação ao problema da afirmação da noção e da recuperação do estado papal. A noção do estado papal expande-se muito para além de um conjunto de doações e de reivindicações legais, revelando-se como uma necessidade absoluta e realidade fundamental para a segurança e para a própria liberdade da igreja romana. O motivo fundamental desta política papal relacionava-se não só com a longa experiência do domínio e da influência laical e imperial na igreja e no papado, mas também com a experiência do férreo domínio dos imperadores Hohenstaufen.

Alguns autores modernos referiram que as experiências do papado do século XX demonstraram que o papado não tinha nenhuma necessidade de um estado independente para assegurar a sua segurança e a liberdade e para agir como um líder religioso independente. Estas posições estão claramente marcadas pela ideia de que todos os esforços desenvolvidos por Inocêncio III para a criação do estado papal não representam senão um desejo de estabelecer e expandir o domínio, a autoridade e o poder soberano do papa sobre o temporal, expandindo-se muito para além da própria realidade do estado papal.

Uma análise das experiências do papado do século XX poderá ajudar-nos a compreender melhor e mais profundamente os receios e motivos que conduziram à criação do estado papal e que levaram o papa a desenvolver esforços gigantescos nesse sentido. As controvérsias relacionadas com as políticas do papa Pio XII em relação aos Judeus poderão indicar que o papa poderia ter agido de modo diferente se fosse o governante de um território independente. Outro exemplo que poderá ser de grande utilidade para compreender e confirmar o temor dos papas medievais, embora não esteja relacionado com o papado, será certamente o caso e a experiência dos patriarcas de Moscovo sob e durante o domínio do regime soviético.

A intervenção de Inocêncio na complexa situação histórica e política da Sicília e na questão imperial estava profundamente relacionada com esta necessidade da concretização do elemento fundamental para a “*libertas ecclesiae*” que era a recuperação dos estados papais. Como vimos, este problema representa o motivo fundamental para a intervenção papal nessas questões, ajudando-nos a compreender as políticas e as negociações desenvolvidas nesses grandes combates e nessas grandes frentes históricas. Parece-nos, de facto, bastante importante salientar que estas intervenções e estas acções do papa foram vistas e interpretadas por vários historiadores e estudiosos como profundamente perigosas, revelando intenções bastante mais amplas do que as que apontámos. As acusações feitas às “*intervenções*” e às “*interferências*” papais em questões relacionadas com a estrutura fundamental dos estados seculares não são uma realidade nova, na medida em que já no século XIII as encontramos num grande número de cronistas imperiais.

Tanto no já mencionado grande número de historiadores e de estudiosos como nos cronistas medievais, as políticas papais na questão imperial são concebidas e interpretadas como promoção da guerra civil, impedindo a unificação nacional do império e procurando a destruição do Sacro Império Romano. Não deixa de ser interessante apontar que Helene Tillmann, importante estudiosa, cujas posições em relação ao papa Inocêncio III são geralmente favoráveis, refere que as intervenções e as políticas papais nos assuntos relacionados com a questão imperial e com o Sacro Império Romano são completamente indefensáveis.

Como vimos, Inocêncio foi acusado de destruir o império alemão e de privar o império germânico de se tornar uma nação unificada. A essência da acusação desenvolvida pelos cronistas e pelos historiadores alemães estava relacionada com a noção de que o papa deveria ter coroado e aceite Filipe como sendo o homem mais hábil para unificar o império. No entanto, considerando o perigo que Filipe significava para o papado, para a igreja e para o processo de recuperação desenvolvido pelo papa, parece-nos muito difícil que o papa aceitasse a coroação do candidato Hohenstaufen. Não podemos deixar de referir as longas acusações que o papa foi desenvolvendo ao longo dos anos e da questão imperial contra a figura de Filipe de Suábia. Especialmente importante era o receio de que Filipe continuasse a tradicional política anti-papal desenvolvida e realizada pelos imperadores Hohenstaufen. Parece-nos difícil entender porque é que Inocêncio deveria ser acusado quando os príncipes imperiais e os candidatos ao trono imperial tinham recusado o pedido papal de pôr fim às lutas internas que estavam a destruir a Alemanha e a tentativa de Inocêncio em chegar a um acordo e a uma resolução pacífica. Para além disso, não podemos deixar de salientar que para o papado a possibilidade da destruição do poder imperial representava um enorme perigo.

O papado, para a sua própria segurança, necessitava da existência do império, utilizando, com abundância, o poder imperial como contrapeso em relação aos outros poderes e a outras forças que se pudessem erguer contra Roma. É de extrema importância compreender que a luta pela independência do papado implicava a noção de que o império não representasse um poder que se tornasse uma ameaça para a sua realidade e segurança ou uma força que dominasse por completo o papado e o impedisse de realizar devidamente o seu ofício eclesiástico e espiritual.

Na segunda parte deste trabalho, procuramos desenvolver uma análise das definições e das afirmações da autoridade e do poder papal no seio da igreja.

Ao longo do seu pontificado, o papa transformou e expandiu consideravelmente as concepções e noções acerca do papado, criando ainda novas justificações para o exercício da sua autoridade, denominando-a “Plenitudo Potestatis”.

Como deveremos compreender esta autoridade e este poder absoluto? Como deveremos compreender o valor da afirmação da noção da “Plenitudo Potestatis” papal no seio da igreja?

Inocêncio III compreendeu esta concepção como base fundamental para a reivindicação do papel e do ofício de papa como o de um monarca, lançando assim as bases fundamentais para a afirmação da noção de monarquia papal no seio da igreja. Isto distingue a posição do papa – este refere e retoma insistentemente este ponto em numerosíssimas cartas e documentos no seu pontificado – em relação ao poder, autoridade e, sobretudo, em relação à jurisdição dos outros bispos e membros da hierarquia eclesiástica. Todos os outros são chamados a uma parte do cuidado pelas almas, enquanto que ao papa como “*vicarius Christi*” foi concedido e confiado o cuidado sobre toda a terra, um poder e uma autoridade vastíssima e de grande amplitude. Assim, o poder papal estende-se sobre todos os crentes e não só sobre os prelados, mas também sobre os seus subordinados. Esta “*Plenitudo Potestatis*” – plenitude de poder – concede ao papa a capacidade de intervir directamente em disputas legais sem ter que se subordinar aos tribunais inferiores e sem ser limitado por qualquer tipo de lei positiva, na medida em que é o “*legislador supremo*” no seio da igreja.

Inocêncio III desenvolveu e mostrou claramente a concepção de que a jurisdição de toda a hierarquia fluía, emanava e escorria da “*Plenitudo Potestatis*”, residindo o poder e a autoridade dos membros apenas na participação na plenitude de poder do papa. Parece-nos importante salientar que para o papa Inocêncio III a jurisdição dos patriarcas e dos bispos metropolitas, primazes era puramente humana, mesmo pensando que se baseava na autoridade da venerável tradição legal e em precedentes históricos. O papa, como “*Caput ecclesiae*”, tendo recebido a sua plenitude de poder por instituição divina e não por constituição canónica, era o verdadeiro representante de Cristo na terra – “*vicarius Christi*” –, detinha a sua autoridade e exercia o ofício não de homem, mas de verdadeiro Deus na terra. Estas concepções desenvolvidas pelo papa Inocêncio III através de uma vasta panóplia de imagens, de metáforas e de símbolos representam uma base firme de carácter teórico e, sobretudo, uma robusta justificação para a afirmação da primazia jurisdicional do papa no seio da igreja e da noção da monarquia papal.

Alguns historiadores conceberam o pontificado do papa Inocêncio III como um ponto fundamental na transformação da estrutura da igreja de uma visão descentralizada – “feudal” – para uma monarquia absoluta. Existe, de facto, verdade nesta posição e nesta concepção; no entanto, parece-nos importante salientar que esta visão representa, sobretudo, uma generalização. Para uma compreensão mais ampla das afirmações e das

concepções do nosso papa acerca da “Plenitudo Potestatis”, da noção do papa como “vicarius Christi”, da novidade, da radicalidade e da importância que estas noções tiveram na concepção da estrutura da igreja, basta-nos apontar que no momento em que o papa ascendeu ao trono papal e mesmo durante o século XIII – lembremo-nos da célebre controvérsia dos mendicantes-seculares – as posições e concepções episcopalistas detinham uma influência bastante grande no seio da igreja. Para além disso, a questão da origem e o carácter da jurisdição episcopal como problema da posição constitucional dos bispos constituíam ainda um problema e uma questão complexa. O papa Inocêncio III, durante o seu pontificado, compreendeu intuitivamente a posição constitucionalista dos bispos e dos prelados, percebendo a necessidade de construir argumentos para a monarquia papal, independente da autoridade humana e de precedentes históricos. Deste modo, o papa procurou enfatizar o direito de agir sob autoridade divina e o poder de exercer o ofício de Deus na terra. Inocêncio transformou o papa de “vicarius Petri – vigário de Pedro” para “vicarius Christi”.

As suas poderosas afirmações acerca da autoridade e do poder do papa, da primazia jurisdicional do papa no seio da igreja e a sua forte insistência em pôr estes princípios em prática, apesar de terem sido desenvolvidos no calor das questões práticas do seu pontificado, marcaram o começo de uma nova era e pavimentaram o caminho para a afirmação e para a reivindicação do absolutismo papal.

A reivindicação de domínio que o papa Inocêncio III ergueu e desenvolveu como vigário de Cristo estendeu-se sobre toda a esfera eclesiástica e sobre o mundo cristão. No entanto, a compreensão do valor e do alcance das reivindicações da superioridade do domínio papal no mundo cristão é bastante controverso e levanta questões bastante complexas.

Será que o papa Inocêncio III pretendia reivindicar que o poder não só dos prelados, mas também dos governantes seculares, fluía, emanava e escorria da plenitude de poder do papa e que em consequência, o governo secular tinha a sua origem no papa? Ou será que o papa concebia o poder dos governantes seculares como autónomo do poder e da autoridade do papado? Em muitas cartas, documentos e mesmo em sermões, o papa desenvolveu a noção e a concepção de que o papa se encontrava acima das pessoas e das nações e que o seu poder era evidentemente superior ao secular. Em outros lugares,

o papa desenvolveu a concepção alegórica de que a Pedro tinha sido concedido o poder sobre toda a igreja universal, mas também que lhe tinha sido concedido todo o mundo. Será que deveremos conceber esta superioridade e este poder como base de que o papa detinha um poder absoluto e um domínio sobre toda a cristandade e sobre os príncipes seculares? Certamente que as suas frequentes reivindicações de “Plenitudo Potestatis”, da superioridade do poder espiritual sobre o temporal poderiam dar a impressão de que o papa não concebia qualquer tipo de limites à sua autoridade e ao seu poder como papa, mas tal não é propriamente a intenção, nem o caso do papa Inocêncio III. De facto, o papa Inocêncio III nunca pretendeu substituir os vários poderes e governos seculares e temporais da cristandade, sendo verdadeiro quando, em várias cartas e documentos, afirmava a intenção de respeitar os direitos dos governantes seculares. No entanto, como devemos compreender a relação entre a afirmação e a exigência do papa como vigário de Cristo em dirigir o mundo, com a afirmação e a reivindicação do reconhecimento das reivindicações e das posições dos governantes seculares? Como compreender e interpretar a ambiguidade e complexidade destas formulações pouco claras que surgem nas cartas e nos documentos papais? Como deveremos compreender as ideias políticas do papa Inocêncio III? Será que as suas ideias políticas estão marcadas por posições de carácter hierocrático ou dualista?

De certo modo, estas reivindicações, estes problemas e ambiguidades e o problema da interpretação e da compreensão das ideias políticas do papa Inocêncio III surgem nos textos paradigmáticos: as decretais que foram analisadas neste trabalho. Como vimos, nestes documentos, o papa Inocêncio III reivindica e desenvolve amplas afirmações acerca do poder, da autoridade do ofício papal, do poder papal na execução da jurisdição, em casos seculares, do papado como “iudex superior” no seio da cristandade. No entanto, nestas mesmas decretais, o papa Inocêncio III demonstra um certo respeito e reconhecimento pelas reivindicações e posições dos governantes. As afirmações acerca do poder e da autoridade do papa, bem como as poderosas afirmações e reivindicações do papa como “vicarius Christi” estavam baseadas e suspensas ideologicamente sobre a primazia papal e, em termos práticos, por uma série de direitos concretos que se encontravam nas mãos do papado desde os tempos da reforma gregoriana, tendo Inocêncio III procurado expandir o máximo possível. No entanto, este papa, com o seu sentido político apurado, compreendeu que estes direitos estavam

cronologicamente limitados e que se poderiam tornar de valor duvidoso com o desenvolvimento das noções e das afirmações da autonomia do poder secular que então começavam a surgir em força. De facto, Inocêncio reconheceu e compreendeu as mutações políticas que se começavam, então, a desenvolver, procurando lidar com isso de um modo apropriado.

Não podemos deixar de referir que o papa levava muito a sério quando um governante resistia às suas reivindicações e procurava, em casos de conflito, uma solução justa para ambas as partes. Contudo, procurou tirar partido de todos os argumentos legais que lhe tinham sido concedidos e conferido para conduzir o mundo cristão. O papa Inocêncio III alcançou uma posição e uma visão política que ultrapassava e excedia os seus predecessores e mesmo os seus sucessores, na medida em que estes, nas suas concepções, perderam o sentido e a compreensão da realidade política e cometeram o erro de procurar uma visão hierocrática rígida.

Será que deveremos conceber o papa como defensor de uma hierocracia ou será que o deveremos compreender como defensor de posições de carácter dualista?

Parece-nos que será mais útil e proveitoso para a compreensão do pensamento e das concepções políticas do papa Inocêncio III perceber que este desenvolveu e realizou reivindicações novas e poderosas extremamente amplas na esfera secular; no entanto, mesmo as suas afirmações mais poderosas e “agressivas” não reivindicavam o direito absoluto de exercício do poder papal e da autoridade papal em assuntos seculares, mas a noção de que o poder espiritual poderia necessariamente intervir em casos seculares e sobretudo poderia intervir como “*Iudex superior*”.

BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia activa – fontes:

CHARTRES, I. – *Correspondance I*. Ed. Jean Leclercq. Paris. 1949.

Corpus Iuris Canonici, Pars Secunda: Decretalium Collectiones, Decretales Gregorii.
P. IX. Ed. Emil Ludwig Richter und Emil Friedberg. Leipzig. 1881.

Decretales pseudo-isidorianae et capitula Angirammii. Ed. P. Hinschius. Leipzig. 1863.

Decretum Magistri Gratiani. Leipzig. 1879.

Die Register Innocenz III, Pontifikatsjahr 1199/1200, II, Othmar Hageneder, Werner Maleczek e Alfred A. Strnad, Publikationen der Abteilung für Historische Studien des Österreichischen Kulturinstituts in Rom II/I/2, Rom/Wien. 1979.

Die Register Innocenz III, Pontifikatsjahr 1198/99, I, Othmar Hageneder e Anton Haidacher, Publikationen der Abteilung für Historische Studien des Österreichischen Kulturinstituts in Rom II/I/1, Graz/Köln, 1964.

Die Register Innocenz III, Pontifikatsjahr 1202/1203, V, Othmar Hageneder. Col. Christoph Egger, Karl Rudolf und Andrea Sommerlechner, Publikationen des Historischen Instituts beim Österreichischen Kulturinstitut in Rom II/I/5, Wien 1993.

GRESS-WRIGHT, D. – *Gesta Innocentii III: Text, Introduction and Commentary*. Bryn Mawr College Dissertation. 1981.

HINSCHIUS, P. – *Decretales Pseudo-Isidorianae*. Leipzig. 1863.

Liber Censum Romanae Ecclesiae. Trad. Cencio Savelli. Ed. P. Fabre e L. Duchesne. Paris. 1880-1952.

Monumenta Germaniae Historica. Edit. Georg Heinrich Pertz. Hannover: Impensis Bibliopoli Avlici Hahniani. 1866.

Paucapalea, Die Summa des Paucapalea über das Decretum Gratiani. Ed. Friedrich von Schulte. Giessen. 1890.

Patrologiae Latinae. Parisiis: Garnier fraters editores et J.-P. Migne successores. 1890.

POTTHAST, A. – *Regesta pontificum Romanorum (1198 – 1304).* I-II, Berolini, 1874-1875.

Quinque Compilationes Antiquae. Ed. E. Friedberg. Akademische Druk. U. Verlagsanstalt. 1956.

Regestum Innocentii III papae super negotio Romani imperii. Ed. Friedrich Kempf. Rome. 1947.

Die Summa des Magister Rufinus. Ed. Heinrich Singer. Paderborn. 1902.

S. Bernardo - *De Consideratione ad Eugenium Papam.* Eds. J. Leclercq e H.M.Rochais. In: Sancti Bernardi Opera. Roma: Tractatus et opuscula. 1963.

TORNACENSIS, Stephanus - *Die Summa des Stephanus Tornacensis über das Decretum Gratiani.* Ed. Friedrich von Schulte. Giessen. 1891.

Bibliografia Passiva – bibliografia de consulta:

BAETHGEN, F. – *Die Regentschaft Papst Innozenz III. Im Königreich Sizilien.* Heidelberger Abhandlungen zur mittleren und neueren Geschichte. 44. Heidelberg. 1914.

BAUMEL, J. - *Histoire d'une Seigneurie du Midi de la France: naissance de Montpellier (985-2213).* Montpellier. 1969.

BENSON, R. L. - *Bishop-Elect: A Study in Medieval Ecclesiastical Office.* Princeton. 1968.

BENSON, R. L. – “*Plenitudo Potestatis: Evolution of a Formula from Gregory IV to Gratian*”. *Collectanea Stephen Kuttner.* Bolonha: Studia Gratiana 14. 1967.

BOLTON, B. – *Innocent III: Studies on Papal Authority and Pastoral Care.* Aldershot–Brookfield. 1995.

BLUMENTHAL, Ute-Renate - *The Investiture Controversy: Church and Monarchy from the Ninth to the Twelfth Century.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1988.

- BRUNDAGE, J. A. – *Medieval Canon Law*. The Medieval World. London: Longman. 1995.
- BUISSON, M. L. – Exemples et tradition chez Innocent III. In: *Année Canonique* 15. 1971.
- CANNING, J. - “Power and Pastor: A Reassessment of Innocent III’s Contribution to Political Ideas”. In: *Pope Innocent III and His World*. Hampshire: Hofstra University, Ashgate, Aldershot.
- CARLYLE, R.W e A.J – *History of Medieval Political Theory in the West*. Edinburgh – London. 1909-1936.
- CHENEY, C. R. – *Pope Innocent III and England*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1976.
- CLASSEN, P. - “Das Wormser Konkordat in der deutschen Verfassungsgeschichte”. In: *Investiturstreit und Reichverfassung*. Sigmaringen. Ed. J.Fleckenstein. 1973.
- COWDREY, Herbert E. J. - *Pope Gregory VII: 1073-1085*. New York: Claredon Press of Oxford University. 1998.
- COURTNEY-BATSON, D. - “Per Venerabilem: From Practical Necessity to Judicial Supremacy”. In: *Pope Innocent III and his World*. Hofstra University, Ashgate, Aldershot.
- EGGER, C. – “Papst Innocenz III. Als Theologe. Beiträge zur Kenntnis seines Denkens im Rahmen der Frühscholastik“. In: *Archivum Historiae Pontificiae*. 1992. 30.
- FLICHE, A. - La réforme grégorienne. Louvain. 1924-1937.
- FLICHE, A. – La Chrétienté Médiévale, 395-1254. Paris. 1929.
- FOLZ, R. – Le Souvenir et la Légende de Charlemagne dans l’Empire Germanique Médiéval. Genève: Slatkine. 1973.
- FOREVILLE, R. - *Le Pape Innocent III et la France*. Stuttgart: Anton Hiersemann. 1992.
- FROEHLICH, K. - “St. Peter, papal Primacy, and the exegetical tradition, 1150-1300”. In: *The religious roles of the papacy: Ideals and Realities 1150-1300*. Papers in Mediaeval Studies. Ed. Christopher Ryan. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies. 1989.

- HAGENEDER, O. – “Exkommunikation und Thronfolerverlust bei Innocenz III”. In: *Römische Historische Mitteilungen* 2. 1959.
- HAMPE, K. - *Germany under the Salians and Hohenstaufen Emperors*. Oxford: Trad. R. Bennett. MHBf. 1973.
- HAUCK, A. - *Kirchengeschichte Deutschland*. Leipzig. 1911.
- HEINEMEYER, W. – “Beneficium – non feudum sed bonum factum. Der Streit auf dem Reichstag zu Besançon 1157.” In: *Archiv für Diplomatik* 15. 1969.
- IMKAMP, W. – *Das Kirchenbild Innocenz III (1198-1216). Päpste und Papsttum* 22. Stuttgart: Anton Hiesermann. 1983.
- Investiturstreit und Reichverfassung*. Sigmaringen: Ed. J.Fleckenstein. 1973.
- JACQUELINE, B. - *Bernard et l'expression Plenitudo Potestatis in Bernard de Clairvaux*. Paris. 1952.
- KANTOROWICZ, E. H. - *The King's Two Bodies: A Study in Mediaeval Political Theology*. Princeton: Princeton University Press. 1957.
- KEMPF, F. – *Papsttum und Kaisertum bei Innozenz III. Die geistigen und rechtlichen Grundlagen seiner Thronstreitpolitik*. Miscellanea Histórie Pontificiae 19. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954.
- KENNAN, E. - “The De Consideratione of St.Bernard of Clairvaux and the Papacy in Mid-Twelfth Century: A Review of Scholarship”. In: *Traditio* 23. 1967.
- KENNAN, E. – “Innocent III and the first Political Crusade: A Comment on the Limitations of Papal Power”. In: *Traditio* 27. 1971.
- KUTTNER, S. – “Notes on the Presentation of Text and Apparatus in Editing Works of the Decretists and Decretalists”. In: *Traditio* 15. 1959.
- KUTTNER, S. - *Studies in History of Medieval Canon Law*. London: Variorum, 1990.
- KUTTNER, S. - *Gratian and the Schools of Law 1140-1234*. London: Variorum Reprints. 1983.
- LADNER, G. – “The concepts of “Ecclesia” and “Christianitas” and their relation to the idea of papal “Plenitudo potestatis” from Gregory VII to Boniface VIII.” In: *Sacerdozio e regno da Gregorio VII a Bonifacio VIII*. Miscellanea Historiae Pontificiae 18. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954.

- LAUFS, M. - *Politik und Recht Bei Innozenz III: Kaiserprivilegien, Thronstreitregister und Egerer Goldbulle in der Reichs – und Rekuperationspolitik Papst Innocenz III.* Böhlau Verlag Köln-Wien: Kolner historische abhandlungen. 1980.
- LOUD, G. A. – “Royal Control of the Church in the Twelfth-Century Kingdom of Sicily.” In: *Studies in Church History* 18. 1982.
- LUCHAIRE, A – *Innocent III. La Papauté e l’Empire.* Paris. 1906.
- MACCARRONE, M. - *Innocenzo III prima del pontificato. Archivio della R. Deputazione romana di Storia Patria* 66 (IX della Nuova Serie).
- MACCARRONE, M. – *Studi su Innocenzo III.* Padua: Editrice Antenore. 1972.
- MACCARRONE, M. - *Chiesa e Stato nella Dottrina di Papa Innocenzo III.* Roma: Lateranum, Facultas Theologica Pontificii Athenaei Lateranensis. 1940.
- MACCARRONE, M. – *Vicarius Christi: Storia del titolo papale.* Roma: Laterum. 1952.
- MCILWAIN, C.H. – *Growth of Political Thought in the West.* New York. 1932.
- MCCREADY, W. D. - “Papal Plenitudo Potestatis and the Source of Temporal Authority in Late Medieval Hierocratic Theory”. In: *Speculum* 4. 1973.
- MARTINI, G. – “Traslazione dell’Impero e donazione di Costantino nel pensiero e nella politica d’Innocenzo III”. In: *Archivio della R. Società Romana di Storia Patria. Roma: nella Sede della Società alla Biblioteca Vallicelliana.* 1933-1934.
- MITTEIS, H. – *De staat des hohen mittelalters.* Cologne. 1980.
- MOCHI ONORY, S. - *Fonti canonistiche dell’ idea moderna dello stato (imperium spirituale – iurisdictio divisa – sovranità).* Milano: Pubblicazioni dell’Università Cattolica del Sacro Cuore, Società Editrice «Vita e Pensiero». 1951.
- MOORE, J. C. - *Pope Innocent III (1160/61-1216): to root up and to Plant.* Leiden/Boston: Brill. 2003.
- MOORE, John C. – “Pope Innocent III, Sardinia, and the Papal State”. In: *Speculum* 62. N°. 1. 1987.
- MORRIS, C. - *The Papal Monarchy: The Western Church from 1050 to 1250.* New York: Oxford University Press. 1991.

MUNZ, P. - *Frederick Barbarossa: A Study in Medieval Politics*. Itaca and London: Cornell University Press. 1969.

PACAUT, M. - *Alexandre III: Etude sur la conception du pouvoir pontifical dans sa pensee et dans son oeuvre*. "L'Église et l'État au Moyen Age", XI. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1956.

PENNINGTON, K. - "The Making of a Decretal Collection: The Genesis of *Compilatio Tertia*". In: *Proceedings of the Fifth International Congress of Medieval Canon Law*. Vatican City: Biblioteca Apostolica Vaticana. 1980.

PENNINGTON, K. - "Pope Innocent III's Views on Church and State: A Gloss to *Per Venerabilem*." In: *Law, Church, and Society: Essays in Honour of Stephan Kuttner*. Philadelphia: Ed. Kenneth Pennington e Robert Sommerville. Reimpresso em: PENNINGTON, K. - *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550*. "Pope Innocent III's Views on Church and State: A Gloss to *Per Venerabilem*." Hampshire: Aldershot, 1993.

PENNINGTON, K. - "Further Thoughts on Pope Innocent's Knowledge of Law". *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550*. Hampshire: Aldershot. 1993.

PENNINGTON, K. - "The Legal Education of Innocent III". In: *Bulletin of Medieval Canon Law*. n. 4. Berkeley: Institute of Medieval Canon Law. 1974. Reimpresso em PENNINGTON, K. - *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550*. The Legal Education of Innocent III. Hampshire: Aldershot. 1993.

PENNINGTON, K. - *Pope and Bishops: The Papal Monarchy in the Twelfth and Thirteenth Century*. University of Pennsylvania Press. 1984.

PENNINGTON, K. - "Pope Innocent III's Views on Church and State: A Gloss to *Per Venerabilem*." In: *Law, Church, and Society: Essays in Honour of Stephan Kuttner*. Philadelphia: Ed. Kenneth Pennington e Robert Sommerville. 1977, p. 51. Reimpresso em: PENNINGTON, K. - *Popes, Canonists and Texts, 1150-1550*. Pope Innocent III's Views on Church and State: A Gloss to *Per Venerabilem*. Hampshire: Aldershot. 1993.

PETTERS, E. - "Lotario dei conti di segni becomes pope Innocent III". In: *Pope Innocent III and his World*. Hofstra University. Ashgate. 1999.

PFAFF, V. - "Der Vorgänger: das Wirken Coelestins III. Aus der Sicht von Innozenz III", *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte*, Kan. 41. 1974.

- PILATI, G. - *Chiesa e Stato nei primi quindici secoli*. Roma/Parigi/Tournai/New-York: Desclée & C. – Editori Pontifici. 1961.
- POWELL, J. C. - *Vicar of Christ or Lord of the World?* Washington: The Catholic University of America Press. 1994.
- PRINCIPE, W. H. – “Monastic, Episcopal and Apologetic Theology of the Papacy, 1150-1250”. *The Religious Roles of the Papacy: Ideals and Realities, 1150-1300*. Ed. Christopher Ryan. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies. 1989.
- ROBINSON, I. S. - *The Papacy: 1073-1198: Continuity and Innovation*. Cambridge Medieval Text Books. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.
- SORANZO, G. – “La concezione dell’autorità imperiale nella lettera di Ludovico II a Basilio I”. In: *Atti del II Congresso di Studi Romani*. Roma. 1931.
- SPITERIS, J. – *La critica Bizantina del Primato Romano nel secolo XII*. Roma: Orientalia Christiana Analecta. 208. 1979.
- SPITERIS, J. – “Attitudes Fondamentales de la théologie byzantine, en face du rôle religieux de la papauté au XII siècle”. In: *The religious roles of the papacy: Ideals and Realities 1150-1300*. Papers in Mediaeval Studies. Ed. Christopher Ryan. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies. 1989.
- STICKLER, A. M. – “Sacerdozio e regno nelle nuove ricerche attorno ai secoli XII e XIII nei decretisti e decretalisti fino alle decretali di Gregorio IX”. *Sacerdozio e regno di Gregorio VII a Bonifacio VIII*. In: *Miscellanea Historiae Pontificiae* 18. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954.
- STICKLER, A. M. – “Imperator vicarius Papae: Die Lehren der französisch-deutschen Dekretistenschule des 12 und beginnenden 13 Jahrhunderts über die Beziehungen zwischen Papst und Kaiser.” In: *Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung* 62. 1954.
- STICKLER, A. M. - *Imperator Vicarius Papae*. *MIÖG* 62. 1954.
- STROLL, M. - *Symbols as power: The papacy following the investiture contest*. Leiden: E. J. Brill, 1991.
- TAYLOR, M. L. - “The election of Innocent III”. *The church and sovereign. Essays in Honour of Michael Wilks. Ca. 590 - 1918*. Cambridge: Ed. Diana Wood. 1991.

- TELLENBACH, G. - *Church, State and Christian Society at the time of the Investiture Contest*. Trad. R. F. Bennett. Oxford: Basil Blackwell. 1948.
- TELLENBACH, G. - *The Church in the Western Europe from the Tenth to the Early Twelfth Century*. New York: Cambridge University Press. 1993.
- TIERNEY, B. – ““Tria Quippe distinguit iudici...”A note on Innocent III’s Decretal *Per Venerabilem*”. In: *Speculum* 3. 1962.
- TIERNEY, B. - *The crisis of church and state, 1050-1300*. Englewood Cliffs. N. J, 1964.
- TIERNEY, B. - *Foundations of the Conciliar Theory: The Contribution of the Medieval Canonists from Gratian to the Great Shism*. Cambridge Studies in Medieval Life and Thought. New Series IV. Cambridge: University Press; New York: Cambridge University Press. 1955.
- TILLMANN, H. - *Pope Innocent III*. Trad. Walter Sax Amsterdam. 1980.
- TILLMANN, H. - “Zur Frage der Verhältnisses von Kirche und Staat in Lehre und Praxis Innocenz III”. In: *Deutsche Archiv*. IX. 1951.
- TOUBERT, P. - *Les Structures du Latium Médiéval. Le Latium Méridional et la Sabine du IXe siècle à la fin du XIIe siècle*. Roma: Bibliothèque des Ecoles Françaises d’Athènes et de Rome 221. 1973.
- ULLMANN, W. – *Medieval Papalism: The political theories of the medieval canonists*. London: Methuen & Co. Ltd. 1949.
- ULLMANN, W. – “Cardinal Roland and Besançon”. *Sacerdozio e Regno da Gregorio VII a Bonifacio VIII*. Miscellanea Historiae Pontificiae 18. Roma: Pontificia Università Gregoriana. 1954.
- ULLMANN, W. - *The growth of papal government in the Middle Ages: A study in the Ideological Relation of Clerical to Lay Power*. London: Methuen. 1955.
- VAN CLEVE, T. C. - *Emperor Frederick of Hohenstaufen. Immutator Mundi*. Oxford: Clarendon Press. 1972.
- WALEY, D. - *The Papal State in the Thirteenth Century*. London: Macmillan. 1961.
- WATT, J. A. – *The Theory of papal monarchy in the thirteenth century*. London: Burns & Oates. 1965.

ZERBI, P. – *Papato, Império e 'Respublica Christiana' dal 1187 al 1198*. Milan: Pubblicazioni dell'Università Cattolica del S. Cuore. 1980.